

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ENTRE CONCEBIDO, PERCEBIDO E VIVIDO: EFEITOS
DA TURISTIFICAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO NA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO CÍRIO DE NAZARÉ EM
BELÉM-PA**

BELÉM

2022

DÉBORA RODRIGUES DE OLIVEIRA SERRA

**ENTRE CONCEBIDO, PERCEBIDO E VIVIDO: EFEITOS DA
TURISTIFICAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO
DO CÍRIO DE NAZARÉ EM BELÉM-PA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO/IFCH/UFPA), como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Goretti da Costa Tavares e coorientação do Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral.

BELÉM

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas
da Universidade Federal do Pará**
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os
dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S487e Serra, Débora Rodrigues de Oliveira.

Entre concebido, percebido e vivido: Efeitos da
turistificação e patrimonialização na produção do
espaço do Círio de Nazaré em Belém-PA / Débora
Rodrigues de Oliveira Serra. — 2022.

265 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Maria Goretti da Costa
Coorientador(a): Prof. Dr. Márcio Douglas Brito
Amaral Tese (Doutorado) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Belém, 2022.

1. Círio de Nazaré. 2. Turistificação. 3. Patrimonialização.
4. Produção do Espaço e Estado Integral. I. Título.

CDD 372.89181

DÉBORA RODRIGUES DE OLIVEIRA SERRA

**ENTRE CONCEBIDO, PERCEBIDO E VIVIDO: EFEITOS DA
TURISTIFICAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO
DO CÍRIO DE NAZARÉ EM BELÉM-PA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO/ IFCH/UFPA), como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Goretti da Costa Tavares e coorientação do Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral.

Data de Aprovação:

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Goretti da Costa Tavares
(Orientadora – PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito do Amaral
(Coorientador – PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Monteiro
(Avaliador Interno - PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto
(Avaliador Interno - PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Márcio Couto Henrique
(Avaliador Externo – PPHIST/UFPA)

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
(Avaliador Externo – PPGDSTU/NAEA/UFPA)

Prof.^a Dra. Márcia Aparecida da Silva Pimentel
(Suplente – PPGEO/UFPA)

“É através do conhecimento que o proletário se libera e começa a superar ativamente sua condição” (Henri Lefebvre)

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa realizada ao longo de alguns anos, tendo como objeto um tema tão comum aos paraenses, proporcionou, inevitavelmente, diversos diálogos informais que tanto contribuíram para o desenvolvimento da abordagem apresentada na presente tese. Aliás, mesmo não paraenses, que participaram em algum momento do Círio de Nazaré em Belém, em uma ou outra oportunidade, compartilharam suas experiências e reforçaram, em mim, a visão sobre a necessidade de que os estudos sobre essa festividade não se esgotem. Assim, com o receio de deixar de nomear pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para o resultado deste trabalho, já inicio agradecendo a todos que, ao longo dos anos de minha relação com o tema, se interessaram em partilhar comigo suas percepções e vivências sobre essa tão representativa manifestação cultural brasileira.

Dando continuidade a esta seção, agradeço ao divino, em todas as suas formas de manifestação, incluindo a representação materna de Maria, a quem tantas vezes recorri quando, em meio aos compromissos profissionais, familiares e sociais, minhas forças para dar seguimento a essa pesquisa chegavam ao seu limite.

Agradeço ao meu núcleo familiar de convívio mais intenso, que mais sentiu as minhas ausências e suportou minhas crises, iniciando pelo meu companheiro Ronaldo Carneiro, com quem, não posso esquecer, conheci a Procissão Principal do Círio, depois de anos participando apenas da Trasladação, e que me acompanhou na maior parte dos trabalhos de campo, desde o mestrado.

Não menos importantes, mas menos presentes devido à distância durante os primeiros anos da pesquisa, enquanto eu morava em Belém, agradeço aos meus pais Tereza e Batista, assim como aos meus irmão Beth, Bruno e Monique, com quem compartilhei mais intensamente, nos últimos meses, por estarmos, então, todos morando em São Luís, diversos dos argumentos desenvolvidos neste trabalho. Agradeço também aos sempre cunhados Osmilde, Dayana e Adriano e, dando mais cor aos meus dias, meus sobrinhos Arthur, Lueji e minha afilhada Heloísa.

A vinda para São Luís me aproximou também dos meus irmãos paternos, Jean Luck e Jean Michel, e de sua mãe, a Marcela, que percebiam minhas presenças um tanto ausentes em nossos encontros e, assim como os demais parentes e amigos mais próximos, estão na expectativa da minha presença presente com o fim desta fase acadêmica.

Ainda no âmbito familiar, agradeço àquelas pessoas que me adotaram em Belém e, de fato, me fazem sentir que tenho três famílias. Inicio com minha primeira família em Belém: Tia Clara, minha mãe do coração, e seu esposo, João, além de seus filhos e netos, em especial a Rebeca. E sigo agradecendo à família do Ronaldo: meu querido Ronaldinho, a saudosíssima D. Rosa, meu sogro, S.

Duca, Regina, Rosângela, Raimundo, Cileia, Reginaldo, Doriane, Jonas, Douglas, Regiane e meus afilhados Antônio e Lucca.

Quanto aos amigos e amigas, a família que a gente escolhe, o receio de esquecer alguém aumenta, pois, felizmente, seja em Belém, seja em São Luís, as relações de amizade, estabelecidas ao longo desses anos, permanecem e o apoio que encontrei foi fundamental, tanto academicamente, quanto em motivação para continuar e finalizar este estudo.

Assim, agradeço à Magaly Caldas, Cristieli Lobo e Cleber Castro pelas contribuições mais diretas na construção desta tese, mas também às não menos queridas amigadas do Ggeotur, em especial, Alessandra, Vânia, Nabila, Luana, Benisson, Casluym, Márcio, Marcos André, Vivian, Charles e Vanessa. Os agradecimentos se estendem, também, à Cissa (minha irmãzinha), aos amigos da “diretoria”: Fernando, Fidélis e Rico, e aos que encontrei no IFMA, em especial, Glícia, Luana, Thaina, Jefferson, Lucélia, Fernanda, Virgínia, Marcelo, Alexsandra, Tiago, Ulisses, Marinelma e Valdir.

Após minha vinda para São Luís, o contato com amigas e amigos da Setur-PA se reduziu, por não estarmos mais trabalhando juntos, mas a contribuição tanto em informações e contatos, como em compreensão nos difíceis momentos em que tive que conciliar trabalho e estudo, não podem deixar de ser mencionadas e, assim, agradeço especialmente quem esteve mais próximo no período da pesquisa: Julianna, Jacqueline, Carlos, Marilea, Priscila, Eugênia, Beth, Junior e Admilson.

Em um misto de formalidade e amizade, agradeço a minha orientadora, Goretti Tavares, e ao meu coorientador, Márcio Douglas, por me conduzirem sem tolherem minha liberdade quanto ao modo de abordar o tema objeto desse estudo. E agradeço também aos professores Márcio Couto, Silvio Figueiredo e Jovenildo Rodrigues, componentes da banca de qualificação, que contribuíram bastante com suas sugestões na avaliação do relatório, além do professor José Neto, por aceitar o convite para a banca da defesa.

Gratidão também a quem concedeu as entrevistas e a quem indicou os entrevistados e entrevistadas, em especial, Marilea, Mirele, Magaly, Marília e Carlos; ao Cyro e ao Diego do IPHAN e ao Eduardo, que confeccionou os mapas.

Por fim, ressalto a felicidade de ter tido o apoio da CAPES com bolsa de estudos, nos dois primeiros anos da pesquisa, ao mesmo tempo que reprovoo o fato dela ser concedida para poucos estudantes, criando um ambiente desnecessariamente competitivo e adoecedor, o que me faz desejar que tenhamos cada vez mais consciência e esperança de uma sociedade sem classes num futuro possível, ainda que distante.

RESUMO

O Círio de Nazaré em Belém-PA tem atraído fluxos de visitantes desde suas origens, mas, a partir de meados do século XX, com o avanço do capitalismo, Igreja, agentes da oferta mercadológica e poder público passaram a organizar e intensificar ações para a ampliação da sua atratividade turística, bem como a atuar em sua patrimonialização. Tais processos se destacam na produção do espaço dessa festividade e podem ser analisados a partir da tríade dialética lefebvriana dos espaços percebido, concebido e vivido, onde a hegemonia de alguns agentes, que compõem o que Gramsci compreende como Estado integral, se revela em ações que mesclam consenso e coerção. Assim, a presente pesquisa analisa a produção do espaço do Círio de Nazaré pelos processos de sua turistificação e patrimonialização, investigando os agentes neles envolvidos, as estratégias de controle coercitivo e consensual utilizadas na concepção do espaço e seus efeitos nos espaços percebido e vivido dessa festividade, bem como as contradições, apontando, a partir de ações subversivas à lógica de mercado, a viabilidade da restituição da Festa. Para tanto, utiliza-se como principais procedimentos metodológicos o levantamento e a pesquisa bibliográfica e documental, a observação em campo e a realização de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa demonstra que os agentes hegemônicos da turistificação e da patrimonialização do Círio de Nazaré têm buscado ampliar seu domínio sobre o espaço dessa festividade, a partir da lógica do capital, mascarando contradições que, quando identificadas pelos agentes subalternizados, potencializam ações que podem contribuir para a construção de uma nova hegemonia.

Palavras-chave: Círio de Nazaré, Turistificação; Patrimonialização; Produção do Espaço e Estado Integral.

ABSTRACT

The Círio de Nazaré in Belém-PA has attracted flows of visitors since its origins, but from the midtwentieth century, with the advance of capitalism, the Church, agents of marketing offer and public authorities started to organize and intensify actions for the expansion of that attractiveness touristic, as well as to act in the heritagization of that event. Such processes stand out in the production of the space of this festivity and can be analyzed from the Lefebvrian dialectical triad of perceived, conceived and lived spaces, where the hegemony of some agents who make up what Gramsci understands as integral State is revealed in actions that they mix consensus and coercion. Thus, this research analyzes the production of the Círio de Nazaré space through the processes of its touristification and heritagization, investigating the agents involved in them, the coercive and consensual control strategies used in the conceived space and its effects on the festivity's perceived and lived spaces, as well as the contradictions, pointing out from actions subversive to the market logic the viability of restitution of the Festival. For this purpose, the main methodological procedures are survey and bibliographical and documentary research, field observation and semi-structured interviews. The research demonstrates that the hegemonic agents of touristification and heritagization of the Círio de Nazaré have sought to expand their domain over the this festivity's space, based on the capitalist logic, masking contradictions that, when identified by subordinate agents, leverage actions that can contribute to the construction of a new hegemony.

Keywords: Círio de Nazaré, Touristification; Heritagization; Space Production and Integral State

RESUMEN

El Círio de Nazaré en Belém-PA ha atraído flujos de visitantes desde sus orígenes, pero a partir de mediados del siglo XX, con el avance del capitalismo, la Iglesia, agentes de oferta de mercado y autoridades públicas comenzaron a organizar e intensificar acciones para la expansión de su atraktividad turística, así como actuar en su patrimonialización. Tales procesos se destacan en la producción del espacio de esta fiesta y pueden ser analizados desde la tríada dialéctica lefebvriana de espacios percibidos, concebidos y vividos, donde se revela, en acciones que mezclan consenso y coerción, la hegemonía de algunos agentes que integran lo que Gramsci entiende como Estado integral. Así, esta investigación analiza la producción del espacio del Círio de Nazaré a través de los procesos de su turistificación y patrimonialización, investigando los agentes involucrados en ellos, las estrategias de control coercitivo y consensual utilizadas en la concepción del espacio y sus efectos sobre los espacios percibidos y vividos de esta fiesta, así como las contradicciones, señalando, desde acciones subversivas a la lógica del mercado, la viabilidad de restitución de la Fiesta. Para ello, los principales procedimientos metodológicos son la encuesta y la investigación bibliográfica y documental, la observación de campo y las entrevistas semiestructuradas. La investigación demuestra que los agentes hegemónicos de turistificación y patrimonialización del Círio de Nazaré han buscado expandir su dominio sobre el espacio de esta fiesta, a partir de la lógica del capital, enmascarando contradicciones que, al ser identificadas por agentes subordinados, apalancan acciones que pueden contribuir a la construcción de una nueva hegemonía.

Palabrasllave: Círio de Nazaré; Turistificación; Patrimonialización; Producción del Espacio y Estado Integral.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Início da Procissão do Círio	94
Figura 2 – Localização da Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré e do Palácio Lauro Sodré – Belém/PA.....	97
Figura 3 - Basílica Santuário de Nazaré	98
Figura 4 - Imagem Original	99
Figura 5 - Trasladação	100
Figura 6 - Colégio Gentil Bittencourt.....	102
Figura 7 - Encerramento da Procissão do Recírio	103
Figura 8 - Berlinda.....	104
Figura 9 - Corda na Procissão do Círio	104
Figura 10 - Cartaz do Círio 1878.....	106
Figura 11 - Brinquedos de Miriti.....	108
Figura 12 - Homenagem dos Peixeiros.....	111
Figura 13 - Imagem Peregrina	112
Figura 14 - Festa da Chiquita	114
Figura 15 - Promesseiro com ex-voto	114
Figura 16 - Traslado dos Carros	115
Figura 17 - Romaria Fluvial	117
Figura 18 - Romaria Rodoviária.....	119
Figura 19 - Moto Romaria	120
Figura 20 - Cadetes da Polícia Militar aguardam a imagem para as honras de Estado	120
Figura 21 - Auto do Círio	121
Figura 22 - Divulgação do Arrastão do Círio	122
Figura 23 - Divulgação do Manto do Círio 2019	123
Figura 24 - Ciclo Romaria	124
Figura 25 - Atendimento aos romeiros na Casa de Plácido.....	125
Figura 26 - Homenagem dos Estivadores em matéria da Rede Liberal	127
Figura 27 - Programação do Círio 2019	129
Figura 28 - Periodização da expansão de trajetos do Círio de Nazaré	137
Figura 29 - Capa e contracapa de folheto sobre o Círio de Nazaré produzido pelo DETUR.....	139
Figura 30 - Anúncio de companhia aérea no jornal a Província do Pará em 1965.....	140

Figura 31 - Espaço Memória de Nazaré	145
Figura 32 - Procedência de visitantes no espaço Memória de Nazaré	146
Figura 33 - Fluxo dos visitantes paraenses no espaço Memória De Nazaré (2019-2021).....	147
Figura 34 - Divulgação do Círio no site de promoção turística da SETUR	152
Figura 35 - Capa e contracapa da revista História do Círio de Nazaré em Quadrinhos	153
Figura 36 - Exposição “Conhecer para Preservar”	154
Figura 37 - “Círio na Estação 2020”	155
Figura 38 - Folder da BELEMTUR.....	156
Figura 39 - Divulgação de pacote para o Círio pela Valeverde Turismo	157
Figura 40 - Twitter “oficial” do Círio.....	163
Figura 41 - Divulgação de evento na chamada “Programação Oficial do Círio”.....	164
Figura 42 - Página do site Círio de Nazaré intitulada “Círio o Ano Inteiro”	179
Figura 43 - Divulgação da “Programação Oficial do Círio 2019”	180
Figura 44 - Divulgação da confirmação do “Círio 2021” com referência à “Programação Oficial”	180
Figura 45 - Venda da “Camisa Oficial do Círio” no Site “Lojinha do Círio”.....	182
Figura 46 - Anúncio de venda de tecidos para o Círio em 1938	184
Figura 47 - Anúncio de venda de roupas para o Círio em 1965	185
Figura 48 - Círio e economia em matéria jornalística	189
Figura 49 - Trecho de matéria sobre o Auto do Círio não incluso na programação oficial.....	194
Figura 50 - Placa da obra da construção da calçada em frente à Basílica	195
Figura 51 - Espaço de convivência anexo às arquibancadas do Círio.....	198
Figura 52 - Comentário de participante do Arrastão do Círio sobre mudança no percurso.....	199
Figura 53 - Distribuição de medicamentos pela Unimed no CAN.....	203
Figura 54 - Divulgação do produto “Caminho de Nazaré” pela SETUR.....	204
Figura 55 - Divulgação do produto “Maniçobão do Romeiro” pela SETUR.....	204
Figura 56 - Preparação da maniçoba no Projeto Maniçobão do Romeiro.....	206
Figura 57 - Aparato de segurança na chegada da Romaria Fluvial	209
Figura 58 - Patrocinadores da Guarda de Nazaré	210
Figura 59 - Arquibancada em clube localizado na Av. Nazaré	211
Figura 60 - Pequeno grupo realizando o percurso da Trasladação.....	216
Figura 61 - Procissão espontânea do Círio	217
Figura 62 - Grades e presença da Guarda de Nazaré no entorno da Basílica.....	218

Figura 63 – Programação Oficial Círio 2021	219
Figura 64 - Controle do trânsito em Trasladação espontânea	220
Figura 65 - Grades e agentes de segurança pública nas proximidades da Igreja da Sé.....	220
Figura 66 - Distribuição de água em Trasladação espontânea	221
Figura 67 - Homenagem do Sindicato dos Arrumadores em Trasladação espontânea	221
Figura 68 - Homenagem musical em procissão espontânea do Círio.....	222
Figura 69 - Fiéis aguardando a chegada da Imagem Peregrina após procissão espontânea do Círio.....	222
Figura 70 - Breve biografia de autor paraense ateu e devoto de N. S. de Nazaré	224
Figura 71 - Arrastão do Círio no Teatro Margarida Schivasappa	226
Figura 72 - Festa da Chiquita no Memorial dos Povos	227
Figura 73 - Feira gastronômica e artesanal na Festa da Chiquita.....	228

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organismos Supranacionais da Patrimonialização e Turistificação	77
Quadro 2 - Romarias e procissões do Círio de Nazaré 2019.....	128
Quadro 3 - Ingressos para arquibancadas do Círio (2012-2019).....	150
Quadro 4: Principais elementos patrimonializados/associados do Círio de Nazaré em Belém-PA.....	161
Quadro 6 - Publicações de caráter conservador no jornal A Voz de Nazaré.....	176
Quadro 7 - Diretores-coordenadores da Diretoria da Festa do Círio (2009-2021).....	187
Quadro 8 - Estimativas de gastos de turistas no Círio de Nazaré (2009/2018-2021)...	188
Quadro 9 - Empresas turísticas patrocinadores e apoiadores oficiais do Círio (2018-2021).....	191
Quadro 10 - Programação Virtual Círio 2020 (2º final de semana de outubro).....	215

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPBEL	Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém
ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
BELEMTUR	Coordenadoria Municipal de Turismo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAN	Centro Arquitetônico de Nazaré
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FOMENTUR	Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará
FUMBEL	Fundação Cultural do Município de Belém
IBMC	Instituto Brasileiro de Marketing Católico
IPCB	Instituto de Pesquisa da Cozinha e da Cultura Brasileiras
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
MTur	Ministério do Turismo
MinC	Ministério da Cultura
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
OSPAN	Obras Sociais da Paróquia de Nazaré
PARATUR	Companhia Paraense de Turismo
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura
SEURB	Secretaria Municipal de Urbanismo
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
SINGTUR	Sindicato dos Guias de Turismo

SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
TBC	Turismo de Base Comunitária
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PASTUR	Pastoral do Turismo

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	17
1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO, TURISTIFICAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO: UM ENFOQUE SOBRE A HEGEMONIA NO ESPAÇO CONCEBIDO	26
2.1. Produção do espaço e hegemonia: coerções e consensos no espaço concebido..	26
2.2. O espaço concebido a partir dos processos de turistificação e patrimonialização	61
2. A CONCEPÇÃO DO ESPAÇO DO CÍRIO DE NAZARÉ COMO PATRIMÔNIO TURISTIFICADO	94
3.1. O Círio de Nazaré no espaço e no tempo de Belém: aspectos históricos da construção de um patrimônio turistificado	94
3.2. A concepção do espaço do Círio de Nazaré a partir da sua turistificação e patrimonialização.....	130
4. CÍRIO “OFICIAL” E “NÃO OFICIAL”: CONCEPÇÃO DO ESPAÇO, IMPLICAÇÕES NO PERCEBIDO E A POTÊNCIA DO VIVIDO PARA A RESTITUIÇÃO DA FESTA	172
4.1. Hegemonia e subalternidade na concepção do espaço dos Círios “oficial” e “não oficial”	172
4.2. O espaço percebido do Círio e o vivido como potência para a restituição da Festa	207
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	238
REFERÊNCIAS	243
ANEXOS.....	263
ANEXO A - LISTA DE ENTIDADES DO CNTUR.....	263
ANEXO B - PARECER TÉCNICO Nº 19/2021/COTEC IPHAN-PA/IPHAN-PA.....	272
ANEXO C - LEI ORDINÁRIA Nº 7.593, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.....	305
ANEXO D - ROTEIRO VALE VERDE CÍRIO 2018.....	312
ANEXO E - PRIMEIRA PÁGINA DO PARECER 01/2004, DO MINISTÉRIO DA CULTURA.....	313
ANEXO F - LEI Nº 9.126 DE 15 DE JUNHO DE 2015.....	314
ANEXO G - EXTRATO DE JUSTIÇA DE INEXIGIBILIDADE.....	315
ANEXO H - ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FOMENTUR.....	316
ANEXO I - REQUERIMENTO CPI DA PANDEMIA.....	324
APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	327

1. INTRODUÇÃO

Durante a graduação em Turismo na Universidade Federal do Maranhão, visitei a cidade de Belém no início de outubro de 1999, quando fui aconselhada a não voltar para São Luís sem conhecer o Círio de Nazaré. Acreditando ser um evento não muito diferente de outros eventos religiosos do catolicismo, fiquei impressionada com o modo como a cidade se preparava para o que tem sido chamado de Natal dos paraenses, dada a semelhança com o período natalino no que se refere ao seu caráter de reunião familiar. Elementos da cultura paraense, a exemplo da gastronomia, se evidenciaram para mim, assim como a intensidade das demonstrações de fé dos devotos.

Passei, então, a participar do Círio anualmente, como visitante e devota e, a partir de 2004, quando me tornei moradora de Belém, tive contato com alguns eventos que compõem a chamada Quadra Nazarena e que, portanto, estão para além do segundo final de semana de outubro, aquele que atrai milhares de visitantes devido, principalmente, à realização da Procissão Principal.

Em 2009, ao começar a atuar profissionalmente na Companhia Paraense de Turismo, ficou evidente para mim a importância do evento como o maior “produto” turístico do estado, o que intensificava o meu interesse pelo tema. Porém, o desejo de desenvolver uma pesquisa aprofundada sobre o Círio ocorreu após minha inserção no Grupo de Pesquisa de Geografia do Turismo - GGEOTUR, da UFPA, coordenado pela Prof^a. Maria Goretti Tavares, especialmente quando as produções acadêmicas de seus integrantes passaram a ser direcionadas à relação da Geografia com o patrimônio cultural¹, tanto na pesquisa, quanto na extensão, com a realização do projeto Roteiros Geo-turísticos.

Assim, observando a carência de estudos geográficos sobre o turismo no Círio de Nazaré em Belém, abordei esse tema no mestrado, realizado neste Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, da UFPA, o que contribuiu para um olhar mais crítico sobre essa manifestação cultural paraense. E, desse modo, as pesquisas realizadas revelaram que o consenso da população em relação ao Círio é apenas aparente e que os diversos agentes envolvidos com a festividade, que se caracteriza por ser não apenas religiosa, se relacionam por meio de parcerias e de conflitos, em geral, não divulgados massivamente pelos meios de comunicação de massa.

A abordagem geográfica sobre a relação entre o Círio e a atividade turística, desenvolvida na pesquisa para o mestrado, somada aos estudos sobre a teoria lefebvriana, desenvolvidos, principalmente, no curso da disciplina Produção do Espaço Urbano, ofertada pelo PPGeo e ministrada pelo Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral, despertaram, então, o meu interesse em ampliar tais discussões a partir da teoria da produção do espaço, considerando a interligação entre os processos de turistificação e patrimonialização dessa festividade.

¹ Ressalto a importância das palestras organizadas pelo Ggeotur, em especial a da saudosa prof^a. Maria Geralda de Almeida, que me impulsionou a escolher o Círio como tema para o projeto apresentado na seleção do mestrado.

Os estudos desenvolvidos por diversos pesquisadores sobre o Círio de Nazaré em Belém revelam o aumento do controle eclesiástico tanto sobre os seus eventos de cunho mais religioso, quanto daqueles considerados profanos (PANTOJA, 2006), o que se intensificou com a substituição da irmandade organizadora por um grupo vinculado à Igreja, a Diretoria da Festa, no início do século XX (HENRIQUE, 2018), bem como com as adaptações da festividade às mudanças sociais advindas da globalização e da mundialização da cultura. (MATOS, 2010 e PANTOJA, 2006).

Para Henrique (2016), a festividade passou a ser tratada como um produto a ser oferecido aos turistas a partir de meados do século XX, processo que tem se intensificado e acarretado mudanças na festividade para atender a necessidades mercadológicas. Tais mudanças podem, contudo, entrar em conflito com a sua patrimonialização, que se concretizou nacionalmente em 2004, mundialmente em 2013 e em nível municipal em 2015.

A análise dos processos da turistificação e da patrimonialização pela perspectiva da produção do espaço deve considerar que o espaço é socialmente produzido e se apresenta pela tríade percebido-concebido-vivido (em outras palavras, na prática espacial, na representação do espaço e no espaço de representação), conforme Lefebvre (2013). No entanto, para efeitos didáticos, é possível realizar análises privilegiando uma das três dimensões, de modo que, para o caso dos processos supracitados, por serem, em geral, direcionados pelo poder público e pelo mercado, a dimensão do concebido se destacará e será enfatizada em relação às demais, pois ela está vinculada ao espaço dos cientistas, planejadores, urbanistas e técnicos.

Desde sua origem, a devoção a Nossa Senhora de Nazaré, em Belém, apresenta um caráter popular, dado que ela não foi imposta pelos colonizadores. Todavia, a forte atração exercida pelo pequeno santuário despertou a atenção da Igreja e do Estado e, em consequência, o seu interesse em se apropriar dessa manifestação, o que ocasionou uma série de conflitos, quando tais instituições buscaram controlar as ações dos fiéis. Tais conflitos têm acompanhado a festividade em homenagem à referida santa ao longo dos seus mais de dois séculos. (IP HAN, 2006).

Por se tratar de um evento voltado à devoção católica e originado pela busca do controle dessa devoção pela Igreja e pelo poder público (IPHAN, 2006), a produção do espaço do Círio de Nazaré em Belém tem se mantido sob a hegemonia desses dois agentes. As mudanças e as permanências de elementos do Círio, noticiadas pela imprensa, indicam que a Igreja tem buscado, em suas estratégias de controle, o disciplinamento da festividade, e que o poder público tem atendido a esse interesse, embora enfrente a resistência de outros agentes discordantes.

Entretanto, o avanço do capitalismo, mercantilizando a cultura, coloca os agentes da oferta mercadológica também como hegemônicos, dado que a realização da festividade depende de recursos financeiros para além dos que são obtidos junto aos governos estadual e municipal.

Assim, diversos agentes atuam na concepção do espaço do Círio por meio de sua turistificação e patrimonialização, os quais representam, sobretudo, a Igreja, o mercado e o poder público, esse último se destacando entre os demais por seu poder decisório, que cria condições e estabelece normas e leis que afetam os demais agentes. No entanto, ressalta-se, neste estudo, com base na teoria do Estado integral desenvolvida por Gramsci (2011), a intrínseca relação entre o poder público, na figura do Estado em sentido restrito, também chamado de sociedade política, e a sociedade civil, caracterizada como campo de disputas, entre classes e frações de classes, pela hegemonia nos mais diversos processos sociais.

Compreende-se, então, que, na produção do espaço do Círio pela sua turistificação e patrimonialização, é na sociedade civil que se localizam a Igreja e as entidades representativas dos agentes da oferta mercadológica, como agentes hegemônicos desses processos, mas também, em menor intensidade, as instituições que representam os interesses dos grupos subalternos, a exemplo dos que realizam manifestações consideradas profanas e, portanto, fora do que se convencionou chamar de programação “oficial” do Círio.

Atendendo aos interesses em disputa no âmbito da sociedade civil, verifica-se que, na concepção do espaço do Círio, há a tendência a uma supressão do seu caráter popular e plural ou, em outras palavras, a uma homogeneização, que busca reduzir ou eliminar as práticas não direcionadas pela Igreja. Portanto, essa concepção do espaço se torna estratégica para a intensificação da apropriação espacial pelo que é programado e organizado por agentes religiosos, políticos e econômicos.

Ressalta-se, ainda, que, considerando a influência da concepção do espaço do Círio nas dimensões do percebido e do vivido, infere-se que ela é também estratégica para a manutenção da hegemonia de parte dos agentes ou para a permanência ou exclusão dos demais.

Tendo em vista que, no estágio atual do capitalismo, a lógica do mercado já está inserida nas mais diversas manifestações culturais, o que se intensifica quando elas são turistificadas e patrimonializadas, compreende-se que os elementos que estiverem fora desses processos têm menores chances de continuidade de sua existência, situação que leva os seus detentores a buscarem estratégias de resistência.

Nas relações de poder entre os diversos agentes da produção do espaço, quanto mais hegemônico é um agente, maior a sua necessidade de utilizar estratégias de controle para manter sua posição e elas podem envolver tanto o consenso, como a coerção. O aumento do controle, porém, amplia, para os grupos subalternos, as possibilidades de práticas subversivas à lógica dominante, dado que se tornam mais claras as suas contradições. No caso do Círio, verifica-se que a subversão a essa lógica se aproxima do sentido lefebvriano da festa como consumo improdutivo, relacionada ao prazer e ao prestígio, devendo ser ela o principal uso da cidade (LEFEBVRE, 2011).

As observações ora esplanadas conduziram a um questionamento geral sobre como se realiza a produção do espaço do Círio de Nazaré pelos processos de sua turistificação e patrimonialização. Tal questionamento se desdobrou em outros, tais como:

- Sob a perspectiva gramsciana do Estado integral, quais são os agentes envolvidos na turistificação e patrimonialização do Círio e sua posição na tríade lefebvriana dos espaços concebido, percebido e vivido?
- Como se realizam as estratégias de controle coercitivo e consensual utilizadas, na concepção do espaço, pelos agentes hegemônicos da turistificação e patrimonialização do Círio e como elas implicam nos espaços percebido e vivido dessa festividade?
- Quais as contradições na concepção do espaço do Círio pela lógica de mercado e como elas podem indicar, a partir de ações subversivas a tal lógica, a viabilidade da restituição da Festa?

A partir destes questionamentos, propõe-se, neste estudo, como objetivo geral, analisar a produção do espaço do Círio de Nazaré pelos processos de sua turistificação e patrimonialização. Ademais, como objetivos específicos foram propostos:

- Identificar os agentes envolvidos na turistificação e patrimonialização do Círio, posicionando-os na tríade lefebvriana dos espaços concebido, percebido e vivido na perspectiva gramsciana do Estado integral.
- Analisar as estratégias de controle coercitivo e consensual utilizadas, na concepção do espaço, pelos agentes hegemônicos da turistificação e patrimonialização do Círio e como elas implicam nos espaços percebidos e vividos dessa festividade.
- Investigar as possíveis contradições na concepção do espaço do Círio pela lógica de mercado, apontando, a partir de ações subversivas a tal lógica, a viabilidade da restituição da Festa.

Assim, pretende-se que o presente estudo possibilite compreender o Círio de Nazaré sob uma importante perspectiva para a Geografia, a da produção do espaço, revelando suas contradições e a ampliação das relações de domínio que nele se encontram, mas também, virtualmente, as possibilidades de sua restituição como festa desvinculada da lógica capitalista.

A pesquisa se desenvolveu por meio de uma abordagem dialética, a qual parte da análise crítica do objeto, estabelecendo as possíveis relações e um caminho teórico para a sua transformação, tendo, assim, como principais categorias metodológicas a totalidade, a historicidade e a contradição. (WACHOWICZ, 2001).

Embora se tenham produzido alguns dados quantitativos, a natureza qualitativa é predominante nesta pesquisa, considerando a necessidade de levantamento de dados primários e secundários que revelem concepções, percepções e vivências de agentes que realizam ou participam da festividade.

O recorte espaço temporal teve como objetivo destacar a expansão do Círio pelo espaço metropolitanos de Belém e as transformações que ele sofreu a partir do ano de 1986, quando são criados dois marcos representativos dos processos de turistificação e patrimonialização da festividade: a Romaria Fluvial e o Museu do Círio.

Como primeira técnica de investigação, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa documental. Para Gil (2002, p. 45), elas se diferenciam porque, enquanto a pesquisa bibliográfica (2002, p. 45), “[...] se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Ainda para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, mas que também envolve os vários tipos de publicações periódicas e impressos diversos”.

Desse modo, no que se refere a tais técnicas de investigação, o levantamento, revisão e análise bibliográfica e/ou documental buscou obter informações quanto:

- À produção do espaço, à hegemonia e aos processos de turistificação e patrimonialização;
- À diversidade e pluralidade de aspectos culturais presentes no Círio;
- Aos processos de turistificação e patrimonialização do Círio.
- À relação entre o poder público, a Igreja, os agentes da oferta mercadológica e os demais agentes produtores do espaço do Círio de Nazaré em Belém.

Destacam-se como fontes utilizadas os jornais 13 de Maio, Diário do Pará e O Liberal, disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; o Jornal Voz de Nazaré, cujas edições foram disponibilizadas no site Issuu; sites jornalísticos paraenses, sobretudo o Liberal e Diário Online; redes sociais e sites de empreendimentos e organizadores de eventos do Círio; Diário Oficial do Estado do Pará, disponibilizado pelo site da Imprensa Oficial do Estado, entre outros.

A investigação incluiu a observação sistemática em campo, entre os anos de 2018 e 2021, tendo como principal objetivo identificar lugares onde ocorreram programações alusivas ao Círio, no espaço metropolitano de Belém, bem como seus realizadores, produzindo registros fotográficos para esse fim. Entretanto, considerando a diversidade de eventos, a impossibilidade da participação em todos ou a baixa qualidade de alguns registros, algumas dessas fotos foram disponibilizadas por amigos e por dois profissionais: um fotojornalista e uma fotógrafa².

Destaca-se, ainda, entre os procedimentos, a realização de entrevistas individuais que, para Gaskell (2008), visam uma maior profundidade e detalhamento do tema a ser pesquisado. Dada a amplitude do

² O fotojornalista Flávio Contente e a fotógrafa Socorro Simonetti.

evento objeto da pesquisa, no sentido de que ele dinamiza os mais diversos setores e interfere direta ou indiretamente nas vivências, principalmente, dos paraenses, independentemente de sua devoção, torna-se imensurável a quantidade de pessoas que poderiam contribuir com relatos de suas experiências.

Portanto, a seleção de quem seria entrevistado ocorreu a partir de indicações de pessoas do convívio da pesquisadora, priorizando-se algumas questões que, durante a pesquisa, foi observada a necessidade da complementação das informações obtidas pelas pesquisas bibliográficas e documentais. Os critérios, bem como o roteiro das perguntas semiestruturadas, encontram-se na seção Apêndice, fazendo-se necessário informar que, por dificuldade de agenda dos pretendidos inquiridos, não foi possível realizar entrevista com o organizador da Festa da Chiquita e com o diretor do Instituto de Pesquisa da Cozinha e da Cultura Brasileiras. Ademais, para proteger a identidade de inquiridos e inquiridas, que se considerou como agentes anônimos dos espaços percebido e vivido do Círio, foram utilizados nomes de santos e santas católicas devotos de Maria.

Vale ressaltar a contribuição de aulas online e palestras disponibilizadas na plataforma do Youtube, com destaque para o curso de extensão sobre o Antônio Gramsci, ofertado, em conjunto, pelo Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação, da UFRJ; pelo Grupo de Pesquisa História e Poder, da UNIOESTE, e pelo Grupo de Estudo e Pesquisa HISTRAEB - História, Trabalho e Educação no Brasil, da UNICAMP.

Finalmente, foi feito o uso da cartografia, que, como método, “surge como uma possibilidade de pesquisa que vem crescendo muito, uma prática investigativa que, ao invés de buscar um resultado ou conclusão, procura acompanhar o processo”. (Costa, 2014, p. 70). Nesse sentido, buscou-se elaborar uma cartografia contemplando os lugares e percursos relacionados ao Círio como evento turistificado e patrimonializado.

Considera-se que, a partir das informações obtidas com as supracitadas técnicas de investigação, foi possível responder aos questionamentos propostos nesse estudo, defendendo-se a tese de que os agentes hegemônicos da turistificação e da patrimonialização do Círio de Nazaré têm buscado ampliar seu domínio sobre o espaço dessa festividade a partir da lógica do capital, homogeneizando esse espaço e mascarando contradições que, quando identificadas pelos agentes subalternizados, potencializam ações que podem contribuir para a construção de uma nova hegemonia, que tenha por base a sua emancipação.

Com base nos questionamentos levantados, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

✓ Entre os agentes hegemônicos da concepção do espaço do Círio por meio de sua turistificação e patrimonialização, o poder público ou Estado restrito compõe o Estado integral como “sociedade política” enquanto a Igreja e as entidades representativas dos agentes da oferta mercadológica compõem a “sociedade civil”. A sociedade civil, como lugar de disputa por hegemonia empreendida entre classes e frações de classes, é composta também por agentes não hegemônicos dos referidos processos: os agentes

realizadores dos eventos considerados profanos, que atuam de modo subalternizado na concepção do espaço da festividade. Turistas e população local, por sua vez, são agentes anônimos que atuam nos espaços percebidos e vividos do Círio.

✓ As estratégias de controle coercitivo e consensual, formuladas e executadas pelos agentes hegemônicos da turistificação e patrimonialização do Círio, têm como base a fabricação do consenso sobre a chamada “programação oficial do Círio” como aquela elaborada pela Igreja, sendo ela, então, a que recebe maior apoio e patrocínio do poder público e dos agentes da oferta mercadológica.

✓ As principais contradições na concepção do espaço do Círio pela lógica do mercado é que o seu caráter, voltado ao que se considera como sagrado, se profana pela necessidade cada vez maior da festividade atender à referida lógica. Para continuarem sendo realizadas, as manifestações consideradas profanas, por sua vez, tendem a perder seu caráter contestador da hegemonia, pois se mantêm por meio do apoio dos agentes do poder público e da iniciativa privada, inserindo-se também na lógica do capital. Contudo, o domínio do concebido não se realiza completamente, pois as contradições identificadas no vivido, acompanhadas das práticas que o subvertem, podem potencializar o processo revolucionário que conduz ao direito à cidade e à festa como consumo improdutivo, ligada ao prazer e ao prestígio.

Faz-se necessário esclarecer que, embora seja incomum, em estudos acadêmicos, a associação de eventos festivos religiosos às teorias de base marxista, o Círio de Nazaré, assim como tantas festividades e como tudo que tem sido possível mercantilizar fazendo uso cada vez mais ampliado do espaço, apresenta elementos que compõem o modo de produção capitalista como uma totalidade, sendo possível, portanto, utilizar-se da perspectiva da divisão e da luta de classes ao se considerar que, partindo-se da hegemonia burguesa, elas são base para a concepção de seu espaço e podem revelar, no vivido, as possibilidades de ruptura dessa hegemonia.

Ademais, não ignorando a importância de seus aspectos devocionais, deve-se observar que, entre uma infinidade de elementos que têm sido produzidos como mercadoria no e pelo espaço, o Círio de Nazaré em Belém ainda apresenta uma intensa tensão entre os agentes que o concebem e os que o vivenciam, que, em outras palavras, representam, de um lado, os interesses da manutenção de privilégios burgueses, inclusive pela Igreja, e, de outro, os interesses discordantes.

Tal constatação indica a existência de amplas possibilidades para a identificação, dentro do que se produz pela lógica capitalista, de brechas para um processo revolucionário, que se concretizará, numa perspectiva utópica, pela restituição da Festa em sentido lefebvriano, ressaltando-se que não se trata de um simples retorno ao que essa festividade foi no passado, mas à compreensão de que, se anteriormente ela se realizava sob uma lógica não mercantil e ainda se encontram, na atualidade, evidências desse fato, ela poderá, em um novo modo de produção, caracterizado, entre outros, pela não separação entre lazer e trabalho, recuperar suas características vinculadas ao consumo improdutivo.

No que se refere às amplas possibilidades de vislumbre do despertar de um processo revolucionário oferecidas pelo Círio, a partir da análise do espaço vivido, ressalta-se, novamente, porém, que esta pesquisa pretende apresentar apenas alguns apontamentos neste sentido, dado o seu enfoque predominante no concebido.

Para além da presente introdução, visando contemplar os objetivos descritos, esse estudo se dividiu em três capítulos teóricos e empíricos, voltados para os processos de turistificação e patrimonialização do Círio de Nazaré em Belém.

O primeiro capítulo se caracteriza por uma abordagem teórica e se divide em duas seções. A primeira aborda a produção do espaço, tendo como base os estudos de Henri Lefebvre e sua tríade dialética composta pelos espaços percebido, vivido e concebido, enfocando-se este último, ao relacioná-lo ao que Gramsci trata como Estado integral, tendo a hegemonia baseada na coerção e no consenso. Em seguida, são abordados os processos de turistificação e patrimonialização na perspectiva do espaço concebido.

O segundo capítulo aborda o Círio de Nazaré como patrimônio turistificado e produtor de espaço, subdividindo-se em dois tópicos: o primeiro busca apresentar esse complexo de eventos historicamente a partir da localização, no espaço e no tempo, da sua expansão, associada a sua turistificação, bem como dos seus elementos patrimonializados, com base, principalmente, no levantamento realizado pelo IPHAN. O segundo, por sua vez, enfoca a relação entre a concepção do espaço do Círio e os processos de sua turistificação e patrimonialização.

Finalizando este estudo, o terceiro capítulo aborda, na concepção do espaço, o discurso produtor do consenso do Círio “oficial” como o conjunto de eventos organizado pela Igreja, o que resulta não apenas na manutenção da hegemonia dessa instituição sobre a festividade, juntamente com o poder público e os agentes da oferta mercadológica, mas da hegemonia burguesa na concepção do espaço, reveladas nas práticas espaciais pela intensificação da lógica capitalista, que se pauta na homogeneização como modo de ampliar a dominação, reduzindo-se as possibilidades de produção do espaço diferencial e de formação de uma nova hegemonia. Contudo, momentos críticos também são reveladores das contradições capitalistas que se tornam brechas para a construção de um processo revolucionário.

A pesquisa acrescentará a dimensão espacial às discussões que vêm sendo realizadas sobre as transformações no Círio, as quais estão relacionadas principalmente com o que tem sido denominado como mercado da fé.

Essa dimensão espacial, teorizada a partir da visão lefebvriana da produção do espaço, encontra, na teoria gramsciana sobre a hegemonia, por meio da cada vez mais intensa busca pela universalização os interesses burgueses, a compreensão de que a atuação dos agentes da patrimonialização e da turistificação

da festividade vai ao encontro do que cada um deles considera, a partir das suas vivências e percepções, como “natural” ou “correto” pela lógica capitalista.

1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO, TURISTIFICAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO: UM ENFOQUE SOBRE A HEGEMONIA NO ESPAÇO CONCEBIDO

Dentre as diversas abordagens realizadas por pesquisadores sobre o Círio de Nazaré, optou-se, nesse estudo, por uma análise a partir da ciência geográfica, que tem o espaço como seu objeto de investigação. O presente capítulo se caracteriza por uma abordagem teórica que conduzirá, posteriormente, às reflexões sobre a referida festividade. Ele se divide em duas seções abordando, inicialmente, a produção do espaço, com base em Henri Lefebvre e sua tríade dialética, enfocando o espaço concebido, relacionada à visão ampliada do Estado, proposta por Gramsci, tendo a coerção e o consenso como base para a construção da hegemonia. Em seguida, abordam-se os processos de turistificação e patrimonialização, relacionando-os ao espaço concebido. Ademais, tendo como procedimentos o levantamento e a revisão bibliográfica, busca-se mostrar como tais processos se inserem na dimensão da representação do espaço, contribuindo, por um lado, para a concentração de poder na classe dominante, e, por outro, para a abertura de possibilidades para a formação da hegemonia da classe trabalhadora.

2.1. Produção do espaço e hegemonia: coerções e consensos no espaço concebido

A abordagem geográfica sobre o Círio de Nazaré em Belém considera a importância do espaço como o elemento no qual, segundo Carlos (2020), é possível se fazer uma leitura da realidade e das possíveis realizações da sociedade.

O espaço está presente em diversos ramos do conhecimento científico, mas, na Geografia, se tornou central, tido como um ponto de partida para estudos mais voltados à criticidade. A construção de seu conceito, porém, se deu, também, a partir de contribuições externas às elaboradas pelos geógrafos, destacando-se os estudos de Henri Lefebvre, importante pensador francês do século XX, cuja obra, segundo Martins (1996) e Soto (2013), apresenta uma diversidade de temas aparentemente dispersos, mas articulados quando se compreende seu projeto de reconstrução e atualização do pensamento de Marx.

Lefebvre se refere a um conhecimento do espaço à escala global, sendo ele “essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção” (LEFEBVRE, 2008, p. 48), sendo, ainda, um produto da história. Para ele:

O espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos: mas, envolve as coisas produzidas e compreende suas relações e sua coexistência e simultaneidade: em sua ordem e/ou desordem (relativos). De modo que, resultado de uma sequência e de um conjunto de operações, não pode reduzir-se à condição de simples objeto. (LEFEBVRE, 2013, p. 129, tradução nossa).

Carlos (2017a) afirma que, observando a reprodução continuada do capital na segunda metade do século XX, Lefebvre compreende que as forças produtivas caminham para além da produção de coisas, seguindo para algo mais amplo, para a “produção como reprodução de relações sociais, bem como à compreensão da reprodução do espaço social como necessidade do modo de produção capitalista em sua fase de realização” (p. 57). Nesse sentido, pode-se ressaltar que para Lefebvre (1973, p. 21):

[...] o capitalismo conseguiu atenuar (sem as resolver) durante um século as suas contradições internas e, conseqüentemente, conseguiu realizar o crescimento durante esse século posterior ao Capital. Qual o preço disso? Não há números que o exprimam. Por que meios? Isso, sabemos-lo nós: ocupando o espaço, produzindo um espaço.

Para Carlos (2017a), Lefebvre não trata do conceito de espaço, mas sim da “produção do espaço”, dado que a noção de produção, presente na teoria marxista que o influenciou, possibilita identificar o momento histórico em que o espaço se torna necessário para a reprodução de um modo de produção, importando, ainda, identificar os sujeitos desse processo: o Estado, o capital e os sujeitos sociais. Porém, apesar da teoria da produção do espaço estar pautada em um momento histórico do capitalismo, Lefebvre (2002) afirma que:

A produção do espaço, em si, não é nova. Os grupos dominantes sempre produziram este ou aquele espaço particular, o das cidades antigas, o dos campos (aí incluídas as paisagens em que seguida parecem ‘naturais’). O novo é a produção global e total do espaço social. Essa extensão enorme da atividade produtiva realiza-se em função de interesses dos que a inventam, dos que a gerem, dos que dela se beneficiam (largamente). O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades) na compra e venda do espaço. E isso à escala mundial. (LEFEBVRE, 2002, p. 142-143).

Sendo compreendido por meio de uma relação social inerente às relações de propriedade e ligado às forças produtivas, o espaço, para Lefebvre (2013), é um produto que se consome, mas é também meio de produção, dado que o que configura o espaço é também determinado por ele. Como meio de produção, ele não pode ser separado das forças produtivas, da divisão social do trabalho, da natureza, do Estado ou das superestruturas.

Lefebvre (2008) entende que as sociedades sempre produziram o seu espaço na superfície do solo, mas a ampliação das forças produtivas tem permitido se produzir o espaço em sua totalidade. O espaço não é inocente, dado que ele é produzido de acordo com as visões e interesses dos seus produtores.

Desse modo, considerar o espaço como neutro, por não se notar as relações que existem dentro de sua forma, esconde a existência de um sujeito que atua para manter suas condições. Esse sujeito, para Lefebvre (2013), é o Estado, com sua base em classes sociais e frações de classe.

Lefebvre (1972, p. 147) afirma que:

O Estado tem, com efeito, interesses próprios e por isso tende, em particular no Ocidente e na França, a colocar-se acima da sociedade, a instaurar-se, mascarando as contradições dessa sociedade, esmagando-as pela força repressiva ou dissimulando-as num nevoeiro ideológico, em resumo, tende a fazer imperar uma «razão de Estado» confundida - ideologicamente - com a razão em geral. Além da burocracia, e pelas mesmas razões, o Estado mantém um aparelho repressivo: exército, polícia, aparelho judiciário, etc. Mas, o Estado igualmente tem de administrar as necessidades sociais, que são as de toda a nação, e ocupar-se delas.

Nesse sentido, Lefebvre (1973) afirma que os pensamentos estratégicos estão ao nível do Estado político, o qual se utiliza também da repressão e de sua capacidade legislativa e contratual para a manutenção das relações de produção. O capitalismo se utiliza desses dispositivos numa estratégia global.

Além disso, para Lefebvre (2013), o Estado Moderno teve como berço o espaço da acumulação, a qual se obtinha com o uso da violência na formação de um espaço político-econômico. A chamada soberania do Estado o coloca acima da sociedade civil, dos grupos e das classes, dando-se o direito de resolver as contradições com a coerção. Em suas palavras:

Soberania implica “espaço”, e, ademais, espaço sobre o que se exerce uma violência (latente ou manifesta), isto é, um espaço estabelecido e constituído pela violência. [...]. O fato é que o Estado nasce da violência e que o poder estatal não dura senão por meio da violência exercida sobre um espaço. [...]. Ela [...] se impõe às leis, aos recortes administrativos, aos princípios políticos estranhos às qualidades iniciais dos territórios e das pessoas. Ao mesmo tempo, estabelece uma racionalidade, a do processo de acumulação, a da burocratização e a do exército; uma unidade, uma logística, um operacionalismo, um “quantitativismo”, que possibilita o crescimento econômico e que serão veiculados por ela até que seja possuído todo o planeta. (LEFEBVRE, 2013, p. 317-318, tradução nossa).

As supracitadas afirmações vinculam Estado e produção do espaço de modo a se compreender o espaço como o elemento não observado por Hegel ou por seus críticos, Marx e Engels, em suas teorias sobre o Estado, dado que “é sobre o espaço que o poder central se coloca sobre qualquer outro poder e o elimina”. (LEFEBVRE, 2013, p. 318, tradução nossa). Porém, o autor prossegue incluindo, para além do uso da violência, a necessidade da hegemonia da classe dominante:

Mas, sua violência não pode se isolar. Não pode se separar nem da acumulação de capital, nem do princípio racional e político da unificação, que subordina e totaliza os diferentes aspectos da prática social, a legislação, a cultura, o conhecimento e a educação em um espaço determinado, o espaço da hegemonia da classe dominante sobre o povo e sua nacionalidade do qual ela se apropria. (LEFEBVRE, 2013, p. 317-318, tradução nossa).

Deste modo, a noção de Estado, observada na citação, traz elementos que indicam a sua complexificação, em comparação ao que se encontra em Marx. Mendonça (2014) afirma que, à medida

que infraestrutura e superestrutura³ se transformaram e se complexificaram, no ocidente, a partir da virada do século XIX para o século XX, foi possível a elaboração de uma nova concepção para Estado, o Estado integral, desenvolvida pelo marxista italiano Antônio Gramsci. (MENDONÇA, 2014).

Gramsci escreveu sua principal obra, os “Cadernos do Cárcere”, durante o período em que ficou preso na Itália, durante o regime fascista. Todavia, a interpretação dos seus escritos ocorreu com diversos equívocos, provenientes de um reducionismo pela separação entre termos como “estrutura e superestrutura”, “sociedade política e sociedade civil” e “ditadura e hegemonia”, conforme apontam autores como Bianchi (2007) e Mendonça (2014).

Para Mendonça (2014) os equívocos de interpretação da obra gramsciana colocaram esse autor como “teórico das superestruturas” ou defensor do “aliancismo” entre classes, julgando-se que Gramsci desconsiderou, da base de sua teoria, a estrutura. Porém, ela ressalta que:

[...] a premissa de que o Estado atua para manter as condições de dominação da classe trabalhadora pela burguesia no mundo capitalista está presente em seu trabalho e não pode ser minimizada. [...]. Ainda assim, o Estado em Gramsci não deve e nem pode ser pensado como organismo próprio de um grupo ou fração de classe, como no caso de outras vertentes marxistas. Ele deve representar uma expressão universal de toda a sociedade, incorporando até mesmo as demandas e interesses dos grupos subalternos, mesmo que deles extirpando sua lógica própria. (MENDONÇA, 2014, p. 33-34).

Fontes (2018) segue a mesma direção ao afirmar que não há cisão entre base e superestrutura em Gramsci, uma vez que ele coloca tanto o predomínio econômico, quanto o domínio político e ideológico, relacionados às lutas de classes, na análise do processo de dominação capitalista.

Bianchi (2007) avança nessa crítica à dicotomia entre estrutura e superestrutura, equivocadamente observada por Norberto Bobbio nos escritos gramscianos, dado que, para Gramsci, ambas estão relacionadas, formando uma totalidade, porém, com temporalidades diferentes, de modo que, ao contrário do que pregam as teorias instrumentalistas do Estado, que definem a superestrutura como reflexo do mundo econômico, há situações em que a transformação do Estado se deu anteriormente à transição para o capitalismo, a exemplo do ocorrido na Itália. Economia e política, portanto, influenciadas pela luta de classes, sofrem alterações no decorrer do seu desenvolvimento, de modo que a ação em um desses campos não necessariamente altera imediatamente o outro.

Assim, Gramsci (2011, p. 186), criticando o economicismo, afirma que:

³ Em seu texto, Mendonça (2014) esclarece aos não familiarizados com a teoria marxista que a infraestrutura, também chamada de estrutura produtiva ou apenas estrutura, é o “espaço da produção e organização dos homens junto a ela”, enquanto a superestrutura “corresponde tanto ao domínio do Estado propriamente dito, quanto à ideologia e suas formas de representação”. (p. 31).

A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infraestrutura [deveria] ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, ou [deveria] ser combatida, praticamente, com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas.

Porém, ocorre uma tendência de adequação entre estrutura e superestrutura e tal adequação “não é senão a busca de uma otimização das condições de produção e reprodução das relações sociais capitalistas através da unidade econômica e política da classe dominante, unidade que se processa no Estado”. (BIANCHI, 2007, p. 38).

Gramsci se contrapôs à ideia de Estado reduzida à coerção, incluindo nele a construção do consenso, uma vez que, embora concebido por um grupo para facilitar a sua expansão, essa expansão necessita ser compreendida pelos demais grupos sociais como uma expressão da vontade de todos “através da incorporação à vida estatal das reivindicações e interesses dos grupos subalternos, subtraindo-os de sua lógica própria e enquadrando-os na ordem vigente” (BIANCHI, 2007, p. 38), ou seja, exercendo a hegemonia, sem deixar de exercer a força.

Para tanto, Gramsci apresenta, em seu Caderno 6, a perspectiva do Estado integral, também chamado de Estado ampliado, a partir dos estudos de Christine Buci-Gluksmann (1980), superando a sua redução ao sentido de governo, sociedade política ou Estado em sentido restrito, vinculado à coerção, por incluir, na superestrutura, a sociedade civil, ligada à produção do consenso.

Para Gramsci (2011, p. 269):

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e governo, identificação que é, precisamente, uma rerepresentação da forma corporativa e econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que, na noção geral de Estado, entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil), isto é, hegemonia couraçada de coerção.

Vale destacar que, para Gramsci, o termo hegemonia, conforme citação acima, se distingue da coerção, podendo ser considerado equivalente ao consenso ou, nas palavras de Bianchi (2007, p. 39), “direção de uma classe ou um grupo social sobre as classes e grupos aliados, distinta de dominação”. Porém, o marxista italiano também se refere ao exercício da hegemonia como uma combinação de força e consenso:

O exercício "normal" da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião

pública - jornais e associações, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2007a, p. 95).

Liguori e Voza (2017) esclarecem que o termo consenso aparece nos Cadernos do Cárcere com diversos significados, sendo tanto associado à hegemonia, quanto sinônimo desta, podendo ser qualificado como espontâneo ou buscado e obtido pelo Estado e instituições, nesse último caso, ativo ou passivo. O consenso espontâneo se dá pelo prestígio e confiança atribuídos ao grupo dominante devido à sua função ou posição no mundo da produção. Porém, essa espontaneidade é aparente porque tal consenso necessita de uma gestão ou preparo por parte dos chamados intelectuais orgânicos do grupo dominante.

No que se refere às demais formas de consenso, Liguori e Voza (2017) esclarecem que:

O consenso é ativo quando os governados participam da vida do organismo estatal em cuja condução há governantes aceitos por aqueles. O consenso é passivo quando os governados subscrevem com atos formalmente democráticos (o sufrágio) a aceitação daqueles que os guiam e que, por isso, numa perspectiva de democracia formal, tendencialmente os dominam. (2017, s/p).

Conforme Bianchi (2007), ao contrário do que tem sido afirmado por alguns estudiosos de Gramsci, a dimensão coercitiva do Estado não deve ser considerada menos importante que a hegemônica (consensual), dado que, assim como na noção de Estado integral, a hegemonia é encorajada pela coerção, a coerção também parece ser encorajada pela hegemonia.

Desse modo, conforme Mendonça (2014, p. 35), enquanto o Estado, em seu sentido restrito (sociedade política), se refere aos “aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem”, a noção de sociedade civil é mais complexa⁴, implicando “no conjunto dos organismos chamados de ‘privados’ ou ‘aparelhos privados de hegemonia’, no sentido da adesão voluntária de seus membros. [...] É em torno a eles [os aparelhos] que se organizam as vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados”. (2014, p. 35). Exemplos desses aparelhos são as igrejas, as associações privadas, os sindicatos, as escolas, os partidos e a imprensa.

É importante ressaltar que, para Gramsci, a compreensão do que seria a sociedade civil envolve a economia capitalista, não sendo, portanto, apenas o lugar onde se verifica a hegemonia social e política de determinado grupo. Para Bianchi (2007, p. 43), Gramsci considerava que a sociedade civil possui, entre outros sentidos, o de “*locus* da atividade econômica propriamente dita, o terreno dos interesses materiais

⁴ Bianchi (2007) explica que a complexidade para a definição de um conceito para sociedade civil em Gramsci se dá por razões como o texto gramsciano apresentar o referido conceito com contornos bastante imprecisos; a inexistência de apenas uma definição para o termo, ou porque esse termo foi incorporado na linguagem política contemporânea referindo-se ao próprio Gramsci, mas com um sentido diferente.

imediatos, da propriedade privada, a sociedade econômica burguesa; ou aquilo que hoje se chamaria o mundo dos negócios”. Tal observação tem como base a seguinte argumentação de Gramsci, que também reforça a relação intrínseca entre sociedade civil e política:

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberismo é uma "regulamentação" de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição da renda nacional. (GRAMSCI, 2007a, p. 47)

Assim, ao invés de uma relação antagônica entre sociedade civil e sociedade política, observa-se uma relação de unidade-distinção entre elas, tendo a sociedade civil, na citação acima, o sentido de lugar da atividade econômica, no qual a sociedade política intervém. Porém, essa unidade-distinção pode ser também observada ao se considerar a sociedade civil no sentido de conjunto de aparelhos privados de hegemonia, como argumenta Bianchi (2007), uma vez que, a atuação da sociedade civil não se reduz à produção do consenso, sendo possível encontrar, nela, ações coercitivas.

Nesse sentido, Liguori (2007) contribui para desmistificar tanto a ideia de sociedade civil separada da sociedade política, quanto a de uma positividade dada àquela, quando, por influência de autores como Norberto Bobbio, ela passa a ser colocada como representante de interesses universais não conflitantes. Assim, sendo a sociedade civil uma arena da luta de classes, ela deve ser compreendida como:

[...] uma esfera do ser social em que se dá uma intensa luta pela hegemonia e, precisamente por isso, não é o 'outro' em relação ao Estado, mas – junto com a sociedade política, isto é, o 'Estado-coerção' – um dos seus inelimináveis momentos constitutivos. Para Gramsci, nem tudo que parte da sociedade civil é bom (nela não prevalece a 'lei da selva?') e nem tudo que vem do Estado é mau (ele pode expressar instâncias universais que se originam na luta das classes subalternas, pode servir de barreira contra as forças abusivas dos 'poderes fortes', pode ser instrumento capaz de redistribuir recursos segundo critérios de justiça). Só uma análise histórico-concreta das relações de força presentes em cada momento pode definir, da perspectiva das classes subalternas, às quais Gramsci jamais deixou de se referir, a função e as potencialidades positivas ou negativas tanto da sociedade civil quanto do Estado. (LIGUORI, 2007, p. 54).

Na discussão sobre a sociedade civil, faz-se necessário compreender que a luta se dá não apenas entre as classes, mas também intraclasses, dada a diversidade de grupos sociais ou frações de classe e seus respectivos interesses e visões de mundo, considerando a complexificação da sociedade capitalista.

Ademais, as visões antagônicas que caracterizam, de um lado, a sociedade civil como angelical, ou seja, como espaço do convencimento e da autonomia, como pretendem os liberais, e de outro, como demoníaca, conspirando para a dominação, são problemáticas, conforme Fontes (2018), uma vez que ambas enfraquecem as possibilidades de luta dos subalternos. Enquanto a concepção angelical busca esconder a divisão da sociedade em classes e as lutas decorrentes dessa divisão com estratégias que envolvem até o financiamento de associações populares por entidades empresariais “para que se convertam em ‘apolíticas’ e não partidárias” (2018, p. 225), a concepção demoníaca amplia demasiadamente o real poder da classe dominante na sociedade civil e “desconsidera a importância das contradições sociais e das modalidades multiformes da luta de classes” (2018, p. 229).

Ainda para Fontes (2018), embora o Estado capitalista se apresente como se estivesse numa cúpula, ele, na realidade, passa a fazer parte da vida social, o que, aparentemente, seria próprio da sociedade civil, enquanto, em contrapartida, as entidades organizativas representativas tanto de grupos dominantes, quanto subalternos, se incorporam às definições políticas ou às políticas públicas. Corroborando com essa análise, Mendonça (2013, p. 3-4) afirma que:

[...] qualquer modificação na correlação de forças vigente na sociedade civil, dentro ou entre aparelhos privados de hegemonia distintos tem, necessariamente, repercussões junto à sociedade política e aos organismos estatais, em particular. Afinal, os agentes sociais engajados nas agências da sociedade civil e da sociedade política não representam classes em abstrato inscritas num Estado etéreo. [...]. Em síntese, tomar o Estado como uma Relação Social não somente nos permite evitar as armadilhas do conhecimento reificado e simplificador, como estimula a desnaturalização dos mecanismos mais profundos de seu funcionamento, não fosse ele uma permanente reconstrução. Isso significa que nesta relação ampliada entre Estado restrito e sociedade civil, o convencimento se exerce numa dupla direção: dos aparelhos privados de hegemonia rumo à ocupação das agências do Estado restrito, e, inversamente, da sociedade política e da coerção em direção ao fortalecimento da direção das frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando, a partir do próprio Estado restrito, seus respectivos aparelhos privados de hegemonia.

Todavia, essa incorporação da sociedade civil ao Estado, que busca camuflar a luta de classes, se dá de forma seletiva, segundo Fontes (2018), com o predomínio das entidades empresariais, de modo que, com essa aparente separação, o Estado ampliado pode conter impulsos revolucionários dos subalternos, oferecendo-lhes, por vezes, apenas paliativos como resposta às suas demandas, mas também, garantir as condições para a reprodução da acumulação capitalista.

Para além dessa constatação, Fontes (2018) afirma que a incorporação de entidades associativas ao Estado capitalista garante-lhe a sua defesa para além da institucionalidade oficial, pois, conforme Gramsci (2007a), o Estado (restrito) corresponde a uma trincheira avançada, enquanto a sociedade civil ficaria por trás como uma cadeia de fortalezas e casamatas. Assim, infere-se que as lutas dos subalternos não terão êxito enquanto se dirigirem apenas à sociedade política.

A robustez da sociedade civil enquanto, metaforicamente, cadeia de fortalezas e casamatas, foi identificada por Gramsci (2007a) nas sociedades ocidentais, diferenciando-se do Oriente, onde “a sociedade civil era primitiva e gelatinosa” (ibidem, p. 262). Tal comparação geográfica se relaciona, também, à teoria da revolução, desenvolvida por ele, combinando as formas de guerra chamadas de movimento ou manobra e de posição ou de assédio, sendo, esta última, estratégica no ocidente pós-guerra, mas não por isso, substituta daquela, pois, segundo o autor, “a verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo”. (ibidem, p. 72). Em outras palavras, conforme Del Roio (2012, p. 101):

Não se pode lançar ao assalto com vistas à conquista do poder (Estado operário e ditadura do proletariado) enquanto a luta de trincheira não tiver criado a premissa do êxito: o assalto pela destruição do adversário mantém-se, porém, como objetivo supremo.

Mas, como obter êxito numa luta de trincheira que se caracteriza pela complexificação da sociedade civil? A resposta de Gramsci mantém sua coerência com a possibilidade da revolução ao apontar o espírito de cisão, que consiste em se conquistar a consciência da própria personalidade histórica e difundir-la, a partir de um trabalho ideológico (GRAMSCI, 2017). Nesse sentido, Del Roio (2018), se refere a uma necessária reforma intelectual e moral, que partiria da cultura popular ou do senso comum, adquirido na experiência do trabalho, mas de modo crítico, com o apoio de intelectuais favoráveis à classe operária, que dariam organicidade às ideias desconexas, possibilitando, assim, o progresso intelectual para as massas.

Segundo Bianchi (2021), Gramsci aproxima as noções de guerra de posição e revolução passiva, a qual se caracterizava, entre outros, pela ausência da participação popular, devendo ser compreendida como uma chave explicativa para a atuação da burguesia, em países como a Itália, na atualização do capitalismo de modo reformista, que se desdobrou em uma transformação estatal, utilizando a guerra de posição como estratégia.

Destarte, é válido enfatizar o caráter revolucionário da obra gramsciana, voltada para a destruição do capitalismo e do Estado burguês, em oposição a interpretações equivocadas das noções de revolução passiva e de guerra de posição. Equívocos assim estão presentes até mesmo nas mudanças ocorridas no Partido Comunista Italiano, tratadas como atualizações legitimadas pela teoria de Gramsci, conforme aponta Del Roio (2012, p. 101):

A hipótese do PCI [...] de que o Ocidente seria radicalmente diferente do Oriente russo e de que Gramsci teria formulado uma teoria do Estado adequada ao capitalismo mais avançado, respaldaria a tática eurocomunista de buscar a hegemonia dentro do Estado democrático parlamentar liberal burguês.

A postura revolucionária de Gramsci pode ser observada, também, na sua elaboração sobre o chamado moderno príncipe, em referência a Maquiavel, tratando de uma concepção diferenciada de partido revolucionário. Segundo Neres (2012), Gramsci compreendia o partido político como sujeito coletivo aceito pela sociedade moderna para a função de dirigir o Estado, propondo, dessa forma, a criação de um organismo para tornar universais as vontades coletivas parciais na fundação de um novo Estado, superando a distinção entre dirigentes e dirigidos.

Para Gramsci (2007a, p. 16):

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.

Gramsci (2007a) aponta como pontos estruturantes do trabalho do partido revolucionário, a formação de uma vontade coletiva nacional-popular, organizada e expressa pelo mesmo partido, e uma reforma intelectual e moral, tendo como base o próprio partido. Todavia, conforme esclarece Thomas (2017), o moderno príncipe se dá como processo em movimento expansivo, dadas as relações de força presentes nessa formação coletiva.

Em permanente reconstrução, a partir da construção de consensos, está também o Estado, visto por Mendonça (2013) como uma relação social. Por sua vez, a diversidade de formas organizativas dos chamados aparelhos privados de hegemonia, presentes na sociedade civil, se unificam, segundo ela, por se referirem:

[...] às formas de produção econômica (infraestrutura) e política (Estado), ainda que sua atuação seja basicamente cultural, ou seja, a busca de organização de vontades coletivas, calcadas em valores e eticidade próprios, em prol da afirmação de projetos – de mudança ou conservação – que se tornem hegemônicos. (MENDONÇA, 2013, p. 3)

No que se refere à formação da hegemonia de um grupo social sobre outros, Gramsci (2007a), em sua discussão sobre relação de forças, apresenta, dentro do que ele tratou como momento da relação das forças políticas, três momentos da consciência política coletiva: a) o econômico-corporativo, quando se verifica uma restrita unidade homogênea de um grupo profissional que deve se organizar; b) o da solidariedade de interesses do grupo social mais amplo, mas ainda voltado para os interesses econômicos, pretendendo-se, junto ao Estado, apenas se igualar política e juridicamente aos grupos dominantes; c) e o

da “consciência de que os próprios interesses corporativos, [...], superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados”. (2007a, p. 41). Nessa última fase, o grupo iniciado no momento econômico-corporativo, quando se torna um grupo social ampliado, coloca a diversidade de suas ideologias em confronto até que uma, isoladamente, ou uma combinação delas se torne propensa a prevalecer sobre as demais e a unificar questões políticas, econômicas, intelectuais e morais, universalizando-se⁵.

Gramsci (2007a) prossegue afirmando que o Estado é, então, concebido para favorecer a expansão máxima do grupo que passou a ser dominante, porém tendo que incorporar algumas demandas dos grupos subordinados, buscando um equilíbrio entre interesses em que os dos grupos dominantes prevalecem, mas até certo ponto.

A organização das vontades coletivas, que disputarão a hegemonia ou se manterão como hegemônicas, depende da atuação de intelectuais, os quais, para Gramsci (1982, p. 11) são considerados “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”.

O pensamento dialético de Gramsci leva à conclusão de que, se há grupos sociais ou classes exercendo a hegemonia, há quem esteja subordinado a eles, formando-se, assim, o par conceitual hegemônico/subalterno, o que dá relevância à categoria subalterno nas obras gramscianas, embora ela seja menos estudada, quando comparada a outros conceitos do autor, podendo ser considerada, equivocadamente, como negação ou crítica aos marxistas quanto à teoria das classes. (OLIVEIRA, 2016).

De acordo com Oliveira (2016, p. 5), a categoria subalterna “[...] oferece de fato um adensamento à análise das classes e grupos sociais, na medida em que permite qualificar não apenas a relação entre os grupos, mas a qualidade desta relação.” Isto ocorre porque, segundo a autora, a subalternidade não é algo que faça parte da natureza de sujeitos ou grupos sociais. Ela se dá de acordo com as relações de poder em que esses sujeitos e grupos se inserem, tanto cultural, quanto política-ideológica e/ou economicamente.

A obra de Gramsci apresenta uma variedade de temas e conceitos complexos dos quais, para as análises iniciais deste estudo, foram abordados, até o presente, aqueles relativos à visão de Estado integral: a sociedade política, que seria o Estado em sentido restrito ou de governo; a sociedade civil, relativa aos aparelhos privados de hegemonia; os intelectuais, necessários para a construção da hegemonia, e a hegemonia, que pode estar associada tanto à produção do consenso “espontâneo”, como ao uso da força de um grupo dominante sobre os grupos subalternos.

⁵ Segundo Gramsci (2007a), o momento da análise da relação das forças políticas fica entre um momento anterior ao econômico-corporativo, dado pelo estudo do que está diretamente ligado à estrutura, ou seja, às forças materiais de produção, e um posterior à universalização das ideologias, que é o momento da relação das forças militares.

Faz-se necessário, então, retomar a concepção de Lefebvre sobre o Estado, ressaltando-se a publicação da obra *L'Etat*, em 1976, na qual o autor francês apresenta a complexa relação histórica entre Estado e espaço. Considerando que o Estado nasce num espaço e com ele pode perecer, Limonad (2014) observa que essa relação se dá por meio da produção desse espaço tanto fisicamente, resultante de conflitos entre diferentes forças sociais; quanto socialmente, através de instituições, leis, convenções e valores, e, ainda, mentalmente, devido às representações do Estado construídas pelas pessoas. Essa relação se revela na atuação do Estado para as transformações do espaço, visando a reprodução das relações sociais de produção, de acordo com as demandas das frações de classe que exercem hegemonia e dominação política sobre as demais.

A concepção de Estado para Lefebvre, ora apresentada, possibilita a articulação entre a teoria da produção do espaço e a visão de Estado que incorpora a sociedade civil e as relações de hegemonia/subalternidade. Nesse sentido, autores como Kipfer (2002, 2008), Viveiros (2020) e Limonad e Lima (2003) formularam articulações entre as teorias gramscianas e lefebvrianas, a partir do tema da hegemonia.

A exemplo de Kipfer (2008), as articulações entre as teorias gramscianas e lefebvrianas costumam apontar para a referência a Gramsci feita por Lefebvre, na obra *La Producción del Espacio*:

Alguns esquecem facilmente que o capitalismo tem outro aspecto que certamente está ligado ao funcionamento do dinheiro, ao funcionamento dos diferentes mercados e às relações sociais de produção, mas um aspecto diferente na medida em que é dominante: a hegemonia de uma classe. O conceito de hegemonia, introduzido por Gramsci para antecipar o papel da classe trabalhadora na construção de uma nova sociedade, permite-nos analisar a ação da burguesia, particularmente em tudo o que se relaciona com o espaço. O conceito de hegemonia refina o conceito um tanto brutal e rude de "ditadura" do proletariado depois daquela exercida pela burguesia. Designa muito mais do que influência e muito mais do que o uso perpétuo da violência repressiva. A hegemonia é exercida sobre toda a sociedade, cultura e conhecimento incluídos, geralmente por sujeitos interpostos: políticos, personalidades, partidos, mas muitas vezes também por intelectuais e especialistas. Consequentemente, também é exercido sobre instituições e representações. Hoje a classe dominante mantém sua hegemonia por todos os meios, inclusive o conhecimento. A ligação entre conhecimento e poder torna-se manifesta, o que de forma alguma impede o conhecimento crítico e subversivo; ao contrário, define a diferença conflituosa entre o saber que está a serviço do poder e o saber que se recusa a se reconhecer nele. (LEFEBVRE, 2013, p. 71, tradução nossa).

Observa-se, a partir dessas afirmações, que a discussão lefebvriana atenta para o exercício da hegemonia, pela classe burguesa, sobre os mais diversos aspectos da vida social, indo além da simples influência ou do uso constante da força, envolvendo até mesmo as instituições, como meio de manutenção de seu poder. A citação já indica que o conceito gramsciano de hegemonia possibilita a análise das ações da classe burguesa sobre o espaço, mas, no parágrafo seguinte, Lefebvre (2013) ressalta essa

possibilidade ao questionar: “É concebível que a hegemonia deixe de lado o espaço?” (p. 72, tradução nossa). E segue afirmando que, no decorrer daquela obra, será mostrado “[...] como o espaço é útil e como a hegemonia o utiliza para a constituição, a partir de uma lógica subjacente, e com a ajuda de conhecimentos e técnicas, de um ‘sistema’”. (p. 72), o que Kipfer (2008, p. 194, tradução nossa) compreende como “um convite para urbanizar a teoria da hegemonia de Gramsci por completo”.

Apesar das diferenças entre as abordagens gramscianas e lefebvrianas, autores como Kipfer (2002) e Limonad e Lima (2003) encontram nelas algumas convergências. Para Limonad e Lima (2003), Gramsci e Lefebvre têm o mérito de dar importância às questões específicas da luta marxista, num momento em que se acreditava que atentar para questões particulares poderia prejudicar o movimento revolucionário. A valorização ao senso comum, no caso de Gramsci, e ao cotidiano, por Lefebvre, também revelam proximidade entre eles, embora o tratamento a essas questões tenha resultado em ostracismo por algumas correntes de esquerda.

Em Kipfer (2002), observa-se que, para além das diferenças entre as teorias desenvolvidas por Gramsci e Lefebvre, ambos se assemelham “em suas respectivas tentativas de ir além do leninismo e de forjar um marxismo aberto, em sintonia com o desenvolvimento desigual do capitalismo metropolitano” (p. 195, tradução nossa). Além de aberta, suas análises sobre o marxismo ocorrem por meio de uma perspectiva integral, sendo possível identificar, em Lefebvre, uma forma de “urbanizar” a hegemonia, dado que essa é uma forma do capitalismo continuar sobrevivendo apesar das crises. As abordagens são, para Kipfer (2002), diferentes, mas complementares, considerando que Lefebvre:

[...] se concentrou menos na relação entre grupos sociais no Estado e na sociedade civil e mais naquelas forças às quais Gramsci havia prestado pouca atenção: tendências universalizantes (mas desiguais) de mercantilização e momentos de possibilidade utópica manifestados dentro das contradições da vida cotidiana. (KIPFER, 2002, p. 126, tradução nossa).

Ainda para Kipfer (2002):

Apesar das diferenças, os modos de tratar hegemonia em Lefebvre e Gramsci eram semelhantes em vários aspectos. Em primeiro lugar, ambos os autores viam a hegemonia como o processo contingente por meio do qual a totalidade capitalista é construída. Construída sobre as ligações entre a cultura popular e as “relações de força” entre as forças sócio-políticas (Gramsci) e as conexões entre a vida cotidiana, o estado, o capital e o conhecimento dominante (Lefebvre), a hegemonia é uma fusão contingente de macro e micro dimensões da realidade, uma condensação de base e superestrutura. (KIPFER, 2002, p. 126, tradução nossa).

Desta forma, tanto Gramsci, quanto Lefebvre se afastam do economicismo que marcou a perspectiva teórica de parte dos marxistas, além de não reduzirem suas análises à perspectiva cultural.

Ademais, ainda conforme Kipfer (2002), para ambos os autores, a compreensão sobre a hegemonia não deveria ter por consequência a resistência a ela, mas a sua transformação.

Na sua extensa discussão sobre hegemonia, Gramsci (2002a, p. 62) apresenta o par dialético dominação e direção na sua discussão sobre o *Risorgimento* italiano. Para ele:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a "liquidar" ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também "dirigente".

O termo dominação também está presente na obra de Lefebvre, porém, voltando-se para a história da acumulação (de riquezas, conhecimento, tecnologia, entre outros) e a relação com o espaço. O par dialético, que, portanto, envolve tensão e complementariedade, se faz com a apropriação, a qual, para ele, está relacionada ao valor de uso, enquanto a dominação está vinculada ao valor de troca e à propriedade. Considerando a história da acumulação, ele afirma que:

Inicialmente houve uma apropriação sem dominação [...]. A dominação prosperou conforme se acrescentava o poder das armas, conforme se estendia a guerra, o Estado e o poder político. A oposição “dominado-apropriado” não se limita, em consequência, a um mero contraste discursivo; está muito longe de ser oposição significativa. Esta oposição dá lugar a um movimento conflitivo que se desenvolve até a vitória opressora de um dos termos em luta: a vitória da dominação, que termina subjugando a apropriação. Mas, não o suficiente como para que esta desapareça. Pelo contrário: a prática e o pensamento teórico proclamam a sua importância e reclamam sua restituição. (LEFEBVRE, 2013, p. 214, tradução nossa).

Assim, apesar da distinção dos contextos, o termo dominação apresenta similaridade entre os dois autores por estar relacionado à coerção, uso da força e poder das armas, diferenciando-se de um dos sentidos da hegemonia gramsciana, que é a formação do consenso. Tal observação se faz necessária, no presente estudo, visando evitar confusões quanto ao uso do termo, que poderá ter seu sentido vinculado tanto a grupos sociais, classes ou frações de classe, quanto à produção do espaço.

No sentido lefebvriano, a dominação, em conjunto com a apropriação, se relacionam também com as dimensões da ordem próxima, que corresponde, para Lefebvre (2011, p. 52), às “[...] relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles”, e a ordem distante, que, por sua vez, seria “a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma ‘cultura’ e por conjuntos significantes”. (idem). Para ele, a ordem distante é dotada de poderes, se impõe e se projeta sobre a realidade prático-sensível.

Kipfer (2008) associa a ordem distante a ideologias religiosas e políticas, sendo abstrata e aparentemente transcendente, tornando-se visível, ao se projetar na realidade prático-sensível, persuadindo, por meio da ordem próxima, e exercendo seu poder de convencimento.

Limonad e Lima (2003, p. 22) discutem a ordem próxima e a ordem distante, a partir do pensamento de Lefebvre, e observam que elas:

[...] não seriam dimensões numéricas, quantitativas, que, em termos do tempo, significariam duração, e do espaço, distâncias materiais, escalas cartográficas, correlações físicas restritas ao assim chamado mundo material. Ao contrário, de um ponto de vista filosófico, que busca uma abordagem unitária da realidade o próximo e o distante na obra de Lefebvre referem-se não a quantidades, mas a qualidades. Qualidades que expressam diferenças em termos de escalas, esferas e formas de representação e (re)produção do espaço social, que representam uma retomada da contradição latente entre o valor de uso e o valor de troca entre a apropriação social, o vivido e a dominação, o concebido. Entre o hegemônico e o não-hegemônico. Contra a subsunção do espaço absoluto pelo espaço abstrato do capitalismo.

Com base nos referidos autores, é possível associar, para efeito de uma melhor compreensão, a atuação de agentes hegemônicos, o valor de troca, o espaço concebido e a ordem distante à dominação, enquanto ações de agentes não hegemônicos, o valor de uso, o espaço vivido e a ordem próxima se vinculam à apropriação.

A citação de Limonad e Lima (2003) faz referência aos espaços absoluto e abstrato, os quais, formam uma tríade com o espaço diferencial, estando relacionados à dimensão temporal. Para Costa (2003), a sequência do raciocínio de Lefebvre começa com o conceito de espaço absoluto, que é o natural, com origem na antiguidade. No tempo presente, tem-se o espaço abstrato, ligado ao período da acumulação, construído sobre o espaço absoluto, homogêneo porque pretende eliminar as diferenças, apesar de manter as desigualdades. A referência ao abstrato se faz porque, nesse período, o trabalho se separa do processo de reprodução da vida social e se torna abstrato. O espaço diferencial, por sua vez, apresenta-se como uma potencialidade em resposta às contradições do capitalismo presentes no espaço abstrato.

Nesse sentido, Lefebvre (1972) aponta como uma das contradições da produção do espaço o fato de que, no modo de produção capitalista, o domínio da natureza a destrói e, por consequência, causa a autodestruição da sociedade:

O domínio da natureza, ligado às técnicas e ao crescimento das forças produtivas, sujeito exclusivamente às exigências do lucro (da mais-valia) conduz à destruição da natureza. A corrente de trocas orgânicas entre a sociedade e a terra, essa corrente cuja importância Marx fez notar a propósito da cidade, encontra-se, se não interrompida, pelo menos perigosamente perturbada, e no horizonte perfilam-se resultados graves quando não catastróficos. Põe-se a interrogação se a destruição da natureza não é parte «integrante» de uma autodestruição da sociedade que, mantendo o modo de produção capitalista, vira contra si as suas forças e o seu poder. (LEFEBVRE, 1972, p. 170-171).

Assim, numa das contradições do capitalismo apontadas pelo autor, ocorre que ele avança destruindo a natureza, que o sustenta. Nesse processo, o homem passa a ser cada vez mais alienado da natureza, dada a privatização do solo, o que se reforça com o avanço da urbanização ou com sua expulsão do campo para a cidade. E essa alienação esconde a dialética entre o homem e a natureza, relação que é mediada pelo trabalho, o que é esclarecida por Lefebvre (1979), com base em Marx:

O homem difere do animal na medida em que, para conseguir o objeto de suas necessidades, criou instrumentos e inventou o trabalho. A necessidade é, ao mesmo tempo, ato (atividade) e relação, em si mesma complexa, com a natureza, com outros seres humanos, com objetos. Pelo trabalho o ser humano domina a natureza e se apropria parcialmente dela. Ele chega a ser 'contra a natureza' em dois sentidos: enquanto labor, existe esforço e disciplina, modifica a natureza em torno do homem e dentro do homem. O trabalho torna-se uma necessidade. Os sentidos são cultivados e apurados pelo trabalho. As necessidades mudam e são cultivadas, porque o trabalho as modifica, apresentando-lhes novos bens. Assim o homem emerge da natureza, sem poder se separar dela. (LEFEBVRE, 1979, p. 32).

No que se refere ao exercício da hegemonia por meio do espaço, Kipfer (2008, p. 200, tradução nossa) afirma que:

A forma dominante de espaço produzido sob o capitalismo é abstrata. É moldado pelas formas implacáveis de repetição (tempo linear), abstração homogeneizante e separação alienante da mercadoria, do Estado, do conhecimento tecnocrático e do patriarcado (falocentrismo). Embora estruturalmente violento, o espaço abstrato é hegemônico na medida em que envolve e incorpora as aspirações, desejos e sonhos diários das populações subalternas.

Porém, ainda com seu poder hegemônico, conforme afirmado anteriormente, o espaço abstrato pode chegar ao seu fim por força de suas contradições, que estão sempre se renovando, chegando-se ao chamado espaço diferencial. Para Lefebvre (2013, p. 110, tradução nossa):

A razão pela qual podemos chamá-lo assim é que o espaço abstrato tende à homogeneidade, reduz as diferenças ou particularidades existentes, enquanto o novo espaço não pode surgir (ou ser produzido), exceto acentuando as diferenças. Isto que este espaço abstrato separa é unido em virtude do novo espaço diferencial: as funções, elementos e momentos da prática social.

Diante do exposto, seria possível identificar os principais agentes da hegemonia na produção do espaço? Kipfer (2008, p. 201, tradução nossa) aponta, com base em Lefebvre, os especialistas em urbanismo, dentre eles os arquitetos e planejadores do espaço, que “[...] assumem um papel estratégico como intelectuais orgânicos em uma ordem neocapitalista urbanizadora.”.

Liguori e Voza (2017) afirmam que os intelectuais orgânicos do grupo dominante atuam entre os governantes e os governados na preparação do já mencionado consenso “espontâneo”. No entanto, essa função se estende, também, à coerção, pois, conforme Gramsci (1982), tais intelectuais devem cuidar:

1) do consenso " espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social [...]; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa, nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (1982, p. 11).

Ressalta-se que, para Gramsci (1982, p. 7), “todos os homens são intelectuais [...], mas nem todos [...] desempenham na sociedade a função de intelectuais”. Ademais, além dos intelectuais orgânicos, há um segundo tipo, os “tradicionais”, que são categorias preexistentes, “as quais apareciam [...] como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas”. (1982, p. 5)

Quanto à criação de intelectuais orgânicos pelas classes sociais, Gramsci (1982) afirma:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. [...] Pode-se observar que os intelectuais "orgânicos", que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, "especializações" de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. (1982, p. 3 e 4)

Tais especializações são observadas, também, no que se refere à produção do conhecimento sobre o espaço. Lefebvre (2013) critica a parcialidade das ciências que pretendem exercer essa função, pois elas só conseguem fazer representações parciais e segmentadas a partir de descrições e fragmentações. Para ele, é necessário buscar o conhecimento sobre a produção do espaço, o qual permitiria compreender como as sociedades geraram seus espaços de representação e suas representações do espaço, permitindo-se, ainda, prever o futuro. Nesse sentido, ele diferencia o pensamento e o discurso “no espaço”, “sobre o espaço” e “do espaço”. Ademais, conforme Lefebvre (2002), os conhecimentos fragmentários resultam da divisão do trabalho, gerando as instituições científicas e culturais que tratam do conhecimento e que criam a ilusão de que buscam trabalhar a totalidade, mas na prática, apenas acentuam a fragmentação do conhecimento, servindo às ideologias ligadas ao mercado.

Assim, Lefebvre (2013) propõe a análise crítica do espaço, tal como Marx realizou a da economia. Numa analogia à substituição da análise das coisas em si mesmas pela análise crítica da atividade produtiva, tarefa executada por Marx, o autor compreende a necessidade de ir além da análise das coisas

no espaço para se descobrir as relações sociais nelas presentes. Afirma que a tendência tem sido fragmentar o espaço pela divisão social do trabalho, considerando-se o espaço como receptáculo passivo. Nessa analogia, seria possível também investigar a fetichismo do espaço. (LEFEBVRE, 2013).

Lefebvre (2013) alerta quanto ao conceito de produção do espaço ser visto como ameaça para os especialistas que trabalham com esquemas redutores, pois, embora concorde que a redução seja um método científico necessário, o reducionismo deve ser evitado, visto que ele dissimula a ideologia, aparentando cientificidade.

O autor questiona como fazer a crítica ao espaço se ele não é nem sujeito, nem objeto. Tal crítica faz sentido porque, às vezes, ele se comporta como coisa, no sentido de dissimular seu conteúdo. Como exemplo, ele cita a casa, que pode ser definida apenas como um fixo, pela forma física, na perspectiva da representação do espaço, mas que, numa análise mais profunda, na perspectiva do espaço da representação, ou seja, a partir do que os habitantes pensam, a definição envolve também fluxos tais como redes de energia, canalização, circulação etc. (LEFEBVRE, 2013).

Considerando que o pensamento marxista só pode ser mantido quando se busca subordinar as coerências às contradições, Lefebvre (1972) afirma a necessidade de se manter uma análise marxista da atualidade, dadas às diversas contradições que marcam a permanência do capitalismo baseada na produção do espaço, principalmente no que se refere ao espaço urbano.

Lefebvre (1972) justifica a necessidade da retomada do movimento de todo o pensamento de Marx e Engels para a compreensão da atualidade, dado que, apesar de Marx ter pressentido problemas futuros em relação ao capitalismo, dos quais se ressalta a sua expansão por todo o mundo subordinando as forças produtivas antecedentes, não foi possível para ele identificar as soluções. O autor prossegue afirmando que tal expansão, porém, foi acompanhada pela constituição de novos setores de produção/exploração/dominação, a exemplo dos tempos livres e da urbanização.

Em outras palavras, Lefebvre (2008) afirma que a re-produção das relações de produção foi a forma encontrada para que o modo de produção capitalista se defendesse de um colapso que o levaria ao seu fim. Para ele:

Essa vinculação à produção, do espaço em geral e do espaço urbano em particular, abrange somente a reprodução dos meios de produção, dos quais faz parte a força de trabalho. Ora, essa hipótese convém ao capitalismo do século XIX, ao capitalismo concorrencial, cujo problema principal era reproduzir materialmente seus meios de produção (máquinas e força de trabalho) e permitir o consumo dos produtos, ou seja, a compra no mercado. Sistema contratual (o contrato de trabalho), sistema jurídico (o código civil e o código penal) quase bastavam para assegurar, com a venda da força de trabalho, essa re-produção dos meios de produção. É claro que nessas condições o espaço era, então, simplesmente funcional e instrumental. A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num front muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa reprodução das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção: ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres

e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro. (LEFEBVRE, 2008, p. 47-48).

Para Carlos (2020):

A centralidade do conceito de “reprodução das relações sociais” desenvolvida por Lefebvre se abre para a compreensão do fenômeno urbano ultrapassando os limites territoriais da cidade e iluminando o urbano produzido através de aspirações e necessidades de uma sociedade de classes. Nesta perspectiva o urbano se constitui como um momento da reprodução saído da história da industrialização na construção do caminho que aponta a sociedade urbana num espaço mundial.

Assim, a continuidade do capitalismo passou a depender cada vez mais da adaptação do ser humano, em seu cotidiano, às mudanças nos processos produtivos e ao consumo da produção massificada, o que, em Gramsci, referindo-se ao industrialismo, já ficava evidente em seu escrito “Americanismo e Fordismo”, de 1934. Dentre diversos aspectos, em sua análise, no que se refere à racionalização da produção e do trabalho, ele observa que “os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro”. (GRAMSCI, 2001, p. 264). Ainda para ele:

A história do industrialismo [...] foi sempre uma luta contínua contra o elemento "animalidade" do homem, um processo ininterrupto, frequentemente doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos [...] a normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão sempre novos, mais complexos e rígidos, que tornam possíveis as formas cada vez mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo. (2001, p. 262).

Lefebvre (2002) observa a proliferação do tecido urbano, que é o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo e afirma que a sociedade urbana ou o urbano nasce da industrialização e a sucede, não sendo um fato consumado, e sim, uma orientação, uma hipótese teórica ou um objeto virtual possível. A industrialização é, para ele, um processo que domina e absorve a produção agrícola, sendo necessário perceber as continuidades e descontinuidades na análise teórica desse tema.

Ainda sobre a industrialização, Lefebvre (2011) pressupõe a desestruturação das estruturas pré-existentes. As cidades, sendo os lugares dos mercados, bancos, residências de dirigentes e reserva de mão de obra, apresentam vantagens e se tornam, então, importantes para a arrancada da indústria, que delas se apoderam. Desse modo, a industrialização implode e explode a cidade, pois ela se instala fora do centro e, em seguida, no centro. Ocorre, assim, um processo dialético tendo de um lado a industrialização, o crescimento e a produção econômica, e de outro, a urbanização, o desenvolvimento e a vida social. (LEFEBVRE, 2011).

Partindo da concepção de que as relações sociais se realizam como relações espaciais, Carlos (2004), com base em Lefebvre, afirma que:

[...] o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso – ao longo do tempo. Esse sentido diz respeito à superação da ideia de cidade reduzida à simples localização dos fenômenos (da indústria, por exemplo), para revelá-la como sentido da vida humana em todas as suas dimensões, – de um lado, enquanto acumulação de tempos, e de outro, possibilidade sempre renovada de realização da vida. Assim, a cidade se realizaria também, como lugar do possível – possibilidade de um projeto voltado para o futuro. (CARLOS, 2004, p. 11).

Lefebvre (2011) ressalta o papel dos processos globais na modelagem do espaço urbano, bem como nas transformações do cotidiano a partir de grupos que se introduziram no espaço e dele se apropriaram.

Assim, a sociedade urbana é considerada, por Lefebvre (2002) como planetária, apresentando problemas sem respostas nem no capitalismo, nem no socialismo, de modo que o urbano não resolve as contradições do industrial, pois elas passam da cidade-campo para o centro “riqueza-poder” e as periferias, entre integração e segregação. A questão da centralidade depende de uma análise dialética, a qual não se vê no urbanismo, pois ele desconsidera as contradições internas.

Tais contradições impedem o desenvolvimento desse urbano, levando-o apenas ao seu crescimento. O autor propõe, então, a hipótese de que a sociedade urbana está sendo gestada na sociedade burocrática do consumo dirigido. Esta, conforme Lefebvre (1991b), apresenta-se atenciosa e protetora, determinando o que o indivíduo deve consumir programando o cotidiano, tornando-se necessária, portanto a análise desse cotidiano, pois nele encontram-se os conflitos, a contradição que se esconde numa sociedade que se diz baseada na racionalidade e na coerência, ou seja, essa análise revela a mais grave das contradições, a qual se encontra no conflito entre as opressões que constituem uma ordem social e o próprio cotidiano, e a ideologia da liberdade, que é apenas uma aparência.

Kipfer (2008, p. 198, tradução nossa), ao se referir à publicação lefebvriana “Crítica da vida cotidiana”, observa que ela “efetivamente reformulou a crítica da alienação e do fetichismo da mercadoria em uma análise da separação, fragmentação e naturalização nos novos ‘setores’ do capitalismo pós-guerra: lazer, rádio e TV, vida de café, publicidade, literatura popular”. A referida crítica mostra um novo direcionamento na produção do consenso, que passou a difundir mais intensamente a cultura burguesa, quando se encaminhou para a vida cotidiana, por ela ser fundamental para a reprodução do capitalismo, dado que ela se realiza por práticas rotineiras e repetitivas nas diversas esferas da vida, a exemplo do trabalho, do lazer e da vida familiar. A hegemonia da classe burguesa exercida no âmbito da vida cotidiana se torna uma forma de se evitar a revolução.

Considerando o que foi exposto, buscando aprofundar a análise da produção do espaço como mercadoria, é importante incluir, nesta discussão, uma das principais contribuições de Lefebvre para

esclarecer a relação entre o espaço e a reprodução das relações sociais de produção: a dialética tridimensional do espaço, destacando-se a hegemonia presente no espaço concebido e a interferência dessa dimensão espacial no cotidiano.

Inicialmente, é válido ressaltar que, ancorada em Marx, a dialética presente na obra de Lefebvre se destaca pela originalidade na composição de tríades, buscando, assim, superar as proposições binárias comuns às simplificações das teorias marxistas. Nesse sentido, Kofman e Lebas (1996, p. 10, tradução nossa) afirmam que:

A dialética de Lefebvre não é a de Hegel, da tese-antítese-síntese, nem a de afirmação-negação-negação, encontrada em Marx, mas uma muito mais aberta, [...], juntando o conflituoso e o contraditório e ligando teoria e prática. [...]. A intenção não é negar um ou outro termo, nem transcendê-los, mas, revelar o movimento contínuo entre eles. [...]. Ao mesmo tempo, ele criticou os modos binários estáticos e tendeu a sugerir séries de tríades, por exemplo, na música, melodia, harmonia e ritmo; na natureza, energia, espaço e tempo, ou o verdadeiro, o belo e o bom.

Para Schmid (2012), a teoria lefebvriana da produção do espaço tem sido interpretada, por parte dos pesquisadores, de modo equivocado, desconsiderando-se o que para ele são aspectos fundamentais: "(1) sua versão triádica da dialética, desenvolvida com base em Hegel, Marx e Nietzsche; (2) sua teoria da linguagem baseada em Nietzsche; e (3) a influência da fenomenologia francesa em seu pensamento" (p. 89), havendo, portanto, a necessidade da reconstrução dessa teoria.

Assim, no que se refere à versão triádica da dialética, Lefebvre (2013) apresenta as dimensões das práticas espaciais, das representações do espaço e dos espaços de representação, às quais correspondem, respectivamente, três tipos de espaço: percebido, concebido e vivido.

a) A prática espacial de uma sociedade produz seu espaço: ela o postula e o supõe numa interação dialética: o produz lenta e serenamente, dominando-o e apropriando-se dele. Pelo ponto de vista analítico, descobre-se a prática espacial de uma sociedade ao se decifrar o seu espaço. Em que consiste a prática espacial no neo-capitalismo? Expressa uma estreita associação no espaço percebido, entre a realidade cotidiana (o uso do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes que se ligam aos lugares do trabalho, da vida 'privada', de ócio). Sem dúvida, essa associação é surpreendente, pois inclui a separação mais extrema entre os lugares que vincula. A competência e a performance espaciais próprias de cada membro da sociedade só são apreciáveis empiricamente. A prática espacial moderna se define, portanto, pela vida cotidiana de um habitante de habitação social na periferia, caso limite, mas, sem dúvida, significativo; sem que isso nos autorize a deixar de lado as auto-estradas e a política de transporte aéreo. Uma prática espacial deve possuir certa coesão, sem que isto seja equivalente a uma coerência (e o sentido de intelectualmente elaborada: concebido logicamente); b) As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, o espaço dos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas fragmentadores, engenheiros sociais e até o de certo tipo de artistas próximos à cientificidade, todos os quais identificam o vivido e o percebido com o concebido (os que perpetuam as especulações alquimistas sobre os números: o número áureo, os módulos, os cânones, etc.) É o espaço dominante em qualquer sociedade (ou modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retomar) a um sistema de signos verbais, portanto elaborados intelectualmente; c) Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos

‘habitantes’, dos ‘usuários’, mas também o de certos artistas e talvez daqueles romancistas e filósofos que só descrevem ou só desejam descrever. Trata-se do espaço dominado, isto é, passivamente experimentado, que a imaginação deseja modificar e tomar. Recobre o espaço físico utilizando simbolicamente seus objetos. Por conseguinte, esses espaços de representação mostrariam uma tendência (de novo com as exceções precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (LEFEBVRE, 2013, p. 97-98, tradução nossa).

Lefebvre (2013) faz uma analogia da tríade com o corpo, onde a prática espacial seria o uso do corpo (das mãos, dos órgãos do sentido, entre outros), tratando-se da esfera do percebido; as representações do espaço seriam as representações do corpo, que “provém de uma experiência científica difundida e mesclada de ideologias” (p. 98, tradução nossa), na esfera do concebido, e, finalmente, os espaços de representação seriam a experiência corporal vivida, que é bastante complexa porque nela a cultura intervém, correspondendo ao espaço vivido.

O referido autor ressalta que essa tríade não se trata de um modelo abstrato, pois busca captar o concreto, que não deve ser confundido com o imediato. Do contrário, ela seria apenas mais uma mediação ideológica.

Lorea (2013) esclarece essas dimensões e espaços afirmando que:

O primeiro [espaço percebido] deve ser entendido como o espaço da experiência material, que vincula realidade cotidiana (uso do tempo) e realidade urbana (redes e fluxos de pessoas, mercadorias ou dinheiro, que se assentam em – e transitam – o espaço), englobando tanto a produção, como a reprodução social. O segundo [espaço concebido] é o espaço dos especialistas, os cientistas, os planejadores. O espaço dos signos, dos códigos de ordenamento, fragmentação e restrição. O terceiro [espaço vivido], finalmente, é o espaço da imaginação e do simbólico dentro de uma existência material. É o espaço de usuários e habitantes, de onde se aprofunda na pesquisa de novas possibilidades da realidade espacial. (LOREA, 2013, p. 15-16, tradução nossa).

Harvey (2015) não considera Henri Lefebvre como o primeiro a desenvolver estudos na perspectiva da produção do espaço, mas utiliza o seu aporte teórico no que se refere, entre outros, a tríade supracitada. Para ele:

O espaço material corresponde simplesmente para nós, humanos, ao mundo da interação tátil e sensual com a matéria, é o espaço da experiência. Os elementos, momentos e eventos deste mundo são constituídos da materialidade de algumas qualidades. A maneira pela qual representamos este mundo é outra coisa, mas ainda aqui nós não concebemos ou representamos o espaço de maneira arbitrária; nós procuramos as descrições apropriadas, se não exatas, das realidades materiais que nos circundam por meio de representações abstratas (...). Henri Lefebvre, como Walter Benjamin, insiste que nós não vivemos como átomos materiais flutuando ao redor de um mundo material; nós temos igualmente imaginações, medos, emoções, psicologias, desejos e sonhos (BENJAMIN, 1999). Estes espaços de representação são uma parte integrante de nosso modo de viver no mundo. (HARVEY, 2015, p. 136).

Schmid (2012), em sua reconstrução da teoria lefebvriana da produção do espaço, aponta as limitações de interpretação de importantes pensadores sobre a sua dialética, incluindo Harvey, que, inicialmente demonstrou um ceticismo em relação à tridimensionalidade, mas que posteriormente foi “compelido a verificar mais precisamente as premissas básicas de seu próprio edifício teórico” (p. 105) para, assim, acompanhar Lefebvre a ir além “de um marxismo estreito e das limitações da crítica clássica da economia política” (p. 105).

Desse modo, Schmid (2012) esclarece a necessidade de que se dê exatamente o mesmo valor às três referidas dimensões, de modo que as análises devem considerar que o espaço é ao mesmo tempo concebido, percebido e vivido. Para ele, essas dimensões “constituem uma unidade dialética contraditória. É uma tripla determinação: o espaço emerge somente da interação de todas as três” (p. 105).

Ainda em Schmid (2012), é possível identificar a influência da perspectiva fenomenológica, mas ao mesmo tempo materialista, na tridimensionalidade proposta por Lefebvre, a qual pode se relacionar ao indivíduo ou à sociedade. De modo claro, ele diferencia e relaciona os três espaços:

Espaço percebido: o espaço tem um aspecto perceptível que pode ser apreendido por meio dos sentidos. Essa percepção constitui um componente integral de toda prática social. Ela compreende tudo que se apresenta aos sentidos; não somente a visão, mas a audição, o olfato, o tato e o paladar. Esse aspecto sensualmente perceptivo do espaço relaciona-se diretamente com a materialidade dos “elementos” que constituem o “espaço”.

Espaço concebido: o espaço não pode ser percebido enquanto tal sem ter sido concebido previamente em pensamento. A junção de elementos para formar um “todo” que é então considerado ou designado como espaço presume um ato de pensamento que é ligado à produção do conhecimento.

Espaço vivido: a terceira dimensão da produção do espaço é a experiência vivida do espaço. Essa dimensão significa o mundo assim como ele é experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana. Neste ponto, Lefebvre é inequívoco: o vivido, a experiência prática, não se deixa exaurir pela análise teórica. Sempre permanece um excedente, um remanescente, o indizível, o que não é passível de análise apesar de ser o mais valioso resíduo, que só pode ser expresso por meio de meios artísticos. (Schmid, 2012, p. 103).

Ressalta-se que Lefebvre (2013) compreende que as três dimensões do espaço interferem na sua produção de diferentes maneiras, considerando as suas características, seu modo de produção e o momento histórico, sendo que a relação entre elas apresenta uma tensão permanente.

Lorea (2013) também destaca essa tensão permanente na tríade, a qual, numa sociedade capitalista, não se resolve na dimensão do concebido, ao contrário do que se possa supor, dado que:

[...] dificilmente, aponta Lefebvre, o espaço vivido, aquele onde se encontram os lugares da paixão e da ação, se submete às regras da coerência que as representações do espaço pretendem impor. O autor propõe, assim, captar a experiência mutável do espaço através dessa tensão dialética, reivindicando a potencialidade dos espaços de representação para atuar sobre as representações e as práticas espaciais. (LOREA, 2013, p. 16, tradução nossa).

Conforme abordado no tópico anterior, a produção do espaço se tornou um meio para a realização da hegemonia da burguesia, o que, para Kipfer (2008), é possível compreender a partir da observação das dimensões do percebido, concebido e vivido. Para ele:

É útil lembrar que Lefebvre analisou a produção do espaço como um processo tridimensional. [...]. Lefebvre insistiu que o espaço produzido tem as dimensões percebido, concebido e vivido. Em outras palavras, os processos e estratégias de produção do espaço social podem ser observados em seu material (aspectos percebidos), seus aspectos representacionais, institucionais e ideológicos (concebidos) e seus aspectos afetivo-simbólicos (vividos). A produção do espaço urbano contribui para a hegemonia na medida em que funde o campo imediato contraditório do espaço vivido com processos e estratégias de produção do espaço concebido e percebido. (KIPFER, 2008, p. 200, tradução nossa).

Lorea (2013) ressalta a importância das obras lefebvrianas na discussão sobre o espaço público urbano, dado que o marxista francês evidencia as ações dos urbanistas em direção ao desaparecimento desse espaço, fazendo com que ele perca suas funções informativas, simbólicas, de diversão, de manifestação da própria cidade, para se reduzir a funções de passagem, ligando pontos da cidade e facilitando o trânsito, de modo a priorizar o automóvel em relação aos pedestres. Assim, reduz-se o vivido ao se impor, por e para o consumo, o espaço concebido pelos planejadores, adaptando-se seus usos às normas impostas. A crítica lefebvriana, conforme a autora, considera que esse direcionamento, dado pelos arquitetos e urbanistas, em geral, ocorre de modo não explícito, pois o espaço público urbano se apresenta como se estivesse sendo moldado em favor dos cidadãos, como “pré-existente aos atores” (p. 22) estando já definidos seus possíveis usos. A autora afirma, ainda, que:

Esta ordem do espaço gera o que Lefebvre chama de um suposto consenso, que estaria tacitamente assumido por todos os usuários, com base nas pautas clássicas de urbanidade, que contribuiriam para gerar uma convivência segura e pacífica, evitando transtornos e ofensas para com os outros. Entretanto, com base em "uma superabundância de regulamentos draconianos", esse consenso não apenas limita a presença, ação e discurso dos atores, mas bloqueia a possibilidade de apresentar qualquer ordem espacial alternativa, inclusive introduzir modificações na já existente. (LOREA, 2013, p. 22, tradução nossa).

Corroborando com essa afirmação e enfatizando a questão ideológica presente no planejamento urbano, Gutierrez (2013, p. 43, tradução nossa) observa que, para Lefebvre:

A ideologia urbanística, que se proclama ciência, não serve apenas para legitimar a ordem social, procurando uma embalagem técnica asséptica, aparentemente neutra, inclusive no tratamento das formas, mas também contribui para estabelecer uma hegemonia, um modo de vida, comportamentos sociais aceitáveis, práticas concretas no espaço.

Assim, verifica-se que, no espaço público urbano, a representação do espaço, ou seja, a dimensão do espaço concebido se caracteriza pela busca pelo consenso, utilizando-se argumentos com a finalidade

de convencer os usuários sobre a necessidade do ordenamento, a partir de razões técnicas apresentadas pelos arquitetos e urbanistas, intelectuais orgânicos da burguesia, enquanto, na realidade, mascara-se a redução do vivido, do valor de uso do espaço, em favor do valor de troca e da ampliação das possibilidades de consumo.

Todavia, verifica-se em Lorea (2013) que, para além da busca pelo consenso, o uso da coerção também se faz presente na teoria lefebvriana da representação do espaço, o que se verifica pela já citada “superabundância de regulamentos”, mas também por elementos simbólicos e materiais que determinam quem pode ou não fazer uso daquele espaço. Lefebvre (2013, p. 355, tradução nossa) afirma que:

A maior parte das proibições são invisíveis. Os portões e grades, as barreiras materiais e fossos são apenas casos extremos de separação. Espaços elitistas, belos bairros e locais "selecionados" estão protegidos contra os intrusos por signos e significantes mais abstratos. A proibição é o reverso e a cobertura da propriedade, da apropriação negativa [dominação] do espaço sob o regime da propriedade privada.

Nesse sentido, Limonad e Lima (2003, p. 24) também observam a relação entre as representações do espaço e o exercício do poder. Para eles:

[...] as representações do espaço, segundo Lefebvre, correspondem a um sistema de signos, símbolos e códigos de representação dominantes em uma sociedade, que estão intrinsecamente relacionados ao exercício do poder e à conformação do espaço abstrato, domínio do Estado e do poder hegemônico que no capitalismo esmaga e escraviza o espaço absoluto.

Lorea (2013) observa que uma das mais inquietantes questões para Lefebvre, no que se refere à atuação dos cidadãos, está no seu silêncio e passividade diante dos problemas, passando a atuarem como consumidores e expectadores de um espaço não concebido para eles como usuários. Junto a essa questão, a autora aponta para o problema da participação cidadã como espetáculo, uma vez que, mesmo convidados pelas autoridades a decidirem sobre o planejamento de ações para os espaços, são utilizados mecanismos que impossibilitam a efetiva tomada de decisões por parte desses cidadãos. Para a referida autora, tais questões evidenciam o que Lefebvre ressalta constantemente: o espaço urbano como um espaço de contradição que desativa as inquietudes dos cidadãos, mas que não deixa de condensá-las ou localizá-las.

Lefebvre (2013) se refere a essa passividade ao afirmar que os produtores do espaço atuam de acordo com uma representação, que se coloca parcialmente justificada no espaço vivido, enquanto os usuários vivenciam passivamente o que lhes é imposto nesse espaço. Continuando seu raciocínio, ele questiona como ocorre essa manipulação e de onde vem a representação do espaço dos arquitetos e urbanistas. A partir dessas indagações, ele ressalta a questão da ideologia, observando que ela se dá no

espaço e, no capitalismo, o conhecimento também se torna ideológico, de modo que a relação ideologia-conhecimento entra no conceito mais amplo de representação e este pode servir como instrumento para as análises do espaço. (LEFEBVRE, 2013).

Lefebvre analisa as representações, buscando abordar seu conceito e a história desse conceito. Para ele, “a teoria das representações [...] explica sua eficiência pelo mero fato de que as representações não são falsas nem verdadeiras, mas sim, falsas ou verdadeiras: verdadeiras como respostas a problemas ‘reais’ - e falsas como simuladores das finalidades ‘reais’”. (1983, p. 62, tradução nossa).

Tal afirmação se insere na diferenciação que ele busca fazer entre representação e ideologia, considerando as interpretações equivocadas a partir da obra de Karl Marx. Em suas palavras, “as ideologias [...] são falsas. As representações, nem verdadeiras, nem falsas e ambas as coisas ao mesmo tempo, são informações apenas a respeito da forma lógica ‘pura’”. (Lefebvre, 1983, p. 98, tradução nossa).

A ideologia, porém, motiva ações de modo que, a partir de um esquema marxista, que ilustra a impossibilidade da superestrutura como mero reflexo da base econômica, Lefebvre (1991b) questiona:

E o que é uma ideologia? Essa mistura de conhecimentos, de interpretações (religiosas, filosóficas) do mundo e do saber, enfim, essa mistura de ilusões pode chamar-se “cultura”. Mas o que é uma cultura? É também uma práxis. É um modo de repartir os recursos da sociedade e, por conseguinte, de orientar a produção. É uma maneira de produzir, no sentido forte do termo. É uma fonte de ações e de atividades ideologicamente motivadas. (LEFEBVRE, 1983, p. 38).

Assim, o autor observa que as ideologias relacionadas à cultura têm papel ativo, devendo se reinserir no esquema marxista por ele apresentado, dado que elas, em conjunto com a cultura, as instituições e as organizações, atuam como mediadoras do consumo. Para ele:

Fica subtendido, de um lado, que a cultura não é uma vã efervescência, mas ela é ativa e específica, ligada a um modo de vida; de outro lado, que os interesses de classe (ligados estruturalmente às relações de produção e de consumo) não bastam para assegurar o funcionamento da sociedade em sua globalidade durante o tempo em que ela funcionar. (LEFEBVRE, 1991b, p. 39).

O equilíbrio, nesse esquema momentâneo, conforme ressalta o autor, depende da inserção da vida cotidiana, lugar onde esse equilíbrio pode se transformar em um desequilíbrio ameaçador para o modo de produção vigente, pois “quando as pessoas [...] não podem mais continuar a viver a sua cotidianidade, então começa uma revolução”. (LEFEBVRE, 1991b, p. 39).

As ideologias funcionam, portanto, como elementos, em geral, bem-sucedidos, para resolver, ainda que ilusoriamente, as contradições observadas na realidade proletária, a partir da universalização da

concepção de mundo burguesa do individualismo, mas, principalmente, possibilitando um direcionamento do cotidiano para o consumo. Desse modo, Lefebvre (1991a) afirma que:

E assim a burguesia pode exercer permanentes, e em certa medida, bem-sucedidas pressões sobre o proletariado - uma influência que tende a dividi-lo em indivíduos. O individualismo não é simplesmente uma teoria, mas também um fato e uma arma de classe. Não é simplesmente por meio de suas idéias e de sua concepção de mundo que a burguesia exerce essa influência. Reconhecidamente, seu individualismo teórico, seu “atomismo social” não é de forma alguma ineficazes, mas o modo como ele realmente organiza a vida cotidiana, o lazer, a vida familiar, etc, é infinitamente mais importante. Paradoxalmente - ou ao que parece - a burguesia é uma classe de individualistas. Sua teoria do atomismo social tende a representar a sociedade como uma coleção de átomos justapostos, dividindo o corpo social em elementos separados [...]. Essa representação nada mais é do que uma ideologia, isto é, um meio de ação, uma ilusão eficiente - e a consciência do burguês médio, e acima de tudo do pequeno burguês, é tomada por ela. Nem tanto o governo, braços políticos e policiais da burguesia; no nível político, a burguesia entende perfeitamente sobre massas e classes. Aqueles que efetivamente 'representam' a burguesia são mantidos muito bem informados [...]. (LEFEBVRE, 1991a, p. 152-153, tradução nossa).

Assim, é nessa análise que Lefebvre verifica a possibilidade de identificar as contradições pertinentes ao capitalismo, revelando a realidade encoberta por ideologias da classe dominante, que evitam processos revolucionários, uma vez que a própria luta de classes fica encoberta.

Os argumentos lefebvrianos aqui apresentados permitem inferir que a condição de aceitação passiva da classe dominada, inclusive no que se refere ao espaço concebido, que tende a reduzir o vivido ao desconsiderar o valor de uso de espaços públicos e privados para enfatizar seu valor de troca, se deve às ideologias que motivam a cultura como práxis ou fonte de ações. Todavia, conforme explicitado anteriormente, com base no próprio Lefebvre, ressalta-se a presença da subversividade em certas situações observadas no espaço vivido, o que se aproxima da relação entre estratégias e táticas discutida por Certau(1998, p, 46-47), que afirma:

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável em um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico. Denomino, ao contrário “tática”, um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro [...] a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho [...]. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”.

A mistificação ocasionada pelas ideologias se dá, em grande medida, no mundo do trabalho, dado que ele se trata de um ambiente de alienação, pois o trabalhador, no capitalismo, perde o controle sobre o que produz. Para Lefebvre (1991, a):

Quando um proletário acredita que ele é simplesmente um "cidadão" comparável a qualquer outro cidadão, ou que ele está destinado a trabalhar porque está escrito por toda a eternidade que todo homem "deve ganhar o pão com o suor do seu rosto", ele está sendo mistificado. Mas, como e por quê? Porque, para ele, o seu trabalho é um fardo trabalhoso e exaustivo em termos reais, e - sob certas pressões - se ele não entende (ou sabe) que o trabalho pode e deve tornar-se outra coisa, ele bem pode interpretá-lo como uma fatalidade da condição humana ou como seu próprio infortúnio pessoal. (LEFEBVRE, 1991a, p. 146, tradução nossa).

A análise do cotidiano, porém, se dá para além do ambiente de trabalho, como será verificado ainda neste tópico. Nessa mesma perspectiva, ressaltamos que, anteriormente a Lefebvre, Gramsci já observava que, para a expansão do capitalismo, foi necessário moldar o operariado no seu cotidiano para além das fábricas, o que ele abordou em seu estudo sobre o americanismo e o fordismo, que desde as primeiras décadas do século XX, se apresentavam como modelos a serem seguidos.

Analisando a obra gramsciana, Dias (1996) considera o americanismo uma tentativa de hegemonia, uma "ideologia constituidora do real" (p. 65), que se desenvolveu em um ambiente bastante favorável para a racionalização da produção e do trabalho, uma vez que, diferente da Europa, os Estados Unidos não possuíam uma quantidade numerosa de "classes parasitárias", ou seja, classes sem função importante no mundo produtivo. Essa racionalização combinou força, destruindo o sindicalismo operário de base territorial, e consenso, por meio da concessão de altos salários, benefícios sociais e propaganda político-ideológica.

De acordo com Gramsci (2007b, p. 248), "na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo". Nesse sentido, Dias (1996) compreende que, no ambiente fabril, o trabalhador foi elevado ao máximo de mecanicidade, reduzindo-se a necessidade da sua iniciativa, inteligência e imaginação, tornando-se cada vez mais desqualificado e substituível. Fora da fábrica, o trabalhador passou a ser convencido da necessidade da regulação do instinto sexual e do fortalecimento da família. Excessos ocasionados, por exemplo, pelo desregramento sexual ou pelo alcoolismo se tornaram objetos de atenção do industrial americano, não por moralismo, mas por racionalização da produção. A família, da qual se requeria uma estabilidade, perdia, para o mundo fabril, o seu papel de base na socialização.

Ainda para Dias (1996), a racionalização deveria atingir a relação corpo-mente, redefinindo o erótico e disciplinando o gasto de energia física e mental para a sua utilização na fábrica. Os altos salários também motivavam essas tentativas de controle do cotidiano do trabalhador, uma vez que o trabalhador deveria gastar racionalmente o que recebia de modo a não destruir sua eficiência no trabalho. Assim, se buscava "ampliar para a sociedade o campo de disciplina da fábrica". (1996, p. 67).

Em resumo, conforme Gramsci (2007b, p. 251):

A vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é algo inato, "natural", mas exige ser adquirido, ao passo que as características urbanas adquiridas são transferidas por herança ou absorvidas no decorrer da infância e da adolescência.

Lefebvre avança nos estudos sobre o cotidiano identificando a passagem de uma sociedade marcada pela industrialização para outra onde o urbano se impõe e já não se submete mais ao processo industrial. Desse modo, a produção do espaço se torna um importante elemento para a análise da reprodução do capital e, junto com ela, a cotidianidade. (CARLOS, 2019).

Carlos (2020, p. 358) afirma que:

O cotidiano é a instância que liga espaço-tempo e que revela o esvaziamento e enfraquecimento das relações sociais na cidade – perda de referências, isolamento e estranhamento. Portanto, à medida em que o espaço se mundializa e a sociedade urbana se gesta, as contradições se aprofundam.

Lefebvre (1991b) compreende o cotidiano como meio para se conhecer a sociedade e enfatiza, nesse cotidiano, o espaço sendo produzido para atender interesses do modo de produção capitalista, revelando ideologias e contradições nesse processo. Para ele:

Tratando-se do cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos. [...] Não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a ‘sociedade’, situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura) etc. (LEFEBVRE, 1991b, p. 35).

Na referida obra, Lefebvre faz o exercício de definir a sociedade atual, negando o que propunham alguns teóricos, identificando o que há de ideológico nas definições até então apresentadas. Assim, ressaltadas as verdades parciais em cada termo, a “sociedade industrial” não corresponde à realidade atual porque não produz a vida urbana em sua plenitude; a “sociedade técnica” tende a “eliminar as mediações que geraram a alta complexidade da vida social” (p. 57), pois se pretende ser um objeto técnico; a “sociedade da abundância” apesar de indicar a alta produtividade industrial, está marcada pela miséria material e pela escassez do espaço e do tempo; a “sociedade do lazer” perde seu sentido, dado que o lazer, atualmente, é apenas uma ruptura momentânea com o cotidiano e não é uma atividade livre; e, por fim, a sociedade do consumo é marcada pela ideologia do consumo, que “apagou a imagem do homem ‘ativo’, colocando em seu lugar a imagem do homem consumidor como razão de felicidade”. (LEFEBVRE, 1991b, p. 64).

Ainda buscando definir a sociedade atual, o marxista francês afirma que, no Ocidente neocapitalista, o planejamento da produção não aconteceu e, em seu lugar, se deu o planejamento ou a organização do cotidiano para a ampliação do consumo. Essa organização se deu por meio de organismos

públicos e instituições anexas, de modo que o capitalismo se adaptou fazendo as pessoas se adaptarem à vida moderna, na cidade nova, cujo espaço se concebe para se efetivar o maior controle do emprego do tempo. Assim, Lefebvre (1991b, p. 68) afirma que:

O cotidiano no mundo moderno deixou de ser “sujeito” (rico de subjetividade possível) para se tornar objeto (objeto da organização social). Enquanto objeto de reflexão, longe de desaparecer (o que poderia ter acontecido se o movimento revolucionário tivesse obtido sucesso), ele, ao contrário, se reafirmou e se consolidou.

A partir dessas reflexões, Lefebvre (1991b) propõe como definição para a sociedade atual o termo “sociedade burocrática do consumo dirigido”, considerando que assim ficam evidentes “[...] tanto o caráter racional dessa sociedade, como também, os limites dessa racionalidade (burocrática), o objeto que ela organiza (o consumo no lugar da produção) e o plano para o qual dirige seu esforço a fim de se sentar sobre: o cotidiano”. (1991b, p. 68).

No cotidiano, portanto, se encontram os conflitos e contradições, que se escondem numa sociedade dita racional e coerente, de modo que a análise sobre ele revela a mais grave das contradições, localizada entre o conflito entre as opressões, que constituem uma ordem social e o próprio cotidiano, e a ideologia da liberdade, que é apenas uma aparência. (LEFEBVRE, 1991b).

Ainda em Lefebvre (1991b), verifica-se que ele identifica um mal-estar nessa sociedade, proveniente de necessidades bem delimitadas pelo consumo organizado, que entram num jogo não revelado de satisfação e saturação. O sentido desaparece e o mal-estar se dá por esse vazio de sentido. Fazendo referência à destruição ocasionada pelo consumo, a obsolescência se tornou um dispositivo tanto no que se refere às coisas, quanto às necessidades, dado que novas necessidades substituem as antigas. A capacidade produtora, por sua vez, possibilitaria uma extrema mobilidade da vida. Para ele, “a obsolescência, ideologia e prática, encara o efêmero apenas como método para tornar o cotidiano rentável”. (p. 91), apresentando, assim, uma contradição entre o durável, instituído pela lógica das formas, e o efêmero manobrado, que é a deterioração rápida dos objetos como uma estratégia de classe visando a uma exploração racionalizada. Nessa sociedade, que se diz racional, o irracionalismo se agrava. Na relação entre a incessante busca pela satisfação e a insatisfação (o mal-estar), busca-se fugir do cotidiano e essa fuga se dá por meios controlados, a exemplo do turismo organizado. Ele aponta, ainda, duas espécies de lazer “estruturalmente” opostas: o lazer integrado ao cotidiano e a vontade de uma evasão.

Dessas reflexões, depreende-se que, na sociedade burocrática do consumo dirigido, a dominação dos espaços se torna necessária à continuidade do capitalismo. O lazer, incluindo o turismo, coloca-se como necessário para a recuperação da força, ao mesmo tempo em que se torna um elemento de consumo no e do espaço, revelando-se, ainda, a fragmentação espacial, ou seja, o espaço é concebido, dividido e

organizado para atender a funções específicas, tendendo para o homogêneo, ampliando a possibilidade de ser controlado e de se condicionar o cotidiano.

Nessa perspectiva, Lefebvre (1974, p. 221, tradução nossa) se refere à indústria do ócio:

Através da agricultura e da cidade o capitalismo tem colocado sua garra sobre o espaço. O capitalismo já não se apoia somente sobre as empresas e o mercado, mas sobre o espaço. Há também o ócio. Com a indústria do ócio o capitalismo tem abrangido os espaços que restavam vazios: o mar, a praia, a alta montanha. Tem criado uma indústria nova, uma das mais potentes: a indústria do ócio. (LEFEBVRE, 1974, p. 221, tradução nossa).

Na relação entre os lazeres e a tendência à fragmentação do espaço, Lefebvre (2008) observa que, passada a fase do capitalismo concorrencial, o espaço é caracterizado pela fragmentação, a exemplo da separação entre espaços de lazer e de produção, e sua unidade é mantida pelo poder, de modo que as contradições do espaço, as quais se busca mascarar, não estão relacionadas à sua racionalidade, mas ao conteúdo capitalista, que o torna global e fragmentado ao mesmo tempo. A burguesia possui duplo poder sobre o espaço, seja pela propriedade privada do solo, seja pela ação estratégica do Estado em sentido restrito. Os conflitos entre o espaço concebido e o espaço percebido e vivido são inerentes à fragmentação do espaço e sua comercialização.

Em relação aos lazeres com a finalidade da recuperação da força, observa-se sua ligação com o aumento do tempo livre proporcionado pela automação. Porém, a burguesia o subordina à mais-valia de modo que o ócio deixa de ser criativo, permanecendo nos indivíduos a reivindicação pelo não trabalho. Essa é uma das contradições da produção do espaço apontadas por Lefebvre (1972, p. 171-172):

Dado que a automatização torna possível o não-trabalho, a burguesia dirigente capta essa possibilidade em seu benefício. Se expande os tempos livres, só o faz subordinando-os à mais-valia através da industrialização e da comercialização desses mesmos tempos e dos espaços que lhes correspondem. Consagrando-o a sua ociosidade sem capacidade criadora, esteriliza o não-trabalho e suscita essa revolta sintomática que é a reivindicação do não-trabalho que se mantém marginal (comunidades hippies). [...] Aproxima-se o momento em que a burguesia procurará manter o trabalho nos países industrializados em vez de deixar emergir o não-trabalho! Logo, os espaços de trabalho, de não-trabalho e de tempos livres encadeiam-se no espaço mundial, de maneira paradoxalmente nova e que só agora começa a tomar forma e a encontrar repartição.

Referindo-se ao espaço do ócio e seu consumo, Lefebvre (2013, p. 116) afirma que “[...] na prática espacial do neocapitalismo, com os transportes aéreos, as representações do espaço permitem manipular os espaços de representação (sol e mar, festa, gasto e desperdício)” (tradução nossa). A partir dessa afirmação, infere-se que a turistificação, quando analisada como produtora de espaço pela dimensão da sua representação, em contraposição ao percebido e ao vivido, revela conflitos espaciais pela imposição de interesses de alguns grupos sociais.

Tal processo, que será discutido no próximo tópico, se alia ao processo de patrimonialização, seja da materialidade presente nos lugares, seja de eventos, paisagens, entre outros. E, nesse sentido, o Círio de Nazaré tem acompanhando essa tendência mundial, tornando-se um importante atrativo turístico, além de um patrimônio oficializado.

Verifica-se, portanto, que o ócio cria, no cotidiano, a necessidade da ocupação do tempo livre com práticas de lazer e turismo e que o espaço fragmentado se transforma em mercadoria, implicando, assim, numa concorrência entre as cidades, pelo capital. Em outras palavras, o espaço tornado mercadoria induz as cidades a competirem entre si por uma inserção num mercado mundial, que se movimenta de modo articulado com outros mercados, fazendo-se necessário o uso de novas estratégias espaciais. Para Sanchez (2001), o turismo é um desses mercados. Para ela, o turismo “tem fortes imbricações com o mercado de cidades e, apoiado-se nesta relação, constrói suas segmentações e grupos-alvo no mercado, como o turismo urbano, [...] o turismo de negócios, o turismo cultural, o turismo de compras, de jovens ou de terceira idade” (2001, p. 34).

Vale destacar que o turismo como mercadoria passou a ser considerado como necessidade a partir da ideia de que a viagem é uma necessidade humana. No entanto, as motivações que segmentam o turismo estão relacionadas a questões sociais, econômicas e culturais, de modo que, conforme Figueiredo (2014), os elementos que fazem parte da viagem não devem ser pensados como algo instintivo ou natural, sendo o turismo apenas uma forma particular de viagem comum a alguns grupos humanos que, no capitalismo, ganha dimensões globais.

Para além do espaço do ócio, retomando-se a discussão do cotidiano organizado para o consumo, é importante destacar o papel da articulação sociedade civil e sociedade política, ou seja, do Estado ampliado, nas ações coercitivas e na produção de consensos, garantindo-se, assim, a hegemonia de alguns grupos sociais. Conforme abordado no tópico anterior, a ordem próxima, aquela que se dá pelas relações horizontais entre grupos, está presente no cotidiano e ele, por meio do espaço social urbano, se liga à ordem distante, aquela onde se encontram as normas, as ideologias, enfim, ao que é ditado por poderosas organizações, políticas e civis.

Kipfer (2008, p. 205, tradução nossa) afirma que:

A arena central e contraditória para projetos potencialmente hegemônicos de produção de espaço é a vida cotidiana, ou, mais precisamente, o ponto em que aspectos dominados do espaço vivido tornam-se integrados aos ritmos lineares repetitivos do Estado, da mercadoria e do conhecimento tecnocrático.

O autor, articulando as teorias lefebvriana e gramsciana, compreende que a estratégia persuasiva para convencer os grupos populares a aceitarem a dominação ocorre pela ação proveniente da ordem distante. Desse modo, ao produzir o chamado espaço abstrato, caracterizado, entre outros, pela violência

com que se impõe e pela linearidade do tempo, que torna o cotidiano repetitivo, tal ordem busca também incorporar “as aspirações populares em um mundo alienado” (KIPFER, 2008, p. 200, tradução nossa).

Numa análise sobre o espaço abstrato, que corresponde ao espaço do modo de produção capitalista, Lefebvre (2013) o coloca como uma continuidade do espaço histórico (absoluto). Essa continuidade, porém, se dá com a negação desse espaço anterior, eliminando os resíduos do vivido nele presentes, assim como do seu possível sucessor, o espaço diferencial. Ao mesmo tempo, ele opera positivamente no que se refere às técnicas, ciências aplicadas e ao saber ligado ao poder.

Como espaço dominante, o espaço abstrato é o dos centros de riqueza e poder, que subjuga os espaços dominados (periféricos) e se apresenta a partir de elementos que o caracterizam como fálico, imponente, autoritário, enfim, repressivo, com seus monumentos, edifícios e torres. (LEFEBVRE, 2013). A partir dessa caracterização do espaço abstrato como um espaço de poder, o autor questiona sobre o motivo para o silêncio dos usuários e apresenta a sua suposição:

Por que razão sofrem, sem se rebelar, pelas manipulações que acabam por prejudicar seus espaços de suas vidas cotidianas? [...] Tal fenômeno, bastante surpreendente, de extensão mundial, deve responder a múltiplas causas e razões. É difícil que uma indiferença tão estranha pudesse ser mantida, se não fosse porque a atenção e o interesse dos usuários se desviassem para outras coisas, se suas demandas e propostas não se esquivassem com álibis, se os objetivos vitais não fossem substituídos por objetos. [...] Em suma, a abstração dotada de um terrível poder de redução do “vivido”. (LEFEBVRE, 2013, p. 109-110, tradução nossa).

Articulando-se tal suposição lefebvriana com a teoria gramsciana, pode-se inferir que o silêncio dos usuários ocorre na medida em que a hegemonia de uma classe, ou seja, a ilusória universalização de seus interesses junto aos grupos subalternos, tendo o Estado como sintetizador desses interesses e dessa universalização se efetiva num cotidiano dirigido para o consumo. Nesse sentido, a atuação dos intelectuais se torna fundamental, de modo que, ainda no exercício da associação entre as abordagens lefebvriana e gramsciana, compreende-se, no presente estudo, que os planejadores do espaço, entre os quais, para Lefebvre, se incluem os arquitetos e urbanistas, ao atuarem para favorecer a hegemonia do espaço abstrato, são considerados intelectuais orgânicos da classe burguesa.

Lefebvre (2011), ao abordar a reflexão urbanística, aponta para a formação, a partir do século XIX, intensificando-se no século XX, de uma racionalidade organizadora, operacional, tecnicista e analítica, que busca a coerência não como meio, mas como finalidade. Tal racionalidade não se apresenta de forma única, mas sim, em diversas tendências, das quais ele distingue: a) O urbanismo dos homens de boa vontade (arquitetos, escritores): cujas reflexões e projetos são, em geral, ligados ao humanismo clássico e liberal. Seu idealismo provém de modelos agrários e deseja construir imóveis e cidades ignorando as mudanças do mundo moderno; b) o urbanismo dos admiradores ligados ao setor público (estatal): se

pretende científico e tem base no racionalismo operacional que tende a negligenciar o “fator humano”. Não busca conceber a vida urbana, mas sim, priorizar a circulação, as informações e a comunicação. Projeta modelos que precisam apagar o que resta da cidade pré-existente; c) o urbanismo dos promotores de venda: concebe e realiza projetos visando simplesmente o lucro. Com o uso da publicidade, de forma ideológica, os promotores vendem o urbanismo em si, traduzido em um cotidiano de felicidade, e ele se torna valor de troca. Para Lefebvre (2011), tais tendências juntas possibilitam uma estratégia global para uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo, como produtores, como consumidores de produtos e como consumidores de espaço”. (2011, p. 33).

A suposta dominação perfeita se choca, no entanto, com as contradições do capitalismo que se revelam, inclusive, no espaço público cívico. Nesse sentido, Lorea (2013, p. 24, tradução nossa) afirma que:

O espaço público (cívico) não pode apagar, de uma só vez, seu caráter conflitivo e contraditório. Os “interesses múltiplos, diversos e contraditórios” dos cidadãos só podem ser resolvidos através do confronto. Um confronto que exigiria “a intervenção constante das partes interessadas” conduzindo à posse e gestão coletiva do espaço.

Tal posse e gestão coletiva são possíveis partir de uma análise aprofundada do cotidiano, que identifique suas contradições e, a partir de uma racionalidade dialética, se supere o espaço abstrato, restabelecendo-se e o vivido, enfatizando-se o valor de uso sobre o de troca e a apropriação sobre a dominação.

Assim, dadas as contradições, que tendem a se manifestar mais acentuadamente no espaço hegemônico, as críticas ao espaço abstrato (homogêneo, repetitivo, dominador) são seguidas, porém, por uma perspectiva otimista para o futuro, segundo Lefebvre (2013), a partir da sua substituição pelo espaço diferencial – apropriado pelos usuários, com suas diferenças ou particularidades.

Carlos (2020, p. 351) afirma:

[...] é no espaço que se pode ler a realidade e as possibilidades concretas de realização da sociedade. Esse é também o plano da vida cotidiana e do lugar. Aqui explodem os conflitos que sinalizam as contradições vividas. Esses conflitos ganham visibilidade nos espaços públicos, hoje, lugar de manifestações dos movimentos sociais como consciência reveladora do processo de alienação atual. Podemos afirmar que a reprodução da cidade hoje sob um novo momento da acumulação – financeira - atualiza a alienação do mundo através do afastamento do sujeito produtor de sua obra - a cidade - vivida como estranhamento.

Assim, ainda de acordo com Carlos (2020), é como um horizonte de lutas dos movimentos sociais que o debate lefebvriano sobre o direito à cidade se situa, ou seja, na luta pelo espaço que, tendo sido transformado em mercadoria, teve seu valor de uso substituído pelo de troca e, como consequência,

visível, “a degradação das relações sociais na cidade através do aprofundamento da segregação espacial”. (2020, p. 353).

Para Lefebvre (2011, p. 7), o direito à cidade é utópico, no sentido de ser possível, tratando-se do “direito à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados”. O autor o aborda, portanto, como uma perspectiva de ação revolucionária do operariado para a uma nova hegemonia, destruindo a ideologia do consumo, observação que se faz necessária para evitar confusões, uma vez que, o mesmo termo recebe um caráter reformista, por exemplo, na legislação brasileira, quando o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) menciona o direito à terra urbana, à moradia, à infraestrutura urbana, ao trabalho e ao lazer, entre outros, como garantia do direito a cidades sustentáveis.

Em outras palavras, Lefebvre (1991b), compreende a necessidade de uma revolução, que, em resumo, se dá pela eliminação do cotidiano, fazendo-se restituir a Festa, que, apesar de não ter desaparecido do cotidiano, não apresenta mais a amplitude do passado, conforme será discutido no quarto capítulo desse estudo.

Ao se pensar em um processo revolucionário, novamente aqui, se ressalta a necessidade de uma direção cultural e política, realizada por intelectuais orgânicos, porém, vinculados às classes subalternas, que atuem no sentido de reduzir ou eliminar a influência dos valores e da cultura burguesas, que recai sobre o proletariado sob a ação dos aparelhos privados de hegemonia. Ao mesmo tempo, deve-se identificar os resíduos, compreender e valorizar a concepção de mundo dos subalternos, sobrepondo, no que se refere ao espaço, o vivido ao concebido.

O próximo tópico traz uma análise sobre a turistificação do espaço e a patrimonialização, ambos abordados por diversos estudiosos sob um enfoque crítico, que evidencia o caráter eminentemente mercadológico desses dois processos, cada vez mais presentes no modo de produção capitalista, os quais são apresentados, a princípio, no presente estudo, vinculados ao espaço concebido.

Tal reflexão, a partir da tríade dialética lefebvriana para a análise do espaço, conduz à compreensão de que a turistificação e a patrimonialização atuam na representação do espaço do Círio de Nazaré, complexo de eventos objeto de análise do presente estudo, dado que especialistas definem as manifestações de maior atratividade, importância e maior relação com a devoção a partir de um saber técnico, mas que também pode ser ideológico para atender aos interesses de determinados grupos.

Vale ressaltar, entretanto, que a importância da análise dos referidos processos, pela dimensão do concebido, não exclui a compreensão de que, dialeticamente, eles também envolvem o vivido e o percebido, ou seja, devem ser considerados a vivência e o significado que os devotos e demais participantes atribuem aos eventos selecionados como atrativos ou como patrimônios oficializados, bem como a percepção sobre as manifestações divulgadas turisticamente e as possibilidades de preservação das suas características.

Nesse sentido, uma indagação se faz pertinente: a turistificação do espaço e a patrimonialização apresentam fissuras que, no horizonte do possível, contribuem para a restituição do sentido lefebvriano da Festa, ao se relacionarem ao Círio de Nazaré? O próximo tópico enfatiza a relação desses processos com a representação do espaço, apresentando contradições que podem conduzir à busca por novas concepções sobre o turismo e o patrimônio, afastando-se da lógica mercadológica, ao passo que oportunizam uma maior importância ao espaço vivido.

2.2. O espaço concebido a partir dos processos de turistificação e patrimonialização

Para uma análise mais densa sobre como a turistificação e a patrimonialização podem ser interpretadas a partir da dimensão da representação do espaço, faz-se necessário o levantamento de diversos estudos, sobretudo sob o enfoque geográfico, que esclareçam os referidos processos e como eles se relacionam entre si.

Diversos autores enfocam a relação entre a atividade turística e os bens patrimonializados, a exemplo de Bertonecello (2011), que ressalta que essa relação "pode ser considerada como um núcleo fundamental para compreender tanto as formas como o turismo tem sido organizado na atualidade, como o rol e a importância que o patrimônio também tem adquirido, ambos se requerem e se alimentam mutuamente" (BERTONCELLO, 2011, p. 51, tradução nossa).

O presente estudo destaca as abordagens que analisam a turistificação e patrimonialização como integrantes do processo de produção e reprodução do espaço, iniciando-se por Carlos (2017b), para quem o turismo faz parte do processo de acumulação capitalista, tornando-se uma atividade estratégica para as economias locais no momento em que a indústria passa por transformações que reduzem sua capacidade geradora de empregos.

Relacionando patrimônio e turismo, a referida autora observa que o patrimônio "surge da possibilidade de congelar, num determinado lugar, a representação das relações sociais [...] que permitiram a construção de uma história coletiva [...]" (Carlos 2017b, p. 27), mas que é tido como uma particularidade do espaço passível de ser consumida ou vendida, de modo que a história dos lugares perde seu conteúdo ganhando valor de troca no mercado.

Para Cruz (2017), patrimonialização e turistificação são processos inter-relacionados. Ela afirma que o turismo massificado "é expressão do processo de mundialização que consagra a articulação entre essa atividade e o patrimônio cultural, convertido em objeto de consumo e alocado numa aparente encruzilhada entre valor de uso e valor de troca" (CRUZ, 2017, p. 10).

A referida autora compreende que o debate patrimonial, institucionalizado no século XVIII, e o desenvolvimento do turismo como atividade econômica organizada, iniciado no século XIX, são

processos socioculturais “distintos nas suas gênesis, mas convergentes no que tange aos interesses de agentes sociais envolvidos com sua organização” (CRUZ, 2017, p. 9-10).

Desse modo, há agentes presentes simultaneamente nesses dois processos, mas a sua identificação requer, inicialmente, a compreensão de seus conceitos, pois, apesar de relacionados, eles apresentam especificidades.

Paes (2009) afirma que a patrimonialização envolve:

(...) um conjunto de práticas sociais, desde as mais diversas formas de produção cultural, de saberes simbólicos e técnicos, até os inúmeros processos de institucionalização do patrimônio como tal, que permitem a preservação dos bens culturais. (PAES, 2009, p. 164).

Para essa autora, a necessidade da preservação está relacionada às dimensões: a) cultural, no sentido de que o ser humano seleciona, por meio da cultura, o que deve ser preservado e valorizado; b) técnica, considerando que o processo de preservação requer saberes, instrumentos e normas específicos; c) e política, pois tanto a seleção, quanto a normatização do que deve ser patrimonializado envolve conflitos de interesses que geram decisões e ações.

Assim, a seleção do que deve ou não ser patrimonializado envolve disputas econômicas, políticas e simbólicas entre seus agentes, de modo que, para Canclini (1999) o patrimônio cultural se torna um recurso para a reprodução tanto das diferenças entre os grupos sociais, quanto da hegemonia de quem tem mais acesso à produção e distribuição dos bens.

Entretanto, o referido autor compreende que não só a desigualdade estrutural entre as classes na formação e apropriação do patrimônio deve ser considerada nas análises, pois “a sociedade não se desenvolve somente mediante a reprodução incessante do capital hegemônico, nem o lugar das classes populares se explica unicamente por sua posição subordinada” (Canclini, 1999, p. 19). Ou seja, é necessário considerar também a interação entre os agentes desses processos: o setor privado, o Estado, e os movimentos sociais, pois as contradições no uso do patrimônio estão vinculadas a como ocorre essa interação a cada período.

Compreende-se, nesse estudo, que os três agentes apontados por Canclini (1999) compõem o Estado integral gramsciano, considerando que o setor privado e os movimentos sociais se constituem como sociedade civil a partir de seus aparelhos privados de hegemonia, de modo a atuarem em conjunto com a sociedade política (Estado em sentido restrito), nas determinações dos usos do patrimônio, a partir das disputas pela hegemonia. Os usos do patrimônio, portanto, podem contribuir para a criação de consensos a partir da universalização do modo de pensar da classe hegemônica, embora, nesse processo, os interesses dos subalternos possam ser parcialmente atendidos.

O termo turistificação, por sua vez, tem sido usado nacional e internacionalmente para se referir à transformação de espaços para o turismo e ao direcionamento de atividades para o atendimento de visitantes, buscando-se, assim, atender, sobretudo, a interesses mercadológicos. Figueiredo (2008) observa que a turistificação está direcionada à adequação ou criação de espaços para o turismo, sendo que ela:

[...] notadamente um conceito novo, serve para demonstrar um relativo direcionamento de espaços, cidades, ou mesmo cadeias de produção à atividade turística. Esse direcionamento se dá a partir da mudança da conformação da paisagem e do ordenamento espacial, para que se adequem às novas atividades econômicas (FIGUEIREDO, 2008, p. 86).

O turismo é um fenômeno complexo e estudado por diversas ciências, recebendo, portanto, diversas conceituações que, em geral, apontam para necessidade do deslocamento, o tempo de duração da viagem e as motivações e, conforme Castro, (2006):

[...] permitem identificar os quatro elementos essenciais ao turismo: os turistas; os mecanismos públicos e privados de ordenamento da atividade; os meios e a infraestrutura de transportes responsáveis pela mobilidade dos turistas e a destinação turística que oferece a comunidade anfitriã; o(s) produto(s) que se constituirão em atratividade e a infraestrutura de serviços necessários. (CASTRO, 2006, p. 42).

Cruz, (2007), observa que o conceito de turismo se aproxima do conceito de viagem, dado que:

[...] na atualidade, praticamente todos os deslocamentos espaciais de indivíduos são considerados por organismos oficiais como “deslocamentos turísticos”, desde que não impliquem em uma permanência no destino superior a um ano, nem em remuneração no local da estada temporária. (CRUZ, 2007, p. 04).

Assim, a referida autora questiona a fragilidade das estatísticas de turismo, devido à contagem ser feita com base em embarques e desembarques, quando o ideal seria basear-se em indivíduos para reduzir os impressionantes números atribuídos à atividade, que mascaram a real dimensão de quem faz ou pode praticá-la.

Numa perspectiva lefebvriana, Carlos (2017b) indica a importância do turismo no desenvolvimento da sociedade urbana, devido à passagem do consumo no espaço (consumo ligado à realização da vida) para o consumo do espaço (espaço como mercadoria) “[...] de modo que a história dos lugares, destituídos de seus conteúdos, ganha valor de troca no mercado” (CARLOS, 2017b, p. 29).

Tratando do processo de turistificação do espaço, a partir de uma abordagem territorial, Fratucci (2008) afirma que ele “[...] compreende tanto o processo de apropriação simbólica de trechos do espaço pelo turista (...), como o processo de dominação pelos agentes econômicos e pelos agentes de governo”

(FRATUCCI, 2008, p. 53). Tal concepção revela o território como uma categoria geográfica importante na análise desse processo, considerando-se a atuação dos seus agentes e suas estratégias de apropriação ou dominação de porções espaciais.

Fratucci usa como referência Haesbaert (2009), para o qual o território contém relações de dominação e/ou de apropriação e “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2009, p. 95-96), concepção que integra as perspectivas materialistas e idealistas dando importância tanto ao poder político-econômico quanto ao simbólico.

Quanto aos agentes de turistificação do espaço, Fratucci (2008) se baseia em Knafou (1996), que elenca os turistas, o mercado e os planejadores e promotores “territoriais”, os quais correspondem ao Estado. Fratucci (2008), porém, amplia essa concepção incluindo, entre os agentes, as comunidades das áreas receptoras.

Mantendo a perspectiva gramsciana do presente estudo, em comparação com os agentes da patrimonialização, na turistificação do espaço, compreende-se que os agentes da oferta mercadológica atuam de forma mais intensa junto à sociedade política, dada a sua diversificada representatividade na sociedade civil por entidades de setores direta e indiretamente envolvidos na atividade turística, uma vez que o turismo se caracteriza pelo encadeamento de diversas atividades, desde aquelas que atendem, de modo praticamente exclusivo, ao turista – a exemplo do agenciamento de viagens e da hotelaria – até os demais empreendimentos comerciais locais, que também atendem moradores e visitantes. Os demais agentes, por sua vez, têm pouca representatividade, limitando-se, praticamente e não tão significativamente, às comunidades receptoras, uma vez que turistas, em geral, atuam meramente como consumidores, tendo-se, como consequência, que as disputas pela hegemonia na turistificação se dão mais entre frações da classe burguesa, havendo menor atuação dos grupos subalternos, quando comparados aos processos de patrimonialização.

Ainda no que se refere à relação entre os dois processos, observa-se que ambos se assemelham por terem iniciado na Europa e por terem se globalizado atendendo a interesses mercadológicos. Todavia, eles se diferenciam em suas origens, conforme apontou Cruz (2017), fazendo-se necessário abordar, resumidamente, o caminho percorrido por cada um deles.

Cruz (2012) utiliza o termo patrimonialização do patrimônio para se referir à institucionalização de mecanismos de proteção ao patrimônio, que teve início na França, durante a Revolução Francesa. Todavia, a autora esclarece que, independentemente dessa institucionalização, diversos bens nos mais diversos lugares se mantiveram conservados devido ao tratamento que as sociedades davam a eles, seja o desprezo, seja a valorização cultural, simbólica ou econômica.

Choay (2001) discute a preservação de bens, desde os monumentos da antiguidade clássica até a era da indústria cultural e observa que o conceito de patrimônio deixa de pertencer apenas à dimensão privada, passando para a pública, com a Revolução Francesa, quando coleções privadas da nobreza e do clero passaram a pertencer à nação. Os museus se tornam um grande projeto para Napoleão Bonaparte, mas seus acervos eram adquiridos em grande medida por meio de saques em diversos países. Ademais, havia uma seletividade ideológica entre o que deveria ser preservado e o que deveria ser destruído, dado o interesse em se construir uma nova história para a nação francesa.

Ribeiro (2017) afirma que, no início do século XX, o discurso patrimonial estava vinculado a uma identidade nacional, inclusive no Brasil, cujos primeiros bens foram tombados sem justificativa, pois os nomes ilustres de quem os tombava já eram suficientes. Em 1949, Lúcio Costa buscou mudar essa prática, de modo que os tombamentos fossem justificados, mas a decisão final cabia sempre aos técnicos e eles privilegiavam a visão consolidada da arquitetura colonial barroca. Desse modo, o autor observa que, considerando o que propõe Rubino (1996), a instituição federal responsável pela patrimonialização se tornava construtora de um Brasil imaginado. A mudança nessa visão se deu a partir da década de 1970, surgindo a noção de Referência Cultural, embora ela tenha sido mais absorvida para tratar de práticas atualmente chamadas de patrimônio imaterial.

Em relação ao chamado patrimônio imaterial, Corá (2011) o considera como:

[...] uma cultura em transformação, e não estática, como os patrimônios materiais. Para que o patrimônio imaterial exista, é necessária uma preocupação com a transmissão do saber e, conseqüentemente, com a manutenção da sua representatividade e da sua identidade em relação à apropriação dos significados e das formas de produção das manifestações e dos saberes culturais, o que permite sua continuidade. (CORÁ, 2011, p. 86)

Telles (2010) observa, entretanto, que:

[...] a dicotomia entre patrimônio cultural material e patrimônio cultural imaterial, em tese, é utilizada - e só assim deve ser - como recurso didático, uma vez que não se pode conceber o dito patrimônio cultural material sem o significado que este carrega (que é imaterial), tampouco se pode verificar o patrimônio cultural imaterial sem pelo menos fazer referência, ou repercutir, a um suporte físico (que é material). Ambas dimensões, portanto, coexistem num mesmo bem cultural. (TELLES, 2010, p. 27).

Após um breve levantamento histórico da política cultural brasileira, desde a década de 1930 até o final de 2010, Corá (2011) analisa essa política para o patrimônio, apontando a criação do Curso de Museus em 1932, bem como a instituição do Decreto nº 22.928, de 1933, que elevou Ouro Preto à categoria de monumento nacional, e da Lei nº 378, de 1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, como o início da interferência do Estado na área cultural.

Corá (2011) aborda a forte influência do modernismo brasileiro na criação do SPHAN, o qual incorporou, em grande medida, as proposições presentes no seu anteprojeto, elaborado por Mário de Andrade, a pedido do então ministro de Educação e Saúde Pública. Ela afirma que:

De acordo com o Anteprojeto de Mário de Andrade, elaborado em 1936, o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional teria como finalidade determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico. Define-se, no Cap. II, o Patrimônio Artístico Nacional como “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil.” (CORÁ, 2011, p. 121).

Assim, Corá (2011) ressalta que, entre os livros de tombo propostos no anteprojeto, havia a inclusão de artes ameríndias e populares, as quais envolviam “objetos, monumentos, paisagens e folclore (músicas, contos, histórias, lendas, medicinas, culinárias, dança, etc.)” (p. 121), inferindo-se que Mário de Andrade já vislumbrava a necessidade de se patrimonializar as imaterialidades. Todavia, a noção de patrimônio implantada pelo SPHAN foi restritiva em relação ao seu anteprojeto, uma vez que, o decreto de 1937, que teve autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, definiu:

[...] patrimônio histórico e artístico nacional como ‘o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico’. Ainda sob orientação do Decreto-lei, o reconhecimento público de um patrimônio nacional seria feito por meio do tombamento (CORÁ, 2011, p. 133-134).

Ressalta-se, nesse sentido, o questionamento de Bertonecello (2010) na seleção do que deve ser patrimonializado, pois os bens protegidos são considerados comuns a todos, mas, na realidade, representam apenas parte da sociedade, podendo silenciar a maioria dos grupos sociais. No caso da definição restritiva de patrimônio pelo SPHAN, que ignorou as possibilidades apresentadas por Mário de Andrade, o silenciamento referente ao que era produzido pelas camadas populares da sociedade revela conflitos entre concepções dos intelectuais, embora, conforme indica Pécaut (1990), esse período se caracterize como resultante de um processo organizativo desses intelectuais como elite dirigente na construção da sociedade.

De acordo com Pécaut (1990), a partir de 1915, o nacionalismo se expandiu pela cultura brasileira em seus diversos elementos, caracterizando, anos depois, o movimento modernista, que, de modo contraditório, se mesclava ao cosmopolitismo. O viés nacionalista, porém, destacava-se, a ponto dos intelectuais modernos, em sua maioria, alinharem-se aos diversos tipos de nacionalismo: conservador, progressista, patriótico e esclarecido.

A identificação dos intelectuais com o nacionalismo foi associada à necessidade da formação de um projeto de país durante o Estado Novo, de modo que Getúlio Vargas reconhecia, nos intelectuais, “a vocação para se associarem, como elite dirigente, à afirmação da nação através de sua indispensável contribuição à cultura política nacional”. (PÉCAUT, 1990, p. 72).

Desse modo, no papel de intelectual orgânico de uma elite nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade, ao assumir a direção do SPHAN, atua na construção de um consenso sobre patrimônio, no âmbito da sociedade política, pautado nos valores: históricos, considerando os mitos e heróis nacionais; educativo, moral e cívico; de herança do colonizador e, por fim, artístico, conforme aponta Silva (2019). Para esse autor, a criação da Revista do Patrimônio, na qual Rodrigo Melo atuou de modo incisivo como editor, foi um meio importante para o alcance desse objetivo.

Costa (2015) observa, nesse período do Estado Novo, que a possibilidade de se forjar uma identidade pelo território, no Brasil, se deu por meio das cidades coloniais mineiras, que surgiram com um movimento global que partiu da Europa e criou, em Minas Gerais, uma civilização material. Desse modo, a cidade histórica no Brasil é concebida como uma construção intencional com função memorial, referindo-se a um momento ou marca específica da nação. Ela se torna, portanto, útil ao Estado-nação emergente, quando se concebe uma simbologia sobre ela, no início do século XX, pela necessidade moderna da afirmação de identidade pelo território, criando-se, com esse objetivo, o tombamento como instrumento político-estatal localizado no espaço-tempo.

Para Corá (2011), a gestão do SPHAN por Rodrigo Melo Franco, de 1936 a 1967, foi marcada pela patrimonialização de bens ligados à classe dominante, ao catolicismo e ao poder estatal. Todavia, a partir da década de 1970, já transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o órgão passou por diversas alterações, dentre elas a ampliação da noção de patrimônio a ser preservado, que passa a incluir “[...] além dos monumentos de pedra e cal representantes da cultura dominante, outras representações culturais, de matrizes africanas e indígenas, que, até então, não haviam sido consideradas legítimas nas políticas culturais de preservação” (CORÁ, 2011, p. 142).

Tal ampliação é expressa na Constituição Federal de 1988, a qual, para definir o patrimônio cultural brasileiro, se refere a “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Esse momento de mudanças concernente a concepções sobre a patrimonialização no Brasil já era vislumbrado por Canclini (1999), tanto no México, como em outros países. Para ele, a legislação, as declarações e os debates sobre o patrimônio mostram um movimento triplo de redefinição: no primeiro, deve-se incluir não apenas as expressões mortas, ou do passado, mas também os bens atuais visíveis e invisíveis; no segundo, as políticas patrimoniais de conservação e gestão do que foi produzido no passado

se estendem aos usos que relacionam esses bens com as necessidades contemporâneas, e, no terceiro, contra a seleção privilegiada de bens produzidos pelas classes hegemônicas, há o reconhecimento do que é produzido pelas classes populares.

As mudanças ocorridas nas ações do IPHAN voltadas à ampliação da concepção de patrimônio não se deram sem conflitos, uma vez que o pensamento hegemônico de até então estava presente na visão técnica de parte dos membros do conselho responsável pelos processos e se baseava numa limitada importância histórica e arquitetônica dos bens, de forma que, conforme aponta Ribeiro (2017), a decisão sobre o tombamento do primeiro terreiro de candomblé no Brasil não se deu de forma harmoniosa. Ele observa, ainda, no que concerne às mudanças no processo de patrimonialização, a inclusão do discurso da cidadania e da sustentabilidade, na década de 1990, o que significava ampliar o acesso ao patrimônio garantindo ao cidadão a participação no seu processo de seleção, bem como a valorização do patrimônio como algo importante para a melhoria da vida da população.

Destaca-se como efetiva ação do IPHAN, nesse processo de ampliação do que pode ser patrimonializado, o estabelecimento, no ano 2000, do Registro do Patrimônio Imaterial e do Inventário Nacional de Referências Culturais. Nesse ínterim, para Ribeiro (2017, p. 53), "a ideia de referência cultural passa a ser associada a bens ditos populares e de natureza imaterial", completando-se, no decorrer dos anos 2000, o que ele considera como tríade de transformações no discurso sobre o patrimônio: "patrimônio identificado e valorado por e para as populações praticantes, como um instrumento ao mesmo tempo de preservação e de mudança social e exercido por cidadãos que devem ter suas identidades valorizadas" (IDEM, p. 54). Todavia, ele ressalta que não se criou uma fórmula única para a absorção, pelas políticas públicas, dessa tríade presente nos discursos.

Corá (2011) detalha o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, que foi instituído no ano 2000, tendo como objetivo “viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural” (IDEM, p. 161). Trata-se de um programa de fomento em que as ações devem ser realizadas a partir de parcerias com instituições governamentais das três esferas, universidades e organizações não governamentais.

A citada autora aborda, ainda, o processo de registro dos bens culturais, dado que, diferenciando-se dos bens materiais, reconhecidos como patrimônio pelo tombamento, os imateriais são reconhecidos pelo registro, que se refere à identificação e produção do conhecimento sobre ele a partir da proposição de uma demanda coletiva, preferencialmente dos detentores desse bem.

A produção de conhecimento, a qual Corá (2011) se refere, trata-se da produção de um inventário, preferencialmente utilizando a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Tal inventário:

[...] constitui a primeira etapa do processo de registro de um bem cultural; ele diz respeito à sistematização de uma pesquisa sobre as referências culturais no âmbito individual e da comunidade, apresentando suas matrizes culturais, seus modos de reprodução, sua representatividade e significado junto aos detentores desse bem cultural. (CORÁ, 2011, p. 191).

Corá (2011) ressalta que na elaboração do inventário devem ser identificados pontos a serem trabalhados no Plano de Salvaguarda do bem para indicar como o Estado e a sociedade podem atuar na sua preservação. Após a tramitação do processo, caso aprovado, o bem deve ser registrado nos Livros de Registro, os quais se dividem em Celebrações, Saberes, Formas de Expressão e Lugares, seguindo, para a efetivação do registro, a mesma lógica dos livros de tombo, diferenciando-se pelo fato de que uma mesma manifestação pode fazer parte de mais de um livro. Tal registro, entretanto, deve ser revisto a cada dez anos, devido ao caráter dinâmico do patrimônio imaterial, confirmando-se, assim, se houve continuidade do sentido do bem para os seus detentores (CORÁ, 2011).

Quanto à localização geográfica dos bens registrados, a referida autora menciona o desconforto das áreas não contempladas em relação à abrangência dos referidos bens, ocasionando, desse modo, a procura de novos grupos similares pelo registro do IPHAN, buscando a visibilidade do PNPI. Para ela, isso reflete tanto a possibilidade do PNPI ser um atrativo para esses novos grupos, quanto de que “as pesquisas de inventários não conseguem contemplar a abrangência real do bem cultural, havendo necessidade posterior de complementar os estudos referentes a tal bem” (CORÁ, 2011, p. 215).

Conforme site do IPHAN⁶, em 2018, foram registrados 47 bens de natureza imaterial no Brasil. Parte deles está localizada no estado do Pará: o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, e as Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó, no Livro de Registro das Celebrações, em 2004 e 2013, respectivamente; o Carimbó, em 2014, e o Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas em 2015, ambos no Livro de Registro dos Saberes.

Em sua análise, Corá (2011) observa que:

[...] o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial influenciou a dinâmica sociocultural dos bens culturais registrados, cabendo aqui questionar quais foram os impactos de tais mudanças. De um lado, notou-se que o PNPI proporcionou uma maior visibilidade e reconhecimento dos Patrimônios Culturais do Brasil, despertando valorização e oportunidades para os detentores dos bens culturais. Por outro lado, o que se notou também foi um assédio junto a tais detentores para que se enquadrassem nos modelos impostos pelo mercado cultural, bem como os editais, para que conseguissem ter acesso aos recursos financeiros para o desenvolvimento de seus projetos para o plano de salvaguarda. (CORÁ, 2011, p. 283).

Ainda no que concerne à política cultural brasileira, Costa (2015) aponta como eventos mais recentes o Programa Monumenta, a Lei Rouanet e a privatização da preservação, quando o setor privado

⁶<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1612/>>. Acesso em 11 dez. 2021

assume os gastos financeiros e o Estado monitora os projetos. O Programa Monumenta é considerado por ele como “síntese de todas as ações históricas que rebatem sobre os territórios de identidade [...] quando se torna o primeiro [...] que tem como subsídio o capital estrangeiro, representado por um dos arquitetos do mundo, o BID.” (COSTA, 2015, p. 136). Além do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o autor aponta como arquitetos do mundo os Estados nacionais, o Banco Mundial, organizações não governamentais (ONGs) e outros organismos, que são os agentes potencializadores da patrimonialização global a partir da seleção de lugares feita pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, entidade que busca manter sua credibilidade/exclusividade nesse processo, com base em seus próprios critérios definidores do que possui um valor universal excepcional.

Costa (2015, p. 35) define a patrimonialização global como “[...] o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação [...]”. Em outras palavras, trata-se de um processo “de ressignificação dos lugares da cultura e da natureza em escala planetária” (IDEM, p. 35).

O referido autor observa que a patrimonialização global depende de condições presentes no local, desde condições “discursivas, materiais e subjetivas” (COSTA, 2015, p. 38), até a “implementação das lógicas locais horizontais de permuta, comércio, consumo e circulação” (COSTA, 2015, p. 37). E que ela impõe uma dinâmica nas cidades históricas, mais especificamente no recorte patrimonializado, em que elas devem se manter autênticas e sem alterações, o que atende às necessidades do capital, mas prejudica o cotidiano dos moradores.

Assim, associando as concepções gramscianas e lefebvrianas, verifica-se que, tanto a ampliação da ideia de patrimônio, inserindo o registro de materialidades e imaterialidades produzidas pelos grupos subalternos, quanto o aumento do número de tombamentos de bens móveis de grande “valor universal”, caracterizam-se como mudanças na concepção hegemônica sobre o patrimônio, a partir do atendimento a interesses das camadas populares. No entanto, como abordado nos tópicos anteriores, a construção do consenso no modo de produção capitalista se dá no atendimento paliativo a certas demandas dos dirigidos, garantindo, por outro lado, condições para a reprodução da acumulação que, no caso dos processos de patrimonialização, gera contradições pela necessidade dos detentores dos bens (materiais ou imateriais) serem obrigados a se enquadrarem às determinações do mercado para se manterem. No caso dos bens imóveis, isso se torna mais evidente porque a coerção exercida pelo Estado para impedir, por meio de suas leis, qualquer tipo de alteração, prejudica o cotidiano de quem habita aquele espaço ou, dito em outras palavras, o vivido sofre as consequências do espaço concebido pela patrimonialização.

Diferenciando-se das origens do processo de patrimonialização, o turismo moderno se iniciou em meados do século XIX, a partir das transformações advindas do capitalismo industrial, do

desenvolvimento tecnológico (principalmente quanto aos transportes e à comunicação), bem como das conquistas dos trabalhadores pelo chamado tempo livre (FIGUEIREDO, 2010), tempo este que, como abordado anteriormente, na perspectiva lefebvriana, passou a ser controlado pela burguesia nos seus usos e consumos, quando ela passa a controlar o cotidiano.

Nesse sentido, Carlos (2017b) afirma que o cotidiano faz parte da reprodução das relações sociais de produção e o turismo está inserido nele como estratégia para a reprodução do capital, a qual sobrevive pela sua expansão. Para ela, o turismo:

Como momento da vida cotidiana, se encontra mergulhado na lógica da acumulação através do domínio do tempo do não trabalho. Assim, imerso no cotidiano, como desejo de consumo, ele se realiza, aparentemente por aquilo que não é cotidiano e nem lhe pertence como história ou cultura. (CARLOS, 2017b, p. 39).

Quanto ao Brasil, Cruz (2018), com base nas discussões de Neil Smith sobre desenvolvimento desigual, observa que o turismo se desenvolveu num território já desigual, dado o desenvolvimento desigual das forças produtivas desde a colonização, de modo que ele (o turismo) se torna meio e condição para a reprodução dessa desigualdade.

A citada autora levanta alguns apontamentos históricos que revelam a construção da desigualdade social e territorial no Brasil, que era evidente desde que ele se tornou independente de Portugal. Com base em Oliveira (2003) e Pochmann (2007), ela ressalta o aprofundamento da concentração de renda, propriedade e poder, ou seja, da desigualdade socioeconômica e socioespacial, a partir do processo de industrialização, agravando-se ainda mais após o ciclo da industrialização nacional, finalizado na década de 1980, resultando numa concentração e centralização no que ela chama de ‘porção oriental’ do país.

Em relação ao turismo, a referida autora observa que essa concentração na porção oriental se dá também na malha rodoviária. Esse fato:

[...] somado à forte concentração demográfica e de renda e à proximidade geográfica com o litoral, termina por amalgamar fatores econômicos, culturais [...] e infraestruturais, que influenciam diretamente na concentração da atividade turística nessa porção do território nacional, reforçando, conseqüentemente, a desigualdade territorial historicamente produzida [...] (CRUZ, 2018, p. 5).

Cruz (2018) utiliza dados sobre a distribuição de agências de turismo pelos estados e sobre a atuação de três das maiores operadoras de turismo e da maior rede hoteleira estrangeira no Brasil e constata que o turismo se dá nos lugares a partir da relação entre empresas em escala global com empresas locais, ficando camufladas tanto as divisões do trabalho sobrepostas ao longo da história, quanto os processos de produção capitalista do qual ela destaca a tendência à expansão e à concentração espacial. Para ela, deve-se incluir, nessa análise, o papel do Estado brasileiro o qual "foi e continua sendo

protagonista na produção do espaço nacional com vistas a sua adequação aos interesses do capital" (CRUZ, 2018, p. 12).

Na mesma direção, Malta (2018), em sua análise sobre as políticas públicas brasileiras antes e depois da criação do Ministério do Turismo - MTur, observa a predominância do economicismo nessas políticas, que seguem uma tendência global de concepção de desenvolvimento:

Fica claro, portanto, nas instituições elaboradoras das políticas públicas de turismo, o predomínio da perspectiva tradicional de desenvolvimento, fortemente caracterizada pelo que Souza (2015, p. 262) aponta como “vícios” inerentes às teorias de desenvolvimento ancoradas nos marcos da ideologia capitalista do desenvolvimento econômico: “etnocentrismo (mais especificamente eurocentrismo), teleologismo (isto é: etapismo, evolucionismo, historicismo) e economicismo.” (MALTA, 2018, p. 80).

No que se refere ao desenvolvimento do turismo de modo institucionalizado, Carvalho (2016) observa que as primeiras ações do governo federal ocorreram na década de 1930, porém de modo pontual, sendo mais notórias as estratégias de planejamento do turismo iniciadas na década de 1960 com a criação do Conselho Nacional de Turismo - CNTur - e da Empresa Brasileira de Turismo – Embratur.

A autora menciona a inovação trazida pela lei que trata das Áreas Especiais e dos Locais de Interesse Turístico e sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural, de 1977, refletindo “uma nova e importante orientação para o setor” (CARVALHO, 2016, p. 91). Compreende-se que tal lei referencia o início da institucionalização da relação entre turismo e patrimônio nacional.

Faz-se necessário atentar para a relação entre as ações realizadas nacionalmente e as pressões internacionais e, nesse sentido, ressalta-se que, também em 1977, o Brasil se torna signatário da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, adotada em 1972, na 17ª Conferência Geral da UNESCO, a qual, conforme Costa (2015, p. 135), “consagra a existência de um Patrimônio Mundial” e marca uma mudança de perspectiva sobre o patrimônio, envolvendo critérios econômicos e sociais. Ainda de acordo com o referido autor, a partir da década de 1970, o patrimônio cultural é “incorporado ao mundo do consumo simbólico do turismo” (COSTA, 2015, p. 135 e 136). Nota-se que, conforme o autor, a UNESCO foi criada em 1945 e sua constituição já incluía “[...] diretrizes para a preservação do patrimônio cultural da humanidade ainda ‘em construção’.” (COSTA, 2015, p. 143).

Retomando as políticas de turismo, na década de 1990, foi instituído o Plano Nacional de Turismo – PNT – relacionando o turismo ao desenvolvimento socioeconômico. Ainda nesse período, foi criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT – visando à descentralização das políticas públicas de turismo (CARVALHO, 2016).

A partir dos anos 2000, a citada autora se refere à busca por uma política de turismo mais inclusiva e descentralizada, destacando-se o ano de 2003, devido à criação do MTur, que abrangeu as ações do Embratur, o qual já estava na condição de instituto. Nesse mesmo ano, em âmbito internacional, foi aprovado, na XV Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo - OMT, a composição do Comitê Mundial de Ética do Turismo. (ORGANIZAÇÃO..., 2012).

Como instituição de caráter global, a OMT influencia as políticas públicas de turismo nos mais diversos países, tendo, entre suas atribuições, o incentivo à:

Implementação do Código Mundial de Ética do Turismo, com vistas a assegurar que os países membros, destinos turísticos e empresas, maximizem os efeitos econômicos positivos, sociais e culturais do turismo, colhendo plenamente os seus benefícios, minimizando seus impactos sociais e ambientais (ORGANIZAÇÃO..., 2012).

Para o MTur, a OMT é:

[...] a principal organização internacional encarregada de discutir e difundir políticas voltadas ao setor. Tem o objetivo de promover e desenvolver o turismo no mundo. Funciona como um fórum global para questões sensíveis e é fonte de dados confiáveis. (BRASIL, 2013, p. 53).

No que se refere à cultura, Carvalho (2016) menciona a criação do Plano Nacional de Cultura, em 2010, como:

[...] um bom exemplo de medidas que afetaram o turismo [...]. Isso mostra uma nova roupagem, uma nova intenção das políticas públicas no Brasil, impactante para o setor turístico e para o reconhecimento da primordialidade do planejamento turístico ultrapassar a sua própria barreira setorial, algo que, certamente, assegurou uma política mais ampla e atenta aos dilemas da sociedade. (CARVALHO, 2016, p. 96).

A esse respeito, observa-se que uma das metas do referido Plano é o aumento em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros (AUMENTO..., s/d).

A articulação entre as políticas públicas de turismo e de patrimônio às determinações da OMT e da UNESCO revelam a atuação desses organismos supranacionais como intelectuais coletivos com a função de dar, aos governos, o direcionamento necessário para a formação ou manutenção de hegemonias, seja por consenso, na criação de discursos que universalizam os interesses das classes dominantes, seja na coerção, por meio do aparelho jurídico.

No caso do turismo, cuja atratividade também se vincula a bens materiais e imateriais patrimonializados, observa-se a disseminação do discurso da OMT, que superestima o viés econômico dessa atividade, ocultando a alta concentração de capitais gerada por ela, em contraposição à informalidade e precariedade nas relações trabalhistas nela presentes, como observa Meliani (2011).

Todavia, esse discurso convence grupos subalternos da necessidade dessa atividade ser desenvolvida para a geração de emprego e renda, além da melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras. Nesse sentido, destaca-se como prioridades da OMT, a de impulsionar a contribuição do turismo para a redução da pobreza e o desenvolvimento (TURISMO..., c2021).

Hintze (2013) também apresenta essa perspectiva ao considerar a OMT um dos enunciadores hegemônicos do turismo, cuja produção discursiva sobre essa atividade tem contribuindo para a sua legitimação. Para ele:

‘Legitimar o turismo’ deve ser entendido como o processo de torná-lo ‘legítimo’, ou seja, de atribuir a esta atividade valores considerados por nossa sociedade como positivos, aceitáveis e desejáveis. [...]. Enfim, é uma atividade baseada na ‘lógica’ e em ‘fundamentos’, ‘coerente’, ‘válida’, e ‘verdadeira’, e, em muitos aspectos, chega mesmo a ser amparada por ‘leis’. ‘Legitimar o turismo’ também é afirmá-lo como atividade aceitável, afinal é ‘justa’ e ‘razoável’, que traz ‘benefícios’ aos que com ela se envolvem, e que seus ‘danos’ são aqueles inevitáveis em qualquer atividade humana e plenamente contornáveis se a atividade for bem planejada. [...]. No entanto, [...] o turismo contemporâneo tal qual tem sido produzido não é intrinsecamente positivo, aceitável, nem mesmo desejável. Aqui, o conceito de ‘legitimação’ tem a acepção de uma estratégia de associação forçada destes adjetivos à ideia de turismo. [...]. A ‘legitimação do turismo’ mostra-se como uma das estratégias de poder hegemônicas em nossa sociedade. (HINTZE, 2013, p. 19-20).

No Brasil, a disseminação do discurso que superestima o viés econômico do turismo, produzido pela OMT se realiza, na sociedade política, por órgãos como o MTur, cujo PNT mais recente (2018-2022) foi intitulado “Mais emprego e renda para o Brasil”, trazendo em sua apresentação a informação de que:

O turismo será cada vez mais importante no contexto da economia nacional, à medida em que conseguir avançar nos objetivos da Política Nacional de Turismo: contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas regionais, promover a inclusão pelo crescimento da oferta de trabalho e melhorar a distribuição de renda. (BRASIL, [2018?], p. 15).

Silveira (2020) analisa a relação dialética entre Estado Supranacional (organismos supranacionais) e Estado Integral a partir do movimento dos intelectuais entre essas duas esferas. Ela identifica, na tese gramsciana sobre o Estado Supranacional, o início do processo de internacionalização da economia. Tal tese se encontra na crítica de Gramsci à Liga das Nações, onde ele revelou o seu caráter de ideologia política em função das trocas internacionais ao traduzi-la como “o grande estado burguês supranacional, que [...] permite às grandes empresas, as grandes concentrações capitalistas internacionais” (1976, p. 189). Para ela:

[...] o capital organiza, administra e regula a economia em nível supranacional, por mediação de intelectuais coletivos (organismos supranacionais) onde são estabelecidas políticas e tomadas decisões que se fazem à revelia do debate público. Ao mesmo tempo, conta com outra mediação fundamental, o Estado Integral, para o seu desenvolvimento, que vem marcado por contradições e sucessivas crises.[...] É no espaço da supranacionalidade que se coordena políticas de comércio exterior[...]; a implantação e implementação de políticas de

educação e de produção de ciência e tecnologia [...]; protocolos de integração da cultura, indústria cultural, diversidade cultural e patrimônio cultural, entre outras julgadas necessárias ao bem-estar do capital. Não se pode negar que, decisões, declarações, pactos, acordos e tratados estabelecidos em reuniões especializadas, comitês e conferências, em nível supranacional, têm implicações imediatas e mediatas no curso das políticas em nível nacional, estadual e municipal. É claro que essas decisões enfrentam as relações de poder e de classe internas a cada país [...]. (SILVEIRA, 2020, p. 139).

Como organismos vinculados à Organização das Nações Unidas - ONU, tanto a UNESCO, quanto a OMT se colocam como preconizadoras do desenvolvimento sustentável, ressaltando-se que, para o discurso público da ONU, esse tipo de desenvolvimento é o que “encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL, 1991, p. 46).

Como coletivos intelectuais em nível supranacional, UNESCO e OMT difundem o desenvolvimento sustentável mundialmente, influenciando políticas públicas nos Estados nacionais, quando o termo tem recebido críticas por suas contradições, pois mantém uma lógica de necessidade do crescimento econômico pelo consumismo. Autores como Montibeller-Filho (2001) consideram impossível alcançar esse desenvolvimento no modo de produção capitalista, ao considerar suas dimensões voltadas à garantia de qualidade de vida com equidades intergeracional e internacional.

Outrossim, Aguiar (2010) afirma que efeitos negativos, produzidos pelo desenvolvimento do turismo, observados já na década de 1970, tais como a degradação ambiental e a especulação imobiliária, ameaçavam a construção do consenso sobre a importância do turismo, processo conduzido pelo empresariado, que, décadas antes, já se organizava em associações articuladas ao poder público para a elaboração e implementação de políticas para o setor. O termo “turismo sustentável” foi a resposta dos intelectuais orgânicos ligados ao desenvolvimento do turismo para essa ameaça, de modo que:

Buscando, ao menos inicialmente, “minimizar” tais impactos sociais negativos ocasionados pelo turismo, os defensores do “turismo sustentável”, ao considerarem-no uma “necessidade do presente”, procuraram, então, avaliar a “capacidade de carga” dos destinos turísticos para que estes não se tornassem sobrecarregados, sendo possível utilizá-los a longo prazo sem comprometer seus recursos naturais, sociais e culturais. Conseguem assim, prolongar a rentabilidade desses espaços, utilizando-se da retórica da necessidade da preservação dos bens naturais e culturais e construir, baseando-se em novos argumentos, um consenso sobre a importância do desenvolvimento da atividade turística no Brasil. (AGUIAR, 2010, p. 11).

Conforme o Quadro 1, a seguir, para além dos Estados nacionais, que carregam consigo suas lutas de classe no âmbito de suas sociedades civis, os organismos supranacionais têm, entre seus membros, comunidades econômicas, instituições financeiras, empresas e ONGs, entre outros, o que permite inferir as suas predisposições para o atendimento às necessidades da classe burguesa. Ademais, ressalta-se que, para Silveira (2020), o emprego da categoria organismo supranacional deve ter em vista, entre outros,

que, ao contrário do discurso que os envolve, eles não estabelecem relações bilaterais ou multilaterais, pois não existe equilíbrio de forças e de poder político entre os países membros.

Quadro 1 – Organismos Supranacionais da Patrimonialização e Turistificação

ORGANISMOS SUPRANACIONAIS DA PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISTIFICAÇÃO		
	DESCRIÇÃO	MEMBROS ASSOCIADOS
UNESCO	A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura busca construir a paz por meio da cooperação internacional em Educação, Ciências e Cultura. Seus programas contribuem para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento Sustentável definidas na Agenda 2030, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2015.	Parceiros públicos: doadores governamentais bilaterais e organizações intergovernamentais, incluindo organizações regionais (Ex.: comunidades econômicas regionais e bancos de desenvolvimento regional).
		Negócios, cidades, jovens: empresas comerciais (pequenas e médias); corporações nacionais, internacionais e multinacionais; fundações filantrópicas e corporativas; instituições financeiras e indivíduos privados; redes e programas de cidades; organizações juvenis.
		Clubes, centros e associações da UNESCO (voluntários).
		ONGs e fundações.
OMT	Órgão das Nações Unidas encarregado de promover o turismo responsável, sustentável e acessível para todos. Como principal organização internacional na área do turismo, defende um turismo que contribua para o crescimento econômico, o desenvolvimento inclusivo e a sustentabilidade ambiental, e oferece liderança e apoio ao setor para expandir seu conhecimento e políticas de turismo em todo o mundo.	159 Estados membros
		6 membros associados
		2 observatórios
		Mais de 500 membros afiliados, dentre eles a Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo

Fonte: UNESCO (c2021) e TURISMO ... (c2021), (adaptado pela autora)

No que concerne a esse desequilíbrio de forças, voltando à discussão sobre patrimônio, Costa (2015) discute o desenvolvimento desigual na escala global, referindo-se aos bens patrimonializados pela UNESCO, relatando, com base em Scifoni (2006), a supremacia europeia e norte-americana na Lista do Patrimônio Mundial, o que está vinculado à hegemonia político-econômica de países localizados nessas áreas no pós-guerra.

Desse modo, o referido autor observa que, não por coincidência, os países que lideram a Lista no Quadro supracitado são também os maiores destinos turísticos mundiais, revelando que há uma disputa no processo de dinamização turística internacional. Porém, considerando a necessidade de expansão do capital, a UNESCO criou a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, que funciona como atalho para países não hegemônicos chegarem à Lista do Patrimônio Mundial numa pretensa busca por um equilíbrio.

Presentes nos citados organismos supranacionais, conforme observado no Quadro 1, as ONGs e fundações têm se destacado pela sua expansão na sociedade civil, no âmbito do Estado integral.

Vinculadas, em geral, ao setor privado, e, no caso das fundações, com caráter filantrópico, elas potencializam a hegemonia da classe burguesa e, assim, reduzem as possibilidades de avanços dos grupos subalternos.

Conforme Fontes (2020, p. 15), “a ampliação do Estado a partir de entidades empresariais sem fins lucrativos – aparelhos privados de hegemonia – é positiva apenas para o capital, pois pavimenta seu avanço sobre os recursos públicos”. Para ela, a quantidade desses aparelhos empresariais filantrópicos aumenta em resposta ao aumento das reivindicações populares, buscando conter as possíveis revoltas. Tais aparelhos, quando comparados às representações populares na sociedade civil, destacam-se pelo seu volume de recursos e capacidade organizativa, uma vez que elas atuam como empresas contratando empregados para manterem seu funcionamento, facilitando, assim, sua penetração no Estado integral, articulando-se ao poder público para modificar dispositivos legais e dar “caráter ‘estatal-legal’ a certas elaborações que, voltadas para áreas particulares, corporativas [...], tornam-se imposições da generalização de tais interesses, como se fossem interesses de todos” (2020, p. 20), ou seja, atuando como intelectuais para a formação de consenso, ao passo que as coerções se ampliam, por exemplo, com a criminalização de movimentos sociais.

Destacam-se, também, os espaços constituídos para a articulação de organismos públicos e privados de modo institucional, onde são definidas e elaboradas diretrizes e políticas públicas que, pela presença maciça de entes privados, atendem diretamente aos interesses burgueses. Um exemplo ocorre com a elaboração do já citado PNT (2018-2022) pelo CNTur, órgão consultivo e propositivo, recriado para assessorar o MTur na formulação e na implementação da Política Nacional de Turismo. (BRASIL, [2018?], p. 62). Apesar de possuir membros do poder público, verifica-se uma expressiva quantidade de entes associativos representantes de empresas dos mais diversos setores do turismo, bem como algumas instituições financeiras, conforme Anexo A.

Vale destacar que os planos nacionais de turismo estabelecem as diretrizes e as estratégias para a implementação da Política Nacional de Turismo, direcionando, inclusive, o uso dos recursos públicos para a atividade turística. Desse modo, tais diretrizes e estratégias se efetivam no espaço que passa a ser concebido para atrair visitantes. O PNT (2018-2022), ao informar que se trata de um documento que “espelha os anseios do setor e do cidadão que consome turismo” (BRASIL, [2018], p. 15), permite a conclusão de que os espaços concebidos, a partir desse instrumento de planejamento, desconsideram as necessidades das comunidades receptoras, possibilidade que se acentua quando se verifica que dos mais de 60 (sessenta) membros do CNTur, não há representação alguma dos movimentos sociais populares, havendo apenas 04 (quatro) representantes de trabalhadores do setor do turismo.

Retomando a relação entre turismo e patrimônio, a origem de sua expansão, segundo Bertonecelo (2010), deu-se após a Segunda Guerra Mundial, com a modalidade denominada turismo de massa, que

tem como paradigma o turismo de sol e praia, embora outras modalidades, chamadas de “turismo alternativo” para turistas-consumidores específicos, estejam se difundindo nas últimas décadas. Nessa tendência surge o turismo cultural, mais valorizado socialmente que o turismo de massa e bastante vinculado ao patrimônio, devendo, no entanto, ser analisado de forma mais cuidadosa.

Nesse sentido, Bertocello (2010) critica o fato de que, apesar de colocado à disposição de todos, apenas quem tem condições de pagar e de fazer turismo tem acesso a esse patrimônio, o que assemelha o turismo cultural de base patrimonial às modalidades turísticas do passado, que o tornaram uma forma de distinção social.

Assim, o referido autor se refere à segmentação do turismo, a qual está vinculada ao mercado, o que se observa em Brasil (2010a), ao afirmar que:

Para o Ministério do Turismo, a segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. (BRASIL, 2010a, p. 61).

O referido estudo apresenta a segmentação da atividade turística baseada na demanda, na qual se considera variáveis diversas, tais como a sua situação geográfica, socioeconômica, psicográfica e comportamental; e na oferta, a qual se baseia em características que visam atender às diversas demandas, destacando-se, como segmentos prioritários a serem desenvolvidos no Brasil, os turismos cultural, de estudos e intercâmbio, rural, náutico, de esportes, de aventura, de negócios e eventos, de pesca, de sol e praia, e de saúde, além do ecoturismo.

Para o presente estudo, destaca-se o segmento do turismo cultural, o qual “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 2010b, p. 15).

Tal segmento é subdividido em tipos, dentre eles o religioso, que decorre “da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo” (BRASIL, 2010b, p. 19). Ressalta-se que o MTur considera apenas como turismo cultural a experiência realizada por turistas que viajam para eventos ou espaços religiosos tendo como motivação o interesse cultural ou a apreciação estética, ou seja, sem a busca pela prática religiosa.

Tanto a patrimonialização, quanto a turistificação, isoladas ou relacionadas entre si, têm sido temas de interesse da Geografia. Todavia, esse interesse é considerado tardio, conforme Nigro (2010) e Rodrigues (1997).

Para Rodrigues (1997), o interesse da geografia pelo fenômeno turístico se acentuou a partir da década de 1960, devido ao seu acelerado desenvolvimento em virtude do crescimento econômico de alguns países após a II Guerra Mundial. Entretanto, reportando-se à produção científica internacional da geografia nas décadas seguintes, a autora afirma que “[...] os trabalhos publicados interessando aos estudos de turismo surpreendem pela sua morosidade em acompanhar a evolução do pensamento geográfico” (RODRIGUES, 1997, p. 41).

Nigro (2010) observa que o interesse da Geografia pelo patrimônio é recente e aponta, com base em Graham *et al* (2000), três motivos para esse interesse: o patrimônio é tido tanto como um fenômeno inerentemente espacial; bem como é tema de interesse fundamental para a Geografia Cultural e Histórica contemporânea e, finalmente, também é considerado um bem que, além de cultural, é econômico. Para ela, portanto, a preservação do patrimônio, tanto normativa, quanto simbolicamente, significa uma forma de intervir no espaço, alterando o seu valor, importando para a análise da produção social do espaço, ou seja, importando à Geografia.

Sobre o movimento crescente de produções geográficas acadêmicas voltadas ao patrimônio e sua relação com o turismo, apesar de não se ter localizada pesquisa científica a respeito, supõe-se a predominância de abordagens voltadas ao patrimônio material em relação às pesquisas sobre o imaterial, o que se explicaria pela entrada mais recente dos bens imateriais no rol das políticas preservacionistas. Essa suposição se estende às demais áreas do conhecimento.

Assim, apesar do objeto do presente estudo se tratar de uma festividade registrada como patrimônio imaterial, as considerações apresentadas a seguir, em sua maioria, estão voltadas para o patrimônio material, o que torna necessário o uso de analogias para o embasamento teórico da análise.

Nigro (2010) afirma que na Geografia do Turismo e na Geografia Urbana, as revitalizações de áreas centrais se destacam na análise do patrimônio. Em relação ao turismo, as análises geográficas são críticas em relação ao consumo do patrimônio, onde se privilegia seu valor estético, dificultando a compreensão dos processos que originaram as construções patrimonializadas e da sua importância nas vivências sociais presentes. No urbano, as análises se dão sobre os processos de revitalização e de reestruturação urbanas, gerando outros processos, como a gentrificação⁷, ambos associados ao incremento da atividade turística, trazendo efeitos sociais questionáveis.

Choay (2001), ao abordar o patrimônio histórico na era da indústria cultural, mostra a relação entre o patrimônio e a indústria cultural na pós-modernidade, na qual os monumentos e o patrimônio apresentam tanto a função de saber e prazer à disposição de todos, quanto a de produto a ser consumido.

⁷ Conforme Sanchez (2001, p. 47), trata-se da “[...] valorização de áreas da cidade e de segmentos sociais em detrimento de outros[...]”.

Essa relação se desdobra em efeitos perversos, como a exclusão de populações economicamente desfavorecidas das áreas patrimonializadas, bem como a banalização ou homogeneização de cidades, sendo necessárias estratégias de conservação a partir de medidas de controle, medidas pedagógicas e políticas urbanas.

Os efeitos perversos apontados por Choay (2001) têm sido discutidos por diversos estudiosos, dos quais se podem destacar os pesquisadores da chamada Geografia do Turismo, a exemplo de Cruz (2011), que, ao relacionar turismo, patrimônio e produção do espaço, aponta diversas contradições no que ela trata como “patrimonialização do patrimônio”, referindo-se à “institucionalização de mecanismos de proteção do patrimônio cultural, material e imaterial” (2011, p. 95).

A referida autora, ao discutir o patrimônio cultural situado entre o valor de uso e o valor de troca, observa o predomínio do valor econômico sobre o cultural em relação aos bens a serem preservados. No caso dos bens tangíveis, ela verifica que, buscando a valorização do espaço geográfico e atendendo aos interesses do mercado imobiliário, populações são expulsas das áreas patrimonializadas, independente da relação histórica que elas possuem com essas áreas, de modo que, para se cuidar do patrimônio, se descuida de quem tem vínculo com ele. Ademais, ela afirma que “entre as motivações que levam à patrimonialização de um dado objeto destaca-se o seu valor de uso, mas o que viabiliza a sua existência como tal é o seu valor de troca” (CRUZ, 2011, p. 98), referindo-se à relação de dependência mútua entre o turismo e o bem patrimonializado, visto que se cobra para o acesso ao bem, mas depende-se dessa cobrança para que o bem seja preservado. A contradição da contradição se dá quando o bem protegido, a partir dessa lógica, é destruído pelos próprios turistas.

Costa (2015) também aponta, em sua discussão sobre o patrimônio, uma relação de dependência pautada na supremacia do valor de troca sobre o valor de uso ao referir-se ao que ele denomina como dialética da construção destrutiva e a ressignificação da arquitetura. Para ele, essa dependência se dá entre a construção de uma racionalidade voltada para a proteção da arquitetura de bens históricos, que se materializa nas ações de órgãos criados para esse fim, e a destruição simbólica desses bens, quando são transformados em mercadoria.

Estando associada à produção global do espaço, a transformação de bens tombados em mercadoria se torna uma estratégia para o mercado de cidades, discutido por Sanchez (2001) ou, ainda no mesmo sentido, pode ser analisada, segundo Cruz (2011), pelo paradigma do empreendedorismo urbano, discutido por Harvey (2005), no qual, com o avanço do neoliberalismo, houve uma mudança na governança urbana de modo que as cidades passaram a se transformar em mercadorias.

Harvey (2005) aponta quatro estratégias básicas para o empreendedorismo urbano, uma delas referente ao turismo ou para além dele, quando a região urbana pode “buscar melhorar sua posição competitiva com respeito à divisão espacial do consumo” (2005, p. 175), o que se dá com investimentos

ligados à qualidade de vida para atrair consumidores, incluindo-se a valorização de áreas degradadas. Porém, ao analisar as perspectivas críticas em relação a esse processo, o autor apresenta alguns de seus impactos negativos, ressaltando que tais perspectivas podem revelar potencialidades.

Dentre os problemas advindos do empreendedorismo urbano numa condição de concorrência interurbana, o referido autor observa, entre outras questões, que:

Deve-se reconhecer que, sob a camuflagem de muitos projetos de sucesso, existem alguns problemas sociais e econômicos muito sérios, e que isso, em muitas cidades, está assumindo um caráter geográfico, na forma de uma cidade dupla, com a regeneração de um centro decadente e um mar circundante de pobreza crescente. (HARVEY, 2005, p. 188).

Assim, Cruz (2011) observa que o empreendedorismo urbano, a partir de investimentos do governo e do mercado, se dá a partir de uma valorização fragmentada do espaço, ou seja, no caso das cidades históricas, eles são voltados para os centros históricos negligenciando a periferia, devido à seletividade espacial do capital e à arena política onde ocorre a produção do espaço. Para ela:

[...] cidades como Ouro Preto, e Tiradentes, por exemplo, objetos de análise de artigos e teses repletos de ‘rococó’ e vazios de fundamento, permanecem e certamente permanecerão fragmentadas, com seus ‘centros históricos’ iluminados e suas periferias opacas - sendo esta a lógica perversa do empreendedorismo urbano e das parcerias público-privadas que o sustenta - até o dia em que o planejamento urbano-territorial venha a ser o meio pelo qual um Estado igualitário atue para produzir um território socialmente mais justo. (CRUZ, 2011, p. 102).

A análise de Costa (2015), desenvolvida em sua tese de doutorado defendida em 2011, se dá nesse sentido. Como hipótese central, referindo-se à patrimonialização pela UNESCO, ele sustenta que “[...] dialeticamente, a cidade histórica se universaliza e se decompõe [...]” (COSTA, 2015, p. 26) a partir da própria patrimonialização, processo que a projeta globalmente, mas que, por favorecer apenas a área tombada, apresenta mecanismos que conduzem à fragmentação do território e uma compreensão distorcida do que é Patrimônio Mundial.

Assim, para ele:

Enquanto as políticas urbanas não operarem junto às políticas patrimoniais nos bairros mais apartados do centro, efetivamente, imperará a perversidade da fragmentação articulada do território urbano nas cidades históricas em tela. [...]. Devemos, então, [...] entendermos que a cidade como um todo é um documento. [...]. Como já dissemos, não podemos acreditar que a preservação vá solucionar, sozinha, problemas urbanos históricos, mas que a solução das problemáticas socioterritoriais da cidade histórica, para além dos limites do tombamento, pode levar a uma democrática patrimonialização. (COSTA 2015, p. 446).

Nesse sentido, Scarlato e Costa (2013) compreendem a cidade em sua totalidade como um patrimônio em construção-desconstrução numa perspectiva que ele trata como patrimônio urbano, na qual a cidade é tida como “o grande produto cultural da humanidade” (2013, p. 371) de modo que:

Estruturas viárias antigas e novas, monumentos históricos e prédios modernos, conjuntos históricos e bairros novos formam, em processo histórico ininterrupto, um verdadeiro livro de pedras que nos permite ler a produção passada-presente do território, revelando-nos a dialética do espaço-tempo. (SCARLATO e COSTA, 2013, p. 371).

Utilizando o método dialético, Costa (2015) aponta diversas contradições no processo de patrimonialização global. Ao discutir a autenticidade e integridade do patrimônio como critérios para a inscrição na lista da UNESCO, num momento em que se observa o simulacro das cidades, ele traz o exemplo da Carta de Veneza, que permite a refuncionalização de monumentos, ferindo-se, portanto, o critério da autenticidade. Desse modo, a noção de autenticidade se tornou flexível, dado que as cidades acompanham o movimento histórico. Para o autor, tal flexibilização atende aos objetivos de: “possibilitar a inclusão de bens que sofreram impactos de catástrofes naturais ou humanas, assim, tornando a Lista do Patrimônio Mundial mais representativa” (COSTA, 2015, p. 231), bem como de fomentar a dinâmica econômica dos lugares chancelados, por integrarem a rede global da nova economia urbana.

Em relação à refuncionalização como ressignificação de bens patrimoniais, mas que visa a ampliar o sentido da sua valorização, Cruz (2011) observa que ela tem sido justificada como medida de proteção às diversas ameaças que tais bens têm sofrido, dentre elas a especulação imobiliária, a ausência de recursos para a sua manutenção e a necessidade de circulação.

Quanto à seletividade do que é patrimonializado, que se dá pela chamada ativação patrimonial, Bertonecello (2010), compreende que ela se baseia nos interesses do presente e não na representatividade do bem no passado e que ela utiliza critérios supostamente objetivos, mascarando a intenção de atender ao mercado, especialmente quando esse bem é usado como atrativo turístico.

Nessa relação entre turismo e patrimônio, o referido autor afirma que a seletividade se dá mais por critérios e interesses das sociedades de origem dos turistas do que das sociedades a quem esse patrimônio pertence e para quem se justifica a patrimonialização. Ademais, ao se buscar atender às expectativas do turismo, existe o risco de conflitos com os interesses dos órgãos legitimadores.

Para ele, tais questões colidem com o caráter de bem comum do patrimônio, ou seja, a sua valorização turística pode levar a processos diferenciais de apropriação e a sua privatização pode desvirtuar a essência do patrimônio. Assim, subverte-se a sequência da preservação, institucionalização e transformação em atrativo turístico e ela passa a se iniciar pela identificação, via técnicas de marketing,

dos interesses dos turistas potenciais, que levam a seleção de bens que atendam a esses interesses e que por essa razão se tornam os bens a serem protegidos e oficialmente patrimonializados.

Infere-se, portanto, que o que não é interessante turisticamente ou, sendo mais abrangente, economicamente, tende a não ser valorizado como patrimônio, reduzindo-se a possibilidade da diversidade e, nesse sentido, Cruz (2011) aponta uma outra contradição ao afirmar que “o movimento que busca auferir, com a “patrimonialização do patrimônio”, a renda de monopólio, é o mesmo que impede o alcance deste objetivo, posto que, ao estetizar as formas, banaliza-as pelo repetitivo e pelo homogêneo.” (CRUZ, 2011, p. 103).

Apesar da possível predominância de pesquisas sobre bens materiais em relação aos imateriais, conforme mencionado anteriormente, alguns autores apontam contradições mais específicas quanto ao patrimônio imaterial, a exemplo de Corá (2011), que questiona se existe mudança de sentido nesse tipo de patrimônio quando ele entra na lógica da indústria cultural. Para ela:

No âmbito do patrimônio imaterial, a relação entre o bem cultural e o mercado aparece em dois sentidos. O primeiro refere-se à autenticidade dos produtos culturais disponibilizados no mercado, uma vez que, ao serem produzidos em massa, perdem seu valor simbólico durante o processo de produção, que nesse caso é o que conta para o patrimônio imaterial – o modo de se fazer. O segundo ponto refere-se à espetacularização das manifestações culturais para atender àqueles que foram assistir à manifestação, e não àqueles que atribuem a ela sua referência identitária. (CORÁ, 2011, p. 96).

Cruz (2011) também questiona a proteção ao patrimônio imaterial, a qual ela considera contraditória, dado que é característico da cultura mudar no tempo e no espaço, pois “[...] a cultura se refaz todos os dias, no jogo cotidiano das relações sociais, na luta pela sobrevivência, por meio do trabalho, da festa, do encontro, revelando distintas temporalidades bem como distintas espacialidades.” (CRUZ, 2011, p. 98).

Para a citada autora, o registro do patrimônio imaterial dá a ele uma visibilidade que contribui não apenas para a sua apropriação pelo mercado, mas para a perda de sua essência, de sua espontaneidade, prevalecendo-se o valor de troca pelo valor de uso.

Nesse sentido, conforme abordado nesse tópico, o processo de registro prevê a possibilidade de a manifestação deixar de fazer sentido para os seus detentores, de modo que ele deve ser revisto a cada dez anos. Todavia, considerando a patrimonialização num movimento global e útil à reprodução do capital, cabe questionar se as instituições patrimonializadoras revogarão o registro nos casos em que o sentido mercadológico se torne predominante. Ademais, num modo de produção em que tudo pode ser cooptado pelo mercado, presume-se a impossibilidade da manutenção de uma essência ‘pura’, completamente livre dos interesses do capital, uma vez que tais interesses já foram incorporados ao cotidiano, conforme aponta Lefebvre (1991b).

Numa análise que pode abranger tanto o patrimônio material, como o imaterial, Bertoncello (2011) busca contribuir para a superação de um obstáculo identificado por ele, no qual, enquanto por um lado há o prestígio do patrimônio como algo que o coloca acima da necessidade de questionamento, por outro, há a desvalorização da necessidade de estudos sobre o turismo, dado que ele é visto apenas pelo seu lado prejudicial. Tais obstáculos, para ele, bloqueiam análises aprofundadas sobre esses dois processos.

Nesse sentido, em relação ao patrimônio cultural, Canclini (1999) afirma a necessidade de se desfazer a rede de conceitos que tem envolvido o patrimônio, iniciando pela concepção de estratégia conservacionista identificada em vários autores. Porém, ele acrescenta que:

[...] Alguns autores começam a vincular o patrimônio com outras redes conceituais: turismo, desenvolvimento urbano, mercantilização, comunicação massiva. Esses termos são mencionados quase sempre como adversários do patrimônio: desafios ou agressões exteriores que procedem de universos distintos. [...]. Nos parece que estas referências recorrentes são o sintoma de uma relação fundamental entre o patrimônio e o que, geralmente, se considera alheio a sua problemática. Muitas das dificuldades, que atrapalham a teorização e a política cultural nessa área, provêm de se situar o patrimônio de modo inadequado no contexto de relações sociais que efetivamente o condicionam. (CANCLINI, 1999, p. 16).

Conclusão semelhante é encontrada em Cruz (2011), com base em Menezes (1996), que compreende que, para serem evitadas, as implicações negativas do turismo no patrimônio cultural devem ser consideradas para além do turismo em si, pois elas se encontram no modelo de sociedade que se opta em construir.

Como evidência dessas concepções, ressalta-se a constatação de Costa (2017), que compreende que é comum a fragmentação espacial ocasionada pela atividade turística, exemplificando essa situação com as cidades de Brasília e Buenos Aires, mas que observa que existem contrapontos a essa realidade, apontando os casos das cidades chilenas de Cucao e Tenaún, que foram favorecidas pelo turismo na complementação da renda.

Desse modo, para o referido autor, os efeitos negativos do turismo não estão ligados simplesmente à falta de planejamento, mas ao “desvirtuamento ideológico e do sentido de valor social atribuído aos lugares.” (COSTA, 2017, p. 68). Em outras palavras, ao condenar o turismo ligado ao patrimônio, se encobre a verdadeira causa dos prejuízos ao espaço: a desvalorização dos chamados territórios de exceção das políticas patrimoniais, ignorando-se a necessidade de se buscar a totalidade nas análises e na gestão do espaço urbano.

Em relação ao processo de turistificação, que se insere na produção e reprodução do espaço a partir dos interesses de diversos agentes, Cruz (2007) compreende que, dentre eles, o Estado e o mercado, ou, numa perspectiva gramsciana, a sociedade política em conjunto com a burguesia representada na sociedade civil, são os que atuam de modo hegemônico.

Tal compreensão pode ser estendida ao processo de patrimonialização, considerando todo o exposto no presente tópico, ressaltando-se que a atuação do Estado ampliado, em ambos os processos, se dá pela seleção, por meio dos planejadores e da sua concepção do espaço, do que deve ou não atrair turistas e/ou ser preservado. E, nesse sentido, é possível a análise de tais processos na dimensão do espaço concebido, que, para Lefebvre (2013, p. 97), “é o espaço dominante em qualquer sociedade (ou modo de produção).” (tradução nossa).

A respeito do espaço do ócio e seu consumo, conforme mencionado anteriormente, Lefebvre (2013) sinalizava para as possibilidades dos espaços de representação serem manipulados pela representação do espaço na prática espacial do neocapitalismo. A partir dessa afirmação, infere-se que as práticas espaciais contemporâneas capitalistas, relativas a bens culturais materiais e imateriais, com os processos de turistificação e patrimonialização atuando na concepção do espaço, a partir de interesses mercadológicos, alteram o sentido e, portanto, os espaços de representação relativos a esses bens.

Todavia, essas alterações nos espaços de representação podem gerar conflitos espaciais, principalmente quando se dão pela imposição de interesses de alguns grupos sociais, a exemplo do que ocorre na elaboração e implementação de diversas políticas públicas no Brasil, inclusive nas que se referem ao turismo e ao patrimônio.

Nesse sentido, em relação à turistificação, a análise de Malta (2018) sobre as políticas públicas de turismo no Brasil, referindo-se ao período de 1930 até o plano nacional do triênio 2013-2016, revela que elas “foram e são pouco participativas, centradas nas tomadas de decisão dos poderes públicos e foram relegadas, em todos os governos estudados, a um papel secundário.” (MALTA, 2018, p. 83).

Em relação à patrimonialização, porém, Bispo (2011), em sua análise sobre as políticas culturais brasileiras, observa que:

[...] a atuação do poder público com relação aos bens histórico-culturais passou nas décadas de 30 e 40, e nos governos militares, de “conservacionista-monumentalista” e muito presente, para liberal e “mercantil”, a partir de meados dos anos 80, e assim permaneceu até início dos anos 2000. A partir de 2003, no primeiro mandato do presidente Lula, houve um retorno a institucionalização da área, mas desta vez não com uma visão “conservacionista-monumentalista”, mas sim “participacionista”. (BISPO, 2011, p. 105).

Ressalta-se que tal “participacionismo” e tudo que está envolvido nas discussões sobre a participação popular nas políticas públicas merecem análises aprofundadas, pois, como aponta Demo (1996), deve-se considerar, inicialmente, o processo histórico de dominação e opressão, onde a participação só é interessante para a classe hegemônica quando ela é consentida e tutelada, legitimando a ordem vigente. A verdadeira participação, porém, conforme o autor, faz parte de um processo de conquista a partir da superação da dominação preexistente.

No que se refere à institucionalização dos processos de patrimonialização e turistificação, observa-se que ela interfere na produção do espaço de acordo com a concepção de seus agentes, das disputas entre eles, nas quais os interesses da classe hegemônica, em cada processo, tendem a prevalecer. Todavia, é necessário atentar para a constante relação dialética entre as dimensões da tríade espacial apontada por Lefebvre (2013) para evitar a impressão de que, como espaço dominante, o espaço concebido se efetiva desconsiderando o vivido e o percebido.

Nesse sentido, a discussão da relação entre patrimônio, vivência e representação do espaço, presente na análise de Trindade Jr (2013) sobre o processo de renovação e reapropriação do espaço na área central de Belém, município onde se localiza o complexo de eventos objeto do presente estudo, é reveladora, quando ele mostra que as intervenções realizadas sobre o patrimônio de Belém não articulam a sua conservação com as vivências pré-existentes a tais intervenções, imperando a lógica moderna e dita eficiente nos projetos voltados para o marketing urbano.

Tal lógica, que faz parte da representação do espaço, ou seja, da concepção do espaço por agentes hegemônicos ligados, entre outros, à patrimonialização e à turistificação, ignora, segundo o referido autor, os conteúdos sociais presentes no seu núcleo central e na zona periférica do centro, implementando serviços sofisticados em áreas habitadas pela classe média baixa, de comércio popular e com forte presença de ambulantes. Porém, ao ignorar esses conteúdos, os quais estão vinculados ao vivido e ao percebido pela população local, há o risco das intervenções não atenderem às expectativas pelas quais elas foram concebidas, o que o autor exemplifica com os projetos de requalificação urbana da década de 1980 na Feira do Açai e na Ladeira do Castelo. Em ambos os casos, observou-se a falta de continuidade no seu uso pela população de maior renda, bem como por turistas.

Em relação aos citados projetos, bem como aos implementados a partir da década de 1990, como a Estação das Docas e a Estação Gasômetro, o referido autor revela que, na dimensão da representação do espaço, a renomeação de espaços requalificados é estratégica para a afirmação dos novos conteúdos que se pretende dar ao patrimônio. Ou seja, os nomes dos projetos se tornam usuais para a população e contribuem para a mudança de sentido que se pretende dar a esses espaços. Assim, o nome “estação”, sugere um sentido de pausa, que fica esvaziado ao servir apenas para quem tem condições de consumir em tais espaços. Para os que não têm tal condição, o termo fica com sentido de espaço de passagem, o que revela um esvaziamento tanto do espaço público, que se torna coletivo, quanto do espaço do cidadão, que se torna espaço do consumidor. (TRINDADE JR, 2013).

Outra característica das intervenções desse período, ainda segundo o referido autor, é a criação de uma nova relação com o rio, de modo a se negar a imagem propiciada pelas atividades tradicionais e populares desenvolvidas na beira-rio, para reduzi-la a lugar de contemplação, lazer e turismo, já sob o novo nome de orla. Porém, tais projetos de requalificação, assim como outros implementados às margens

do rio Guamá, como o Feliz Lusitânia e o Mangal das Garças, desconsideram as demais possibilidades de uso desse elemento, por exemplo, não facilitando a circulação fluvial. Em tais espaços, elementos como o Píer das Onze Janelas e o Memorial das Embarcações, fazem referência a essa circulação sobre as águas, a qual é negada no projeto, fazendo-se, assim, o jogo de presença e ausência comum à maioria das intervenções urbanísticas de Belém.

Tal jogo tem por base a análise de Lefebvre (2006), no qual ele pensa o espaço concebido no sentido de representações simulantes-dissimuladas, o que, para Trindade Jr (2013), é nítido nos espaços requalificados citados, uma vez que os projetos de intervenção contêm elementos que se referem às relações sociais com o rio, mas impossibilitam suas práticas, e utilizam da toponímia para ratificar “uma prática que induz ao esquecimento dos antigos nomes ‘trapiche’, ‘cais’, ‘doca’, responsáveis por identificar esses atracadouros, tão presentes na vida cotidiana dos que acessam o rio.” (TRINDADE JR, 2013, p. 507).

Dentre as intervenções citadas, vale ressaltar, ainda, que a Estação das Docas se revela como concebida pelo poder público a partir do direcionamento de um intelectual orgânico da burguesia, o arquiteto Paulo Chaves, dado que, de acordo com Trindade Jr e Amaral (2006), tratou-se de um projeto vencedor de um concurso promovido pelo Governo do Estado do Pará, implementado por meio de uma parceria público-privada com um desequilíbrio que favoreceu o setor privado, tanto em relação à diferença nos valores dos recursos disponibilizados, em que o setor público contribuiu quase quatro vezes mais, quanto em relação ao controle dos espaços renovados, que foram cedidos à iniciativa privada, por meio de associação privada sem fins lucrativos. Ademais, não houve participação popular ou consulta à sociedade no tocante a essa intervenção, utilizando-se, em vez disso, discursos produtores de consenso sobre a sua viabilidade econômica e importância na valorização de um patrimônio atrativo para o turismo e, portanto, gerador de emprego e renda, ao passo que a coerção se apresenta na sua arquitetura monumental e nos preços cobrados pelos produtos e serviços, que excluem as pessoas de pouco ou nenhum poder aquisitivo.

No que concerne ao patrimônio imaterial, outras consequências do avanço do capitalismo se apresentam, de modo que é compreensível que as manifestações culturais patrimonializadas, a exemplo do objeto do presente estudo, passam a fazer parte da luta pela vida de seus detentores, não apenas simbolicamente, mas materialmente, quando elas se tornam fonte de renda, o que se dá principalmente com a entrada da atividade turística nesse processo. E, assim, infere-se que as transformações da cultura, em geral, têm sido permeadas pela relação dialética entre valor de uso e de troca, de modo que uma análise sobre a manutenção da essência de uma manifestação patrimonializada poderia envolver o modo como seus detentores compreendem e atuam na mediação da disputa entre esses dois valores, considerando o que dá sentido a tal manifestação.

Quanto maior a compreensão sobre o capitalismo e sua base na divisão de classes e na exploração de umas sobre as outras, o exercício dessa mediação pelos detentores de bens patrimoniais pode se tornar mais conflituoso, dado que as contradições entre os discursos e a realidade se evidenciam. Essa seria, portanto, uma possível brecha para se vislumbrar novos caminhos de enfrentamento à lógica de mercado e à concepção capitalista do espaço, bem como de aproximação com a perspectiva lefebvriana do espaço vivido.

As pressões dos movimentos sociais promovem transformações nos diversos âmbitos da vida em sociedade, dado que a produção do consenso depende do atendimento a algumas demandas subalternas. Porém, o ritmo dessas transformações se mostra lento em relação ao que se impõe cotidianamente pelos agentes hegemônicos em favor da expansão do capitalismo, intensificando-se a impressão de que não há possibilidades de alternativas para a lógica da mercadoria.

Tanto na turistificação do espaço, quanto na patrimonialização, algumas práticas têm se apresentado como contra hegemônicas, por valorizarem e possibilitarem alguma autonomia a grupos subalternos. Dentre essas práticas, abordam-se, a seguir, o turismo de base comunitária (TBC) e a constituição de Pontos de Memória.

Barreto e Tavares (2016) voltaram suas análises para comunidades no município de Santarém-PA e apontam a diversidade de denominações e características de iniciativas que podem ser consideradas como TBC (turismo comunitário, ecoturismo de base comunitária, turismo solidário, entre outros) e consideram-no um contraponto ao turismo convencional, uma vez que, com base em Irving (2009), tal modalidade de turismo possibilita a fixação das comunidades em seus territórios, direcionando, elas mesmas, os seus usos, a partir da sua autonomia no planejamento, execução e monitoramento da atividade, contribuindo para o desenvolvimento e a formação da cidadania.

Na mesma direção encontram-se os estudos de Silva, Figueiredo e Tavares (2020) sobre comunidades ribeirinhas no Rio Negro, no Amazonas, que acrescentam como benefícios o incentivo ao empreendedorismo, empoderamento, geração de renda direta para a comunidade e a preservação de recursos naturais e socioculturais.

Bursztyn e Bartholo (2012) discutem um problema apontado em diversas iniciativas de TBC, que é o acesso ao mercado, pois sem ela, não é possível a sustentabilidade econômica da atividade, dado que tais iniciativas, em geral, começam obtendo apoio financeiro externo, seja de entidades da sociedade civil, seja dos governos locais, e, ao término desse apoio, dependem de canais de comunicação que facilitem a comercialização. Vale destacar que, em documento produzido pelo governo de Botsuana, os autores observam, entre as sugestões para o acesso ao mercado, a integração dos roteiros de TBC ao mercado convencional.

Em contrapartida, os autores observam, também, a ampliação do movimento do turismo responsável, aliado importante nos processos de desenvolvimento do TBC. Para eles:

Alguns turistas já não estão mais míopes em seus períodos de lazer. Muito pelo contrário, querem utilizar o seu momento de descanso para se engajarem ativamente em ações de cunho social e ambiental. Consideram-se responsáveis pelos impactos gerados pelas suas viagens e querem de alguma forma minimizá-los. (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012, p. 98).

Almeida e Castro (2017) buscam discutir o planejamento do TBC sob uma perspectiva crítica e direcionam essa crítica à falta de políticas públicas para essa modalidade de turismo, ignorando-se “a potência de transformação do turismo de base comunitária como um paradigma alternativo ao turismo convencional”. (2017, p. 79).

Os trabalhos citados indicam que as iniciativas de TBC se colocam como contra hegemônicas, mas se mantêm na lógica de mercado, deixando de existir quando não encontram canais para a sua comercialização, podendo, ainda, ser oferecidos como opções na oferta do turismo convencional. Ademais, necessitam, em geral, do apoio de entidades do chamado terceiro setor e do poder público. Assim, a partir das análises gramscianas e lefebvrianas, pode-se questionar se essas iniciativas são, de fato, contra hegemônicas, ou apenas o paliativo oferecido para atender a algumas demandas dos subalternos que, após certo tempo, converteram-se em mais uma opção de consumo do espaço.

Como abordado neste capítulo, o Estado integral, no que se refere às políticas de turismo, tem sido conduzido por aparelhos privados de hegemonia da classe burguesa, não havendo espaço para um equilíbrio de representatividade com as comunidades receptoras. Assim, pela sua posição hegemônica, ao contrário das comunidades que desenvolvem o TBC, a iniciativa privada está sempre amparada pelas políticas públicas para desenvolverem seus negócios no turismo.

Nos processos ligados aos bens patrimoniais, por sua vez, conforme analisado neste tópico, observa-se a presença de movimentos sociais representantes de grupos subalternos, principalmente a partir da década de 1970, quando a patrimonialização passou a incluir as imaterialidades. Desse modo, considerando ainda seu vínculo governamental, o exemplo a ser abordado, o Programa Pontos de Memória, aproxima-se ainda mais de um caráter contra hegemônico se comparado às experiências de TBC.

O site do MTur⁸ informa que:

O Programa Pontos de Memória reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos

⁸O governo federal extinguiu o Ministério da Cultura em 2019, criando a Secretaria Especial de Cultura, no Ministério da Cidadania, para receber as atribuições do extinto Ministério. Em 2021, tal secretaria foi transferida para o Ministério do Turismo. (PUPO, 2021).

formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. Tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura. [...]. O Programa Pontos de Memória se estrutura nos seguintes eixos, com suas respectivas ações: I. Articulação: abrange ações voltadas para propiciar o contato entre Pontos de Memória e deles com instituições afetas ao tema da museologia social, sendo um importante instrumento de difusão do conhecimento e de troca de experiências. As principais ações deste eixo são as Teias da Memória; o Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória e o Cadastro Nacional de Pontos de Memória. II. Fomento abrange ações destinadas a apoiar financeiramente os Pontos de Memória, destinando recursos para a execução de projetos culturais. Estes recursos são aportados por meio de editais e através de parcerias entre União, entes federados, instituições públicas e privadas. III. Capacitação: abrange ações de capacitação e qualificação que têm como objetivo fornecer aos representantes de Pontos de Memória os referenciais conceituais e metodológicos para o desenvolvimento de projetos e ampliação de suas atividades. (PONTO..., 2021).

Criado em 2009, o Programa Pontos de Memória é considerado por autores como Pereira (2018) e Alcântara (2019) como importante contribuição para iniciativas comunitárias que valorizam a memória social e possibilitam discussões em torno da garantia de direitos e melhoria na qualidade de vida de grupos invisibilizados. Alcântara (2019, p. 197), em sua pesquisa sobre o Ponto de Cultura da Terra Firme, localizado no bairro homônimo, na capital paraense, acredita que:

Os processos museológicos que têm acontecido nas periferias brasileiras, como em Terra Firme, são resultados da nova forma de experimentar as interações sociais dentro da cidade, onde indivíduos e grupos buscam maneiras de compartilhar o que seria o urbano – o sentimento de ser e o que pretende ser dentro de uma rede de informação e contatos com pessoas e instituições sociais. (ALCÂNTARA, p. 197)

Apesar de criado e implementado dentro do Estado, em sentido restrito, o programa demonstrou ser possível o envolvimento das comunidades numa ação desenvolvida a partir de uma perspectiva decolonial, quando há coerência entre seus propósitos e as ações empreendidas, possibilidades reais de financiamento até que elas se tornem autônomas em relação a sua gestão e manutenção financeira (PEREIRA, 2018).

É necessário ressaltar que tais ações se referem a um período em que, conforme Pereira (2018), o então governo federal buscava romper com as tradições e ampliar a participação cidadã, embora exigindo, para este e outros programas, a competição entre os agentes culturais por recursos públicos e privados. A partir de 2016, as políticas públicas para a cultura começam a apresentar discontinuidades. No caso do programa em questão, o site do MTur indica links inexistentes para as edições do Prêmio Pontos de Memória, sendo a de 2014 a mais recente, e para o acompanhamento dos editais, induzindo a pensar que houve novas edições, o link “Fomento e Financiamento”, também inexistente⁹. Todavia, com base em

⁹ Pesquisa realizada no site <<https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria>> no dia 12 de setembro de 2021.

publicações em sua rede social¹⁰, o Ponto de Memória da Terra Firme continua em funcionamento, embora essas publicações não indiquem se ele tem recebido algum tipo de recurso financeiro ou material do poder público.

De todo modo, a inexistência de publicações sobre ações do atual governo federal voltadas ao Programa, bem como a própria redução do Ministério da Cultura - MinC - a uma secretaria vinculada ao MTur indicam o desequilíbrio de forças entre as representações dos grupos hegemônicos e dos movimentos sociais no Estado integral.

Ademais, considerando a publicação que aborda as metodologias e práticas desenvolvidas no Programa, entre os anos de 2009 e 2013, onde se afirma que o trabalho com a memória social, realizado nesse período, permitiu aos Pontos de Memória promoverem, entre outros, a “valorização do potencial local, impulso ao turismo e à economia local” (BRASIL, 2016, P. 9), infere-se que o governo espera que um dos caminhos para o autofinanciamento desses espaços provenha da atividade turística, o que indica a possibilidade da sua inserção à lógica do mercado.

A crítica às iniciativas do TBC e dos Pontos de Memória como experiências insuficientes para serem consideradas subversivas à lógica do mercado se faz necessária neste estudo no sentido de que elas não conseguem superar as contradições do capitalismo, uma vez que elas só poderão ser sanadas com a superação desse modo de produção. Não se pode negar, porém, que tais iniciativas, por serem realizadas junto a grupos subalternizados, revelam as contradições de modo mais claro e em ambientes de menor controle por parte dos grupos hegemônicos, o que lhes coloca como potenciais espaços para encontros que propiciem a formação e a discussão de ideias mediadas por intelectuais coletivos de caráter revolucionário.

Como mencionado neste capítulo, a ideia de partido revolucionário em Gramsci, o chamado moderno príncipe, aponta para a necessidade da organização e difusão de uma reforma intelectual e moral e isso depende da organização dos grupos subalternos. O partido é o espaço democrático e popular de formação, discussão, produção de ideias e unificação dos subalternos em torno das vontades coletivas. Gramsci (2007) compreende que se trata de um processo de desenvolvimento mais ou menos longo, onde se forma uma linha de ação coletiva definindo-se os objetivos imediatos e mediatos concretos.

Lefebvre (1973), por sua vez, afirma a necessidade de um projeto global em busca dos direitos à cidade e à diferença, tendo como premissa que as necessidades sociais se sobreponham às individuais. A produção da diferença se dá pela concepção do espaço, determinando-se o caminho a ser seguido a partir de “um esforço colectivo, espontâneo e consciente, teórico e prático” (1973, p. 39) envolvendo os grupos

¹⁰ Visita ao site <<https://www.facebook.com/pontodememoriaterrafirme>> realizada em 12 de setembro de 2021. Numa publicação do dia 02 de agosto de 2021, se fez referência à realização de reunião do Ponto de Memória e, no dia 04 de setembro do mesmo ano, a publicação indicava uma ação de doação de alimentos.

rejeitados pelo poder central, encontrados nas periferias mentais, sociais e espaciais: mulheres, jovens e desfavorecidos. Tal projeto caminha do possível ao impossível, pois, segundo ele:

Para alargar o possível é preciso pensar, proclamar e querer o impossível. A acção e a estratégia consistem em tornar possível amanhã o impossível de hoje. Um tal projecto, só ganha sentido por via de uma impossibilidade: ater-se indefinidamente às relações (sociais) existentes. Ele detecta o que esta impossibilidade torna possível e inversamente o que o «real» de hoje oculta e bloqueia. (LEFEBVRE, 1973, p. 39).

Compreende-se, assim, que o projeto lefebvriano se completa com a proposta de direcionamento da vontade coletiva gramsciana, expressa no moderno príncipe, ressaltando-se que ambos se tratam de processos de longo prazo, dada a necessidade da preparação dos grupos subalternos para o esforço coletivo em busca de uma nova hegemonia a partir de uma nova concepção do espaço.

Dessa forma, as iniciativas aqui apresentadas, TBC e Pontos de Memória, por reunirem grupos que estão à margem dos processos hegemônicos de turistificação e patrimonialização, podem se configurar em espaços de formulação, discussão e difusão de ideias revolucionárias, compreendendo as contradições do capitalismo como brechas para se pensar na transformação, partindo-se do presente, ou seja, do possível, para eliminar os bloqueios que se apresentam como impeditivos do que for projetado para o futuro.

Tais ações, porém, se tornam insuficientes se não forem internacionalizadas, pois, como alerta Silveira (2020, p. 152):

Urge, pois, romper com a perspectiva geopolítica do centralismo do Estado nacional e capturar o movimento de intelectuais entre Estado Integral (sociedade política e sociedade civil) e os espaços de regulação e controle, em nível supranacional, de modo que, no processo de luta, a classe trabalhadora tenha clareza sobre a dinâmica relação política, formal e institucionalizada, em níveis local, nacional, regional, internacional e supranacional, ainda, invisível, difusa e dispersa, para parcela significativa de intelectuais da esquerda. A resposta à internacional capitalista só pode ser a internacional comunista – uma auto-organização da classe trabalhadora, em nível global, consciente da natureza ontológica do processo social.

Diante do exposto, busca-se, a seguir, analisar elementos que encaminhem para uma maior compreensão da produção do espaço do Círio de Nazaré em Belém, enfocando a dimensão do concebido, por meio de sua turistificação e patrimonialização, e identificando, na relação entre sociedade civil e sociedade política, situações que se apresentam como necessárias para a manutenção de hegemonias a partir de ações coercitivas e produção de consensos.

2. A CONCEPÇÃO DO ESPAÇO DO CÍRIO DE NAZARÉ COMO PATRIMÔNIO TURISTIFICADO

Como observado no capítulo anterior, os processos de patrimonialização e turistificação podem ser analisados a partir da perspectiva lefebvriana da produção do espaço, sendo tais processos concebidos por intelectuais orgânicos de grupos hegemônicos, em constante embate com representantes de frações de sua própria classe e de grupos subalternos, utilizando-se de estratégias que incluem a representação do espaço, para convencê-los ou, quando necessário, coagi-los, para manter sua hegemonia. Tais reflexões conduzirão as análises que se seguem para uma abordagem do Círio de Nazaré como patrimônio turistificado e produtor de espaço, iniciando por uma apresentação desse complexo de eventos a partir do seu histórico, no qual se buscou localizar, no espaço e no tempo, a sua expansão, que se deu em conjunto com sua turistificação, bem como os seus elementos patrimonializados pelo IPHAN e pela UNESCO. Em seguida, as discussões serão realizadas a partir da representação do espaço do Círio relacionada aos citados processos.

3.1. O Círio de Nazaré no espaço e no tempo de Belém: aspectos históricos da construção de um patrimônio turistificado

A expressão Círio de Nazaré provém da devoção católica portuguesa e, em Belém, pode se referir à principal procissão em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, realizada desde 1793, iniciando-se, atualmente, com uma missa campal em frente à Igreja da Sé, conforme se verifica na Figura 1, na qual se destaca a significativa quantidade de pessoas.

Figura 1 – Início da Procissão do Círio



Foto: João Amorim Neto (2019)

A perspectiva do autor da ilustração, posicionado no palanque construído em frente à Igreja da Sé para a realização da missa campal, permite apenas vislumbrar uma parte dessa manifestação, que tem sido considerada uma das maiores concentrações religiosas do mundo¹¹, dado que, pelas estatísticas oficiais, cerca de 2 milhões de pessoas, entre moradores e visitantes, percorrem, no segundo domingo de outubro, as ruas dos bairros centrais de Belém, motivados, em geral, pela devoção à santa.

Todavia, a expressão Círio de Nazaré se refere também a um conjunto de eventos vinculados a esta procissão, criados e organizados pela Igreja e por outros agentes no decorrer de mais de duzentos anos, de modo que, a importância da procissão principal e o modo como ela é divulgada fora do estado do Pará, podem confundir aqueles que não têm familiaridade com essa festividade, no sentido de resumirem todo um complexo de eventos a uma única procissão. A confusão semântica pode se dar também porque ela é chamada de “Procissão do Círio”, mas o Círio se compõe de diversas outras, que também são, portanto, procissões do Círio.

Costa et al (s/d, p. 4) fazem uma análise econômica do Círio e utilizam a expressão Círio de Nazaré de Belém para diferenciar o evento religioso central do evento de caráter mais amplo:

O Círio de Nazaré, como evento religioso, é o centro de um acontecimento mais amplo, que chamaremos aqui de Círio de Nazaré de Belém: um evento total (Mauss, 2003; Alves, 1980) que combina um conjunto ou seqüência de rituais que se realizam em diversas instâncias e esferas da vida da Cidade de Belém.

O IPHAN, no dossiê que compõe o processo de patrimonialização do Círio, se refere à Procissão do Círio, ou “ao Círio propriamente dito” (IPHAN, 2006, p. 36), como a “Procissão Principal”:

Com o passar dos anos, a procissão principal do Círio de Nazaré foi ampliando o leque de homenagens prestadas à Nossa Senhora de Nazaré. A cada ano, a festa se amplia, desdobrando-se em outras tantas celebrações que passam a compor o Círio de Nazaré como um todo. Enquanto certas tradições surgem e desaparecem, outras permanecem e passam a constituir elementos essenciais da romaria.

Ressalta-se, ainda, que são realizados Círios de Nazaré em outros estados brasileiros, das quais se pode destacar cidades como Rio de Janeiro, Brasília e São Luís, bem como em diversos municípios paraenses, além de círios sob outras titulações dadas a Maria, como o Círio de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Santarém, localizada no oeste do Pará.

Assim, em relação à semântica nos termos aludidos ao Círio de Belém, convém explicitar, de imediato, que o presente estudo fará uso do termo Procissão Principal para a Procissão do Círio, no

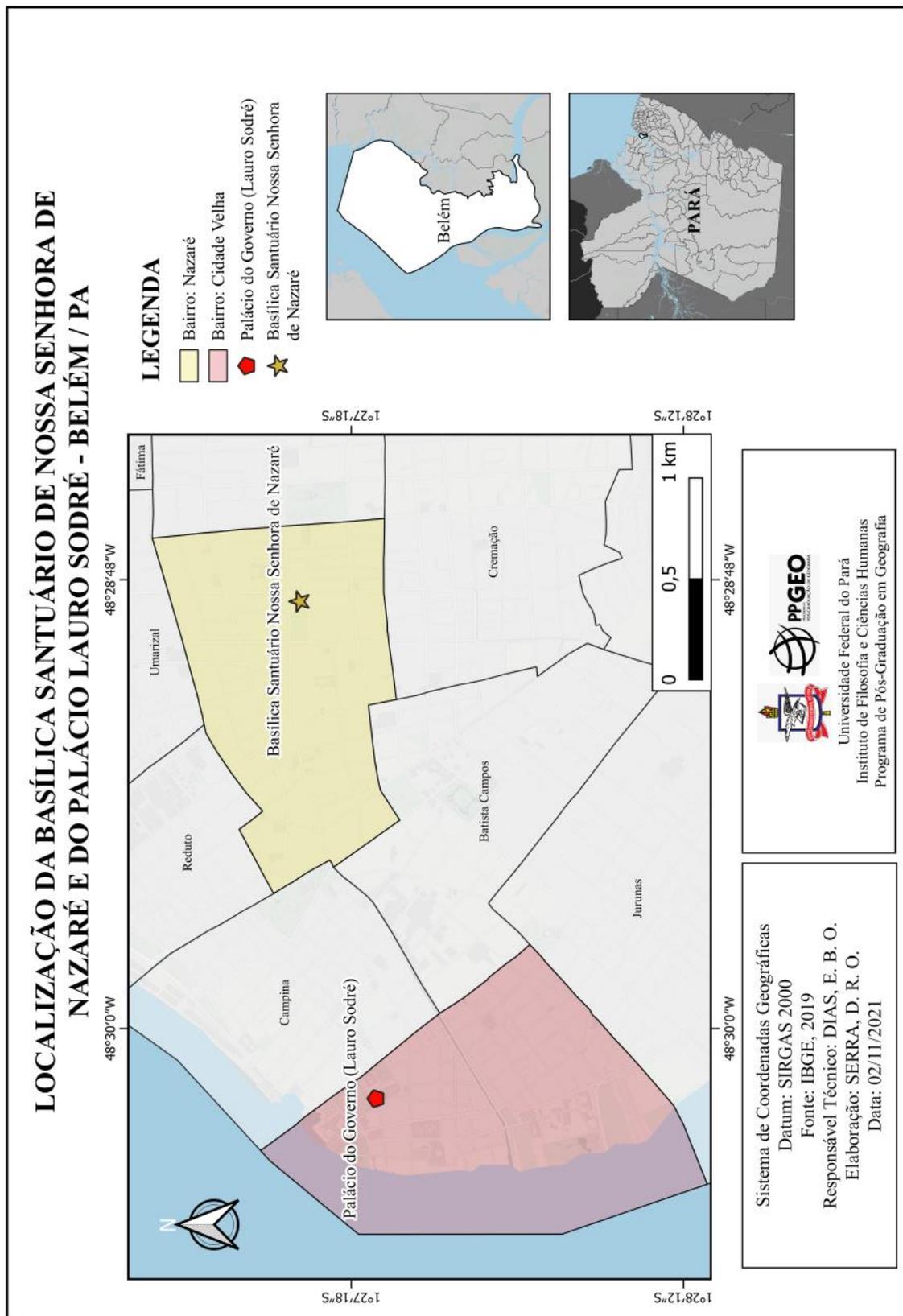
¹¹ Tal informação é divulgada em diversas publicações sobre o Círio, principalmente jornalísticas, encontrando-se, também nos sites do IPHAN [Círio de Nossa Senhora de Nazaré - Belém (PA). Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/55>>. Acesso em: 19 abr. 2020]; e UNESCO [Círio de Nazaré (The Taper of Our Lady of Nazareth) in the city of Belém, Pará Brazil. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/en/RL/cirio-de-nazare-the-taper-of-our-lady-of-nazareth-in-the-city-of-belem-para-00602>> Acesso em: 02 jun. 2020].

mesmo sentido encontrado no dossiê do IPHAN, enquanto Círio de Nazaré ou Círio se referirá à festividade como um todo, cujo ápice ocorre no mês de outubro.

A história da devoção a Nossa Senhora de Nazaré se iniciou em Portugal, tornando-se mais intensa a partir do século XII, após o fidalgo português Dom Fuas Roupinho atribuir-lhe um milagre (IPHAN, 2006). Essa devoção se disseminou pelas colônias portuguesas, de modo que, no Brasil, a cidade de Saquarema, no Rio de Janeiro, é considerada a primeira a reverenciá-la. Contudo, ainda no século XVII, o culto à santa já ocorria em terras paraenses, mais precisamente no município de Vigia (MAUÉS, 2009).

Em Belém, as origens da devoção, segundo Pantoja (2006), sugerem que "aos fatos históricos são somados os mitos que, solidários entre si, quase não se reconhece os limites entre ambos." (p. 31). Assim, a narrativa mitológica da devoção em Belém se inicia com o achado da imagem da santa por um homem chamado Plácido, por volta de 1700, às margens de um igarapé, na chamada estrada do Maranhão, atual Avenida Nazaré. Percebendo que, levando a imagem para casa, ou mesmo ela sendo mantida sob vigilância no Palácio do Governo, situado no núcleo inicial de Belém, ela sempre retornava ao local do achado, Plácido resolveu construir, naquele lugar, uma pequena ermida para abrigá-la. A Figura 2, abaixo, apresenta a localização da Basílica de Nazaré, no bairro de Nazaré, nas proximidades do local do achado da imagem, bem como do Palácio do Governo, no atual bairro da Cidade Velha.

Figura 2: Localização da Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré e do Palácio Lauro Sodré – Belém/PA



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Nota-se, portanto, que as origens da devoção têm características populares, uma vez que, conforme Vianna (1904), moradores de Belém e arredores, ao saberem dos milagres atribuídos à santa, se deslocavam para aquele "tosco" santuário, o qual corresponde à atual Basílica Santuário de Nazaré (FIGURA 3), que se tornou, portanto, um ponto de peregrinação.

Figura 3 - Basílica Santuário de Nazaré



Foto: Débora Serra (2019)

As peregrinações à ermida chamaram a atenção de representantes eclesiásticos, que passaram a incentivar essa devoção e, posteriormente, a providenciar a sua oficialização. Em 1793, o presidente da Província do Pará, Francisco Coutinho, tendo como argumento o pagamento de uma promessa, realizou a primeira procissão, partindo do Palácio do Governo, atual Palácio Lauro Sodré, em direção à ermida. Simultaneamente, ele realizou uma feira de produtos regionais no arraial, convocando pessoas do interior da Amazônia para participarem. (IPHAN, 2006; COELHO, 1998). Segundo Dubois (1953), essa feira foi realizada até 1855, mas manteve-se o tradicional arraial, com seus “divertimentos populares”.

Dessa oficialização, ocorrida com a criação do Círio de Nazaré, resultou uma aproximação do modo de se manifestar a devoção em Belém com o que ocorria em Portugal, o que compunha o momento em

que “o triunfo do controle eclesiástico sobre a religiosidade popular escrevia a sua história”. (COELHO, 1998, p. 145).

Conforme IPHAN (2006), observa-se que o arraial já era realizado anteriormente ao primeiro Círio, tendo sido visitado por Francisco Coutinho, em 1790, ano em que Portugal autorizou a realização de uma festa anual em homenagem à santa. O largo, onde o arraial se realizava, corresponde à atual Praça Santuário e seu terreno foi doado pelo governo em 1774, quando a imagem do achado, que posteriormente passou a ser chamada de “imagem original” (FIGURA 4) voltou de Portugal após sua restauração. O arraial esteve, ainda, associado à Barraca da Santa, onde comumente nas festas de santo paraenses se realizam leilões, jantares, etc., com o objetivo de angariar fundos para a própria festividade ou outras ações ligadas ao catolicismo.

Figura 4 - Imagem Original



Foto: Flávio Contente (2018)

Como será observado no decorrer desse tópico, diversos elementos foram incorporados à festividade, tornando-se a procissão realizada em 1793, o seu elemento central, conectando espaços na Belém colonial, contribuindo para a expansão da cidade com a formação do bairro de Nazaré.

Belém teve como núcleo inicial o atual bairro da Cidade Velha onde, conforme Cruz (1973), ao redor do Forte do Presépio, marco da fundação da cidade em 1616, foram construídas as primeiras casas e ruas, além dos primeiros templos religiosos, dos quais se destaca a Igreja de Nossa Senhora da Graça, atual Igreja da Sé ou Catedral Metropolitana, lugar também dedicado à padroeira da cidade: Santa Maria de Belém. Nas proximidades desse núcleo inicial, no bairro da Campina, destacam-se, ainda, lugares como a Casa de Haver o Peso, que se tornou o atual Complexo do Ver-o-Peso, com feira e mercados, e lugares como o Largo da Pólvora, atual Praça da República. Tais lugares se destacam no percurso da Procissão Principal do Círio, a qual, em conjunto com outra procissão, a Trasladação (FIGURA 5), revive as “fugas” da imagem, levando-a de sua ermida para o núcleo inicial de Belém, onde passa a noite, retornando para a ermida no dia seguinte. De acordo com IPHAN (2006), o Palácio do Governo foi o ponto inicial da Procissão Principal até 1889, quando ele se transfere para a Igreja de Santo Alexandre, nos anos de 1890 e 1891, e para a Igreja da Sé a partir de 1892. Essa mudança se deu por conta do fechamento da capela do palácio, com a posse dos republicanos.

Figura 5 - Trasladação



Foto: Socorro Simonetti (2019)

Na ilustração acima, tal como na Figura 1 (p. 95), destaca-se a quantidade de participantes neste evento noturno antecedente à Procissão Principal, o que indica a sua importância como oportunidade tanto para as demonstrações de devoção, quanto, em conjunto com outros eventos que ocorrem no segundo final de semana de outubro, para a ampliação da atratividade turística do Círio, o que será discutido de modo mais aprofundado no decorrer deste estudo.

Nota-se que, politicamente, no Brasil, o século XIX reúne os três períodos nos quais, didaticamente, sua história se divide, deixando de ser colônia para se tornar império e, posteriormente, república. Tais transformações, ligadas aos processos em escala global, afetam a escala local e se apresentam em rupturas e continuidades que podem ser identificadas tanto nas materialidades, quanto nas imaterialidades produzidas pela sua população.

No tocante ao Círio, no século XIX, podem-se destacar, dentre as transformações ocorridas, a incorporação e a supressão de elementos, a alteração de percursos em suas procissões e os embates que foram determinantes para um novo modo de gestão da festividade, ampliando os poderes da Igreja sobre ela. A relação entre Igreja e Estado, aqui compreendido em sentido restrito (sociedade política ou governo), e a hegemonia dessa entre os demais agentes, na organização do Círio, no entanto, tem se mantido até o presente, destacando-se, como uma continuidade nesse processo, mesmo com a Proclamação da República e o laicismo¹², presente na Constituição de 1891.

Montarroyos (1986) faz uma análise da imprensa no Círio por meio de recortes de jornais, os mais antigos, datados de meados do século XIX, revelando fatos, costumes e transformações que envolvem a festividade, referindo-se às programações religiosas, como procissões, ladainhas e missas e o que ocorria no arraial.

No Jornal Treze de Maio, em sua edição de 19 de setembro de 1840, o procurador da Irmandade de Nossa Senhora de Nazaré do Desterro, fazendo referência ao Presidente da Província e ao Comandante das Armas, pela grande importância e influência que eles dão à festividade, convida os habitantes da província para a programação do Círio: o cortejo noturno para a capela do Palácio do Governo, a procissão do Círio no dia seguinte e as atrações no Barracão da Irmandade. (MONTARROYOS, 1986).

Henrique (2018) observa, nesse anúncio, uma referência à tranquilidade da província, e afirma que ela se deve ao fim da Cabanagem, revolução popular ocorrida entre 1835 e 1840, em que os revolucionários buscavam melhores condições de vida. De acordo com o anúncio, a saída do cortejo noturno, que corresponde ao que se passou a chamar de Trasladação, seria da casa de uma devota, onde a imagem estava guardada aos seus cuidados. Desse modo, “mesmo com as inúmeras batalhas nas ruas de

¹²A ideia de um laicismo radical na Constituição de 1891 é questionável, conforme se observa em LEITE, F. C. O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. *Religião & Sociedade* (Impresso), v. 31, p. 32-60, 2011.

Belém durante o conflito e com a depredação de muitos prédios, especialmente pertencentes a pessoas brancas, a imagem de Nazaré foi preservada”. (HENRIQUE, 2018, p. 275).

Ainda no jornal Treze de Maio, já se observa a importância, para a devoção, do atual Colégio Gentil Bittencourt (FIGURA 6), por ser o lugar em que a imagem ficava guardada, dado que ela retornava para lá após o “último acto religioso – A Volta da Milagroza Imagem da mesma Snr^a para a Capella do Palacio do Governo”. (VOLTA, 1854, s/p). Na época, a instituição que, anteriormente, se chamava Recolhimento das Educandas, era chamado de Collegio das Educandas e seu nome sofreu outras alterações ao longo da história.

Figura 6 - Colégio Gentil Bittencourt



Foto: Benisson Oliveira (2021)

Conforme Costa e Fraiha (2020, p. 243), o Recolhimento das Educandas foi inaugurado em 1804 “com a função de abrigo para acolher e educar meninas índias vindas do interior do Estado, trazidas por D. Manoel de Almeida Carvalho, 7º pastor da diocese paraense”. Com a falta de recursos para manutenção do espaço, a instituição passou a receber cada vez mais a contribuição do governo, ficando sob sua total responsabilidade a partir de 1851, quando foi denominado Colégio Nossa Senhora do Amparo, passando a Instituto e a Colégio Gentil Bittencourt, no século XX, atualmente como instituição de ensino particular.

A partir das informações do site dessa instituição de ensino¹³, referentes às mudanças no seu endereço, observa-se que, durante o século XIX, ele se localizava no bairro da Campina, sendo inaugurado o seu prédio atual, no início do século XX, nas proximidades da Basílica de Nazaré.

13 Colégio Gentil Bittencourt | Oficial. Disponível em: <http://www.findglocal.com/BR/Bel%C3%A9m/163712870436326/Col%C3%A9gio-Gentil-Bittencourt-%7C-Oficial.>> Acesso em 23 de jun 2020.

Considera-se que as procissões da Festa e do Recírio (FIGURA 7) se originaram no século XIX, a primeira se caracterizando como um pequeno cortejo nas proximidades do santuário, no bairro de Nazaré, havendo referência a um evento assim no jornal Diário do Gram-Pará de 13 de novembro de 1881. O Recírio, por sua vez, é a última procissão da festividade, que leva a imagem da Basílica ao Colégio Gentil Bittencourt. O termo “Recírio” é citado no jornal Treze de Maio, de 14 de setembro de 1854, e A Época, de 27 de outubro de 1859, embora nesse período o encerramento desses cortejos se desse na capela do Palácio do Governo. Tais informações jornalísticas encontram-se em Montarroyos (1986). Porém, o encerramento dessa procissão no Colégio do Amparo (conforme já mencionado, atual Colégio Gentil Bittencourt), é relatado em 1871, no jornal O Liberal do Pará, do dia 16 de abril, que convida os devotos para esse evento, a ser realizado nessa data, quando “a Sagrada Imagem da Milagrosa e Santíssima Virgem de Nazareth do Desterro ha de voltar á capella do collegio de N. S. do Amparo, [...] sahindo da Ermida ás 7 horas e fazendo o se o transito pela estrada de Nazareth, travessa da Gloria, rua dos Martyres e travessa de Santo Antonio”. (RECIRIO, 1871, p. 3).

Figura 7 - Encerramento da Procissão do Recírio



Foto: Débora Serra (2019)

Além das novas procissões, destacam-se, nesse período, a mudança de horário da Procissão Principal, passando do turno vespertino para o matutino, conforme comunicado em jornal de 1854 (MONTARROYOS, 1986), bem como o acréscimo de dois elementos à Procissão Principal, em 1855, que se tornaram valiosos para os devotos, no decorrer dos anos: a berlinda, estrutura onde se transporta a imagem (FIGURA 8), e a corda (FIGURA 9), que teve como objetivo tirar a berlinda de um atoleiro, adquirindo, posteriormente, um sentido de sacrifício no pagamento de promessas (IPHAN, 2006).

Figura 8 - Berlinda



Foto: João Amorim Neto (2019)

Figura 9 - Corda na Procissão do Círio



Foto: Socorro Simonetti (2019)

Montarroyos (1986) apresenta o comportamento dos paraenses no Círio, lançando uma luz sobre o modo como ele era concebido, percebido e vivido. A alteração do horário da Procissão Principal se deu por questões como as chuvas, que costumavam acontecer à tarde, prejudicando o orçamento da festividade e ofuscando a elegância das mulheres, bem como para evitar “a escuridão que repentinamente chegava com o tempo chuvoso.” (MONTARROYOS, 1986, p. 61).

A iluminação no arraial, inclusive, era noticiada constantemente, bem como as atrações, tais como espetáculos teatrais, carrossel, montanha russa, circo, queima de fogos de artifício, competições como a corrida do saco e do porco, entre outras. Falava-se da elegância dos trajes das mulheres da alta sociedade e do uso de joias valiosas, certas vezes perdidas no arraial, pelas quais se pagavam recompensas a quem as encontrasse. O percurso da procissão pelos devotos foi facilitado pelos bondes, a partir de 1868, que ligavam o Largo do Palácio ao Largo de Nazaré, ou pelos trens da Estrada de Ferro de Bragança, em 1891. Ademais, para apreciar com conforto o movimento no Largo de Nazaré, eram disponibilizadas cadeiras de diversos tipos, aos associados da Sociedade do Descanso, fundada em 1860. (MONTARROYOS, 1986).

É importante ressaltar, porém, que o arraial proporcionava situações que eram contrárias ao que Estado e Igreja concebiam, a exemplo do excesso de casas de jogos, que levavam os apostadores à “perdição”, ou da ação de “finos larápios” que introduziam a mão nas algibeiras (bolsos) alheias para tirar-lhes algo de valor. (MONTARROYOS, 1986).

O referido autor apresenta a descrição do arraial por um cronista, que assinava como Mephistopheles, no Círio de 1889. Para ele, o arraial de Nazaré era um conjunto de festas destinadas a públicos diferenciados: o povo religioso, as senhoras que buscavam ver coisas incomuns, os meninos que se entretinham com os brinquedos e os que, tal como o próprio cronista, desapareciam do arraial e o arraial desaparecia deles, ao se deslocarem para lugares onde nem as crianças, nem as senhoras penetravam. Mephistopheles dividia o arraial em dois:

[...] o exterior, cheio de luzes, de rumores, de doces de jingibirra e de casas de sortes. Por detrás destas casas de bonecos está o arraial interior, taciturno e terrível, cheio de peripécias de sensação, lugar fatídico, onde, sem quem ninguém o suspeite, sacrifica-se o futuro de um ente ou priva-se uma família do seu almoço do dia seguinte. (MONTARROYOS, 1986, p. 176).

Henrique (2020), também com base em publicações de jornais da época, contribui para uma compreensão de como era vivenciada a parte tida como profana do Círio. A partir da análise sobre o paticídio, matança ritual de patos, realizada como um jogo, no arraial de Nazaré, entre meados do século XIX e início do século XX, que se constituía numa importante atração do evento, o autor traz elementos para a análise da cultura popular desse período. Os jogos e demais divertimentos atraíam um público

formado por diversas etnias, de diversas faixas etárias e de todas as classes sociais, proporcionando trocas de experiências e uma sociabilidade coletiva mais intensa. Essa atratividade motivava, inclusive, a fuga de alguns escravos para participarem da programação do arraial.

Convém destacar que, entre o final do século XIX e o início do século XX, Belém viveu um período de riqueza econômica, proveniente da exploração da borracha no norte do Brasil. A cidade sofreu um processo de urbanização e expansão, que serão discutidos no próximo tópico.

Montarroyos (1986) observa que as crônicas publicadas em jornais, com críticas ao arraial, chegavam ao conhecimento dos governantes e do bispo da época, motivando a censura de algumas de suas atrações. Ademais, havia divergências entre a irmandade organizadora da festividade e o bispo Dom Macedo Costa, que se intensificaram no final da década de 1870. Um dos conflitos se dava pela posse da igreja de Nazaré, reivindicada pela irmandade por meio de ofício ao presidente da província, em 1877, segundo Henrique (2018). Nesse mesmo ano, iniciou-se a chamada “questão nazarena”, quando, após uma denúncia de que foram apresentados quadros de mulheres nuas no arraial, o bispo suspendeu as funções religiosas do Círio, fechando as portas da ermida. A irmandade, então, realizou dois círios civis, ou seja, sem os membros da igreja, nos de 1878 e 1879. Embora não relacionado ao conflito, vale mencionar que nesse período já existia a prática da confecção de cartazes para anunciar a festividade, tendo sido preservado o do ano de 1878, conforme Figura 10:

Figura 10 - Cartaz do Círio 1878



Fonte: Site do Sistema Integrado de Museus e Memoriais¹⁴

¹⁴ Disponível em: <<https://museus.pa.gov.br/museus/213/colees>>. Acesso em 15 set. 2021.

De acordo com IPHAN (2006), a solução para o conflito, que culminou nos Círios civis, ocorreu em 1880, com a mediação de José Coelho da Gama e Abreu, presidente da província, criando-se uma comissão de confrades e religiosos nomeados pelo bispo, em substituição à irmandade. Essa alteração inicia um processo de ampliação do poder da Igreja sobre a organização do Círio, que se efetiva com a criação da Diretoria da Festa, em 1910, composta por membros do clero e casais católicos, embora apenas o esposo tenha o cargo de diretor.

Fazendo um comparativo entre as duas formas de gestão, Henrique (2018) utiliza fontes históricas que indicam que a irmandade apresentava características que a aproximavam de uma gestão democrática do Círio, enquanto a Diretoria da Festa tem um modo mais “tecnocrata” de organizar essa festividade, termo utilizado por Alves (1980).

Matos (2010) associa a criação da Diretoria da Festa à romanização, processo de substituição dos valores do catolicismo popular tradicional pelos europeus, que se intensificou principalmente após a Proclamação da República, em 1889, quando Igreja e Estado se separaram, conforme aponta Maués (1995), tratando da chegada de diversas ordens e congregações estrangeiras para o Brasil, a exemplo dos barnabitas, que assumiram a Basílica de Nazaré em 1905.

Segundo Derenji e Derenji (2009), em 1909, tem início a construção da atual Basílica de Nazaré, num processo que se estende até a década de 1960, concluindo-se sua ornamentação e revestimento em mármore. Seu projeto original, elaborado pelo arquiteto italiano Gino Coppedè e pelo engenheiro Giuseppe Predasso, por encomenda dos padres barnabitas, tinha como referência uma basílica romana, que não possuía torres. Porém, a Comissão Municipal de Obras de Belém exigiu que elas fossem acrescentadas, incluindo-se, ainda, nas alterações do projeto, a decoração do seu frontão com personagens de diversas épocas. Em referência a esse frontão e seus personagens, Henrique (2021) observa que o mosaico:

[...] apresenta uma narrativa oficial acerca da religiosidade amazônica, definindo os europeus e o catolicismo como sujeitos desse processo, ao passo que relega índios e negros a uma posição secundária. No entanto, as trocas culturais vivenciadas em torno da devoção nazarena, especialmente na Festa de Nazaré, revelam um universo muito mais complexo e diversificado.

Ainda em 1909, destaca-se a composição do hino considerado oficial, intitulado “Vós Sois o Lírio Mimoso”, por Euclides Faria, com o objetivo de marcar o início da construção da atual Basílica. (SÍMBOLOS..., c2022).

Presentes nas procissões e em feiras realizadas em praças do centro histórico de Belém, não se sabe desde quando os brinquedos de miriti (FIGURA 11) começaram a ser comercializados no Círio. Eles são confeccionados a partir do caule de uma palmeira por artesãos provenientes principalmente do município

de Abaetetuba, fazendo referência, por exemplo, à fauna regional. Para IPHAN (2006), desde o ano de 1905 esse elemento já se constituía como uma das principais tradições da festividade.

Figura 11 - Brinquedos de Miriti



Foto: Flávio Contente (2019)

Em 1918, destaca-se a realização do Círio durante a epidemia de gripe espanhola. Abreu Junior (2018) afirma que, apesar de já iniciada a epidemia no início do mês de outubro, a imprensa não mencionava a possibilidade de adiamento do evento, que ocorreu reunindo cerca de 50.000 (cinquenta mil) pessoas. Ainda conforme o autor, o arraial, por sua vez, iniciou normalmente, mas encerrou poucos dias depois, dado o avanço das contaminações.

Com base em Montarroyos (1986), verifica-se que os conflitos entre as práticas populares do catolicismo e o que era orientado pela Igreja se acentuaram novamente quando, em 1926, sob o bispado de dom Irineu Joffily, foi baixada uma circular que “[...] impôs uma série de medidas que visava estabelecer radicalmente um novo tipo de comportamento para os devotos. [...]. Todas as providências seriam tomadas no sentido de concentrar a boa disposição do cortejo nas principais vias da cidade”. (Montarroyos, 1986, p. 273). Tais mudanças envolviam a demarcação de lugares específicos no percurso da Procissão Principal para colégios e entidades católicas, que abririam caminho para a imagem, a qual seria seguida por membros do clero e autoridades públicas e, por fim, os carros e automóveis. Envolviam, ainda, a eliminação da participação de rapazes descalços e sem paletó, da dança dos marujos e dos animais escoteiros guiados pelos participantes, bem como da berlinda e, conseqüentemente, da corda em que os devotos disputavam espaço para puxá-la, mesmo que essas práticas se realizassem como pagamento de promessas.

Além das mudanças na procissão, a circular alterou o dia do Recírio para a manhã do dia seguinte ao da Procissão da Festa, evitando, assim, que duas imagens com a mesma invocação ficassem expostas ao mesmo tempo à veneração pública, possivelmente referindo-se à imagem original e a chamada peregrina do Colégio Gentil, que, conforme Hamoy (2017) foi usada nas procissões entre os anos de 1920 e 1968. A circular também determinou a renovação anual da Diretoria da Festa “[...] agrupando pessoas distintas e prestimosas, e sempre agindo de acordo com os interesses do vigário”. (MONTARROYOS, 1986, p. 275).

Ressalta-se que os jornais da época se dividiam entre os que apoiavam a mudança e os que questionavam a circular. Dentre os que apoiavam a mudança, observa-se a busca pelo consenso ao considerar o povo paraense “bom e ordeiro”, que a intenção era tornar o Círio mais ordenado e imponente, que as alterações eram simples e que, ainda conforme Montarroyos (1986, p. 279) “o costume antigo do povo não estava alterado e recebeu até características mais dignas”.

Porém, ao lado da busca pelo consenso, foi necessário o uso da força, com o apoio do governo, dado que as procissões passaram a ser realizadas sob escolta policial, incluindo patrulhas de cavalaria, o que era revelado pelos jornais que se opunham às determinações da circular, segundo Montarroyos (1986), que traziam, ainda, os improvisos dos devotos, tal como a formação de cordas com seus os braços imitando o movimento da maresia, lembrando a dança dos marujos. Em IPHAN (2006), esse conflito é tratado como Questão da Corda, dado que a supressão desse elemento se destacou entre as mudanças impostas pela circular de 1926, sendo resolvido em 1931, com a interferência do interventor Magalhães Barata, retornando ao Círio a corda e a berlinda.

Magalhães Barata havia se tornado interventor no ano anterior, após sua participação na chamada Revolução de 1930, finalizando a Primeira República e levando Getúlio Vargas a assumir o poder e a nomear interventores nos estados brasileiros para um governo que seria provisório.

Nesse sentido, o conflito ocorrido a partir de 1926, em que, por alguns anos, as autoridades religiosa e política se opunham à manifestação popular, segundo Alves (1980, p. 96), faziam do Círio o reflexo ou a antecipação de “[...] uma situação política de crise e de decisivos embates que prenunciavam uma nova ordem política [...]”. O autor observa que, para obter o apoio popular para a chamada Revolução, o poder político, representado por Magalhães Barata, se alia ao “povo” e entra em conflito com o poder religioso. Todavia, a necessidade do pacto entre esses dois poderes se sobrepõe ao conflito, que finda em 1931, considerando a necessidade de a Igreja manter seu mercado consumidor de bens simbólicos e, do Estado, de garantir “a adesão popular e sua consagração com a mediação do santo festejado” (ALVES, 1980, p. 98).

Retomando a apresentação de elementos que foram incorporados ao Círio, as homenagens com queima de fogos durante a passagem da imagem da santa nas procissões já estavam presentes no século

XIX, sendo referenciado nos jornais da época, oferecidas, por exemplo, pelo presidente da província. (MONTARROYOS, 1986). No século XX, esse hábito permanece, sendo realizado por entidades como bancos, colégios, associações e sindicatos.

A homenagem realizada pelo Sindicato dos Estivadores se destacava nos percursos da Trasladação e da Procissão Principal, não havendo informação precisa sobre o seu início. Contudo, narrativas encontradas em jornais, a exemplo do O Liberal de 27 de setembro de 1989, afirmam que, inicialmente, os estivadores lançavam flores sobre a berlinda na sua passagem em frente ao sindicato, prática que foi substituída pela queima de fogos a partir de 1939, como pagamento de promessa pela melhoria em suas condições precarizadas, devido à escassez de trabalho com a redução da atividade portuária (HOMENAGEM, 1989). Costa (2006) traz uma narrativa semelhante, a partir de informações obtidas em conversas informais com membros desse sindicato. O ano, porém, não coincide, dado que seus interlocutores afirmam que o início dessa homenagem se deu em 1945. De todo modo, segundo Alves (1980), no momento de sua pesquisa, realizada na década de 1970, ela já era considerada uma “homenagem tradicional” para os paraenses, que provocava uma emoção ainda maior nos devotos por acontecer simultaneamente ao soar da sirene do prédio do jornal O Liberal.

Em conjunto com as homenagens do Sindicato dos Estivadores, ganharam destaque as realizadas pelo Sindicato dos Arrumadores, na Companhia Docas do Pará - CDP, e pela Comissão dos Peixeiros, no Ver-o-Peso (FIGURA 12), ambas com queima de fogos na Trasladação e na Procissão Principal.

Figura 12 - Homenagem dos Peixeiros



Foto: Flávio Contente (2019)

A partir de 1969, a chamada “imagem peregrina” (FIGURA 13) passou a ser usada nas procissões, substituindo a que pertence ao Colégio Gentil Bittencourt. Segundo Hamoy (2017), ela foi encomendada para um atelier italiano tendo a imagem original como referência, mas alterando os traços da face para que tivessem características amazônicas. No mesmo ano, o vigário da Basílica decidiu aproximar dos fiéis, temporariamente, a imagem original, retirando-a, na véspera do Círio, do ponto mais alto do altar principal, chamado de Glória e deixando-a no presbitério, dando assim, a origem à Celebração da Descida e, em consequência, a Celebração da Subida, que ocorre no final da quadra nazarena¹⁵ (IPHAN, 2006).

¹⁵O termo “quadra nazarena” se refere aos 15 dias de festividades a partir da realização da Procissão Principal (IPHAN, 2006).

Figura 13 - Imagem Peregrina



Foto: Flávio Contente (2019)

Em 25 de dezembro de 1971, foi publicada, no Diário Oficial do Estado do Pará, a Lei N° 4.371, (PARÁ, 1971), proclamando Nossa Senhora de Nazaré como Patrona do Estado do Pará e determinando que o Governo do Estado preste, anualmente, as honras de Estado sua padroeira.

Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu sob o regime militar, o que influenciou a festividade com militares compondo a Diretoria da Festa, ao lado de agentes públicos, comerciantes e industriais. A Barraca da Santa, que reunia pessoas das mais altas camadas sociais, com programação patrocinada por empresários, órgãos públicos, associações, entre outros, tinha, na última noite, as Forças Armadas como realizadora. Ademais, a configuração do arraial como uma grande feira, buscava vender, por meio de stands de órgãos públicos estaduais e federais, a “ideia de desenvolvimento”, conforme aponta Alves (1980), referindo-se ao período de sua pesquisa, em meados da década de 1970.

O poder da Diretoria da Festa sobre o arraial também se ampliou nesse período, quando a Prefeitura Municipal de Belém lhe transfere o direito de arrendar terrenos no período da festividade, podendo, assim, controlar um importante “área que ritualmente representa a ‘cidade’ e para onde convergem as atenções da população durante 15 dias e noites”. (ALVES, 1980, p. 35). O autor observa, ainda, uma hierarquia na organização territorial do arraial e seus arredores, de modo que, quanto mais próximos da Basílica, mais caros e mais valorizados os estabelecimentos, ao passo que, os que se localizavam em posição “marginal”, em relação ao Largo de Nazaré (em frente à Basílica), eram voltados às camadas economicamente inferiores da sociedade, chegando-se, ao que se costumava chamar de “cu da festa”, que é a parte final do arraial.

Essa segmentação, a qual se pode chamar de territórios, também era observada por Alves (1980) durante a realização da Procissão Principal. Para ele, existem três “espaços em movimento”: um núcleo estruturado, centro da procissão, formado por autoridades políticas, religiosas, militares e convidados, que tem acesso a esse território por meio de um crachá; um intermediário, com as pessoas que seguram a corda, puxando a berlinda com a santa, e, por fim, a massa de acompanhantes.

O controle desses territórios foi reforçado com a criação da Guarda da Santa, em 1974, um grupo de voluntários criado tanto para cercar a berlinda e puxá-la, de modo a afastar da imagem os promesseiros que a Diretoria da Festa considerava como ‘macumbeiros’ e, portanto, estranhos à devoção católica, como também para manter a disciplina na corda e no arraial. (ALVES, 1980).

Ressalta-se que as estratégias de controle se deram, também, de modo menos impositivo, mas efetivo, tanto no disciplinamento, quanto na ampliação de territórios ligados à festividade, com as peregrinações às casas dos fiéis, realizadas desde 1972, nas quais representantes das mais diversas paróquias de Belém, chamados de fiéis mandatários, percorrem, no mês de setembro, diversos bairros de suas paróquias, levando consigo uma imagem da santa, visitando as casas de alguns devotos, nas quais ela pernoita, promovendo-se, assim, “momentos de reflexão, oração e louvor”. (IPHAN, 2006, p. 37). Nesse mesmo ano, acrescentou-se, também, à programação do Círio, o Terço da Alvorada, uma pequena procissão realizada por ruas no entorno da Basílica, durante a quadra nazarena.

Como forma de protesto contra a ampliação do controle do Círio pela Diretoria da Festa, mas também como forma de homenagear essa festividade, um grupo formado por intelectuais, poetas e jornalistas, homossexuais ou não, organizadores do bloco de carnaval chamado Filhas da Chiquita, começou a se reunir no Bar do Parque, na Praça da República, na noite da Trasladação, realizando, desde 1978, ainda durante o regime militar, a Festa das Filhas da Chiquita ou Festa da Chiquita (FIGURA 13), que, conforme Serra (2014), chegou a ser proibida pelo governo, passando a ser realizada em lugares afastados de onde se realizavam as procissões do Círio.

Figura 14 - Festa da Chiquita



Foto: Ronaldo Carneiro (2018)

Por meio da figura acima, verifica-se que a Festa da Chiquita se realiza em um palco e, na observação em campo para esta pesquisa, a relativa proximidade a essa estrutura foi possível com o acesso a uma área cercada, para a qual se pagava uma taxa, pois, ao redor dela havia intensa aglomeração. Todavia, ressalta-se que o formato desse evento tem sofrido alterações ao longo do tempo para adaptar-se às imposições feitas pelo Estado, conforme relatos de seu organizador encontrados em Serra (2014).

Entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, surge um movimento espontâneo de pessoas partindo, a pé, do município de Castanhal, a cerca de 75 km de Belém, a caminho da Basílica de Nazaré, em agradecimento por graças alcançadas. Esse movimento tem crescido a cada ano, partindo de diversos municípios do nordeste paraense. (FRUGOLI; REJOWSKI, 2019). Porém, vale ressaltar que são diversas as formas de agradecimento observadas durante o Círio e, em especial, na Procissão Principal, onde se destacam os chamados promesseiros da corda, mas também os que carregam objetos relacionados às suas promessas, os ex-votos (FIGURA 15).

Figura 15 - Promesseiro com ex-voto



Socorro Simonetti (2019)

Parte desses ex-votos é depositada nos carros, alguns em formato de embarcações, que foram inseridos na Procissão Principal no decorrer dos séculos, compondo alegorias, dentre eles o chamado Carro dos Milagres, que faz referência a D. Fuas Roupinho, introduzido no evento por ordem da rainha Maria I, em 1803. (IPHAN, 2006). Esses carros eram transportados para a CDP na véspera da Procissão Principal, durante a madrugada do sábado para o domingo, mas, a partir de 1980, esse traslado (FIGURA 16) foi antecipado para a noite da quarta, passando a ser acompanhado por um número crescente de fiéis. (CÍRIO..., c2021a).

Figura 16 - Traslado dos Carros



Foto: Socorro Simonetti (2019)

Em 1982, na transição entre o regime militar e a chamada Nova República, a luta contra a ditadura iniciou mais um conflito que se destacou na história do Círio, envolvendo protestos contra a prisão de padres franceses acusados e condenados por incitarem posseiros da região do Araguaia a agirem de forma subversiva, bem como mudanças políticas no estado do Pará, com o apoio da Igreja.

Enquanto, na década de 1970, a cronologia da Festa de Nazaré era a “Procissão da Trasladação, Procissão do Círio, quinze dias de festa com arraial, novenário e romarias de paróquias, Procissão do dia da Festa e Procissão do Recírio” Alves (1980, p. 30), observa-se que, a partir da década de 1980, o Círio é marcado por sua expansão no tempo e no espaço, acompanhando a evolução do modo de produção capitalista. A relação do Estado, em sentido restrito, com a Igreja, para a sua realização, se mantém como continuidade. Todavia, junto a essas entidades, os agentes da oferta mercadológica¹⁶ ganham cada vez mais importância no processo da organização do Círio. (PANTOJA, 2006).

Desse modo, poder público, Igreja e agentes da oferta mercadológica passaram a atuar no Círio de modo a torná-lo mais atrativo turisticamente, criando-se novos elementos, além de se iniciar um processo voltado à sua patrimonialização.

Em 1982, foi inaugurado o Conjunto Arquitetônico de Nazaré (CAN), alterando-se a configuração do Largo de Nazaré, que se transformou em uma praça cercada por grades e estruturada para a realização de celebrações religiosas (IPHAN, 2006), transferindo-se o arraial para uma área lateral, pertencente à Igreja, numa possível busca por:

[...] apagar da memória coletiva as práticas consideradas profanas, tão combatidas pela igreja ao longo da história, e construir uma praça que pudesse ser a continuidade da basílica, interferindo, em alguma medida, no comportamento dos frequentadores desse lugar.”. (MATOS, 2010).

Ainda no ano de 1982, passou a ser realizada a Missa de Encerramento da Festa e, em seguida, um show pirotécnico, embora, o encerramento, de fato, ocorra no dia seguinte, com a procissão do Recírio (PROCISSÕES, c2022).

Considerando os elementos aqui apresentados, que foram se incorporando ao Círio de Nazaré desde o ano de 1793, observa-se que, até o ano de 1985, as principais áreas de abrangência da programação da quadra nazarena estavam localizadas apenas na área central de Belém, entre os bairros de Nazaré, Campina e Cidade Velha.

O ano de 1986 é marcante em relação à expansão da programação do Círio no tempo e no espaço, uma vez que a ela se incorporam como novos elementos a Missa do Mandato, para marcar o início da programação das peregrinações às casas dos fiéis, que já ocorriam desde 1972, passando a ser

¹⁶Termo proposto por Castro e Tavares (2016), em substituição a agentes de mercado.

considerado oficialmente o primeiro ato da festividade, e a Romaria Fluvial, primeira procissão realizada fora da sede do município de Belém. Ademais, esse ano representa, também o início de um processo de oficialização do reconhecimento dessa festividade como um bem patrimonial, com a criação do Museu do Círio.

A Missa do Mandato, como primeiro ato do Círio, é realizada no mês de agosto, antecipando o início da programação da festividade, expandindo-se, dessa forma, o tempo de sua realização. Nela, são abençoadas as imagens da santa, que percorrerão diversos bairros de Belém e interior do estado durante as peregrinações, realizadas como preparação evangelizadora para se vivenciar o Círio. (IPHAN, 2006).

A Romaria Fluvial (FIGURA 17) foi criada pelo jornalista Carlos Rocque, no período em que assumiu a presidência da Companhia Paraense de Turismo – PARATUR, na época, o órgão estadual de turismo no Pará. Ela é realizada no sábado que antecede a Procissão Principal, tendo início com a realização de uma missa no trapiche localizado na orla do Cruzeiro, bairro de Icoaraci, distrito de Belém. (IPHAN, 2006). Essa orla é reconhecida como ponto turístico do município, com bares, restaurantes, além de um espaço para a venda do artesanato em cerâmica produzido na região. O percurso se encerra na escadinha do Porto de Belém, próximo à Praça Pedro Teixeira.

Figura 17 - Romaria Fluvial



Foto: Débora Serra (2019)

Observa-se, pela figura, que o percurso da Romaria Fluvial é feito por centenas de embarcações na baía do Guajará, que banha o município de Belém. Às margens, a imagem da santa recebe diversas homenagens de devotos e, nas embarcações, participam moradores de Belém e turistas, uma vez que agências de turismo oferecem pacotes para esse evento, incluindo “café-da-manhã, música ao vivo,

brindes alusivos ao Círio, camiseta, entre outros, e, em alguns casos a realização de missa na própria embarcação”. (SERRA, 2014). Para IPHAN (2006, p. 42):

[...] o fato de a romaria ter sido criada por uma companhia de turismo evidencia a clara associação do Círio de Nazaré com o desenvolvimento do potencial turístico da capital paraense, fundamentado no chamado turismo religioso [...]. Nesse caso também podemos perceber as relações entre as motivações religiosas e as profanas, que marcam o Círio de Nazaré desde seu início.

A relação entre o Círio e o turismo evidenciada, em 1986, com a criação da Romaria Fluvial, é também observada na criação do Museu do Círio, no subsolo da Basílica de Nazaré, dado que a implementação desse projeto se realizou a partir de um convênio entre a Igreja e o governo estadual, este representado pela PARATUR. Jornais da época, a exemplo do Diário do Pará, revelavam que o museu deveria ser um novo atrativo turístico para a cidade. Em publicação do dia 22 de junho daquele ano, o pároco da Basílica acentuava a importância turística desse empreendimento e o presidente da PARATUR afirmava que, com a produção de um vídeo sobre a procissão que poderia ser exibido a qualquer momento, o espaço possibilitaria ao turista ter contato com o Círio o ano todo. (MUSEU..., 1986). A mesma publicação, porém, traz as afirmações do arcebispo e do governador sobre o interesse na preservação da memória histórica do Círio e do Pará, bem como as incumbências do museu de coletar, pesquisar, inventariar, expor, registrar, publicar e divulgar o acervo relativo ao Círio. Isso torna a criação do museu uma iniciativa para o processo de patrimonialização da festividade.

Retomando as transformações que historicamente vêm compondo o Círio e alterando sua configuração espacial, verifica-se que a década de 1980 e o início dos anos 1990, no Brasil, foram marcados pela redemocratização do país, mas também pela crise resultante de políticas econômicas anteriores, tendo como uma de suas consequências a hiperinflação. O jornal O Liberal, do dia 06 de outubro de 1989, entre diversas matérias sobre a Festa de Nazaré, anuncia um aumento de 1000% no preço do almoço do Círio (ALMOÇO, 1989). Esse almoço é um elemento característico da chamada parte profana dessa festividade, sendo realizado no domingo, após a Procissão Principal, como um momento de celebração e confraternização familiar, comparável ao Natal, sendo consumidos pratos típicos da cozinha paraense, dentre eles o pato no tucupi e a maniçoba, ambos provenientes da mandioca. Para IPHAN (2006, p. 53), “essas comidas expressam uma identidade cultural que o paraense faz questão de exibir, especialmente ao visitante que vem de outros lugares, que poderá ser convidado, por alguma família, para participar do almoço”. Porém, a matéria supracitada ressalta que, com aumentos exorbitantes nos principais ingredientes dos pratos considerados tradicionais, o trabalhador assalariado já não pode mais oferecer aos seus parentes, amigos e visitantes o tradicional almoço. Além da questão econômica, as mudanças ocasionadas pelo processo de urbanização de Belém, alterando as dinâmicas da cidade,

alteraram o modo de produção do almoço do Círio, conforme aponta Correa (2010), referindo-se ao pato no tucupi e as suas atuais variações.

A já citada Romaria Fluvial induziu à criação da Romaria Rodoviária (FIGURA 18), em 1989, pois a condução da imagem até Icoaraci era feita em carro fechado, segundo IPHAN (2006), e, naquele ano, um membro da Diretoria da Festa sugeriu que ela fosse conduzida num andor, em cima de um caminhão, saindo da Basílica de Nazaré. Já em 1991, essa romaria passou a sair do terminal de cargas, sendo a imagem levada, em carro aberto, na sexta-feira à tarde.

Figura 18 - Romaria Rodoviária



Foto: Flavio Contente (2016)

Correa (2010) observa que a introdução de novas romarias à estrutura ritual da festividade foi estratégica para que a Igreja ampliasse a programação considerada sagrada, dado que a tida como profana, realizada no arraial, ocupava a maior parte do tempo da quadra nazarena. Assim, uma das procissões criadas no ano de 1990 foi a Romaria das Crianças, com um percurso realizado por ruas no bairro de Nazaré. A outra, de acordo com IPHAN (2006) foi a Moto Romaria (FIGURA 19).

Figura 19 - Moto Romaria



Foto: Flávio Contente (2018)

Tal como a Romaria Rodoviária, a criação da Moto Romaria foi induzida pela Romaria Fluvial, pois ela se inicia quando a embarcação que traz a imagem da santa chega à escadinha do Porto de Belém, onde é recebida com honras de Estado (FIGURA 20), no sábado que antecede a Procissão Principal. A nova romaria passou, então, a conduzir a imagem até o Colégio Gentil Bittencourt, de onde se inicia, horas mais tarde, a Trasladação.

Figura 20 - Cadetes da Polícia Militar aguardam a imagem para as honras de Estado



Foto: Débora Serra 2019

Em 1991, ampliando a programação da festividade, a Diretoria da Festa criou o Festival da Canção Mariana, realizado, na praça em frente à Basílica, inicialmente, a cada dois anos, com premiação aos cantores (IPHAN, 2006), perdendo, posteriormente o caráter de competição e se transformando no atual Círio Musical, com apresentação de bandas católicas.

A metropolização de Belém será abordada no próximo tópico, no qual se busca relacionar a expansão do Círio com a expansão da cidade. Todavia, faz-se necessário ressaltar, nesse momento, que, a partir de 1992, a programação do Círio, no tocante às procissões oficializadas pela Diretoria da Festa, ou seja, com a participação da imagem peregrina, se estende para além do município de Belém, quando se inicia o traslado da imagem até um município vizinho, chamado Ananindeua, onde ela pernoita na noite de sexta para sair, da Praça da Matriz, no sábado, na Romaria Rodoviária.

No processo de patrimonialização de elementos do Círio, evidencia-se o tombamento, em nível estadual, da Basílica e da imagem original da santa, com sua coroa e seus mantos, conforme publicação no Diário Oficial de 25 de março de 1992 (PARÁ, 1992).

A programação do Círio continuou se ampliando, seja por ação da Diretoria da Festa, com a criação do Concurso de Redação do Círio, em 1995, voltado para estudantes de escolas públicas e particulares, seja por ação de grupos que passaram a realizar dois eventos representativos da cultura popular paraense durante a festividade: o Auto e o Arrastão do Círio (IPHAN, 2006).

Tanto o Auto, quanto o Arrastão de Círio são cortejos que se destacam na programação cultural da festividade. O Auto do Círio (FIGURA 21) é um espetáculo teatral produzido e dirigido pela Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará, realizado no bairro da Cidade Velha, desde 1993, que homenageia o Círio em seus diversos aspectos, tidos como sagrados e profanos.

Figura 21 - Auto do Círio



Foto: Flávio Contente (2018)

O Arrastão do Círio (FIGURA 22), por sua vez, foi criado em 1999 pelo Instituto Arraial do Pavulagem, localizado no bairro da Campina. Segundo informações do site TecnoCírio¹⁷, trata-se de uma manifestação cultural realizada, simbolicamente, como continuidade da Romaria Fluvial, quando diversos artistas seguem, arrastando uma multidão, em cortejo pelas ruas do centro histórico de Belém tendo como elemento central uma embarcação feita de miriti.

Figura 22 - Divulgação do Arrastão do Círio



Fonte: Site Tecnocirio¹⁸

No decorrer da história do Círio, observa-se a incorporação de elementos que passam a ser considerados ligados a ele e que passam a ser tratados como tradicionais, a exemplo da confecção dos mantos utilizados para cobrir a imagem da santa nas procissões. Segundo Correa (2010), essa produção, entre as décadas de 1960 até os primeiros anos da década de 1990, era artesanal e realizada por mulheres ligadas às congregações. Porém, entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, ela observa a perda do seu caráter artesanal, incorporando novas técnicas e tecnologias, articulando-se à indústria da moda e caminhando para a sua espetacularização. A Figura 23 apresenta a publicação realizada pela rede social Círio de Nazaré, pertencente à Igreja, informando sobre o manto a ser utilizado na imagem peregrina no ano de 2019:

¹⁷ Disponível em: <<https://www.tecnocirio.com.br/conteudo.php?pg=arrastaodocirio>>. Acesso em 01 nov. 2021

¹⁸Ibidem

Figura 23 - Divulgação do Manto do Círio 2019

 Círio de Nazaré está com Natália Trindade e outras 4 pessoas.
10 de outubro de 2019 · 🌐

Conheçam o manto que vai envolver a imagem de Nossa Senhora de Nazaré nas procissões do #Círio2019, que acaba de ser apresentado durante celebração na Basílica Santuário de Nazaré. A peça foi desenhada por Celeste Heitmann e confeccionada pela estilista Káthia Novelino. Além de singela beleza, o manto traz uma imensidão de significados sobre a devoção mariana e a importância da Igreja.

DESCRIPTIVO DO MANTO
No manto de Nossa Senhora de Nazaré de 2019, a figura de "Maria, Mãe da Igreja" se expressa de modo simples e belo. Ele homenageia o Sínodo dos Bispos para a Pan-Amazônia e os trezentos anos de criação da Diocese de Belém, hoje Arquidiocese. A samaumeira, dado do seu significado de árvore da vida para os povos originários de nossa Região Amazônica, rainha das outras árvores, nos remete à vida que circula entre nós. Na flor, a delicadeza de Maria, na árvore, a fortaleza, virtude vivida por Maria aos pés da Cruz. O broche do manto de 2019 traz a homenagem aos trezentos anos da Diocese de Belém, com a Igreja Mãe, a Catedral, sobre um barco.



Fonte: Facebook Círio de Nazaré¹⁹

Ainda fazendo parte da estratégia da Igreja para ampliar a programação organizada por ela, conforme aponta Correa (2010), foi criada a Romaria da Juventude, em 2001, reunindo e integrando

¹⁹Disponível em: <<https://web.facebook.com/groups/feed/>>. Acesso em 15 dez. 2021.

jovens de diversas paróquias na homenagem à santa. Nesse mesmo ano, o Museu do Círio deixou de ser administrado pela PARATUR, passando a fazer parte da estrutura da Secretaria de Estado de Cultura - SECULT e sendo transferido, no ano seguinte, do subsolo da Basílica de Nazaré para o Complexo Feliz Lusitânia, atrativo turístico de Belém, localizada no bairro da Cidade Velha, onde se localizam outros museus administrados pela SECULT (MORAIS, 2019).

Em 2002, dando continuidade à expansão territorial da programação do Círio para o espaço metropolitano de Belém, o Traslado para Ananindeua passa a se estender até o seu município vizinho, Marituba.

Com o avanço das igrejas evangélicas, no que se pode denominar mercado religioso cristão, a Diretoria da Festa estabelece, a partir de 2003, uma nova relação com o empresariado, inserindo mais intensamente a festividade na lógica do mercado, com a criação do projeto Patrocinador Oficial do Círio, em que o patrocínio se dá a partir da negociação de uma contrapartida (PANTOJA, 2006).

Em 2004, a Diretoria da Festa cria a Ciclo Romaria (FIGURA 24), em atendimento à solicitação da Federação dos Ciclistas do Estado do Pará e da Associação dos Ciclistas de Icoaraci, conforme aponta Correa (2010), entre os exemplos de novas procissões introduzidas à estrutura ritual da festa.

Figura 24 - Ciclo Romaria



Foto: Flávio Contente (2016)

Naquele mesmo ano, ocorre, pela primeira vez, a patrimonialização do Círio como festividade no âmbito do patrimônio imaterial. O título de Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial foi conferido pelo IPHAN, após análise de diversos elementos da festividade, atendendo a uma demanda da Arquidiocese de Belém, Diretoria da Festividade de Nossa Senhora de Nazaré, Obras Sociais da Paróquia de Nazaré (OSPAN) e Sindicato dos Arrumadores do Estado do Pará. Todavia, contrariando o interesse da Igreja, tal

patrimonialização envolveu não só os aspectos considerados sagrados, como também os tidos como profanos (SERRA, 2014).

Os anos de 2006 e 2007 apresentam novidades que estendem a programação da festividade no tempo a partir da espetacularização dos já mencionados elementos cartaz do Círio e manto da imagem da santa. Segundo Matos (2010), a partir de 2006, o cartaz do Círio teve seu lançamento antecipado para o mês de maio, passando a ser apresentado ao público num evento que desperta a curiosidade e a euforia dos participantes. O manto da imagem peregrina, por sua vez, passou a ser apresentado publicamente em 2007, dias antes da Procissão Principal, realizando-se uma missa para, em seguida, se iniciar uma solenidade para a apresentação desse objeto, que fica escondido durante todo o seu processo de confecção e será utilizado durante a quadra nazarena. Esse evento é acompanhado por jornalistas de diversos veículos de comunicação (MATOS, 2010).

Passados seis anos da implementação do projeto para os patrocinadores oficiais do Círio, a Diretoria da Festa lança, em 2009, o projeto Apoiador Oficial do Círio de Nazaré, com cotas mais baixas e contrapartidas mais modestas, atendendo ao interesse de empresas de menor porte. As contribuições para a igreja, inclusive de devotos, possibilitaram a criação da Casa de Plácido, lugar de primeira acolhida aos romeiros (FIGURA 25), principalmente aqueles que se deslocam de municípios do nordeste paraense, em caminhada ou pedalando até Belém, considerando a expansão do já mencionado movimento popular iniciado em Castanhal.

Figura 25 - Atendimento aos romeiros na Casa de Plácido



Foto: Débora Serra (2019)

Destaca-se, na imagem acima, a estrutura para o acolhimento somada ao trabalho voluntário oferecido, inclusive, por profissionais da área da saúde, havendo, em outro ambiente, o preparo de alimentos, servidos indiscriminadamente a quem necessitar.

Na esfera pública, em 2009, o governo estadual reformulou o acervo permanente do Museu do Círio, passando a incorporar eventos não organizados pela Igreja, tais como a Festa da Chiquita e o Arraial do Círio, conforme informou o coordenador de pesquisas da instituição, Emanuel Fernandes Júnior, em entrevista a uma emissora televisiva (MUSEU..., 2019). A Diretoria da Festa, por sua vez, na realização do Círio de 2012, inaugurou o espaço Memória de Nazaré para retratar os aspectos tidos como sagrados da festividade com a exposição de mantos, cordas, ex-votos, cartazes, entre outros. (SERRA, 2014).

Em 2013, o Círio, como bem de natureza imaterial, passa pelo seu segundo processo de patrimonialização, sendo inscrito na Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO, na 8ª. Seção do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, em Baku, no Azerbaijão (UNESCO, 2013).

O Círio de 2014 apresenta a mais nova das suas procissões, a décima segunda de sua extensa programação, a Romaria dos Corredores, criada a partir da sugestão de uma comitiva de corredores de rua de Belém, com a aprovação pela Diretoria da Festa e Arquidiocese de Belém (CÍRIO..., c2021b). No mesmo ano, observa-se que a Diretoria da Festa, com o discurso de oferecer mais segurança aos eventos, buscou a parceria com o poder público para transferir a Festa da Chiquita, realizada na Praça da República, para o Portal da Amazônia (POSSÍVEL..., 2014), e a Homenagem do Sindicato dos Estivadores, com queima de fogos, da Praça dos Estivadores, para uma balsa na Baía do Guajará (DIRETORIA..., 2014). Enquanto a Festa da Chiquita, utilizando o argumento de sua patrimonialização pelo IPHAN, manteve-se no seu lugar habitual (FESTA..., 2014), a queima de fogos na praça foi proibida em 2017 (ESTIVADORES..., 2017). A matéria intitulada “Círio 2017 não terá a tradicional queima de fogos na praça dos Estivadores”, a Rede Liberal apresenta uma imagem da praça interditada para a realização dessa homenagem²⁰ (FIGURA 26).

²⁰ Disponível em <<https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2017/noticia/orgaos-de-seguranca-divulgaram-que-tradicional-queima-de-fogos-do-cirio-nao-ira-acontecer-na-praca.ghtml>>. Acesso em 12 jan 2021.

Figura 26 - Homenagem dos Estivadores em matéria da Rede Liberal



Fonte: Site G1 Pará²¹

Em 2015, a patrimonialização do Círio se deu, também, em nível municipal. Porém, diferindo-se do entendimento do IPHAN, a maioria dos elementos considerados profanos não foi reconhecida, destacando-se o veto à Festa da Chiquita pelo então prefeito, por ele não considerar esse evento “[...] como elemento integrante das festividades religiosas, pois não faz parte da programação oficial do Círio” (BELÉM, 2015, p. 2).

Em 2019, por iniciativa da Câmara Municipal de Nazaré, em Portugal, foram realizadas ações para a candidatura das Práticas e Manutenções do Culto de Nossa Senhora de Nazaré ao título da UNESCO de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme site desenvolvido para essa finalidade²², tendo como um de seus objetivos fomentar a relação entre os diversos lugares onde se celebra o culto à santa. Dentre essas ações, uma comissão portuguesa veio a Belém buscar o apoio do governo estadual (GOVERNO..., 2019) para a candidatura, e, confirmando esse apoio, uma comitiva paraense formada tanto por representantes do governo, como da Igreja, levando consigo a imagem peregrina, participou do Encontro Internacional das Comunidades Devotas de Nossa Senhora de Nazaré, evento integrante do lançamento da candidatura, realizado na cidade de Nazaré, em janeiro de 2020 (DEVOÇÃO..., 2020).

²¹ Ibidem

²² O site <<https://cultosenhoradanazare.org/>> informaser “dedicado ao Culto a Nossa Senhora de Nazaré, a sua história, as suas práticas e as suas manifestações. É, ao mesmo tempo, um dos canais privilegiados de comunicação da Candidatura, lançado a partir de Portugal pela Câmara Municipal da Nazaré”. O acesso ao site ocorreu em 28 de janeiro de 2021.

Além de ações relacionadas à continuidade do processo de patrimonialização do Círio, também, em 2019, o governo estadual, por meio da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, ampliou, espacialmente, sua atuação na turistificação da festividade com a realização de um projeto, em parceria com o Instituto de Pesquisa da Cozinha e da Cultura Brasileiras (IPCB) e a Diretoria da Festa de Nazaré, denominado Caminho de Nazaré, para dar apoio e acolhimento aos peregrinos em seu deslocamento a pé de outros municípios para a Basílica de Nazaré. (SETUR..., s/d).

Para o ano de 2020, o Traslado dos Carros para a CDP foi anunciado como a mais nova procissão oficial do Círio, ou seja, com a presença da imagem peregrina (MAIS..., 2020). A primeira procissão da programação do Círio tem sido o Traslado para Ananindeua e Marituba, que ocorre na sexta-feira que antecede a Procissão Principal. Porém, essa posição seria ocupada pelo referido Traslado dos Carros, uma vez que ele já ocorre na quarta-feira, como procissão espontânea, antes mesmo da cerimônia de apresentação do manto.

Curiosamente, em matéria publicada no site pertencente à Rede Liberal, afiliada à Rede Globo, no mês de outubro de 2019, o Transporte dos Carros já figura como a primeira das 13 (treze) procissões e romarias do Círio de Nazaré a se realizar naquele ano (CÍRIO..., 2019). Tal matéria apresenta dados sobre cada um dos eventos, incluindo a estimativa de público, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Romarias e procissões do Círio de Nazaré 2019
ROMARIAS E PROCISSÕES DO CÍRIO DE NAZARÉ 2019

EVENTO	LOCAL DE SAÍDA	EXTENSÃO	DURAÇÃO	PÚBLICO ESTIMADO
Transporte dos Carros	Praça Santuário	N.I.	N.I.	3.000
Traslado Ananindeua/Marituba	Basílica	50 km	10 horas	1.300.000
Romaria Rodoviária	Igreja Matriz de Ananindeua	24 km	3 horas	250.000
Romaria Fluvial	Trapiche de Icoaraci	18,5 km	2 horas	50.000
Moto Romaria	Praça Pedro Teixeira	2,5 km	1 hora	45.000
Trasladação	Colégio Gentil	3,7 km	5 horas	1.400.000
Círio	Igreja da Sé	3,6 km	5 horas e 30 minutos	2.000.000
Cicloromaria	Basílica	N.I.	2 horas	10.000
Romaria da Juventude	Igreja M. de S. A. de Lisboa	N.I.	3 horas	35.000

Romaria das Crianças	Praça Santuário	N.I.	2 horas	250.000
Romaria dos Corredores	Praça Santuário	7 km	2 horas	3.000
Procissão da Festa	Comunidade São Braz	N.I.	2 horas	10.000
Recírio	Praça Santuário	N.I.	45 minutos	50.000

Fonte: CÍRIO... (2019). Adaptado pela autora
 Legenda: NI = Não Informado

As estimativas de público apresentadas no Quadro 2 evidenciam que, assim como a Procissão Principal, os dois outros maiores eventos também ocorrem no segundo final de semana do mês de outubro: o Traslado para Ananindeua e Marituba e a Trasladação, fazendo parte desse público milhares de visitantes, conforme PARÁ (2019; 2020; 2021). A expansão do tempo da festividade, em relação aos cortejos religiosos realizados pela Igreja, pode ser observada na Figura 27, que apresenta, em forma de calendário, a programação do Círio de 2019, destacando a triplicação do número de romarias a partir de 1986 e a mais nova procissão oficializada.

Figura 27 - Programação do Círio 2019



Fonte: CÍRIO... (2019). Adaptado pela autora e produzido por Magaly Caldas

Ainda no tocante à oficialização da décima terceira procissão, até aquele momento, em 2019, não se imaginava que a pandemia da COVID-19 impossibilitaria a realização das procissões oficializadas pela Igreja, no ano de 2020, dada a necessidade de se evitar aglomerações. Todavia, conforme será discutido

no próximo capítulo, driblando estratégias concebidas pela Diretoria da Festa, cerca de 100.000 (cem mil) pessoas realizaram informalmente a procissão do Círio (CERCA..., 2020), entre outras que fizeram, na véspera, o percurso da Trasladação. Porém, a estimativa de participação de turistas festividade, que no ano anterior foi de cerca de 83.000 (oitenta e três mil) pessoas, foi reduzida para 10.000 (dez mil) pessoas. (PARÁ, 2021).

Em 2021, ainda por respeito às normas de segurança, em relação à COVID-19, das procissões oficializadas, apenas o Traslado para Ananindeua-Marituba foi realizado pela Igreja (TRASLADO..., 2021). Com parte da população vacinada, estima-se que mais de 400.000 pessoas tenham realizado informalmente a procissão do Círio (CÍRIO..., 2021b). A estimativa de turistas também aumentou em relação ao ano anterior, ficando em cerca de 30.000 (trinta mil) pessoas (PARÁ, 2021). Ainda nesse ano, o título de patrimônio imaterial conferido ao Círio em 2004, pelo IPHAN, foi revalidado. Para tanto, foi elaborado o Parecer Técnico nº 19/2021/COTEC IPHAN-PA/IPHAN-PA (ANEXO B), utilizado para a realização de uma consulta pública, no mesmo ano, tendo a decisão final apresentada no canal do IPHAN²³, pela internet, na 98ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Observou-se, ao longo deste tópico, as transformações que tornaram o Círio um complexo de eventos em torno de sua principal procissão, criada ainda no final do século XVIII, mantendo, alterando, eliminando e incorporando elementos, ao longo de mais de dois séculos. Tais transformações se intensificaram a partir de meados da década de 1980, com a criação da Romaria Fluvial e do Museu do Círio, elementos vinculados à turistificação e patrimonialização dessa festividade, processos inter-relacionados e estratégicos para a continuidade do modo de produção capitalista a partir da reprodução das relações sociais de produção. Com base nas discussões do primeiro capítulo, o Círio será abordado, a seguir, considerando as relações desses processos com a dimensão da representação do espaço pelos seus agentes hegemônicos.

3.2. A concepção do espaço do Círio de Nazaré a partir da sua turistificação e patrimonialização

A análise lefebvriana da produção do espaço e, mais precisamente, do espaço urbano, ao tratar de um processo que se expande globalmente, oferece elementos importantes para a interpretação das transformações que historicamente ocorreram na cidade de Belém, às quais, em alguma medida, se relacionam à devoção nazarena.

Inicialmente, ressalta-se que a formação da cidade de Belém se apresentava, conforme Penteadó (1968), com a divisão em duas áreas de ocupação: o núcleo inicial, chamado de Cidade, atualmente bairro da Cidade Velha, e a Campina, que continua mantendo seu nome como bairro. Ambos eram separados

²³A transmissão da 98ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural está no link <<https://youtu.be/dNtELiVcWdA>>. Acesso em 10 nov. 2021.

entre si pelo alagado do Piri, que era considerado insalubre e que foi aterrado no início do século XIX, visando à expansão da cidade.

As pesquisas de Almeida (2010), Pimentel *et al* (2012) e Luz *et al* (2015) sobre o aterramento do Piri contribuem para o presente estudo no que pode ser identificado como uma contradição na produção do espaço: o discurso da necessidade de aterramento das áreas alagáveis, implantado entre os moradores de Belém desde o período colonial, tem ocasionado, historicamente, sérios transtornos, dentre eles a ocorrência de enchentes.

Segundo Almeida (2010), desde o século XVIII, construiu-se um discurso civilizador eurocêntrico que afirmava a necessidade do aterramento das áreas pantanosas da cidade, utilizando-se, inclusive, o argumento da insalubridade, desconsiderando as práticas de longa data de moradores que lidavam rotineiramente com as águas, para os quais tal discurso possivelmente não fazia sentido. Esse discurso se intensificou nos séculos seguintes, tornando-se parte do código de conduta, o que obrigava a população a buscar a eliminação das águas nos arredores de suas habitações.

A referida autora ressalta a questão da resistência de parte da população em cumprir as ordens impostas nesse sentido, embora predominasse a ideia de que “morar bem significava ter sua moradia em local não alagadiço, por exemplo, ou ainda, livre dos lamaçais” (p. 294). E observa que todos os moradores “conviveram e construíram um cotidiano do qual a relação com as águas foi um elemento constante” (p. 294), o que ela exemplifica com a participação destes nas celebrações religiosas “em meio às águas das chuvas invernosas, ou à lama acumulada nos diversos logradouros” (p. 294), citando o caso do Círio de Nazaré.

Todavia, conforme Pimentel *et al* (2012), com o início do processo de urbanização na segunda metade do século XIX, durante o período gomífero, bairros como o de Nazaré, em Belém, receberam diversos serviços urbanos, tais como iluminação pública, calçamento de vias, bonde elétrico, entre outros, mas a execução de tais serviços exigiu o aterramento do igarapé Murutucu, ignorando a sua importância religiosa, o que foi também apontado por Maués (2009).

Ainda em Pimentel *et al* (2012), observa-se que essa prática do aterramento de áreas alagáveis se tornou comum, principalmente entre a classe de menor poder aquisitivo, que, ao ser expulsa das áreas centrais, passou a habitar as áreas de baixadas, favorecendo a expansão da cidade já na lógica do capitalismo, ignorando-se suas características socioambientais.

Em sua análise sobre os impactos antropogênicos em bacias da área central de Belém, na década de 1980, Luz *et al* (2015) afirmam que:

O período urbano em construção é marcado pela implantação de infraestrutura e aumento de áreas construídas. O estágio é marcado pela terraplanagem, remoção de camadas de solo, construção de casas e edifícios, além da pavimentação e construção de galerias e sistema de drenagem. Os efeitos imediatos são o aumento da erosão, assoreamento de canais, diminuição

da infiltração da água no solo. Esses processos geram o aumento do risco de enchentes com liberação de grande quantidade de material fino e obstrução do sistema de drenagem. (LUZ *et al.*, 2015, p. 98-99).

É possível, então, reportar-se à contradição da produção do espaço no capitalismo, apresentada por Lefebvre (1972), mencionada no capítulo anterior, quando o autor verifica que a sociedade busca dominar a natureza, mas, nesse processo, ela a destrói e, por conseguinte, destrói a si própria. Assim como o trabalho se torna necessidade enquanto impulso de transformações da natureza, outras necessidades emergem em torno e dentro do homem, a respeito das dinâmicas urbanas e, nesse sentido, retomando a busca pela relação entre a expansão urbana de Belém e a devoção nazarena, vale destacar a importância dada a essa devoção pelos que exerciam a hegemonia na época, por meio de sua institucionalização, o que se deu de modo mais efetivo com a realização do primeiro Círio, em 1793, pelo governador de então, sob a autorização da Igreja.

Infere-se que a importância da festividade se relaciona à expansão da cidade quando Cacela (2006) menciona a consolidação “de estradas, ruas e travessas surgidas a partir do arraial de Nazareth” (p. 51) no século XIX e Dubois (1953) observa que:

Assim como a Belém antiga se formou em torno do paço do governador, da Catedral e do paço do bispo, assim, a Belém moderna se formou em torno de Nazaré. Do arraial irradiaram estradas para o Marco, para o Tucunduba, para a Campina, para o Umarizal, para a Soledade. Em todos os sentidos abriam-se ruas e estradas que iam a Nazaré ou de lá vinham, não demorando estas estradas e ruas em se enfeitarem com edifícios públicos ou casas particulares. (DUBOIS, 1953, p. 69).

Verifica-se que, assim como a festividade tem contribuído ao longo dos anos para a formação socioespacial de Belém, esse processo interfere nas práticas realizadas na festividade, o que se evidencia, por exemplo, no processo de urbanização de Belém, no período entre o final do século XIX e início do século XX, chamado de *Belle Époque*, em que ocorreram altos investimentos na modernização da cidade, desde a sua arquitetura e urbanismo até os costumes, tendo a França como modelo. Sarges (2010) afirma que os recursos utilizados nessas obras eram provenientes da economia gomífera, num momento em que Belém se tornou o principal porto de escoamento dessa matéria.

Atendendo às exigências internacionais desse mercado, o poder público realizou diversas obras que faziam parte da construção da Belém moderna, que no discurso, segundo Soares (2008), era construída para todos, mas na realidade se restringia aos moradores do núcleo central da cidade, os quais eram, em geral, famílias abastadas. Assim, diferenciando-se do que ocorreu na Europa, o surto de urbanização vivido por Belém na chamada *Belle Époque* não ocorreu com a industrialização na cidade, mas pelos altos lucros advindos da extração do látex, utilizado mundialmente na industrialização. Tal urbanização, porém, se deu nas áreas centrais da cidade, onde viviam as pessoas das altas classes sociais, ocasionando

a segregação do restante da população para as áreas periféricas, que possuíam menor valor de mercado, o que indica que o espaço não era neutro e foi produzido a partir de relações sociais relativas ao modo de produção vigente, apresentando contradições que devem ser reveladas e discutidas, dialeticamente, dado que elas ainda se encontram no presente.

As alterações ocorridas no Círio, no período da *Belle Époque*, são apresentadas por Matos (2010), quando também ocorre a reforma da Igreja Católica ou romanização, a qual se estendeu até a década de 1960. Ela afirma que esses dois eventos “por serem propulsores de mudanças nos valores, códigos e práticas da vida sociocultural da cidade, [...] se expressam em novas formas de festejar o Círio de Nazaré” (MATOS, 2010, p. 70). Especificamente em relação ao arraial, nesse momento, observam-se a diferenciação de classes presentes naquele espaço e a diversificação das atrações, em que os folguedos populares comuns nas festividades religiosas eram reprimidos, enquanto se importavam espetáculos de outras cidades e países.

Após o declínio do período da Borracha, Belém sofre outras transformações em decorrência da construção de rodovias e dos grandes projetos que visavam integrar a região amazônica ao restante do país, durante o governo dos militares. Cardoso *et al* (2015) analisam a metropolização de Belém e observam que o fluxo migratório da população de baixa renda das regiões do Marajó e Baixo Tocantins, que não foram incluídas nos grandes projetos federais, foi intensificado na década de 1980, devido à estagnação ocorrida nessas regiões, aumentando, portanto, a ocupação das áreas de baixadas da cidade e a periferização de seu espaço metropolitano.

Rodrigues e Rodrigues (2021) apresentam uma periodização histórico-geográfica da formação de Ananindeua, município vizinho de Belém, e afirmam que, nos anos 1980 e 1990, ocorreram “intensas transformações associadas aos efeitos da urbanização extensiva, da dispersão metropolitana e da estruturação da cidade” (2021, p. 111), destacando a incorporação de áreas rurais ao perímetro urbano do município, a implantação de conjuntos habitacionais, o aumento populacional e a sua condição de “cidade dormitório” para atender às necessidades da capital paraense.

Como observado no tópico anterior, o Círio, que até meados da década de 1980 tinha suas manifestações realizadas em bairros centrais da cidade, também se expande para o espaço metropolitano de Belém, com a criação da Romaria Fluvial, em 1986, a qual induziu a realização de outras procissões que estenderam a festividade para os municípios de Ananindeua, no início da década de 1990, e Marituba, no início dos anos 2000.

A criação da Romaria Fluvial se relaciona também com os processos interligados de globalização, mundialização da cultura e de competição entre as cidades, o chamado *city marketing* (Sanchez, 2001). Conforme Bonna (1993, p. 59-60), era turística a intenção do seu criador e, desse modo, a criação desse

evento gerou um novo atrativo que possibilitou aos turistas uma atividade a ser realizada na manhã do sábado que antecede à Procissão Principal do Círio.

Matos (2010) observa que “se é verdade que historicamente a ética religiosa do catolicismo esteve em tensão com o econômico, cada vez mais o processo de mercantilização de objetos e práticas simbólicas no campo da religião as confundem” (p. 149). Assim, para ela, a Igreja Católica adequou-se “às novas circunstâncias da globalização econômica e de mundialização da cultura” (p. 147).

Analisando as festividades religiosas a partir da tríade do vivido, percebido e concebido, pode-se afirmar que elas materializam, no espaço, devoções comuns entre indivíduos ou grupos sociais, de modo que o concebido por eles sobre a devoção passa, com a festividade, a uma prática espacial, onde a materialidade da devoção é percebida socialmente pelos sentidos. Essa materialização envolve uma concepção da relação entre a devoção e o espaço físico em que ela se manifesta, ou seja, os lugares selecionados para a realização da festividade, por meio da representação do espaço. Ademais, ela é vivenciada de diferentes modos por indivíduos, a partir da relação entre a maneira como concebem a devoção e o que eles percebem na festividade, formando-se os espaços de representação.

Assim, uma análise sobre as diferenças presentes no espaço vivido quanto ao modo como os indivíduos concebem a relação entre a devoção e o espaço, a seleção de espaços para a realização de uma festividade religiosa pode não se dar de modo unânime, fazendo-se necessário investigar como alguns indivíduos ou grupos impõem sua concepção aos demais, pois tal imposição pode resultar tanto em consentimentos, quanto em conflitos, resolvidos por meio de ações coercitivas.

Em referência ao Círio de Nazaré em Belém, conforme tratado no tópico anterior, ele se originou com a Procissão Principal, precedida do chamado Antecírio (atual Trasladação), com um percurso que buscava refazer o caminho da lenda das “fugas” da imagem²⁴. Tais procissões continuam a reviver essa lenda, embora, a partir de 1890, com o fechamento da capela do Palácio do Governo, após a posse dos republicanos, o início da procissão se altere para as igrejas mais próximas do referido palácio. Desse modo, o percurso selecionado buscou manter a relação com uma lenda que contribuiu para o crescimento da devoção o que, possivelmente, agradou a maioria dos fiéis.

Todavia, as mudanças de percursos criam divergências entre a Igreja e fiéis, a exemplo do ocorrido em 2016, quando a Diretoria da Festa considerou necessária a redução no percurso do Traslado Ananindeua/Marituba²⁵, de modo que os moradores de Marituba se sentiram prejudicados e recorreram ao prefeito, que, por meio de ofício, solicitou à referida diretoria a revisão da decisão. (NOTA..., 2016).

²⁴Conforme a lenda, a imagem era levada por Plácido para a sua casa, mas ela sempre retornava ao local o seu achado. Intrigado, um governador da época resolveu levar a imagem até o Palácio do Governo, onde ela ficou sendo vigiada durante toda a noite, mas, ao amanhecer, os guardas perceberam o seu desaparecimento, sendo encontrada novamente no lugar em que ela foi encontrada por Plácido.

²⁵Em conversas informais, verifica-se que parte da população se refere a essa romaria como Romaria Rodoviária, embora, oficialmente, a Romaria Rodoviária ocorra no dia seguinte ligando o município de Ananindeua ao distrito de Icoaraci.

Conforme o diretor-coordenador da época, Roberto Souza, em entrevista a um site jornalístico, as reclamações surtiram o efeito desejado pela população de Marituba:

Essa questão de Marituba vinha sendo pensada há 3 anos. Nós temos a preocupação de atender a todos os municípios. Marituba é um município, que na semana anterior ao Círio, já tem uma visita intensa da imagem. Então, achamos que já era suficiente e nós resolvemos diminuir esse percurso, em função da própria paralisação da BR-316, que naquele momento fica praticamente interdita. Mas nós tivemos uma surpresa: foram muitas reclamações e diante disso, resolvemos voltar atrás. (COORDENADOR..., 2016).

Esse tipo de conflito, ligado à expansão espaço-temporal da festividade, revela tanto a falta de participação popular nas decisões sobre a festividade, como a contradição entre a necessidade religiosa-mercadológica dessa expansão e a dificuldade para a sua manutenção, considerando o limite físico dos seus organizadores.

Ainda no que se refere às contradições provenientes da expansão espaço-temporal do Círio, Henrique (2016) apresenta a manifestação de um católico anônimo que critica o excesso de romarias e enfatiza que a Romaria Fluvial se assemelha mais a um piquenique, que a um momento religioso, o que indica, para o referido autor, a “interferência do poder econômico sobre a devoção popular” (p. 299), embora, conforme sua análise, os organizadores não a considerem “‘contradição’ ou intrusão do ‘profano’ no religioso do Círio, como constantemente tem sido feito a respeito de outros aspectos da devoção popular ao longo do tempo” (p. 303). Nesse sentido, conforme publicação no jornal O Diário do Pará²⁶, o arcebispo de Belém no período da criação da Romaria Fluvial, Dom Alberto Ramos, assumia que ela se tratava de um evento que não fazia parte das tradições da festividade do Círio, mas que era louvável a iniciativa do presidente da PARATUR em criá-la “como atrativo maior para os turistas que nessa época vêm a Belém atraídos pela maior festa religiosa do Brasil”.

Apesar da intenção turística na expansão espaço-temporal do Círio, com a realização de uma romaria nas águas que banham a cidade de Belém, infere-se que, na concepção do evento, buscou-se relacionar a devoção ao espaço de modo que ele fosse melhor aceito e, nesse sentido, Matos (2010, p. 223) observa que “[...] os mitos de origem e narrativas milagrosas associadas às águas, desde os mares de Portugal aos grandes rios do Pará, vêm à tona para justificar o vínculo do evento com as características culturais da região”. Porém, nem todos os fiéis aceitaram essa justificativa, a exemplo da fala de um anônimo publicada no jornal A Província do Pará²⁷:

²⁶ Diário do Pará de 08 de outubro de 1986, p. 07.

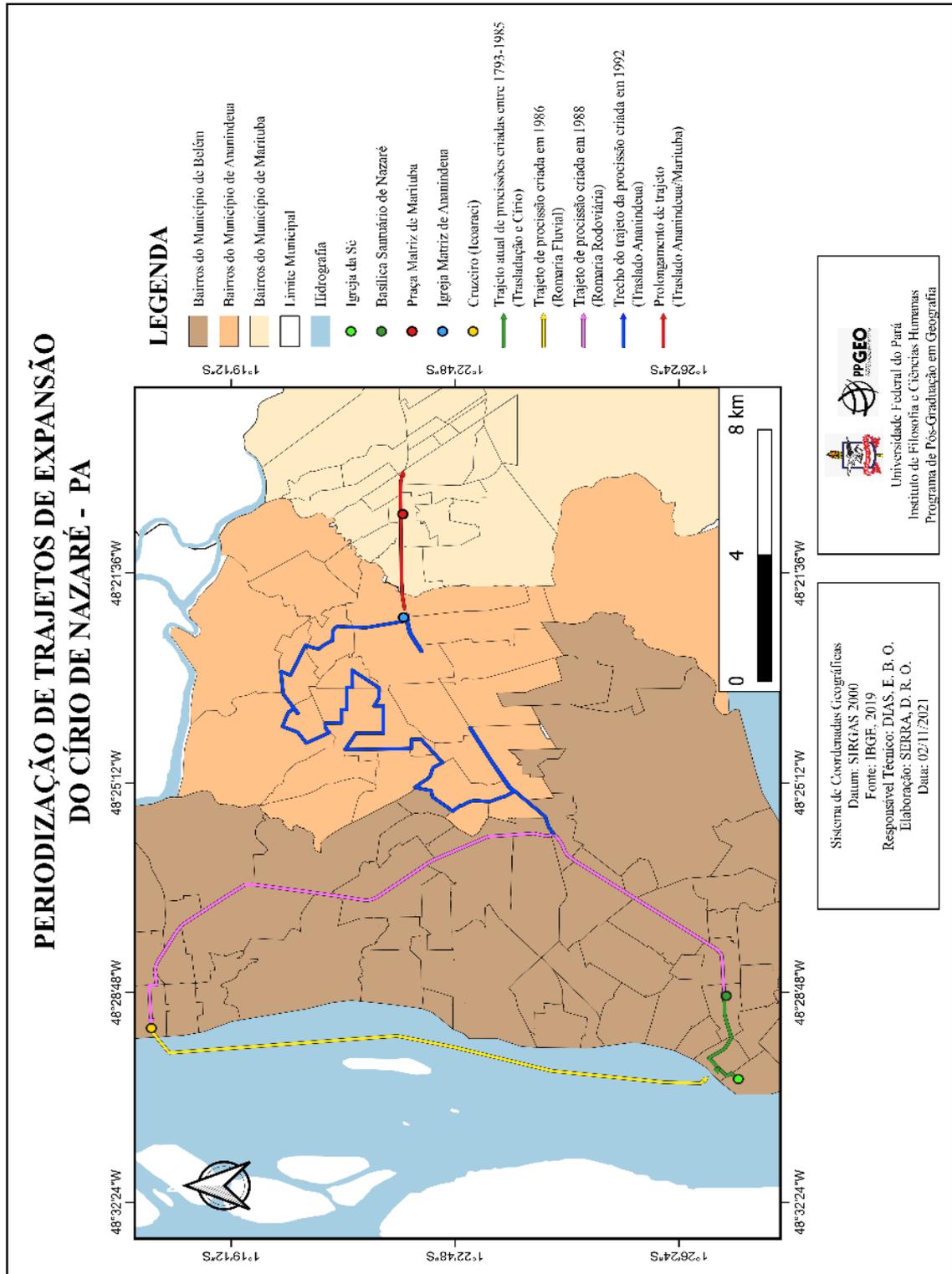
²⁷ A Província do Pará, 17 de outubro de 1986, p. 04 (informação retirada da imagem da publicação localizada nos arquivos do Prof. Márcio Couto Henrique, gentilmente cedida por ele).

Com todo respeito, uma sugestão aos organizadores da Romaria Fluvial: para o ano [,] que a imagem da virgem de Nazaré seja transportada no percurso Icoaraci-Belém numa canoa bem papachibé de um de nossos caboclos. Eu acho que essa providência poderia dar um toque bem mais regional, mais nosso à Romaria.

O discurso inclusivo para os ribeirinhos do entorno de Belém, justificando a inclusão das águas nas procissões, busca mascarar sua real motivação, conforme Henrique (2016). Tal motivação se aproxima do que aborda Lefebvre (1974), dado que o capitalismo tem se apropriado do espaço total e, no caso do Círio, por meio, principalmente, do processo de sua turistificação, que expande a festividade a partir da articulação de agentes das sociedades política e civil.

A partir da localização das áreas de abrangência dos cortejos religiosos que ocorrem no segundo final de semana de outubro, quando a o Círio motiva a chegada de milhares de visitantes, a Figura 28 indica os períodos da expansão territorial das procissões:

Figura 28: Periodização de trajetos de expansão do Círio de Nazaré-PA



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Para Matos (2010), desde a década de 1980, diversas festividades populares têm sido apoiadas por instituições governamentais nos âmbitos federal, estadual e municipal, e por transnacionais, como a UNESCO, em razão do aprofundamento da globalização econômica e técnica e da mundialização da cultura. Esse apoio possibilita que tais eventos atraiam novos investimentos, inclusive do setor privado, atraindo, também, mais expectadores, o que aumenta o retorno financeiro aos investidores e “o prestígio e o reconhecimento tanto para os organizadores, patrocinadores, apoiadores, quanto para os participantes em geral e turistas”. (MATOS, 2010, p. 21).

Nesse sentido, Harvey (2005) aponta a transformação de festivais e eventos culturais em atrativos para investimentos, numa estratégia de empreendedorismo urbano, conforme abordado no capítulo anterior, utilizando o discurso da melhoria na qualidade de vida dos próprios habitantes.

Os estudos de Lefebvre (2011) também contribuem para a presente análise, pois possibilitam relacionar festas e espaço urbano. Para ele, as cidades pré-industriais eram caracterizadas como obras, onde o valor de uso se sobrepunha ao de troca e as festas tinham sua importância como consumo improdutivo:

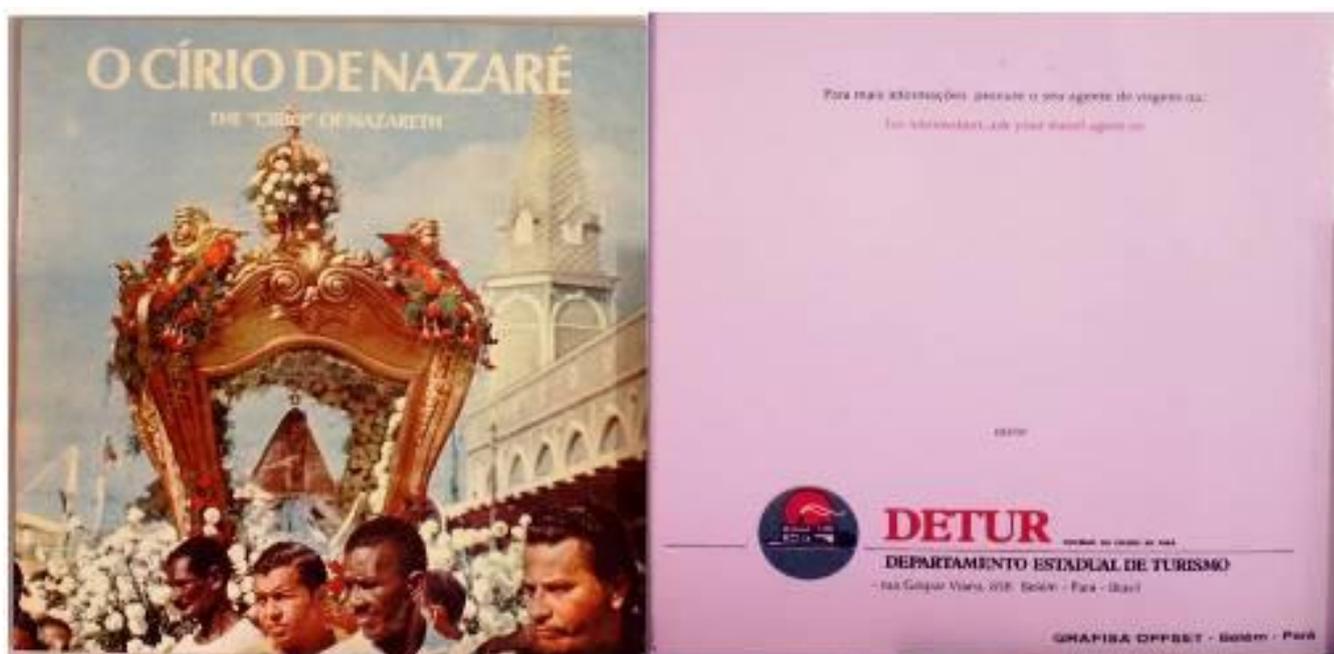
A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção ao dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto valor de troca. O uso principal da cidade, isto é das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (LEFEBVRE, 2011, p. 12).

Todavia, o urbano passa a se intensificar nas cidades com o advento da industrialização, momento em que o valor de troca se sobrepõe ao de uso e que as cidades se tornam produtos, de modo que, conforme Souza (2010), num aparente conflito entre a acumulação e o consumo improdutivo, as festas acompanham tal processo, passando a obedecer à lógica do mercado, isto é, tornando-se fontes de acumulação de capital.

Em relação ao Círio, Henrique (2016) observa que, em meados do século XX, ele passou a ser associado ao turismo, sendo tratado como um produto a ser colocado nas prateleiras dos principais lugares emissores de visitantes e que, assim, as mudanças realizadas pela Igreja deixaram de ter um caráter essencialmente religioso e passaram a ser acompanhadas por um discurso que as legitimasse, o de que essa festividade deve se tornar cada vez mais atrativa turisticamente para beneficiar economicamente a população local. Entre outras ações realizadas naquele período, o autor se refere aos folhetos bilíngues para a divulgação turística do Círio e de Belém encomendados pelos antigos departamentos municipal e estadual de turismo, no ano de 1970, conforme matéria de jornal datada de outubro daquele ano.

No que se refere aos folhetos bilíngues produzidos pelo Departamento Estadual de Turismo - DETUR, o site Biblioteca Digital do Círio apresenta um exemplar (FIGURA 29) que traz informações e imagens sobre a festividade em Belém, tais como o movimento intenso de pessoas nas ruas; o arraial com seu parque de diversões, cinema, teatro, bares, entre outros; o almoço farto, com pratos da cozinha paraense; a chegada dos devotos do interior do estado; e a procissão do Círio e sua origem, considerando a lenda mais divulgada, a do achado da imagem pelo caboclo Plácido. Tais elementos usados para a divulgação nacional e internacional do Círio envolvem tanto o que é considerado sagrado, como o que é considerado profano na festividade.

Figura 29 - Capa e contracapa de folheto sobre o Círio de Nazaré produzido pelo DETUR



Fonte: Site Biblioteca do Círio²⁸

Ao apresentar a história do Círio sob a ótica da imprensa, Montarroyos (1992) utiliza documentos e matérias de diversos jornais e traz anúncios publicados, desde as primeiras décadas do século XX, por instituições públicas e privadas, alguns deles comprovando a importância do evento para a economia, inclusive pelo turismo, a exemplo do anúncio de uma companhia aérea, veiculado em 1965, que estimula os moradores de Belém a convidarem parentes e amigos para a festividade, conforme Figura 30:

²⁸ Disponível em: <<http://bibliotecadocirio.org/index.php/2014-09-05-18-00-52/busca/719-o-cirio-de-nazare-the-cirio-of-nazareth>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

Figura 30 - Anúncio de companhia aérea no jornal a Província do Pará em 1965



Fonte: Montarroyos (1992, p. 304)

A turistificação não apenas do Círio, como de diversos elementos paraenses, está vinculada a um processo que, nacionalmente, se originou com a elaboração de planos federais de desenvolvimento voltados para a região amazônica, nas décadas de 1970 e 1980, os quais, segundo Matos (2010), buscavam crescimento econômico e integração dessa região ao restante do Brasil a partir de diversas ações, dentre elas a avaliação das suas potencialidades turísticas.

Em nível estadual, foi autorizada, pelo Decreto 195, de 24 de março de 1970, a criação do DETUR, em caráter autônomo, com a finalidade de executar as políticas públicas de turismo no Estado, sendo criado efetivamente pelo Decreto 7.081 de 01 de junho de 1970.

Em 1971, pela Lei nº 4.368, de 09 de dezembro, o governo estadual autorizou a criação da PARATUR, caracterizada como sociedade de economia mista, para suceder ao DETUR em todas as suas atribuições, inclusive no cumprimento da Política Nacional de Turismo, sendo efetivamente criada no ano seguinte. A partir de então, destacam-se, nas políticas públicas estaduais de turismo, as mudanças ocorridas a partir de 2011 com a criação, por meio da Lei nº 7.593/2011 (ANEXOC), do Sistema

Estadual de Gestão do Turismo e da SETUR, a qual, em 2014 absorveu as funções da PARATUR, para que a mesma fosse extinta.

No que diz respeito ao Círio, em 2001, a PARATUR elaborou o Plano de Turismo do Estado do Pará que, conforme Serra (2007), enfatiza a relação do turismo com o mercado, de tal forma que o seu incremento ou crescimento seria o gerador de benefícios dessa atividade para a “melhoria da qualidade de vida” da população local. O documento considera o Círio como recurso turístico principal por atrair visitantes por si mesmo, apenas para os mercados paraenses (com alta atratividade) e regional e nacional (com média atratividade). Para o mercado internacional ele foi avaliado como recurso complementar de média atratividade (PARÁ, 2001).

Matos (2010) também analisou o referido Plano e deduz, sobre a avaliação do Círio, que “o esforço de espetacularização desse evento que regionalmente já é massivo, passou a ser o foco das políticas em torno dessa festividade, tendo em vista um salto para a massificação com vistas ao mercado nacional e internacional” (p. 248).

Em 2011 a PARATUR elaborou o Ver-o-Pará: Plano Estratégico de Turismo, que se diferencia do plano anterior, entre outros, por não focar o desenvolvimento da atividade turística por pólos, mas por segmentos e produtos, nos quais o Círio de Nazaré e demais eventos religiosos são trabalhados no segmento do turismo cultural (PARÁ, 2011). A apresentação do referido plano, assinada pelo então governador, Simão Jatene, indica a concepção de turismo pelo viés econômico ao colocar como meta tornar o Pará um destino turístico forte:

E fazer da Obra Prima da Amazônia um destino turístico forte é meta prioritária do Governo. Uma meta adequada à política econômica definida para o Estado, que tem claramente uma forte vertente focada na sustentabilidade. Uma meta perfeitamente integrada às diretrizes maiores do Governo, por ser a atividade turística um segmento econômico que essencialmente não agride a natureza, desde que corretamente conduzido, e que espalha democraticamente seus efeitos positivos por toda a sociedade. (PARÁ, 2011)²⁹.

Em nível municipal, o atual órgão responsável pelo turismo é a Coordenadoria Municipal de Turismo - BELEMTUR, criada pela Lei n° 8.291, de 30 de dezembro de 2003 (Belém, 2003), a qual extinguiu a Companhia de Turismo de Belém, sociedade de economia mista, que também utilizava a sigla BELEMTUR, de modo que a atividade turística passou da administração indireta para a direta.

Santos (2016) observa que é constante a rotatividade em relação ao quadro de pessoal do da BELEMTUR, bem como as mudanças de endereço, o que ela aponta como prejudiciais para o

²⁹ PARÁ. Ver-o-Pará: Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará. Belém: Companhia Paraense de Turismo, 2011. Disponível em: <http://setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/plano_ver-o-para.pdf>. Acesso em: 18set. 2021.

planejamento e gestão de políticas públicas municipais para o turismo, bem como para a construção de uma memória sobre as ações realizadas.

Considerando a análise da citada autora sobre diversos documentos, dentre eles, os planos plurianuais desde 2006, observa-se que a concepção da BELEMTUR para a atividade turística está atrelada apenas ao desenvolvimento econômico da cidade, o que se revela pelas ações voltadas a impulsionar a economia local, por meio de articulações com a iniciativa privada, as quais se expandem durante o período do Círio de Nazaré.

Desse modo, os órgãos de turismo estaduais e municipais são agentes do processo de turistificação do Círio de Nazaré e, considerando a abordagem de Knafou (1996), complementada por Fratucci (2008), conforme mencionado no tópico anterior, tal processo inclui, ainda, como agentes, os turistas, o mercado e as comunidades das áreas receptoras.

Especificamente em relação ao Círio, Serra (2014) acrescenta, entre tais agentes, a Igreja Católica e os agentes culturais, especialmente os identificados pelo IPHAN no dossiê finalizado em 2006, que fundamentou a obtenção dos títulos nacional e mundial de patrimônio cultural pela festividade. A autora observa que:

O Estado atua nesse processo principalmente por meio dos órgãos municipais e estaduais de cultura e de turismo que são a BELEMTUR, a FUMBEL³⁰, a PARATUR, a SETUR e a SECULT, enquanto o mercado envolve tanto o chamado trade turístico, como as instituições privadas que atuam na festividade como patrocinadores e apoiadores dos eventos sagrados e profanos. A atuação no mercado de modo informal também foi observada, destacando-se grupos de pessoas físicas que organizam pacotes para a Romaria Fluvial e concorrem diretamente com os agentes de viagens juridicamente formalizados. A Igreja, representada pela Diretoria da Festa, [...] tem sua composição dividida em sacerdotes, os quais são responsáveis pelas decisões finais nas ações, e leigos, os quais são escolhidos pela sua atuação na Igreja e sua disponibilidade de tempo [...]. Em relação aos visitantes, [...] [eles] poderiam também ser classificados em peregrinos ou turistas (religiosos ou culturais), em uma escala que iria, conforme Maria da Graça Santos (2006), da motivação estritamente religiosa à não religiosa. [...] Conforme Fratucci (2008), as comunidades das áreas receptoras seriam os trabalhadores diretos e indiretos do turismo e a população residente não envolvida com essa atividade. [...] Em relação aos agentes culturais, relacionados aos eventos de caráter profano, destacaram-se nesse estudo aqueles que foram considerados pelo IPHAN como elementos representativos da festividade: o Auto do Círio, o Arrastão do Círio e a Festa da Chiquita, além dos artesãos de brinquedos de miriti³¹ provenientes do município de Abaetetuba, os quais comercializam o artesanato nas praças, percursos e arredores dos principais eventos sagrados e profanos. (SERRA, 2014, p. 138-139).

Cruz (2007) afirma que os agentes hegemônicos na turistificação de espaços são o Estado e os agentes de mercado, sendo necessário acrescentar, na análise do Círio, conforme Serra (2014), a Diretoria

³⁰ Fundação Cultural do Município de Belém

³¹ O miriti é conhecido como buriti em outros estados e, tradicionalmente, no município de Abaetetuba, utiliza-se o seu caule para a produção de brinquedos, os quais são vendidos durante a festividade, destacando-se pelo seu colorido.

da Festa, responsável pela organização dos eventos relacionados aos aspectos considerados sagrados da festividade.

Faz-se necessário ressaltar, porém, que, para este estudo, os agentes apontados por Serra (2014) serão abordados no decorrer do próximo tópico e do próximo capítulo considerando sua participação no Estado integral, ou seja, sua atuação no Estado compondo as sociedades política e civil.

No processo de turistificação, verifica-se que a permanência ou a inserção de novos elementos no Círio passam a ser determinadas pelo mercado (HENRIQUE, 2016), o que ocasiona um esvaziamento no sentido de diversas práticas populares regionais, ao mesmo tempo em que são importadas práticas consideradas de sucesso em diversas manifestações, sendo elas religiosas ou não.

Santuários como Fátima, em Portugal, e Aparecida do Norte, no Brasil, são reconhecidos pela sua atratividade turística, tornando-se exemplos a serem seguidos no desenvolvimento do segmento do turismo religioso. Todavia, há dificuldade na importação, pelo Círio, de práticas encontradas em tais santuários, uma vez que eles são visitados permanentemente, enquanto os lugares mais representativos da devoção nazarena, em Belém, atraem visitantes eminentemente no período da festividade.

Ainda nesse sentido, dado que a festa é um rompimento da vivência cotidiana (Claval, 2011), o Círio se destaca na cidade entre as festividades que alteram temporalidades habituais, sendo, inclusive, chamado de “Natal dos paraenses”. Porém, sua efemeridade enquanto evento cultural pode deixar de existir caso se intensifique a sua expansão no espaço e no tempo, a partir de ações que visam possibilitar o contato com elementos da festividade durante vários meses do ano. Assim, além da criação de novos eventos durante a quadra nazarena, são, também, realizadas ações fora desse período. Além das já mencionadas Missa do Mandato, em agosto, e Apresentação do Cartaz, no mês de maio, inclui-se, nesse processo, a Descida da Imagem do Glória, desde 2007, também no mês de maio, para comemorar a elevação da Basílica a Santuário Mariano (IMAGEM..., 2013).

Efeitos permanentes no espaço se dão também com a criação de alguns objetos espaciais tendo, entre seus propósitos, o de atrair visitantes para além do período da festividade. Esses efeitos ocorreram no entorno do santuário, a partir da década de 1980, quando, de acordo com Matos (2010), cidades como Aparecida, em São Paulo, também se estruturaram para fortalecer o turismo religioso. A autora informa que, em 1982, houve a transferência do arraial, que se realizava na área em frente à Basílica Santuário, para uma área lateral, pertencente à Igreja. Em seu lugar foi construído o Centro Arquitetônico de Nazaré – CAN com recursos da União. A praça pública, atualmente chamada Praça Santuário, onde ocorria o arraial, tornou-se um prolongamento da Basílica e é controlada pela Diretoria da Festa. Nessa intervenção destruíram-se equipamentos urbanísticos que estavam relacionados às práticas profanas, em um processo de “higienização”, ficando aquele espaço destinado a shows musicais (principalmente católicos) e à

exposição da imagem peregrina. Matos (2010) se refere também à inauguração de uma loja de *souvenirs* religiosos em área anexa à Basílica.

As alterações na referida praça podem ser analisadas retomando-se a abordagem de Trindade (2013), mencionada no capítulo anterior, no que se refere à representação do espaço pela toponímia. Tal praça, segundo Serra (2014), era chamada Justo Chermont e, em 2004, passou a ser denominada Praça Santuário. A alteração do nome, aliada aos elementos nela dispostos com as intervenções apontadas por Matos (2010), bem como a transformação da rua, que a separava da Basílica, em calçada, em 2015, pela prefeitura, a pedido da Igreja (SEURB..., 2015³²), foram estratégias para a afirmação dos novos conteúdos a sua forma, uma vez que, a praça se tornou, visualmente, uma extensão da Basílica, o que, supõe-se, torna mais aceitável para a população o que Serra (2014) aponta como ingerência da Igreja sobre esse espaço que é público.

Complementando as obras que tornam o entorno da Basílica atrativo a turistas e peregrinos para além do período do Círio, foram construídas no seu entorno a Casa de Plácido e o espaço Memória de Nazaré, permitindo-se, assim, que se tenham próximos objetos inter-relacionados.

Inaugurada em 2009, a Casa de Plácido foi construída com doações de fiéis para ser um lugar de primeira acolhida a peregrinos e turistas que buscam o santuário não apenas no Círio. O espaço Memória de Nazaré (FIGURA 31), por sua vez, foi inaugurado em outubro de 2012 e retrata os aspectos sagrados da festividade com a exposição de mantos, ex-votos, cartazes etc., diferenciando-se do Museu do Círio, cujo acervo passou a incluir também elementos profanos relacionados a ela.

³²Na publicação foi postado um ofício da SEURB datado de 15 de maio de 2015, que informa que o projeto da obra atende a pedido do Padre Adelson Ramos juntamente com a Diretoria da Basílica.

Figura 31 – Espaço Memória de Nazaré

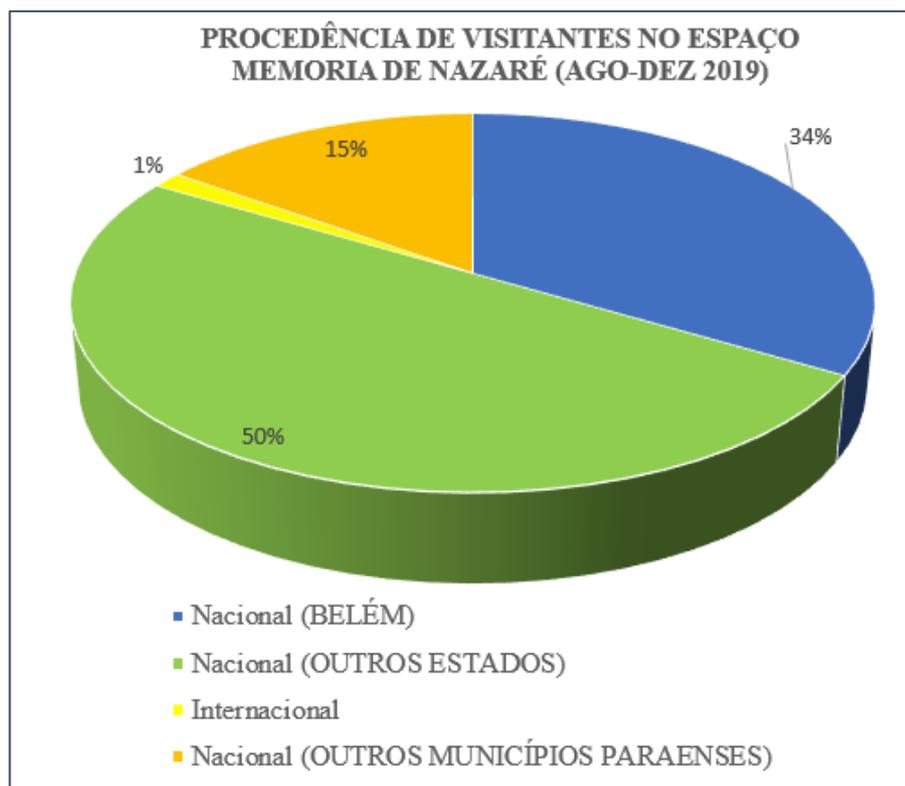


Foto: Benisson Oliveira (2018)

De acordo com o livro de registro de visitas do espaço Memória de Nazaré³³, no período entre 20 de agosto a 31 de dezembro de 2019, anterior à pandemia COVID-19, verifica-se, no gráfico abaixo, que, embora a presença da população local seja expressiva, a maioria dos visitantes é de procedência nacional não paraense, o que, considerando o pequeno percentual de estrangeiros, evidencia a atratividade do lugar para o turismo doméstico.

³³Dados gentilmente cedidos pela geógrafa Magaly Caldas em pesquisa realizada para a dissertação de mestrado de Vivian Larissa Albuquerque. O período total pesquisado foi entre 20 de agosto de 2019 a 08 de julho de 2021, correspondendo aos registros de visitas do livro disponibilizado pela administração do espaço Memória de Nazaré.

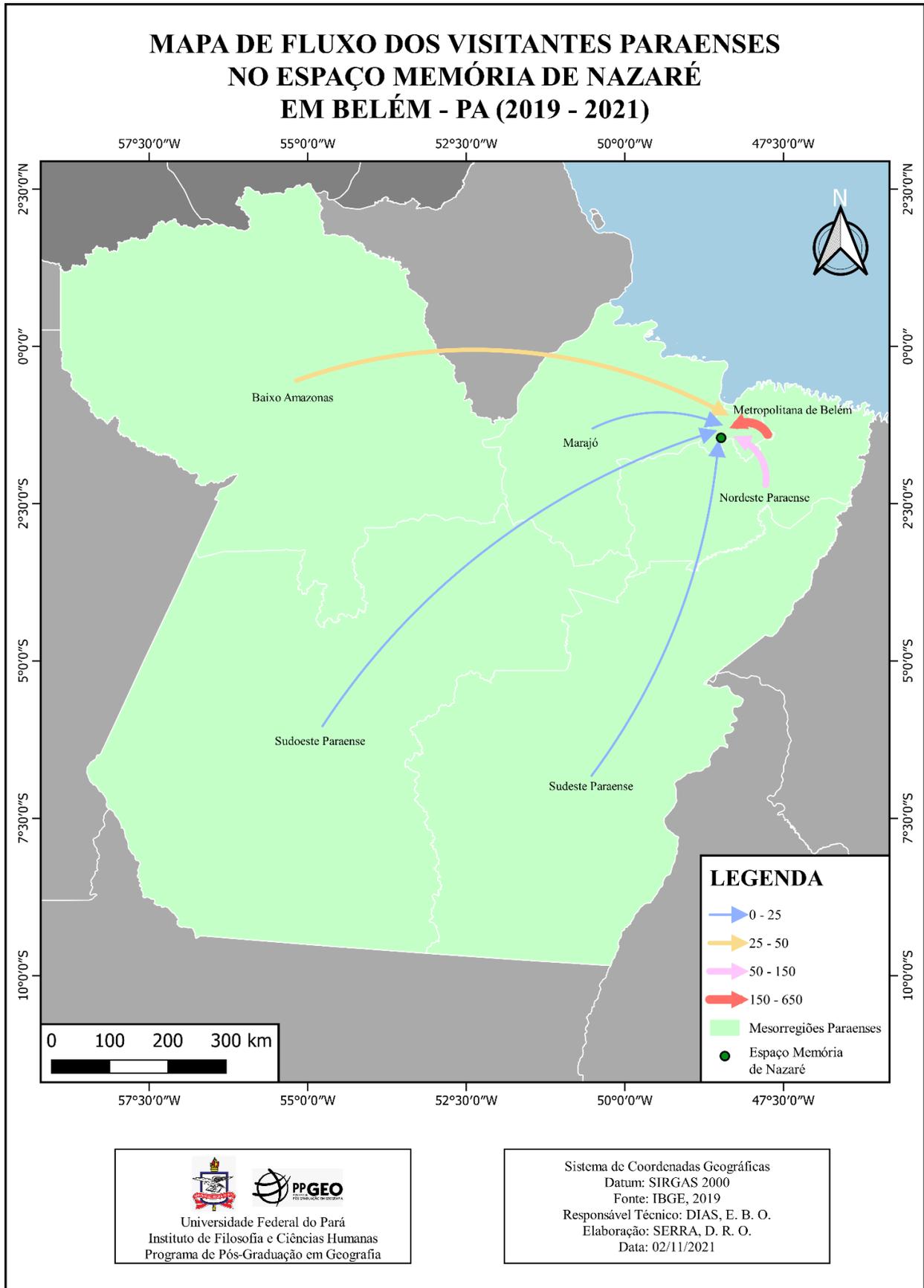
Figura 32 - Procedência de visitantes no espaço Memória de Nazaré



Fonte: Livro de registro de visitas (organizado pela autora)

Contudo, ainda com base no supracitado livro de registros, numa análise sobre os fluxos paraenses, a Figura 33, abaixo, indica, no período de 20 de agosto de 2019 a 08 de julho de 2021, a maior intensidade do fluxo de visitantes procedentes da mesorregião metropolitana de Belém, quando comparado aos fluxos de procedentes de outras mesorregiões do Estado do Pará, o que pode caracterizar o espaço Memória de Nazaré como um equipamento de lazer para os moradores de Belém e arredores.

Figura 33 - Fluxo dos visitantes paraenses no espaço Memória de Nazaré (2019-2021)



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Matos (2010) afirma que a espetacularização das manifestações religiosas também faz parte das inovações da Igreja, enquanto Henrique (2011), tratando do Círio, identifica uma ambiguidade, visto que a referida instituição busca conter “os ‘excessos’ ou ‘desvios’ nas práticas religiosas dos católicos paraenses” (p. 340), mas insere a festividade em uma lógica de mercado, necessitando ampliar sempre os números relacionados à devoção, tais como o de participantes das procissões.

Considerando que, no modo de produção capitalista, tudo pode se tornar mercadoria, Pantoja (2018) observa que, exatamente por ser algo sagrado e, portanto, dotado de um valor positivo, o Círio se torna um bem de troca. Para ela:

Enquanto processo, o Círio envolve a feitura de transações financeiras. Nos últimos anos a celebração tem tomado o lugar de mercadoria capaz de ser trocada no mercado e por meio disso se autorrealizar enquanto processo religioso econômico e político ao mesmo tempo. (PANTOJA, 2018, p. 125).

Matos (2010) afirma que a Diretoria da Festa historicamente tem se adaptado às mudanças sociais e que, no atual contexto de globalização e mundialização da cultura, ela se estruturou como uma empresa visando tanto à administração dos bens simbólicos relativos ao Círio, quanto à obtenção de recursos humanos e materiais a partir da articulação com instituições públicas e privadas.

Pantoja (2006) discute a gestão da celebração do Círio a partir da criação dos projetos Patrocinador Oficial do Círio de Nazaré, em 2003, e Devotos de Nossa Senhora de Nazaré, em 2005, utilizando o paradigma do mercado religioso, com base em Berger (1985), Guerra (2003), Iannaccone (1995) e Finke & Stark (1988). Tal paradigma envolve o processo de secularização das diversas esferas sociais, que reduzem a importância da religião como estabelecadora de uma significação do mundo, desdobrando-se no pluralismo religioso, onde as pessoas podem escolher a crença que lhes ofereça mais sentido para as suas vidas. Por conseguinte, as instituições religiosas passaram a se orientar pelas leis de mercado, comportando-se como empresas concorrentes entre si na busca pelo maior número de fiéis a partir do oferecimento de bens simbólicos, tal como produtos são oferecidos aos consumidores em outras formas de mercado.

A referida autora observa que os projetos de Patrocinador e de Devotos dão sentido de mercadoria à devoção. Ela afirma que, para garantir a realização do Círio, até 2002, representantes da Diretoria da Festa buscavam apoio de grandes empresários, os quais doavam o valor que lhes fosse conveniente, numa prática semelhante às “esmolações”, que sempre foram muito comuns em festas de santos. A partir da criação do projeto Patrocinador, a relação entre a Igreja e as empresas modificou-se, pois a contribuição passou a ser feita em forma de cotas pré-estabelecidas, oferecendo-se como contrapartida a associação de suas marcas à festividade. Em 2009, verificando o interesse de empresas de menor porte, foi lançado o projeto Apoiador Oficial do Círio, com cotas de valor mais baixo e menos contrapartidas.

Ressalta-se, porém, que não só de recursos da iniciativa privada vive o Círio. Pantoja (2006) observa que, nesses mais de dois séculos, o envolvimento do poder público na festividade sofreu alterações, porém, tanto a Prefeitura Municipal de Belém, quanto o Governo do Estado do Pará continuam sendo considerados pela Diretoria da Festa como entidades realizadoras.

Ainda sobre a discussão da organização Círio pelo viés mercadológico, Matos (2010) compreende que os projetos do patrocinador e apoiador oficiais têm provocado alterações significativas em relação à expansão espaço-temporal da festividade, uma vez que, se a publicidade vinculada a ela é a contrapartida para a aquisição de cotas, quanto mais eventos forem criados e espetacularizados, maior a visibilidade e maiores os benefícios para as empresas.

Essa compreensão se vincula ao histórico desejo de controle da Igreja sobre a festividade, permitindo inferir que a sua expansão espaço-temporal foi estratégica para possibilitar, a tal instituição religiosa, que o controle se desse por meio do próprio mercado, uma vez que a maior parte dos eventos que compõem o Círio é realizada por ela e, portanto, para o mercado, assim como para os órgãos de turismo que o concebem, primordialmente, pelo viés econômico, é mais vantajoso estar de acordo com a Igreja, no que se refere ao que deve ou não ser considerado como elemento do Círio, do que entrar em conflito com ela. Sob outra perspectiva, ao exercer a hegemonia na sociedade civil, a ideologia da classe burguesa, no sentido gramsciano, se inseriu na Igreja por meio da Diretoria da Festa, com seus diretores atuando como intelectuais orgânicos daquela classe.

A espetacularização do Círio, entretanto, apenas se intensificou com a implementação dos referidos projetos pela Diretoria da Festa, visto que ela tem se dado também pelas transmissões televisivas da Procissão Principal, iniciadas em 1961, em preto e branco, pela TV Marajoara e a partir de 1976, a cores, pela afiliada da Globo, a TV Liberal, conforme Alves (2012). A autora discute a racionalização das transmissões ao vivo e aponta o conflito de temporalidade entre agentes midiáticos televisivos, Igreja e fiéis.

A análise da referida autora, somada ao que tem sido publicado em diversos jornais³⁴, possibilita perceber que, se de um lado há a necessidade do controle do tempo de transmissão pela televisão, de outro, há parte dos devotos que entendem que o Círio não deveria ter horário fixado para encerrar. E que,

³⁴Algumas publicações abordando o tempo da Procissão Principal:

FIÉIS reclamam que Círio deste ano foi rápido demais. Disponível em: <<http://www.ormnews.com.br/noticia/fieis-reclamam-que-cirio-deste-ano-foi-rapido-demaiss>>. Acesso em 09 jan 2019;

PROCISSÃO do Círio sairá da catedral de Belém meia hora mais tarde em 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/cirio-denazare/2018/noticia/2018/10/03/procissao-do-cirio-saira-da-catedral-de-belem-meia-hora-mais-tarde-em-2018.ghtml>> Acesso em 09 jan 2019;

TRANQUILIDADE e rapidez marcam o 222º Círio de Nazaré. Disponível em: <<http://agenciapara.com.br/Noticia/105908/tranquilidade-e-rapidez-marcam-o-222o-cirio-de-nazare>> Acesso em 09 jan 2019.

RAPIDEZ da Procissão do Círio de Nazaré contraria fiéis. Disponível em: <<http://cirio.diarioonline.com.br/noticiainterna.php?nIdNoticia=456975>> Acesso em 09 jan. 2019.

entre os dois lados está a Igreja que, pela lógica da religião, concordaria com a concepção dos devotos, mas, estando imersa na lógica do mercado, possivelmente tem se articulado com a mídia na fabricação do consenso de que a procissão deve chegar a tempo dos fiéis participarem do almoço do círio, justificando-se pela tradição desse elemento considerado profano, ou, ainda, usando como pretexto a segurança e a proteção dos fiéis. Em todos os casos, os representantes da Igreja afirmam que são os fiéis que determinam a duração do evento.

Ainda no que se refere à espetacularização, na década de 1970, a PARATUR instalou arquibancadas na Avenida Presidente Vargas, para que turistas e fiéis pudessem assistir a passagem da imagem (IPHAN, 2006). A partir de 2012, as ações de montagem e venda de ingressos dessas arquibancadas passou para Diretoria da Festa, estando até o ano anterior sob a responsabilidade da BELEMTUR, quando o Ministério Público do Estado acusou o então representante do órgão por irregularidades em tais ações. (DIRETORIA..., 2019; MPE..., 2011). Ressalta-se, no Quadro 3, a segregação desse espaço, dado o aumento dos preços dos ingressos, impossibilitando a compra pelas pessoas de baixa renda, embora haja um percentual de gratuidade ofertado.

Quadro 3: Ingressos para arquibancadas do Círio (2012-2019)

INGRESSOS PARA ARQUIBANCADAS DO CÍRIO (2012-2019)		
ANO	INGRESSOS OFERTADOS	PREÇOS (TRASLADAÇÃO/CÍRIO)
2012	5.000	R\$ 20/ R\$ 40
2013	5.000	R\$ 25/ R\$ 50
2014	5.000	R\$ 25/ R\$ 55
2015	5.000	R\$ 30/ R\$ 60
2016	5.000	R\$ 35/ R\$ 70
2017	5.000	R\$ 35/ R\$ 70
2018	4000	R\$ 40/ R\$ 80
2019	5.000	R\$ 60/ R\$ 110.

Fontes: INGRESSOS... 2012; INGRESSOS..., 2013; INGRESSOS..., 2014; INGRESSOS..., 2015; VENDA..., 2016; COMEÇAM..., 217; DIRETORIA..., 2018; DIRETORIA...2019. Organizado pela autora.

Além de reforçar a ideia de espetáculo, as mencionadas arquibancadas são montadas na Praça da República, o que limita o uso de um espaço que é público e, nesse sentido, vale ressaltar as constatações de Carlos (2004), que aborda a transformação do espaço em mercadoria e a vitória do valor de troca sobre o de uso. Embora se referindo a relações de propriedade e estratégias imobiliárias que se contrapõe à apropriação que se dá pelo uso dos cidadãos, é possível fazer uma analogia ao domínio temporário do espaço por quem detém o poder da montagem e venda dessas arquibancadas. Para ela:

O uso deixa marcas profundas no espaço, cria traços que organizam comportamentos, determinam gestos, explicitando-se através das formas de apropriação dos lugares da metrópole enquanto microcosmo que ilumina a vida. Já as relações de propriedade criam os

limites do uso, redefinindo-o constantemente e isto nos é revelado pela tendência à destruição do espaço público como espaço acessível às possibilidades do uso. Deste modo, os lugares da metrópole redefinidos por estratégias imobiliárias submetidas à mediação do mercado, transformam o espaço em mercadoria. [...] esta tendência submete o cidadão marcando a passagem do processo de consumo no espaço ao consumo do espaço. Isto significa que existe uma tendência à diminuição dos espaços na cidade aonde o uso não se reduz à esfera da mercadoria e o acesso não se associa à compra e venda de um “direito de uso temporário”. [...] Neste sentido, o uso delimitado apresenta a tendência à destruição das condições de realização da sociabilidade em função da tendência a eliminação do encontro fortuito entre os cidadãos (CARLOS, 2004, p. 14).

Convém destacar que, de modo aparentemente contraditório ao que aponta Carlos (2004), o caso da transferência de uma feira de artesanato, realizada há décadas em um espaço público chamado Praça Waldemar Henrique, para um prédio do governo estadual ao lado da Basílica de Nazaré, mostrou que o não uso da praça para atender a interesses mercadológicos retirou dela um dos únicos momentos em que ela é apropriada por uma maior diversidade de grupos sociais, dada a insegurança característica do local durante o ano, seja pelo descaso do poder público, seja por falta de iniciativas e pressões da população local. A contradição com o que aponta a referida autora é apenas aparente porque o abandono do espaço público é também favorável ao capital, ao “mercado da segurança” (SOUZA, 2008), uma vez que a busca pela satisfação da necessidade do lazer e do encontro passa para os espaços privados, tidos como seguros.

Considerando que a montagem e venda das arquibancadas foi uma estratégia criada pelo poder público estadual, por meio de seu órgão oficial de turismo, mas que passou a ser realizada pela Igreja, de modo a beneficiá-la economicamente, observa-se, que assim também ocorreu com a Romaria Fluvial, que, conforme abordado, foi criada pela PARATUR e, atualmente, é realizada pela Igreja, tendo sido a sua criação estratégica para a expansão do Círio e, como consequência, do seu valor no mercado. O Estado passou a atuar nesse evento como um apoiador, seja pela manutenção da segurança dos participantes, seja pela sua divulgação turística, dado que nele, as agências de turismo podem ampliar seus ganhos com a criação de um produto turístico que inclui shows de cantores e café da manhã nas embarcações.

A criação da Romaria Fluvial pode ser analisada, também, pelo jogo de presença e ausência, apontado por Trindade Jr. (2013), referindo-se a diversas intervenções urbanísticas de Belém, considerando que elas contêm elementos que se referem às relações sociais com o rio, mas impossibilitam suas práticas. Tal jogo pode ser exemplificado no Círio pela Romaria Fluvial, pois foi usado como pretexto para a sua criação a oportunidade da participação dos ribeirinhos na festividade, os quais, em geral, possuem pequenas embarcações que, por questões de segurança, não podem dividir espaço com as centenas de embarcações de médio e grande porte presentes no evento, parte delas pertencentes ou alugadas por agências de turismo.

Todavia, esse aumento da atratividade ocorre, em geral, de modo a não criar conflito com a Igreja, o que se revela nas ações que podem resultar na redução da pluralidade do Círio, tal como a sua divulgação em materiais promocionais turísticos que restringem a festividade a elementos religiosos.

Em relação às ações do poder público para a turistificação do Círio, observa-se que, além da promoção dessa festividade em eventos nacionais e internacionais, realizadas pela PARATUR e, atualmente, pela SETUR, conforme apontado por Serra (2014), há a divulgação em diversos meios, digitais e impressos, os quais tem minimizado a existência dos elementos considerados profanos, a exemplo do site promocional da SETUR (FIGURA 34) e de material impresso, como a revista História do Círio de Nazaré em Quadrinhos, a qual menciona apenas o arraial, os brinquedos de miriti e o almoço do círio, descrevendo, ainda, a Romaria Fluvial, como forma dos “caboclos” homenagearem a santa (FIGURA 35).

Figura 34 - Divulgação do Círio no site de promoção turística da SETUR



CÍRIO DE NAZARÉ



No estado do Pará acontecem muitos Círios, mas o maior deles é o de Belém. No segundo domingo de outubro, mais de 2 milhões de pessoas vão ao encontro da padroeira da Amazônia: Nossa Senhora de Nazaré. Durante sua festividade acontece diversas procissões e intensa programação religiosa.

Fonte: Site Paraturismo³⁵

³⁵O texto informa: “No estado do Pará acontecem muitos Círios, mas o maior deles é o de Belém. No segundo domingo de outubro, mais de 2 milhões de pessoas vão ao encontro da padroeira da Amazônia: Nossa Senhora de Nazaré. Durante sua festividade acontece diversas procissões e intensa programação religiosa”. Disponível em: <http://www.paraturismo.pa.gov.br/vejamos_cultura/belem>. Acesso em 11 jan 2019.

Figura 35 - Capa e contracapa da revista História do Círio de Nazaré em Quadrinhos



Fonte: Acervo da autora

Vale ressaltar que essa atuação da SETUR em relação ao Círio se alterou com a criação de um novo site³⁶, em parceria com a Secretaria de Comunicação, intitulado “Círio 2020: conexão de cultura e fé”, em que são divulgados também eventos como a Festa da Chiquita, considerado profano.

No mesmo ano, Igreja, poder público e iniciativa privada investiram em novos eventos, no período do Círio, trazendo elementos da festividade para espaços turistificados, uma vez que não poderia haver procissões devido à pandemia da COVID-19. Dentre os eventos, destaca-se, na perspectiva de uma visão mais ampliada da festividade, a parceria entre órgãos públicos de cultura, portanto, pertencentes à sociedade política, SECULT e IPHAN, na realização da exposição “Conhecer para Preservar” (FIGURA 36), na Estação Gasômetro. Sob outra perspectiva, membros da sociedade civil – Organização Social Pará 2000 e Diretoria da Festa, patrocinados por empresas privadas e apoiadas pelo governo estadual realizaram o “Círio na Estação 2020” (FIGURA 37), na Estação das Docas, expondo elementos voltados à programação organizada pela Igreja e oportunizando a venda de artigos religiosos, artesanato e pratos típicos paraenses.

³⁶ O site <<http://cirio.pa.gov.br/>> traz um conjunto de links intitulado “Experiências do Círio”. Dentro desses links está o “Experiências de Cultura”, referindo-se Ao Auto e Arrastão do Círio, Chiquita e Feira do Círio e Miriti. O acesso ao site ocorreu em 20 set. 2021.

Figura 36 - Exposição “Conhecer para Preservar”



Foto: Débora Serra (2020)

Figura 37 - “Círio na Estação 2020”

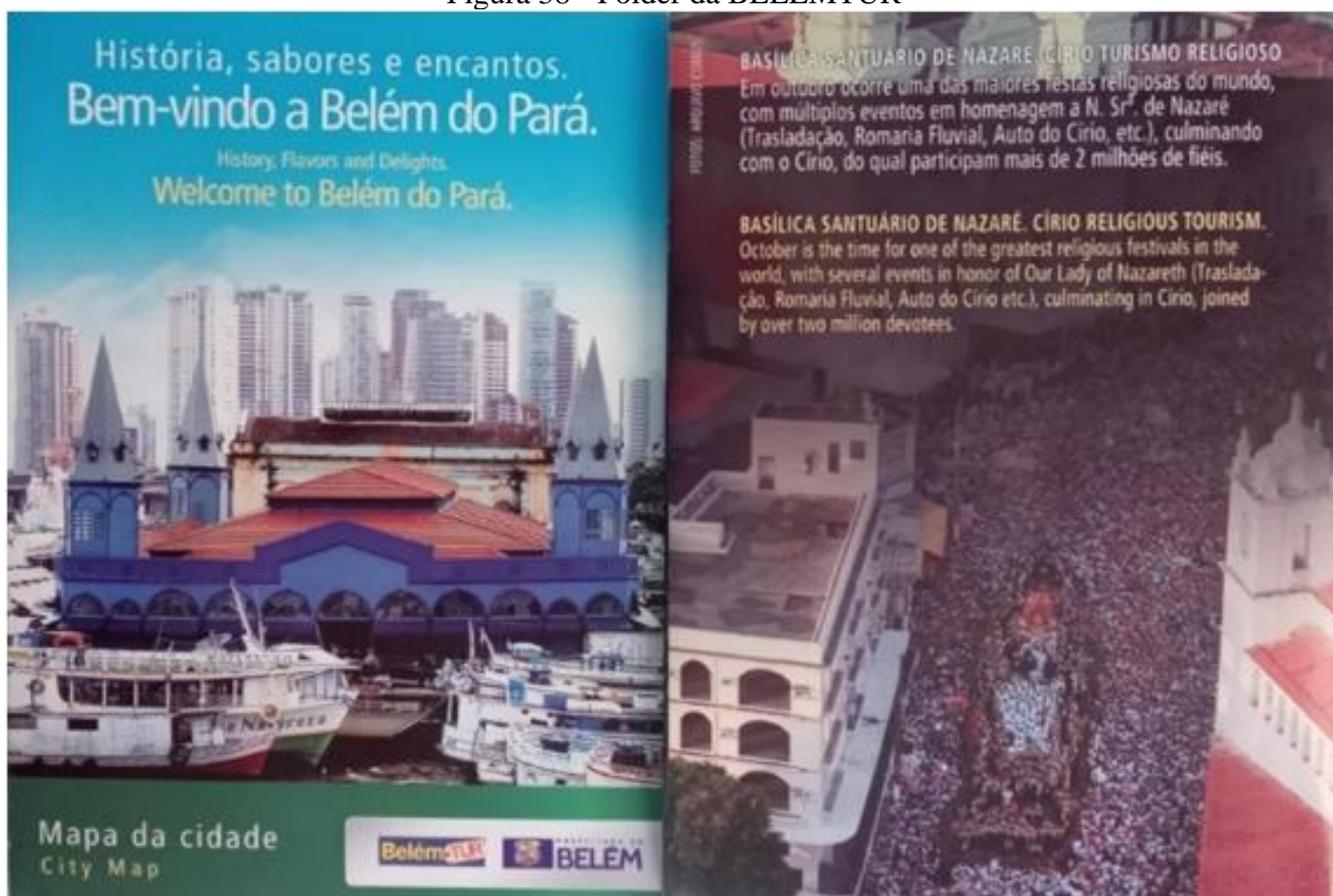


Foto: Débora Serra (2020)

No tocante à concepção atual do Museu do Círio, cujo acervo passou a incluir elementos tanto do que se considera sagrado, quanto profano, na festividade, ele adquiriu esse conteúdo numa ação do IPHAN, após a patrimonialização por esse órgão, segundo Corá (2011), de modo que seu objetivo, ao ser administrado pela SECULT, deve estar mais vinculado à preservação do patrimônio e à educação patrimonial do que a ampliar a sua atratividade turística.

Ressalta-se, ainda, que a BELEMTUR, na produção de materiais de divulgação, também enfoca os elementos tido como sagrados, a exemplo do folder bilíngue “Bem-vindo a Belém do Pará”, que contém informações sobre a gastronomia da cidade, os pontos turísticos e o Círio de Nazaré, para o qual ele se refere apenas às procissões (FIGURA 38). Ele traz, também, um mapa da cidade com os percursos da Procissão Principal do Círio e da Romaria Fluvial, o que corrobora a afirmação de Santos (2016) sobre a expansão de suas ações no período da festividade.

Figura 38 - Folder da BELEMTUR



Fonte: Acervo da autora

Além dos órgãos de turismo, é comum encontrar referências apenas aos aspectos religiosos da festividade em sites de agências de turismo, a exemplo da Valeverde Turismo, empresa de destaque no mercado paraense, no qual atua há mais de vinte e cinco anos, indicando que o mercado também está em acordo com a Igreja na concepção do Círio. Na Figura 39, abaixo, observa-se a divulgação de um pacote de viagem para o Círio 2019 com um *link* para um roteiro proposto pela referida empresa (ANEXO D), sugerindo apenas as procissões e alguns pontos turísticos como atividades para o período.

Figura 39 - Divulgação de pacote para o Círio pela Valeverde Turismo



Fonte: Site da Valeverde Turismo³⁷

Dado que, além do poder público e dos agentes da oferta mercadológica, a Igreja é também considerada um agente hegemônico na turistificação do Círio, convém destacar que ela, segundo Choay (2001) tem participado historicamente do processo de valorização e conservação de monumentos e do patrimônio. No presente, porém, nota-se que sua atuação em relação a esse patrimônio tem se direcionado ao aproveitamento do seu potencial para o turismo religioso, principalmente por meio da Pastoral do Turismo - PASTUR.

A palestra proferida pelo Pe. Rafael Santana, da PASTUR de Niterói, durante o 5º Encontro Nacional da Pastoral do Turismo, realizada em Belém, em 2018, abordou o fato de que o patrimônio material brasileiro pertence, em grande medida, à Igreja Católica e que sua preservação é importante para a evangelização, cabendo à PASTUR sensibilizar os fiéis para o conhecimento e o respeito desse patrimônio, promovê-lo e divulgá-lo, bem como criar mecanismos que possibilitem a sua conservação.

Vale destacar que a análise do modo como tem se dado o processo de turistificação do Círio faz-se necessária ao se compreender que as concepções dos seus agentes interferem na representação do seu

³⁷O site <<https://www.valeverdeturismo.com.br>> oferece pacotes que caracterizam a agência como prestadora de serviços emissores e receptivos. O pacote para o Círio se trata de um serviço de turismo receptivo e se encontra no link "Belém-Pará-Amazônia", acessado em 11/01/2019.

espaço, podendo revelar tanto a amplitude de seus elementos, que estão para além do que é determinado pela Igreja, dado o caráter popular da festividade, como também reduzi-la a aspectos que sejam mais valorizados pelo mercado.

Assim, para aumentar a atratividade turística pela devoção nazarena em Belém, tornaram-se necessários investimentos que expandiram a festividade no tempo e no espaço, possibilitando que os visitantes de Belém tenham contato com elementos do Círio em qualquer época do ano, logo, conforme Serra (2014), além de ser importante para o poder público e para o mercado, é um interesse da Igreja revelado tanto em entrevistas com diretores da festividade, quanto em ações que criaram ou alteraram, permanentemente, objetos espaciais no entorno da Basílica de Nazaré. Porém, mudanças profundas em relação ao Círio podem levá-lo a perder seu significado e conflitar com a sua patrimonialização.

Em virtude das análises geográficas sobre o patrimônio material serem a maioria, quando comparadas às que abordam o imaterial, utiliza-se, no presente estudo, algumas analogias para a discussão do processo de patrimonialização do Círio, a exemplo do trabalho de Nigro (2010), no qual ela se refere à influência da proteção oficializada de bens móveis, em conjunto, para o planejamento urbano. Tal discussão, trazida por essa autora, possibilita algumas associações com a imaterialidade do patrimônio nessa festividade, no que se refere aos efeitos da preservação normativa e simbólica, que, estando na dimensão da concepção do espaço, implicam em mudanças nas dimensões do percebido e do vivido. Ademais, as críticas ao consumo do patrimônio material, relatadas pela citada autora, coincidem com o que tem sido observado na turistificação de grandes eventos de caráter religioso e cultural em sentido amplo.

Obedecendo à cronologia das patrimonializações do Círio, aborda-se, inicialmente a realizada pelo IPHAN, em 2004, em escala nacional, na qual, conforme mencionado no tópico anterior, o Círio foi registrado no Livro de Registro de Celebrações como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial, inaugurando o referido livro.

No capítulo anterior, foi mencionado que, segundo Corá (2011), o registro se dá pela identificação e produção do conhecimento sobre um bem imaterial a partir da proposição de uma demanda coletiva, preferencialmente dos detentores desse bem. No caso do Círio, Henrique (2011), que participou desse processo como pesquisador, afirma que:

Motivados pela amplitude alcançada por esta celebração religiosa, quatro entidades de Belém solicitaram ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em dezembro de 2001, o registro do Círio de Nazaré de Belém do Pará, como patrimônio cultural imaterial brasileiro. Foram elas: Arquidiocese de Belém, Diretoria da Festividade de Nossa Senhora de Nazaré, Obras Sociais da Paróquia de Nazaré e Sindicato dos Arrumadores do Estado do Pará. (HENRIQUE, 2011, p. 328)

Ressalta-se, porém, que conforme a primeira página do Parecer 01/2004, do MinC (ANEXO E), conclusivo da fase de instrução técnica desse processo de registro, houve o estímulo do então Ministro da Cultura, Francisco Weffort, após ter conhecido o Círio, no ano 2000, para a sua patrimonialização em nível nacional, o que foi seguido de algumas ações que incluíram esclarecimentos dados aos seus organizadores referentes à legislação do registro.

Lima (2005), que coordenou o inventário e a instrução do processo de registro do Círio como patrimônio, esclarece o modo como tais procedimentos ocorreram e as dificuldades encontradas na aplicação da metodologia do INRC, dadas as singularidades dos bens a serem classificados, o que gerou divergências e discussões entre os membros da equipe, que era multidisciplinar e envolvia profissionais das áreas de Antropologia, História, Ciências Sociais, Filosofia e afins.

Nesse sentido, deduz-se que tal processo, por meio do qual se cria uma concepção do espaço, buscou considerar grande parte do que está presente nos espaços vivido e percebido da festividade, uma vez que, tanto elementos religiosos, quanto não estritamente religiosos, foram patrimonializados, contrariando interesses da Igreja.

Ao analisar o processo de patrimonialização do Círio, Henrique (2011), com base em Clifford (1998), adverte sobre as múltiplas subjetividades, do pesquisador e dos entrevistados, bem como dos constrangimentos políticos que interferem na construção dos dados da pesquisa qualitativa. Referindo-se à leitura de inventários culturais, ele afirma que ela “[...] não pode prescindir da leitura da maneira como eles foram constituídos, das condições de sua produção, considerando todos os imponderáveis que, de uma forma ou de outra, exerceram influência sobre o texto final”. (HENRIQUE 2011, p. 332).

A relação de proximidade dos pesquisadores com o Círio, já que todos tinham alguma vivência com essa festividade, também é apontada, pelo referido autor, como influenciadora nas compreensões sobre o objeto, o que os conduzia para um constante esforço na busca por um olhar mais distanciado. Ademais, considerando que os entrevistados eram todos católicos, o autor observa que os dados poderiam ter sido mais ricos se tivessem envolvido pessoas de outros credos ou sem religião.

Lima (2005) afirma que o pedido de registro encaminhado ao IPHAN referia-se apenas à Procissão Principal do Círio, mas que “o conhecimento detalhado do bem produzido pelo inventário levou à ampliação e delimitação do objeto inicial” (p. 67), de modo a se buscar contemplar a amplitude e a complexidade dessa festividade, sendo necessário distinguir os elementos mais antigos, daqueles mais contemporâneos.

Desse modo, foram definidos como elementos essenciais a Procissão Principal do Círio, as Imagens Original e Peregrina, a Trasladação, a Berlinda, a Corda, o Recírio, o Arraial, o Almoço do Círio, as Alegorias e os Brinquedos de Miriti. (HENRIQUE, 2011)

Essa ampliação na patrimonialização se somou à seleção de elementos associados ao Círio, provocando o que Henrique (2011) destacou como o maior de todos os constrangimentos nesse processo, o qual está vinculado às tentativas de controle da Igreja sobre as manifestações profanas, dado que ela se colocou contra a inclusão da Festa da Chiquita no inventário e no dossiê. Ele afirma que, para a Diretoria da Festa, tal manifestação era ofensiva e desvinculada do Círio, mas que, ao observarem em um documento produzido meses antes por Elói Iglésias, principal organizador do evento, a constante associação entre o Círio, a confraternização e o combate ao preconceito sexual, visando a convencer empresários a patrocinarem o evento, os pesquisadores decidiram que ela poderia ser elencado junto os demais bens associados. (HENRIQUE, 2011).

De acordo com Lima (2005), os trabalhos foram realizados entre os anos de 2000 e 2004 e incluíram a produção de vídeo, pesquisas iconográfica e bibliográfica, inventário e elaboração do dossiê, resultando num número de 45 bens associados ao Círio, sendo 14 celebrações, 05 edificações, 15 formas de expressão, 06 lugares e 05 modos de fazer. Todavia, conforme apontado por Henrique (2011), o acesso a esse material, que segundo Lima (2005) deveria ser difundido, não foi disponibilizado. Para ele, “o acesso ao conteúdo do banco de dados seria de extrema importância para pesquisadores interessados em qualquer temática ligada ao Círio de Nazaré, contribuindo para a preservação e promoção deste bem cultural.” (HENRIQUE, 2011, p. 337). O certificado de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, por sua vez, foi oficialmente entregue para a Arquidiocese de Belém em outubro de 2014, segundo publicação no site do IPHAN (CELEBRAÇÃO..., 2014).

O segundo processo de patrimonialização pelo qual passou o Círio de Nazaré se deu em escala global, quando, em 2013, ele foi inscrito na Lista Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO, conforme mencionado no tópico anterior. A salvaguarda do patrimônio imaterial pela UNESCO se deu a partir de 2003, quando foi aprovada a convenção para esse fim, considerando, entre outros, conforme UNESCO (2003), “[...] a importância do patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável” (p. 01), já observada em outros documentos dessa instituição desde 1989.

Segundo UNESCO (2013), a candidatura do Círio satisfaz critérios para a sua inscrição na lista representativa dos quais se incluem o fato de que ele “representa a diversidade de crenças e expressões culturais que caracterizam a sociedade brasileira, bem como pela iniciativa das comunidades, o Círio ter sido incluso no Livro de Celebrações do Registro Nacional de bens culturais em 2004” (p. 38, tradução nossa), tendo sido também importante a participação das comunidades em todas as etapas do processo de inventário para o registro pelo IPHAN. Ressalta-se, ainda, que na descrição da festividade no referido documento consta que “sagrado e profano se misturam para criar uma manifestação social de múltiplas dimensões: religiosa, estética, turística, social e cultural”. (UNESCO, 2013, p. 38).

A diversidade de elementos presentes no registro do Círio pelo IPHAN e o reconhecimento das suas múltiplas dimensões pela UNESCO não foram acompanhadas pela patrimonialização ocorrida em escala local, dada pela aprovação da Lei Municipal de Nº 9.126, de 15 de junho de 2015 (ANEXO F), com base no Projeto de Lei Nº 047/2015, visto que ela reconheceu apenas parte dos elementos considerados sagrados, os quais estão sob responsabilidade da Igreja, e o Auto do Círio como único evento considerado de caráter profano.

O quadro abaixo compara os principais elementos patrimonializados ou classificados como associados ao Círio pelo IPHAN/UNESCO com os patrimonializados pelo município, considerando, que, conforme Lima (2005), foram identificados 45 bens associados, pelo IPHAN, mas que, conforme observado pela presente autora, não há uma clareza sobre eles no dossiê produzido por esse órgão, documento aqui também chamado de IPHAN (2006). Assim, elencaram-se para esse estudo, os elementos destacados no dossiê por serem tratados em capítulos específicos na seção “O Círio Contemporâneo” desconsiderando os elementos da marujada, abolida em 1926 (IPHAN, 2006) e o Festival da Canção Mariana, que, possivelmente foi substituído pelo Círio Musical, perdendo suas características. Ressalta-se, ainda, que, em vez da divisão entre o que se considera como sagrado ou profano, optou-se pela divisão entre elementos administrados ou não pela Igreja, o que torna mais clara a constatação da concepção sobre o Círio pelo prefeito de Belém estar vinculado ao que é realizado por essa instituição.

Quadro 4: Principais elementos patrimonializados/associados do Círio de Nazaré em Belém-PA

PATRIMONIALIZAÇÃO DO CÍRIO DE NAZARÉ (BELÉM-PA)	
IPHAN/UNESCO	MUNICÍPIO DE BELÉM
ELEMENTOS GERIDOS PELA IGREJA	ELEMENTOS GERIDOS PELA IGREJA
<p>Essenciais: Procissão Principal, Imagens original e peregrina, Trasladação, Berlinda, Recírio, Corda e Alegorias.</p> <p>Não essenciais: Barcas, Traslado para Ananindeua, Romaria Rodoviária, Romaria Fluvial, Moto e Ciclo Romaria, Romarias das Crianças, Procissão da Festa, Peregrinações, Descida e Subida da Imagem e Missa do Mandato, Concurso de Redações</p>	<p>Procissão Principal, Traslado para Ananindeua, Romaria Rodoviária, Romaria Fluvial, Romaria das Crianças, Trasladação, Recírio, Berlinda, Corda e Carros</p>
ELEMENTOS NÃO GERIDOS PELA IGREJA	ELEMENTOS NÃO GERIDOS PELA IGREJA
<p>Essenciais: Arraial, Brinquedos de Miriti e Almoço do Círio</p> <p>Não essenciais: Auto do Círio, Arrastão do Boi Pavulagem e Festa da Chiquita.</p>	<p>Auto do Círio, Artesanato de Miriti</p>

Fonte: IPHAN, 2006; BELÉM, 2015; BELÉM, 2018. Organizado pela autora

A publicação da referida lei de patrimonialização municipal segue da justificativa de veto do prefeito à presença da Festa da Chiquita na lista de elementos:

Quando o nobre legislador propõe reconhecer os festejos do Círio como Patrimônio Cultural, o que de fato já foi reconhecido como Patrimônio Imaterial da Humanidade, pela Unesco, reconheço e aplaudo a louvável intenção, haja vista ser a Festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, uma celebração constituída de vários rituais de devoção religiosa e expressões culturais, cujo clímax ocorre na procissão do Círio, no segundo domingo de outubro, a cada ano, desde 1793. O objeto do reconhecimento considera identificar seus elementos essenciais - aqueles sem os quais o Círio não existiria -, mencionadas ainda as expressões associadas à festa religiosa que estão sedimentadas pelo tempo e pela tradição.[...] não considero o elemento “Festa da Chiquita” como elemento integrante das festividades religiosas, pois não faz parte da programação oficial do Círio. O fato de ser uma festa tradicional, e que ocorre às vésperas da maior procissão da cidade, não a faz elemento essencial do Círio. Reconhecer a “Festa da Chiquita” como elemento essencial dos festejos religiosos não seria tecnicamente correto, haja vista que, seria dado tratamento desigual para as demais festas que ocorrem no mesmo período, razão pela qual, considero mais prudente e coerente deixar a referida festa excluída da lei, para que sejam efetivamente considerados patrimônios culturais os elementos essenciais do Círio, consoante programação oficial do Círio de Nazaré. (BELÉM, 2015, p. 2).

Tal justificativa se mostra contraditória, uma vez que o texto se refere à patrimonialização pela UNESCO, a qual acompanhou a concepção do IPHAN sobre os elementos relativos ao Círio e, considerando aqueles classificados por essa instituição como elementos essenciais, termo também utilizado na justificativa, observa-se que nem todos foram contemplados na lei municipal, a exemplo das imagens original e peregrina e dos brinquedos de miriti, enquanto elementos não considerados essenciais pelo IPHAN, como a Romaria Rodoviária o foram.

Observa-se, ainda, que, não havendo um consenso sobre o que seria a programação oficial do Círio, o texto parece se referir apenas aos eventos religiosos. Ademais, aponta-se como questionamento, que o “tratamento desigual” poderia ser motivo para o veto total, considerando que não foram inclusos no projeto de lei, conforme exposto no parágrafo anterior, alguns elementos tidos como sagrados e profanos, considerados essenciais pelo IPHAN, que assim os elencou por sua continuidade histórica ou por terem sido “incorporados à tradição de tal forma que é impossível pensar o Círio de Nazaré sem eles” (IPHAN, p. 70).

É possível questionar, também, o próprio projeto de lei, pelo reduzido número de elementos propostos, tanto considerados sagrados, quanto profanos, ressaltando-se que, em 2018 a referida lei foi alterada pela Lei Nº 9.394, de 31 de julho de 2018 (BELÉM, 2018), a qual incluiu o artesanato de miriti entre os elementos reconhecidos como patrimônio, porém, referindo-se apenas aos ex-votos usados pelos promesseiros, e não aos brinquedos, concepção mais ampla para esses objetos tradicionalmente confeccionados para serem vendidos no período do Círio, conforme IPHAN (2006).

Pantoja (2018) tem como hipótese que, além do desejo de controle apontado por Maués (1995), a Diretoria da Festa, representante da Igreja na organização do Círio, deseja defini-lo, afirmando o que faz ou não faz parte dele. Tal hipótese contribui para o que se defenderá ao longo do presente estudo. Para ela:

Saindo do âmbito da DF e da Igreja Católica e partindo de uma definição ampla e popular o Círio possui uma série de celebrações “sagradas” e “profanas” associadas, porém, de acordo com a Diretoria, seguindo uma perspectiva eclesial, fazem parte do Círio apenas celebrações de natureza religiosa, tal concepção implica deixar de fora do Círio um conjunto de ritos e demais eventos que em seu conjunto definem e compõe aquilo que se entende popularmente como Círio, assim como restringem o “tempo do Círio”. (PANTOJA, 2018, p. 118).

Ainda nesse sentido, ela observa que:

A Diretoria da Festa representa ideologicamente a Igreja Católica, portanto, as decisões tomadas nessa instância têm como propósito fazer um Círio de acordo com os preceitos de uma devoção católica o quanto menos penetrada por elementos “folclóricos”, há o reconhecimento por parte da DF de que alguns itens da celebração possuem grande valor cultural enquanto representativos de elementos da cultura regional, particularmente amazônica, como o brinquedo de miriti, os cortejos de boi-bumbá, as danças regionais, no entanto, tal perspectiva não avança no sentido de definir tais elementos como sendo o Círio. Eles podem até fazer parte do Círio, mas não são o Círio.” (PANTOJA, 2018, p. 118).

As observações dessa autora podem ser associadas à questão do não consenso sobre o que seria a programação oficial do Círio, termo presente na justificativa de veto do prefeito de Belém, que, possivelmente, se refere à programação organizada pela Diretoria da Festa. Essa suposição se evidencia pelo uso do termo “oficial” nos meios de comunicação da Igreja, tal como se observa nas Figuras 40 e 41:

Figura 40 - Twitter “oficial” do Círio



Fonte: Site Twitter³⁸

³⁸ O texto informa: Twitter oficial do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, realizado em Belém do Pará. A maior festa religiosa do mundo, agora, em 140 caracteres. Disponível em: <<https://twitter.com/ciriooficial>>. Acesso em 29dez 2021.

Figura 41 - Divulgação de evento na chamada “Programação Oficial do Círio”



Fonte: Site da Fundação Nazaré de Comunicação³⁹

Diante do exposto, verifica-se que o espaço concebido para o Círio, no processo de sua turistificação, no tocante à gestão pública e aos agentes da oferta mercadológica, em geral, assemelham-se ao que foi definido pelo poder público municipal na sua patrimonialização, ou seja, desconsideram alguns de seus elementos percebidos e vivenciados por moradores e visitantes. Essa concepção, no entanto, difere-se da patrimonialização realizada pelo IPHAN, em nível nacional, e, pela UNESCO, em nível mundial, que buscaram se aproximar do que é vivido e percebido.

Todavia, na própria patrimonialização pelo IPHAN, ao buscar elaborar um plano de salvaguarda, constata-se uma evidência de que a concepção dos planejadores ainda tem marcas de uma visão mais restrita do Círio, ligada ao que é realizado pela Diretoria da Festa, uma vez que, conforme Corá (2011), para a então superintendente da regional Pará, não haveria risco para o seu desaparecimento, o que não reflete a realidade de bens, essenciais ou não, que estão sob constante pressão para deixarem de se realizar nos lugares que fazem sentido para os seus detentores, ou seja, são obrigados a lidar com conflitos de territorialidade, a exemplo da Festa da Chiquita, das homenagens dos estivadores e da Feira do Miriti.

Conforme relatado no tópico anterior, no tocante à Festa da Chiquita, realizada na Praça da República, e a Homenagem dos Estivadores, na Praça dos Estivadores, verifica-se que a Diretoria da

³⁹ Além do citado site da Fundação Nazaré de Comunicação (<<https://fundacaonazare.com.br/cirio-2020/missa-do-mandato-inicia-programacao-oficial-do-cirio-2018-2/>>), acessado em 20/09/2020, há diversos outros exemplos de matérias abordando o que seria a programação “oficial” do Círio, tais como os disponíveis em: <<http://www.orm.com.br/noticias/para/OTIXOA==/Confira-a-programa%C3%A7ao-do-Cirio-de-Nazare-2017>>; e <<http://www.cnbb.org.br/225a-festa-do-cirio-de-nazare-celebra-maria-como-a-estrela-da-angelizacao-e-inspiracao-para-a-igreja/>>, ambos acessados em 19 de agosto de 2018.

Festa, utilizando o discurso de oferecer mais segurança aos eventos, tem buscado o apoio do Estado para que elas sejam transferidas para outros espaços, tais como o Portal da Amazônia ou para a Praça do Carmo, no caso da Chiquita, e a tradicional queima de fogos, realizada pelo Sindicato dos Estivadores, da Praça dos Estivadores para uma balsa na Baía do Guajará, o que caracterizaria uma desterritorialização seguida de uma reterritorialização (HAESBAERT, 2007). Tal situação é motivo constante de polêmicas dado o conflito entre os detentores desses bens, que são tidos como profanos, e a Igreja e o Estado como agentes hegemônicos. Ainda segundo o tópico anterior, a Festa da Chiquita se manteve na Praça da República, mas a queima de fogos na Praça dos Estivadores ficou proibida desde 2017.

Embora negado pela Igreja, o Sindicato dos Estivadores manifestou sua suspeita de que há um interesse, para além da segurança dos fiéis, a proibição da sua homenagem na praça, que seria a possibilidade da montagem de arquibancadas pela Diretoria da Festa (GOVERNO..., 2017), o que se infere que poderia ser vantajoso comercialmente, considerando sua localização privilegiada por estar no trajeto das procissões da Trasladação e o Círio e por se situar em frente à Estação das Docas, que tem abrigado o projeto Varanda de Nazaré, o qual reúne personalidades famosas nacionalmente.

Dentre diversos conflitos entre agentes do processo de turistificação do Círio, Serra (2014) aponta a divergência de interesses entre a associação dos artesãos do miriti e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, os quais atuaram em parceria até o ano de 2011. Os conflitos se davam tanto em relação à escolha do lugar para a realização da Feira do Miriti, que, em geral, ocorria na Praça Waldemar Henrique (em 2011, na Estação das Docas), até o acabamento das peças produzidas, visto que o interesse do SEBRAE estava numa produção que atendesse melhor às expectativas dos turistas. Durante o Círio, o SEBRAE organizava a referida feira, a qual foi exclusivamente para a comercialização de produtos do miriti até 2011, unindo-se, em 2012, a artesãos que confeccionam outros tipos de artesanato e, finalmente em 2013, generalizando-se e sendo denominada Feira de Artesanato do Círio, o que resultou na discordância dos artesãos associados, visto que, para eles, seu artesanato se diferencia dos demais por ser símbolo do Círio.

Assim, em 2013 a os artesãos associados realizaram, improvisadamente, uma feira exclusivamente de produtos de miriti na Praça D. Pedro II, no bairro da Cidade Velha, iniciativa que despertou o interesse do IPHAN em apoiá-los a partir de 2014, exercendo o seu papel na salvaguarda de um bem classificado como essencial no registro do Círio.

Ressalta-se que, conforme Serra (2014), no caso dos artesãos de miriti, a sua territorialidade não está relacionada a um espaço específico, mas à identidade dos associados, os quais se recusaram a participar de uma feira não exclusivamente voltada para o tipo de artesanato que eles produzem, preferindo, assim, realizá-la, mesmo que improvisadamente, em outro espaço.

Em relação ao caso da Festa da Chiquita, houve o argumento de sua patrimonialização para continuar sendo realizada na Praça da República, o que se explica pela legitimação do Estado sobre os bens registrados. Corá (2011) observa, a partir da entrevista com uma técnica do Centro Nacional de Folclore e Política, que, apesar do registro não ter uma força jurídica para a proteção, ele pode ser usado a favor de seus detentores como um instrumento político.

Entretanto, no que se refere à patrimonialização do Círio pelo IPHAN, o destaque de apenas alguns de seus elementos como essenciais é compreendido por Henrique (2011, p. 338) como uma delimitação dos bens “[...] sobre os quais recaiu o título de patrimônio cultural brasileiro [,,,]”. Ainda de acordo com o referido autor, “[...] a falta de informações ou de esclarecimento com relação ao registro do Círio de Nazaré na categoria de patrimônio cultural imaterial brasileiro tem levado a constantes equívocos de interpretação ou a maneiras específicas de apropriação do registro” (2011, p. 337), trazendo como exemplos a apropriação equivocada por parte dos detentores de bens associados como a Festa da Chiquita, o Arrastão do Círio e o Auto do Círio.

Lima (2005), por sua vez, observa que, para os paraenses, em geral, e para os responsáveis pelos bens associados, a diferenciação na patrimonialização do Círio dada pelo destaque aos bens essenciais, foi algo irrelevante, pois todos se sentiram contemplados e se manifestaram nesse sentido.

Nesse sentido, Henrique (2011, p. 341) afirma que:

Independentemente daquilo que o poder público registra oficialmente como patrimônio, os grupos populares constroem suas próprias interpretações. Assim, apresentar determinada prática cultural como patrimônio cultural brasileiro pode ser forma de conferir-lhe maior prestígio, pouco importando se no registro oficial tal manifestação consta como essencial ou associada.

Para além da classificação dos bens no processo de registro do Círio, ressalta-se a possibilidade de que alguns elementos que poderiam ser associados a essa festividade tenham passado despercebidos e, nesse sentido, é possível uma analogia ao que Costa (2015) observa na fragmentação do espaço urbano de cidades históricas. Para ele, a valorização e a prioridade de investimentos públicos e privados têm se dado apenas nas áreas centrais patrimonializadas, em detrimento das áreas periféricas. Do mesmo modo, elementos patrimonializados do Círio são mais valorizados e recebem mais investimentos, ao passo que aqueles que não foram patrimonializados e que não têm sido utilizados como atrativos turísticos são comparáveis às áreas periféricas das cidades-patrimônio, sendo que sua vulnerabilidade caminha para o seu desaparecimento, caso os agentes por eles responsáveis não mantenham sua postura de resistência.

Henrique (2011, p. 340) ressalta a necessidade de reflexão sobre “[...] os efeitos secundários da ‘embalagem’ que se dá ao patrimônio Círio de Nazaré em vista de seu consumo cultural, com riscos de exclusão das populações locais tradicionalmente ligadas a esta prática cultural [...]”. Tal raciocínio,

quando aplicado às manifestações que compõem a festividade, pode ser demonstrado pela exclusão de grupos sociais como na proibição das homenagens dos estivadores no lugar em que era feita tradicionalmente, visando, oficialmente, a segurança de um público que tende a crescer por conta da espetacularização, havendo, mesmo que não assumida, a possibilidade do uso para finalidades mais diretamente voltadas ao interesse mercadológico.

Convém destacar que a dialética da construção destrutiva, presente na lógica da patrimonialização global, conforme apontado por Costa (2015), referindo-se a cidades-patrimônio, também está presente no Círio enquanto patrimônio mundial, quando é possível observar traços de sua ressignificação mediada pelo mercado.

A compreensão de que a ideologia de controle da Igreja, termo utilizado por Pantoja (2018) com base em Alves (1980), se dá por processos como a turistificação e a patrimonialização do Círio, os quais, conforme abordado, atuam na representação do espaço, conduz também para uma reflexão sobre a tensão entre o concebido e o vivido, dado que “os espaços de representação expressam (com ou sem codificação) simbolismos complexos ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte [...]”. (LEFEBVRE, 2013. p. 92).

Assim, as alterações de forma e conteúdo dos espaços ligados ao Círio, as quais estão em conformidade com a concepção da Igreja em parceria com o Estado, em sentido restrito, e o mercado, visando à minimização do que não é controlado por ela, conseguiram afastar práticas consideradas profanas, entre outros, das imediações da Basílica ou durante a realização das procissões. Porém, tais práticas, que se encontram na dimensão do vivido, escapando desse concebido, resistem, mesmo sob uma aura de clandestinidade, sendo reformuladas, mas em constante luta para se manterem em espaços ligados à festividade.

Nesse sentido, destacam-se uma manifestação religiosa de matriz africana e a Festa de Chiquita, que são realizadas lado a lado, na Praça da República, após a passagem da imagem na Trasladação que podem ser compreendidas como uma resposta às proibições impostas pela Diretoria da Festa, principalmente a partir da década de 1970, apresentadas por Alves (1980). O referido autor observa que, no que se refere ao afastamento das práticas ditas profanas das imediações da Basílica, foram utilizadas diversas estratégias com o objetivo de aumentar seu controle sobre o Arraial, inclusive com a criação da Guarda de Nazaré, visando manter o caráter “religioso, recreativo e turístico” (ALVES, 1980, p. 80) da festividade, bem como o educativo, considerando a intensa participação de pessoas das “camadas mais modestas da sociedade” (ALVES, 1980, p. 80). A criação da citada guarda, porém, teve também a intenção de afastar os “macumbeiros” das proximidades da berlinda durante as procissões, conforme Pantoja (2018), uma vez que, mesmo sendo essa uma prática tradicional, como pagamento de promessa, era considerada pela Igreja como uma descaracterização da devoção.

Uma outra possível reflexão lefebvriana no que se refere à resistência de manifestações não controladas pela Igreja, está no que ele aborda como direito à cidade, sendo possível uma analogia, minimizando o objeto de análise, do urbano para o Círio, numa interpretação de eventos como os acima citados ou, ainda, os que eram realizados pelo Sindicato dos Estivadores - as festas de brega apontadas por Costa (2006), além das já discutidas homenagens à santa.

Para Lefebvre (2008a, p. 32):

Excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. Esse direito do cidadão [...] anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos. [...] O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação. Ele não elimina os confrontos e as lutas. Ao contrário!

Ao referir-se ao direito à cidade, Lefebvre (2011) o associa ao direito à vida urbana e observa que a pressão das massas possibilita o surgimento de diversos direitos. O direito à cidade, desse modo, não é o de consumir, mas de usar a cidade. É o direito ao vivido.

De modo análogo à proposição de uma visão total da cidade para evitar a fragmentação urbana, a elitização e a mercantilização do patrimônio, conforme discutido por Costa (2015), no tópico anterior, faz-se necessária uma visão do Círio em sua totalidade, enfocando, não apenas os bens registrados, para, assim, identificar seus problemas, suas discontinuidades e a atuação até mesmo ideológica do mercado sobre essa festividade.

É válido ressaltar que, no processo de revalidação do título de patrimônio imaterial do Círio, pelo IPHAN, iniciado em 2015 e finalizado em 2021, o já referido Parecer Técnico para embasar a decisão incluiu novos elementos que podem ser considerados periféricos por serem produzidos fora dos espaços concebidos para a festividade, conforme será discutido no próximo capítulo. Tal Parecer Técnico informa que:

É importante ressaltar que o Círio de Nazaré teve um processo de reavaliação iniciado ainda em 2015, no âmbito da resolução anterior, mas que não foi concluído. Desde 2017, a Direção do DPI, junto com a área técnica, verificou a necessidade de revisar o processo de revalidação, aprovando em 2019 a Resolução nº 5, que dispõe sobre o processo administrativo de reavaliação para a Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil dos bens culturais registrados. Nessa Resolução, a reavaliação é entendida como o conjunto de procedimentos voltados tanto para a identificação das transformações pelas quais o bem passou após o seu Registro quanto para o diagnóstico de seus processos de produção, reprodução e transmissão no contexto social, tendo em vista sua continuidade como referência cultural para seus detentores.

A disposição do IPHAN para uma visão ampliada sobre o Círio, diferenciando-se do ocorrido em 2015, em nível municipal, evidencia a concepção dos intelectuais que conduziram o processo de sua patrimonialização e a revalidação desse título. Porém, estando em constante disputa, a hegemonia exercida sobre esses processos está sempre em risco de ser alterada, impondo-se novas concepções sobre ele.

Conforme Quadro 5 abaixo, após o ano de 2015, novas patrimonializações de elementos do Círio foram realizadas, tanto na esfera municipal, quanto estadual, embora isolados da patrimonialização da festividade, com exceção do artesanato em miriti, pois, tal como mencionado anteriormente, seu reconhecimento pelo município alterou a lei que deu o título ao Círio em 2015. Anteriormente, porém, pela Lei Nº 7. 433 de 30 de junho de 2010, o Brinquedo de Miriti já havia sido declarado Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará.

Quadro 5: Elementos do Círio patrimonializados a partir de 2015

ELEMENTOS DO CÍRIO PATRIMONIALIZADOS A PARTIR DE 2015			
ELEMENTO	LEI/ANO	ÂMBITO	OBSERVAÇÃO
Festa da Chiquita	Lei Nº 9.025 (2020)	Estadual	Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará,
	Lei Nº 9.397 (2018)	Municipal	Reconhece como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Município de Belém
Guarda de Nazaré	LEI Nº 8.881 (2019)	Estadual	Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará
Arraial do Pavulagem (Grupo responsável pelo Arrastão do Círio)	Lei Nº 9.108 (2020)	Estadual	Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, o Grupo Arraial do Pavulagem
	Lei Nº 9.305 (2017)	Municipal	Reconhece como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Município de Belém, o Grupo Arraial do Pavulagem.

Fonte: Sites ALEPA⁴⁰ e Procuradoria Geral do Município de Belém⁴¹

Na análise sobre os processos de patrimonialização do Círio em níveis federal, estadual e municipal, ressalta-se que eles se realizam de modo diferenciado. Em nível federal, por meio do IPHAN e, portanto, no âmbito da sociedade política, o processo ocorreu envolvendo entidades da sociedade civil e a realização de pesquisas para embasarem um grupo de intelectuais, no sentido acadêmico, para a decisão

⁴⁰Disponível em: <<http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br/>>. Acesso em 12 dez. 2021

⁴¹ Disponível em: <www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/form_leis_2.php>. Acesso em 12 dez. 2021.

sobre a concessão dos títulos, incluindo, no caso da revalidação, a consulta pública. A concepção desses intelectuais, sejam orgânicos de uma classe ou tradicionais, mas com formação acadêmica, foi preponderante na decisão. Em níveis estadual e municipal, esse processo também tem ocorrido na sociedade política, mas o embasamento para a criação dos projetos de lei e a decisão sobre eles é mediada mais diretamente pelos interesses político-eleitorais, dada a substituição ou manutenção de seus representantes nas eleições realizadas a cada quatro anos. De todo modo, observa-se que, seja na sociedade civil, seja na sociedade política, a manutenção do modo de produção capitalista, principal interesse burguês, que é atendido também pela associação com a turistificação, mantém-se protegido, ainda que alguns interesses dos subalternos sejam atendidos.

Tanto em entrevistas realizadas para a presente pesquisa, quanto em matérias publicadas em sites de internet, o reconhecimento como patrimônio é compreendido por seus detentores como algo valioso, contribuindo, inclusive para facilitar a obtenção de recursos, por meio de projetos voltados para a captação, ou para facilitar as providências junto ao poder público na realização dos eventos.

Junior Soares, um dos membros fundadores do Instituto Arraial do Pavulagem, que realiza o Arrastão do Círio, informou, em entrevista⁴², que a associação dessa manifestação da cultura popular, por eles executada, com o Círio de Nazaré, mostra a sua importância para a cidade, inclusive em relação à circulação de pessoas que vêm motivadas não apenas para a prática do turismo religioso, mas, também, do turismo cultural de modo mais amplo. A patrimonialização, para ele, que também envolve os títulos de patrimônio cultural obtidos em nível municipal e estadual, os respalda junto ao poder público e contribuem na relação com a iniciativa privada para a captação de recursos.

O coordenador do Auto do Círio, Tarik Coelho, por sua vez, afirmou em sua entrevista⁴³ que, com a patrimonialização pelo IPHAN, houve um novo olhar sobre o evento, pois:

Vai para além de uma festividade realizada por artistas, e sim, um patrimônio reconhecido, algo que deve ser valorizado, que precisa ser cuidado, que precisa ter um estudo, um respeito a isso e isso abre portas mais administrativamente falando, porque, no caso, os governos estaduais e municipais começam a não querer acabar com o negócio e sim apoiar e manter. Então, tem uma certa facilidade aí, principalmente pelo fato de ser patrimônio. Então, é uma responsabilidade de todos.

Em entrevista ao site da Assembleia Legislativa do Estado do Pará⁴⁴ – ALEPA – Elói Iglesias, coordenador da Festa da Chiquita, comemora o título de patrimônio imaterial paraense afirmando que:

Essa Lei veio reafirmar a diversidade, esse espaço de liberdade, esse território inclusivo, onde as pessoas podem transitar, livres de preconceito. A lei é muito legal porque é mais uma coisa

⁴² Entrevista concedida à autora em 25 nov. 2021.

⁴³ Entrevista concedida à autora em 24 nov. 2021.

⁴⁴ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/4215/>>. Acesso em 12 dez. 2021.

que a gente pode colocar no nosso projeto, como uma garantia da liberdade às pessoas, as minorias sendo contempladas. É a Alepa mostrando que está caminhando junto com as pessoas.

Para o diretor-coordenador da Diretoria da Festa no biênio 2020-2021, Albano Martins, em entrevista⁴⁵, a patrimonialização do Círio pelo IPHAN é um reconhecimento da grandiosidade desse evento, que, para a Igreja, é um instrumento de evangelização, mas que também apresenta outros aspectos, tais como culturais, sociais, econômicos. Para ele:

O título vem pra reconhecer, dar a chancela oficial a esse conjunto patrimonial. É um patrimônio religioso, é um patrimônio da Igreja, mas é também um patrimônio cultural, social e econômico do povo do Pará. Então, o título vem dar esse reconhecimento, e eu, particularmente, acho que é um passo muito importante numa caminhada que, na minha ótica, é muito cabível em relação ao Círio, que é o reconhecimento nacional. Eu julgo o Círio o maior evento do país. [...]Ele [o título] não só contribui, como gera, também, uma responsabilidade. Nós estamos tratando aqui de algo que é patrimônio cultural da humanidade.[..].Então, nossas tratativas junto a órgãos oficiais, a organismos internacionais, certamente são facilitadas. [...] Isso no cenário internacional, certamente, já abre muitas portas e aqui, também, junto aos nossos patrocinadores, realizadores, é sempre algo que traz uma chancela muito forte.

Assim, pelo exposto ao longo deste capítulo, os processos de patrimonialização e turistificação do Círio se realizam a partir de disputas pela hegemonia dos seus agentes, de modo que o espaço passa a ser concebido para atender, preponderantemente, aos interesses dos grupos hegemônicos, grupos esses que representam o interesse pela manutenção do capitalismo, atuando sob a lógica do mercado. Para tanto, a produção do consenso se faz necessária.

Nesse sentido, identifica-se, na presente pesquisa, uma pretensa oficialidade, em relação aos elementos da festividade organizados pela Igreja, para que esse consenso se realize, tendendo-se, assim, à redução da pluralidade da festividade, conforme observa Henrique (2016). O capítulo a seguir busca, então, apresentar situações em que o discurso sobre o que deve ou não ser considerado como oficial do Círio e o modo como a concepção do espaço, em torno desse discurso, interfere nos espaços percebido e vivido dessa festividade.

⁴⁵Entrevista concedida à autora em 24 nov. 2021.

4. CÍRIO “OFICIAL” E “NÃO OFICIAL”: CONCEPÇÃO DO ESPAÇO, IMPLICAÇÕES NO PERCEBIDO E A POTÊNCIA DO VIVIDO PARA A RESTITUIÇÃO DA FESTA

Finalizando este estudo, o enfoque na concepção do espaço considera o discurso que tem produzido um consenso sobre o Círio “oficial” como aquele cuja programação é organizada pela Igreja, ressaltando que, embora essa instituição aparente estar sozinha ou liderando esse processo, o poder público, na esfera da sociedade política, e a iniciativa privada, que tem seus interesses representados na sociedade civil, atuam para a manutenção da hegemonia burguesa em tudo o que envolve a festividade. Atuando como agentes hegemônicos na produção do espaço do Círio, Igreja, Estado restrito e agentes da oferta mercadológica privilegiam a dominação do espaço, pautando-se em seu valor de troca, buscando inserir, em todos os seus elementos, as possibilidades de mercantilização, reduzindo-se, assim, os aspectos que podem produzir o espaço diferencial e sua potência para a formação de uma nova hegemonia, que, em longo prazo e em articulação com diversas ações, desperte para a emancipação dos subalternos. Todavia, como o domínio do concebido nunca se realiza completamente, verificam-se, especialmente em situações críticas, quando as contradições capitalistas se tornam mais evidentes, as brechas para um processo revolucionário.

4.1. Hegemonia e subalternidade na concepção do espaço dos Círios “oficial” e “não oficial”

Na relação entre Estado restrito e Igreja, Gramsci (2007a, p. 269) observa que “elementos de teocracia subsistem em todos os Estados nos quais não exista nítida e radical separação entre Igreja e Estado, mas o clero exerça funções públicas de qualquer gênero e o ensino da religião seja obrigatório ou existam concordatas”. Todavia, essa relação ocorre de forma eternamente conflituosa, pois, para o autor, pensando o tempo histórico de modo mais ampliado, esse conflito:

[...] simboliza o conflito entre qualquer sistema de idéias cristalizadas, que apresentam uma fase ultrapassada da História, e as necessidades práticas atuais. Luta entre conservadorismo e revolução etc, entre o que foi pensado e o novo pensamento, entre o velho que não quer morrer e o novo que quer viver, etc. (GRAMSCI, 2007a, p. 256).

A disputa entre o velho e o novo indica a continuidade histórica em relação à preexistência de categorias de intelectuais no momento em que surgem novos grupos sociais. Para Gramsci (1982, p. 5), essa continuidade histórica “não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas”. Ainda para esse autor, o processo de reforma intelectual e moral necessita estar vinculado a um programa de reforma econômica (GRAMSCI, 2007a), algo que, conforme aponta Pimenta (1984), a Igreja Católica não possui, seja porque, no passado, ela era proprietária fundiária e, portanto, considerada por Gramsci como categoria intelectual orgânica da aristocracia fundiária; seja porque, na sociedade moderna, ela defende os interesses da ordem econômica

estabelecida e, portanto, seus próprios interesses econômicos. Nesse sentido, Gramsci (2007b, p. 193) afirma:

Na realidade, a Igreja não quer comprometer-se na vida prática econômica [...]. Para compreender bem a posição da Igreja na sociedade moderna, é preciso compreender que ela está disposta a lutar apenas para defender suas particulares liberdades corporativas (de Igreja como Igreja, organização eclesiástica), ou seja, os privilégios que proclama ligados à própria essência divina: para tal defesa, a Igreja não exclui nenhum meio [...]. A Igreja [...] reconhece todo poder de fato e, desde que este não toque em seus privilégios, legitima-o. Se, além disso, tal poder ampliar os privilégios da Igreja, ela o exalta e o proclama como providencial.

Assim, para Pimenta (1984, p. 65), “as relações fundamentais - econômicas - da sociedade moderna, as relações de produção capitalista, a exploração do trabalho pelo capital, são sacramentadas pela Igreja, já que a Igreja sucumbiu diante do Estado burguês e dele se tornou um instrumento de dominação”.

Com base em Gramsci, a citada autora aborda a Igreja na sociedade moderna e observa que as revoluções burguesas, que originaram os Estados Modernos, tiveram, como característica, ressuscitar situações que anteriormente procuraram destruir, a exemplo do monopólio da Igreja sobre a cultura e a educação, revivido pelas chamadas concordatas, uma vez que o Estado reconhecia que, sozinho, não conseguiria obter o consenso de seus governados. Numa relação de contrapartidas, ela traz, por exemplo, o relato de Gramsci sobre a salvação da Igreja pelo Estado Moderno, ao flexibilizar sua laicidade, dado que, antes e durante a 1ª Guerra Mundial, a Igreja caminhava para o seu desaparecimento, pois passava por dificuldades para compor seus quadros de profissionais, considerando que muitos optavam por trabalhar na indústria. A autora compreende, então, que “o apoio que a Igreja dá ao Estado é ao mesmo tempo um meio da Igreja fortalecer o seu próprio poder” (PIMENTA, 1984, p. 67), quando o poder público torna o catolicismo a base da unidade moral e intelectual de seu povo, atuando, também, por dentro do aparelho estatal, na formação cristã dos quadros dirigentes.

Essa relação de proximidade e apoio entre Igreja Católica e Estado se estende às colônias europeias, de modo que, o Brasil tem o catolicismo como religião oficial desde o início de sua colonização. No que concerne à devoção nazarena, porém, apesar de sua origem portuguesa, ela não ocorreu, em Belém, por imposição da Coroa ou de congregações católicas. Todavia, após quase cem anos de práticas devocionais, a criação Círio de Nazaré foi estratégica para acentuar a atuação do governo e da Igreja no controle dessas práticas, o que evidencia a identificação entre sociedade política e sociedade civil, podendo-se afirmar que Igreja e Estado restrito seguiram juntos protegendo e fortalecendo suas hegemonias, ainda que divergências entre eles estejam presentes ao longo da história dessa devoção ou que, com o advento do capitalismo, os interesses burgueses tenham sido inseridos nessa relação.

A relação entre as sociedades civil e política, que, no Estado capitalista, privilegia a burguesia, tem se tornado cada vez mais complexa, como aponta Casimiro (2016), ao analisar as novas estratégias de dominação burguesa no Brasil, a partir de aparelhos de ação político-ideológica. Em seu estudo, o autor apresenta diversos aparelhos privados de hegemonia burguesa identificando o caráter principal de suas atuações, considerando-as como de ação doutrinária (difusoras do pensamento liberal e recrutadoras de intelectuais orgânicos), pragmática (elaboradoras de diretrizes, intervindo e propondo políticas públicas) e estrutural (baseadas em um projeto de poder, cujas estratégias se desenvolvem por dentro do Estado).

Das estratégias burguesas apontadas por Casimiro (2016), as de ação doutrinária são também características na atuação da Igreja, dado o seu histórico papel de oferecer ao povo uma unidade moral e intelectual. Compondo o Estado integral, pelo âmbito da sociedade civil que, em si, é considerada um aparelho privado de hegemonia, desdobra-se em outros voltados, especialmente, para a educação, cultura e comunicação.

Todavia, a Igreja Católica é uma instituição que se compõe de múltiplas concepções, das mais progressistas às mais conservadoras. Mesmo na Itália, onde se encontra a sede do catolicismo romano, Gramsci (1978, p. 144) já dizia que toda religião é “uma multidão de religiões distintas, frequentemente contraditórias”, destacando, nessa afirmação, o catolicismo e sua superficial unidade, pois, segundo ele, eram observadas diferenças entre os catolicismos dos camponeses, dos pequeno-burgueses, dos operários urbanos, das mulheres e dos intelectuais, sendo que até este último se apresenta de modo variado e desconexo. Aliás, um esclarecimento importante é apresentado por Semeraro (2017, p. 91):

No entanto, é preciso observar que, embora afirme uma “antítese incurável” (GRAMSCI, 1972a, p. 179) entre a transcendência do cristianismo e a imanência do marxismo, o antagonismo e a crítica de Gramsci contra a religião e a igreja nunca se transformam em iconoclastia ou anticlericalismo nem “em motivo de divisão na classe operária”, cuja unidade, no respeito das crenças pessoais, é necessária preservar para combater juntos a burguesia.

Vale destacar, nessa diferenciação entre os catolicismos, o papel da Teologia da Libertação na criação de uma forma subversiva de cristianismo na América Latina, contrária às ditaduras e às diversas formas de opressão que, com base no método marxista, buscam a superação do capitalismo. Conforme Semeraro (2017), sua influência, em expansão, foi observada em declarações do Conselho Episcopal Latino Americano e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, na década de 1970, contribuindo, ainda, no Brasil, para a formação de movimentos de cunho político e social, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores, a Central dos Movimentos Sociais, além do Fórum Social Mundial.

No entanto, segundo Semeraro (2017, p. 97):

As proporções deste grandioso e ameaçador projeto de educação política popular construído a partir de baixo (LESBAUPIN, 2000, p. 57), com uma evidente escolha de classe, podem ser mensuradas pela veemência com a qual se abateram as reações deflagradas pelos Estados Unidos e o Vaticano, diligentemente aplicados em combatê-lo com a implantação do neoliberalismo imposto pelos países centrais e a “contrarreforma” posta em marcha pelos pontificados de João Paulo II e Bento XVI.

No que concerne às diferentes concepções no catolicismo brasileiro, a CNBB, entidade que, apesar de não fazer parte da estrutura hierárquica da Igreja, congrega os bispos de todo o país e, entre outras ações, elabora diretrizes para a evangelização, é um exemplo de palco de disputas por hegemonia entre posições mais progressistas e mais conservadoras (RICCI, 2010). Tal entidade busca a formação de consensos tanto entre seus membros, quanto junto aos fiéis católicos, a exemplo de suas publicações de caráter doutrinário, presentes em seu site. Como exemplo, verifica-se a publicação intitulada “Eleições 2018”, de autoria do Bispo Dom Gil Moreira, que aborda as orientações dadas pela Arquidiocese de Juiz de Fora a seus fiéis, buscando o consenso em relação à escolha de seus representantes, a qual deve considerar, entre outros, as questões morais que envolvem a chamada ideologia de gênero e o valor inalienável da vida:

Sobre ideologia de gênero, afirma: “A Igreja respeita todas as pessoas sem distinção de qualquer espécie. Porém, tem o dever de alertar seus fiéis sobre os perigos de falsos conceitos ideológicos. A ideologia de gênero tenta impor à sociedade, sobretudo às crianças e jovens, que ninguém nasce homem ou mulher. Ensina que a identidade sexual é uma construção pessoal e cultural. Tal ideologia, como afirma o Papa Francisco, “é contrária ao plano de Deus; é um erro da mente humana que provoca muita confusão e ataca a família” (Nápolis-2015). É preciso verificar se o candidato defende a família, considerando-a como célula-mater da sociedade, onde pai, mãe e filhos (as) são chamados a formar comunidade de amor e mútuo compromisso, escola de ética e moral e que possa reger-se, livremente, pelas suas convicções religiosas. Uma das características inalienáveis da família é a geração biológica de filhos”. Sobre o direito à vida, o texto deixa claro que o aborto é assassinato de seres humanos inocentes e indefesos. Fiel a Cristo, à ciência, e aos direitos humanos, a Igreja defende que a vida humana deve ser respeitada e protegida, de maneira absoluta, desde o momento da fecundação até a morte natural, pois se trata de uma nova vida que, gerada no ventre da mãe, não é parte de seu corpo, mas outra pessoa que também merece viver. A Igreja defende a vida de ambos: mãe e filho (a). Ela ensina também que não só a vida dos nascituros deve ser protegida, mas também a vida dos jovens, dos adultos e dos idosos, devendo haver políticas públicas que promovam a vida de forma abrangente (MOREIRA, 2018).

Tais questões foram pautas da campanha do candidato eleito para a chefia do poder executivo federal, naquele ano, e revelam um posicionamento conservador de parte dos representantes da Igreja Católica. Do mesmo modo, em relação ao Círio, a Igreja também buscou, em 2018, a formação de consenso para pautas conservadoras, como se verifica em trechos do Livro das Peregrinações:

É sabido que Deus nos fez homem e mulher! Homem e mulher Ele nos criou para o amor, para a eternidade... [...]. Tendo a piedosa Maria como modelo exemplar, inúmeras jovens estão se comprometendo com uma vida casta, pura e humilde, superando a "onda do ficar" e a "moda do efêmero", assumindo um real compromisso na dimensão do “para sempre”, “do eterno...”. (LIVRO DAS PEREGRINAÇÕES, 2018, p. 23-24).

Em uma homilia, o Cardeal Robert Sarah [...], assim se dirigiu aos jovens: “Queridos jovens, lutem contra qualquer lei que vá contra a natureza e que queiram lhes impor; oponham-se a qualquer lei contra a vida, contra a família; sejam daqueles que tomam a direção oposta. Tenham coragem de ir contracorrente. Para nós, cristãos, a direção oposta não é um lugar, é uma pessoa: é Jesus Cristo, nosso amigo e nosso redentor” (LIVRO DAS PEREGRINAÇÕES, 2018, p. 23-24).

Vale ressaltar que, no tocante à CNBB, publicações jornalísticas, em 2021, revelam a então oposição da entidade a políticas do Presidente da República, a exemplo da facilitação da compra de armas de fogo e do combate inadequado à pandemia da Covid-19 (CNBB..., 2021a; CNBB..., 2021b). Quanto ao arcebispo de Belém, não foi localizada, nessa pesquisa, elementos indicativos de apoio ao discurso do chefe do executivo federal, mas a imprensa faz referência a sua assinatura em uma carta assinada por cerca de 150 bispos, em 2021, criticando-o, embora ele não estivesse alinhado à ala mais progressista da CNBB. (DANTAS, 2020). De todo modo, numa busca em publicações do Jornal Voz de Nazaré, do arcebispado de Belém, foram encontradas algumas manifestações de caráter conservador assinadas, em geral, por alguns de seus colunistas (QUADRO 6):

Quadro 6: Publicações de caráter conservador no jornal A Voz de Nazaré

PUBLICAÇÕES DE CARÁTER CONSERVADOR NO JORNAL A VOZ DE NAZARÉ		
DADOS DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO E AUTORIA	FRAGMENTO DA PUBLICAÇÃO
Ano CV / Nº 964/ P. 02 Período: 22 a 28/01/2021	Olhar de Discípulos Missionários (Padre Hélio Froczac)	Sabendo que o Brasil passa por profundas transformações e muitos princípios éticos se tornam frágeis e relativos, preocupa a Igreja a difusão da ideologia do gênero que subverte a compreensão do gênero humano, atingindo a família, que é a célula da sociedade. Neste complexo contexto social do Brasil, precisamos ter o olhar de discípulos missionários.
Ano CIV/ Nº 835/ P. 07 Período: 03 a 09/08/2018	CNBB emite nota sobre o aborto. (Autoria desconhecida)	Para Aluizio Barata da Silva que, com sua esposa Eliana da Silva, faz parte da Pastoral Familiar Arquidiocesana em Belém do Pará, o enfrentamento à legalização do aborto é um dos papéis que a Igreja desempenha como defensora da vida. “Alguns meios querem mudar isso. Até mesmo agredindo a Constituição como essa Arguição propõe. É importante manter essa posição contrária e mostrar que a sociedade, em sua maioria, não é a favor”.
Ano CV/ Nº 847/ P. 02 Período: 26/10 a 01/11/2018	Maria Santíssima, salvai o Brasil! (José Pereira Ramos – economista e escritor)	Lembro, ainda, que foi no mês de outubro, 13, a última aparição da Mãe de Jesus aos “três pastorinhos”, em Portugal. Foi por intermédio dessas inocentes e simples crianças, porém fiéis, que Nossa Senhora alertou o mundo contra os males do comunismo. (As pobres crianças nem sabiam o que era isso). No dia 28 de outubro deste ano, temos nós, brasileiros, a responsabilidade de afastar a nossa Pátria do terrível sistema que pretende destruir a família e tirar do coração do povo, o amor de Deus. Será que a Mãe de Jesus no Círio vai permitir isso?
Ano CIV/ Nº 796/ P. 03 Período: 03 a 09/11/2017	Considerações sobre o momento atual (Dom Fernando ArêasRifan)	Junto com a divulgação da imoralidade, fantasiada de arte, e a propaganda maciça do homossexualismo, travestido de respeito à diversidade, reaparece a doutrinação da Ideologia de Gênero, também com ares de liberdade e de orientação sexual. Configura-

		se, visando sua destruição, um verdadeiro ataque à família, santuário da vida, que vai perdendo seus direitos na educação dos seus filhos, os quais se tornam alvo fácil dessa onda destruidora da moral. [...].A Igreja, e nós com ela, condenamos e repudiamos, pois, todas as ofensas e, mais ainda, os assassinatos e espancamentos de LGBTIs por conta da intolerância. Mas não podemos deixar de dizer que a prática do homossexualismo é condenável. [...].O feminismo do gênero, que promove essa ideologia, procede do movimento feminista para a igualdade dos sexos. A ideologia de gênero, própria das associações LGBT, baseia-se na análise marxista da história como luta de classes [...].
--	--	--

Fonte: Edições do Jornal Voz de Nazaré publicadas no site Issuu⁴⁶ (organizado pela autora)

Tendo por base, no que se refere ao Círio, a ideologia do controle da Igreja sobre a festividade (ALVES, 1980; PANTOJA, 2006) e ao já mencionado processo de romanização, reforma que visava a uma maior ligação da Igreja brasileira à Roma, ocorrido entre meados do século XIX e do século XX, caracterizado pelas tentativas de controle eclesiástico das práticas do chamado catolicismo popular na Amazônia (MAUÉS, 1995), a sua postura conservadora em relação à questões ligadas aos costumes da sociedade se apresenta em harmonia com o modo como ela tem buscado controlar o Círio no sentido de retirar dele o que está em desacordo com seus preceitos.

Assim, a partir da criação de diversos meios de comunicação, a Igreja de Belém busca fortalecer e manter sua hegemonia em face, principalmente, à concorrência com as igrejas evangélicas, destacando-se, conforme entrevista concedida pela Diretoria da Festa de 2008 a Pantoja (2012), a Igreja Universal do Reino de Deus, que conquistou uma quantidade expressiva de fiéis investindo em rádio e televisão.

De acordo com o anuário da Arquidiocese de Belém de 2021⁴⁷, entre as instituições arquidiocesanas consideradas como organismos de cultura e educação, está a Fundação Nazaré de Comunicação - FNC. Sua presidência é exercida pelo arcebispo metropolitano, que designa os diretores executivos e os membros dos conselhos, conforme seu site, que traz as seguintes informações sobre o seu histórico:

A Fundação Nazaré de Comunicação é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos. Foi criada no dia 14 de dezembro de 1993 pelo então Arcebispo de Belém, Dom Vicente Joaquim Zico, com a denominação de Fundação Rádio Nazaré. O nome foi escolhido em virtude de a Rádio ser o único veículo de comunicação pertencente à instituição na época. [...] Em maio de 1995 foi concedida a permissão para que a fundação pudesse prestar serviços de radio difusão por meio da Rádio Nazaré FM. Um ano depois, a emissora foi inaugurada. [...] A partir de então, passou a ser denominada de Fundação Nazaré de Comunicação. Em outubro de 2000, a Fundação recebeu a outorga da União para instalação de uma geradora de televisão, a TV Nazaré, canal 30. Em maio de 2002, a TV Nazaré foi inaugurada já com a proposta de expandir-se para o interior do Estado. Este sonho se fortaleceu e, aos poucos, a emissora cresceu em grande parte da Amazônia Legal. No mesmo ano, mais um veículo de comunicação foi incorporado à Fundação Nazaré de Comunicação, o jornal impresso Voz de Nazaré. Dom Vicente Zico recebeu da Ordem dos Padres Barnabitas,

⁴⁶ Disponível em: <<https://issuu.com/fncomunicacao/docs>>. Acesso em 20 out. 2021.

⁴⁷ Disponível em: <<https://arquidiocesedebelem.com.br/site/wp-content/uploads/2020/06/Anuario-Arquidiocese-de-Belem-do-Para-2021.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2021

da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, os direitos sobre o semanário no dia 2 de janeiro de 2003. Hoje, a Rede Nazaré de Comunicação [...] exerce suas funções de educar e evangelizar os povos da Amazônia por meio dos veículos de comunicação Rádio Nazaré FM, TV Nazaré, jornal Voz de Nazaré e portal www.fundacaonazare.com.br. Nos termos das outorgas de permissão e de concessão, a Fundação Nazaré de Comunicação presta serviços de radiodifusão de sons e imagens, como rege seu estatuto, em observação ao Código Brasileiro de Telecomunicações. Sempre com fins educativos, as programações da Rádio Nazaré FM e da TV Nazaré são voltadas aos valores familiares. Nela, o espectador tem acesso à informação, entrevistas, filmes, programas religiosos, infantis e formativos. (UM POUCO, 2018, p. 3).

Dentre os meios de comunicação citados, o mais antigo é o Jornal Voz de Nazaré, fundado em 1913, pelo padre Florence Dubois, da ordem dos barnabitas, com o objetivo de divulgar as atividades realizadas pela Paróquia de Nazaré. A aquisição das edições, publicadas semanalmente, se dá pela compra em bancas de revistas e na sede da Fundação, bem como por assinatura (VOZ..., s/d).

Integrante da Arquidiocese de Belém, a Paróquia de Nazaré também tem criado seus aparelhos privados de hegemonia para comunicação, dos quais se destacam o site, o canal do Youtube e a Rádio Basílica de Nazaré, além da Revista Santuário de Nazaré⁴⁸ e das contas nas redes sociais Facebook, Instagram e Twitter intituladas “Basílica Santuário de Nazaré”. Do mesmo modo, a Diretoria da Festa mantém, como meios de comunicação, o site e a conta no Facebook intitulados “Círio de Nazaré”, o canal do Youtube TV Círio e as contas “ciriooficial” no Instagram e no Twitter. Numa breve análise sobre tais veículos, observa-se que a maior parte das publicações são informativas sobre as ações realizadas pelas paróquias, mas também sobre o Círio, sendo este praticamente o único assunto abordado pelos veículos da Diretoria da Festa.

As informações permanentes sobre o Círio cumprem também o papel de manter, durante todo o ano, o contato dos fiéis e demais interessados com essa festividade, algo que tem sido buscado há décadas tanto pela Igreja, quanto pelo poder público, considerando o já mencionado interesse pela criação do Museu do Círio, em 1986. A propósito, o site “Círio de Nazaré” possui, entre suas páginas, uma que foi denominada “Círio o Ano Inteiro” (FIGURA 42):

⁴⁸ Conforme informações obtidas junto à Assessoria de Comunicação da Basílica Santuário de Nazaré pela historiadora Cristieli Lobo, gentilmente cedidas para a autora do presente estudo, a primeira edição da Revista Santuário de Nazaré foi publicada em 2011, em material impresso, mas teve sua produção interrompida em alguns períodos, passando, recentemente, a ser publicada apenas em meio digital.

Figura 42 - Página do site Círio de Nazaré intitulada “Círio o Ano Inteiro”



Fonte: Site “Círio de Nazaré”⁴⁹

Tal link faz referência tanto ao Museu do Círio, quanto ao Espaço Memória de Nazaré. Na descrição sobre o museu, o texto não menciona os eventos não realizados pela Igreja, tais como o Auto do Círio, o Arrastão do Círio e a Festa da Chiquita:

Criado em 9 de outubro de 1986, pelo Governo do estado do Pará, e reinaugurado em dezembro de 2002, o Museu do Círio integra o Complexo Feliz Lusitânia, no bairro da Cidade Velha. Possui um rico acervo documental que Círio (sic) retrata a história da devoção popular em torno da celebração do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, maior manifestação religiosa do Estado do Pará e uma das maiores do Brasil e do Mundo, celebrada, desde 1793, na cidade de Belém do Pará e tombada como patrimônio cultural imaterial brasileiro. O acervo contempla as vertentes histórica, cultural e artística através de aproximadamente 2.000 peças. Nesta coleção podem ser vistos desde arte sacra do século XIX, o artesanato de miriti e o acervo escultório de ex-votos. No local também estão preservados os mantos usados pelas imagens de Nossa Senhora de Nazaré que passaram a ser guardados desde a década de 1980. Todos os anos o acervo é renovado após a grande romaria do Círio de Nazaré, no segundo domingo de outubro. O Museu do Círio está localizado na Rua Padre Champagnat e funciona de terça a sexta das 10h às 17h e aos finais de semana e feriados abre das 9h às 13h. (CÍRIO..., c2022).

Essa ausência indica a concepção do espaço do Círio pela Igreja, que se traduz no que ela considera como “Círio Oficial” em seus meios de comunicação, a partir de discursos que se tornam hegemônicos, sendo, inclusive, reproduzidos por veículos de comunicação não pertencentes a ela, como se verifica nas Figuras 43 e 44:

⁴⁹Disponível em: <<https://www.ciriodenazare.com.br/o-cirio-e-voce/cirio-o-ano-inteiro>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Figura 43 - Divulgação da “Programação Oficial do Círio 2019”



Fonte: Site “O Liberal”⁵⁰

Figura 44 - Divulgação da confirmação do “Círio 2021” com referência à “Programação Oficial”



Fonte: Site “Diário Online”⁵¹

Às estratégias que buscam o consenso para se considerar como “Círio Oficial” apenas a programação organizada pela Igreja, a partir de seus preceitos conservadores, somam-se, de modo contraditório, às estratégias liberais, porém mais voltadas para a mercantilização da festividade.

Observa-se, a seguir, que o termo “oficial” se mantém presente nas ações que colocam o Círio como um produto a ser vendido diretamente aos usuários, por meio de materialidades portadoras do “selo do Círio”, quanto indiretamente, sendo associado a outros produtos e serviços, a partir da compra desse selo ou de cotas de patrocínio e de apoio à festividade.

⁵⁰ Disponível em: <<https://www.oliberal.com/cirio/programacao-oficial-do-cirio-2019-dias-horarios-procissoes-1.197987>>. Acesso em 10 dez. 2021.

⁵¹ Disponível em < <https://dol.com.br/noticias/para/665669/diretoria-confirma-cirio-2021-e-suposta-programacao-vaza?d=1>>. Acesso em 10 dez. 2021.

O Projeto Selo do Círio foi apresentado à imprensa, pela Diretoria da Festa, na 1ª Coletiva do Círio 2017, como uma das novidades para aquele ano, tendo como objetivo a certificação de produtos e serviços produzidos no território paraense, com o discurso de garantir benefícios ao consumidor final, tais como qualidade, originalidade e exclusividade, ligados à preservação da cultura local; bem como à população em geral, a partir da ativação de postos de trabalho ou de ações sociais promovidas pela OSPAN, uma vez que parte da arrecadação adquirida pela venda dos produtos com o selo é repassado a essa instituição (PRIMEIRA..., 2017).

Desde o ano do lançamento do projeto, os seus meios de divulgação (site e redes sociais Instagram e Facebook) passaram a realizar a venda de camisas alusivas ao Círio com o diferencial da certificação que pretensamente oficializa estes produtos. Em consulta às páginas da rede Instagram⁵², verificou-se que, entre os pontos de venda, estavam alguns meios de hospedagem da cidade, facilitando a compra por turistas que visitam a cidade durante a festividade.

Em 2019, o evento de lançamento da camisa com o selo oficial do Círio para aquele ano, chamada de “Camisa Oficial do Círio”, foi realizado pela Diretoria da Festa em evento no espaço Memória de Nazaré. Além dos já mencionados meios de comunicação virtual do Selo do Círio, a venda também passou a ser realizado virtualmente por outro site, o da Lojinha do Círio (FIGURA 45) e em algumas lojas de produtos religiosos (LANÇAMENTO..., 2019; PRODUTOS..., 2020).

⁵²<<https://www.instagram.com/selodociriooficial/>>. Acesso em 05 nov. 2021.

Figura 45 - Venda da “Camisa Oficial do Círio” no Site “Lojinha do Círio”



Fonte: Site Lojinha do Círio⁵³

Além das camisas, considerando a pandemia da Covid- 19, o site também passou a oferecer, no ano de 2020, máscaras de proteção e o cartaz do Círio, ambos “oficializados” pelo Selo do Círio, conforme trecho de entrevista divulgada no site da Fundação Nazaré de Comunicação:

Camisas, máscaras de proteção e cartaz são os produtos oficiais do Círio comercializados no espaço virtual da Lojinha do Círio e em algumas lojas religiosas como o Lírio Mimoso. Os produtos oficiais podem ser identificados pelo Selo do Círio que é uma certificação, como explica Roberto Souza, membro da comissão de novos projetos da Diretoria da Festa de Nazaré: “O selo é uma certificação, é como se fosse um certificado que você pode aplicar em qualquer produto. Um exemplo esse ano pela primeira vez o cartaz do Círio por ser um produto oficial do Círio, ele está com selo do Círio. A camisa oficial, existem várias camisas do Círio aí, mas esse ano pela primeira vez o artista que desenhou o cartaz produziu uma arte para uma camisa, que nós colocamos como a camisa oficial do Círio e por isso recebeu o selo do Círio”.(PRODUTOS..., 2020).

Como um certificado aplicável em qualquer produto, não necessariamente produzido por entidades ligadas à Igreja, em 2021, foi realizada uma parceria entre a Diretoria da Festa e os maiores clubes representativos do futebol belenense para o lançamento de suas camisas da festividade com o Selo do

⁵³ Disponível em: <<https://lojinhadocirio.com.br>>. Acesso em 04 nov. 2021.

Círio. A articulação foi facilitada, possivelmente, pelo diretor do projeto, Deivy Leite, uma vez que, segundo publicação na página do Facebook “Mantos do Futebol”⁵⁴, ele também dirige a empresa Véstore, gestora da Lobo, marca própria do Paysandu Sport Club. Em matéria publicada no site Portal Santarém, observa-se o convencimento dos representantes dos clubes quanto à oficialidade do que é produzido pela Igreja:

“Cada clube será responsável pelo design da sua camisa, sendo que elas carregarão o Selo do Círio para atestá-las como camisas oficiais da Festa de Nazaré”, esclarece Albano Martins, coordenador da DFN. As camisas estarão à venda nas lojas dos clubes a partir de setembro, de acordo com a agenda de divulgação de cada um. “Para nós é muito importante estar fazendo parte dos produtos oficiais do Círio, legalizando uma camisa que é simbólica para nós, alusiva ao Círio, e ainda ajudar na festividade de Nazaré”, comemora Fábio Bentes, presidente do Remo. “O Paysandu já lançava tradicionalmente a sua camisa do Círio desde o primeiro ano da marca Lobo. Fazer do nosso manto uma camisa oficial da Festa de Nazaré é uma emoção muito forte para toda a comunidade católica bicolor, sobretudo pelo significado disso, que é ajudar a realização da nossa maior expressão de fé e todos os seus projetos sociais”, diz Maurício Ettinger, presidente do Paysandu. “Para a Tuna é importante colaborar com o Círio, nossa maior festa católica, mas o principal é mostrar em nossa camisa a Imagem de Nossa Senhora de Nazaré, com as logomarcas da Tuna e do Selo do Círio juntas”, enfatiza Graciete Maués, presidente da Tuna (CÍRIO..., 2021a).

O interesse da Igreja em possuir os direitos de uso de imagem sobre elementos vinculados à festividade se torna notório com o seu pedido de registro da marca “Círio de Nazaré” junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), no ano 2000. Em entrevista realizada por Pantoja (2012), a Diretoria da Festa do ano de 2008, referindo-se ao direito de imagem, afirmava que o trabalho de elaboração do cartaz do Círio envolve a doação da foto por um fotógrafo ao OSPAN, passando, portanto, a ser propriedade da Diretoria da Festa⁵⁵. Desse modo, justificava a necessidade de disciplinamento do uso da “marca Círio” por empresas, de modo que ele pudesse ser revertido em benefícios para os católicos.

Além da foto doada por um profissional da fotografia, o trabalho de criação do cartaz é feito de maneira voluntária pela empresa Mendes Comunicação, que, segundo publicação em seu blog⁵⁶, o realiza dessa forma desde 1991, o que indica que a Igreja não possui despesas para a confecção dessa que se tornou uma importante peça publicitária para o evento, realizando-se, solenemente a sua apresentação em praça pública.

⁵⁴Disponível em: <<https://www.facebook.com/MantosdoFutebol.com.br/>> Acesso em 04 nov. 2021.

⁵⁵Convém destacar que, apesar de, juridicamente, a Igreja possuir direito sobre o cartaz “oficial” do Círio, essa informação não necessariamente é compreendida por quem deseja utilizá-lo, possivelmente pela interpretação de que o Círio “é do povo”, sendo válido mencionar um relato obtido em conversa informal com um empregado de uma empresa belenense de propriedade de pessoas católicas, que sofreu a advertência de um membro da Diretoria da Festa porque a imagem do cartaz foi utilizada na confecção dos boletos encaminhados aos clientes no mês de outubro.

⁵⁶<<https://mendescomunicacao.blogspot.com/2009/06/cartaz-do-cirio.html>> Acesso em 06 nov. 2021.

Retomando a abordagem sobre a produção de camisas oficiais do Círio pela Igreja, faz-se necessário ressaltar que o costume de vestir roupas novas durante a festividade é antigo, conforme retrata Montarroyos (1986) nas Figuras 46 e 47, abaixo, que remontam a um período em que era comum a compra do tecido para a confecção de vestimentas a partir do modelo escolhido pelo cliente. Esse hábito alterou-se, porém, com a ampliação da oferta de camisas alusivas à santa nas décadas finais do século XX. Nesse sentido, em sua pesquisa realizada no Círio de 2005, Correa (2010) observa que a vestimenta da “nova tradição” é, “via de regra, composta por uma camiseta com a imagem de Nossa Senhora de Nazaré estampada no peito, que, também, via de regra, é a imagem produzida do cartaz oficial do Círio do ano em questão” (2010, p. 128). Ela afirma, ainda, que, enquanto até o início dos anos 1990 as camisetas eram doadas por empresas locais, na época de sua pesquisa, elas já eram vendidas em diversos estabelecimentos da cidade, com variados padrões estéticos e preços.

Figura 46 - Anúncio de venda de tecidos para o Círio em 1938



Fonte: Montarroyos (1986, p. 297)

Figura 47 - Anúncio de venda de roupas para o Círio em 1965



Fonte: Montarroyos (1986, p. 305)

Assim, verifica-se a tendência da homogeneização do “vestir-se” para o Círio, acompanhando a produção em massa característica do capitalismo. Todavia, a criação da “Camisa Oficial do Círio”, vinculada ao Projeto Selo do Círio, indica uma intenção de padronização desse tipo de vestimenta, cuja venda se fortalece com o uso do discurso de que, ao comprá-la, o consumidor contribui diretamente com a realização da festividade e com as obras sociais da paróquia.

Em sua função legitimadora do capitalismo, a Igreja, por meio do Projeto Selo do Círio, se apresenta aos fiéis como uma instituição que acompanha as atuais tendências desse modo de produção. Postagens realizadas na já mencionada página do Instagram do projeto fazem referência ao capitalismo consciente, transformação e responsabilidade com a comunidade ao redor. Ressalta-se, ainda, que, na publicação sobre o pré-lançamento do selo, a página informa sobre a realização da palestra “Negócios com Impacto Social” pelo empreendedor social Gabriel Gomes, participante da rede Redbull Amaphiko, direcionada aos participantes do evento: membros da Diretoria da Festa, empresários e comunicadores.

A Redbull Amaphiko se apresenta em seu site⁵⁷ como um programa global de defesa de empreendedores sociais que promovem mudanças positivas por meio da inovação. Como aparelho privado de hegemonia, ela oferece capacitações para o seu público enfocando o empreendedorismo social. Todavia, o discurso positivo em relação ao empreendedorismo, possibilitando a redução das

⁵⁷<<https://www.redbull.com/br-pt/projects/red-bull-amaphiko>> Acesso em 04 nov. 2021.

desigualdades sem a substituição do capitalismo por outro modo de produção, tem sido analisado como estratégia para a manutenção da hegemonia das classes dominantes ao universalizar seu modo de vida.

Para Amorim *et al* (2021, p. 14):

Ao promover um novo consenso social baseado na tese de que todos podem e devem ser empreendedores, o capital aprofunda a flexibilização do trabalho, desfigura convenções coletivas de trabalho e de seguridade social, rompendo com mais uma das amarras que, em parte, limitava a exploração contemporânea do trabalho, permitindo, assim, que todos sejam microempreendedores “livres e felizes” como pássaros, mesmo que dentro de amarras informais, remotas, digitais ou imateriais – todas elas precárias.

Desde a formação do Estado Moderno, a Igreja Católica tem concorrido com as religiões protestantes na formação da base moral e intelectual do povo, destacando-se, mais recentemente, no Brasil, a expansão das religiões pentecostais e neopentecostais. Por conseguinte, no tocante a Belém, compreende-se, na presente análise, que, para frear tal expansão, considerando o constante avanço do capitalismo e a necessidade de adaptação às regras do mercado, a Igreja, por meio da realização do Círio, buscou aproximar-se do empresariado, alterando sua relação com ele, visando ampliar sua arrecadação e, desse modo, seu poder econômico, o que lhe permite ampliar suas possibilidades de evangelização, inclusive expandindo-se espacialmente.

Matos (2010) e Pantoja (2012) se referem às alterações na gestão do Círio em face às disputas entre católicos e evangélicos pelo mercado religioso e apontam a década de 1990 como início desse processo em que se intensificou a visão empresarial sobre a festividade, fazendo-se uso de diversas estratégias de marketing, ampliando as inserções nas mídias e os meios para a captação de recursos.

Para Pantoja (2012, p. 270-271):

Pode-se dizer que a ideia de “gerencia empresarial” ganhou contornos mais definidos na década de 1990, quando o publicitário Oswaldo Mendes Filho assumiu a Diretoria de Marketing da Diretoria da Festa, que naquele tempo não tinha ainda esse nome, mas algo como “relações públicas e propaganda”. O orçamento do Círio era o principal problema da Diretoria nesse tempo. O “custo Círio” era muito alto e a forma de captação de recursos se restringia às doações que eram feitas através do “Livro de Ouro” e pelo poder público local. As doações eram feitas sem preocupações com contrapartida ou “produto Círio”. Tal prática “sangrava os cofres” da Igreja, na opinião da Diretoria. A partir disso, começou a se pensar num trabalho de “profissionalização”, com o intuito de mostrar aos leigos e ao clero que o Círio é um “grande produto”, a exemplo de outras celebrações, como “Nova Jerusalém, em Pernambuco, que é bancada pela iniciativa pública”, comenta um ex-coordenador da festa.

Infere-se, então, que a forma “empresarial” de gestão do Círio pela Diretoria da Festa, intensificada a partir da década de 1990, coloca os membros leigos desse grupo, mais precisamente os que compõem as diretorias executivas, como intelectuais orgânicos da burguesia, atuando no interior da Igreja com o

objetivo de universalizar, entre clero e fiéis, os interesses das classes dominantes, com a mercantilização da festividade, o que é justificado pelo interesse na ampliação da evangelização.

Vale ressaltar que, conforme citado anteriormente, Gramsci (1982) afirma que os intelectuais orgânicos criados pelas novas classes sociais são especialistas em aspectos parciais do que se vincula à função econômica dessas novas classes, a exemplo dos técnicos da indústria e dos cientistas econômicos para a classe dos empresários capitalistas. Portanto, tais intelectuais não necessariamente pertencem à nova classe, mas contribuem para a organização de seus interesses, tanto pelo convencimento, quanto pela coerção.

Segundo Pantoja (2006, s/p.), a maioria dos diretores que compõem a Diretoria da Festa é formada “por advogados, médicos, desembargadores e publicitários, entre outras profissões que, ao longo do tempo, não deixaram de estar desvinculadas de uma certa camada da sociedade, que [...] produzem uma visão de mundo diferenciada, principalmente [...] das classes populares”, encaixando-se, portanto, no perfil de intelectuais orgânicos criados pela burguesia. O Quadro 7, abaixo, reforça tal observação ao identificar os diretores-coordenadores da Diretoria da Festa e suas profissões a partir do ano de 2009, quando o projeto Apoiador Oficial do Círio se soma ao já existente Patrocinador Oficial, atendendo a interesses de diversas frações da burguesia, a exemplo de grandes mineradoras globalmente reconhecidas, como a Vale, e empresas locais de menor porte.

Quadro 7: Diretores-coordenadores da Diretoria da Festa do Círio (2009-2021)

DIRETORES-COORDENADORES DA DIRETORIA DA FESTA DO CÍRIO (2009-2021)		
PERÍODO	NOME	PROFISSÃO
2009-2011	Antônio Cesar Azevedo Neves	Médico
2012-2013	Kleber Vieira	Empresário
2014-2015	Jorge Xerfan Neto	Advogado
2016-2017	Roberto Mauro Santos de Souza	Engenheiro
2018-2019	Claudio Tobias Acatauassu Nunes	Médico
2020-2021	Albano Henrique Martins Junior	Advogado

Fontes: KLEBER..., 2011; CÍRIO..., 2011; GASTRONOMIA..., 2019; COORDENADOR..., 2016; AMARAL (2019); PARÁ..., 2018.

Pantoja (2006) considera que a composição da Diretoria da Festa é elitizada, ou seja, há diferenciação de classe em relação à maior parte da população, o que, para seus membros, se justifica pela necessidade de que, além da sua formação religiosa, é necessário que eles tenham influência na sociedade, sejam bem relacionados para que, assim, resolvam com maior facilidade as questões que se apresentam na organização da festividade, inclusive envolvendo o poder público.

A atuação do Instituto Brasileiro de Marketing Católico (IBMC) contribuiu para o convencimento dos membros da Igreja, responsáveis pela organização de eventos do Círio, de que ele deve ser gerido de modo mais empresarial (Pantoja, 2012). Tal instituto, como aparelho privado de hegemonia, foi fundado em 1997, é voltado para difundir técnicas que possibilitam a adequação da Igreja Católica ao capitalismo. De acordo com a apresentação em seu site⁵⁸:

[...] o IBMC - Instituto Brasileiro de Marketing Católico nasceu com objetivo de promover, difundir e incentivar a utilização de modernas técnicas de Marketing e Comunicação entre as instituições católicas. Dentre todas as suas atuações, destaca-se a realização dos Encontros de Marketing Católico. Os Encontros de Marketing Católico são realizados anualmente, sempre na primeira semana do mês de maio (ou em datas bem próximas a esta), em uma capital ou cidade turística do Brasil no intuito de incentivar o turismo interno e difundir a cultura e os hábitos brasileiros entre o clero e religiosos. Os Encontros são de âmbito nacional e reúnem bispos, padres, religiosos e leigos responsáveis por: instituições católicas (dioceses, paróquias, congregações, comunidades, editoras, colégios, instituições filantrópicas, rádios, TVs, etc.) com uma média de participantes de 200 a 400 pessoas dependendo do local onde é realizado. [...]. Assim, o IBMC cumpre sua missão, em comunhão com a Igreja e com o Santo Padre, o Papa; ajudando o Brasil a evangelizar por meio de modernas técnicas de Marketing e Comunicação, sem perder a sintonia com os evangelhos nem a essência da fé!

Além da importância dada ao marketing e à comunicação para fortalecer a atuação das instituições católicas na evangelização, O IBMC favorece a prática do turismo entre os participantes de seus encontros dado o seu potencial como um difusor cultural. No caso do evento realizado em Belém, no ano de 2009, as referências ao Círio, para atrair participantes, foram constantes na edição nº 11, ano 2009, da Revista Marketing Católico, voltada para a divulgação do evento.

A busca pelo consenso na transformação do Círio em produto turístico se dá por meio de discursos que se tornam convincentes no capitalismo, principalmente pela relação com a geração de emprego e renda. Anualmente, SETUR e DIEESE apresentam, em coletiva para a imprensa, junto à Diretoria da Festa, os números da festividade, incluindo a estimativa de gastos dos turistas, que, segundo o Quadro8, apresentava-se em ascensão, mas teve decréscimo nos últimos dois anos devido à pandemia da COVID-19.

Quadro 8: Estimativas de gastos de turistas no Círio de Nazaré (2009/2018-2021)

ESTIMATIVAS DE GASTOS DE TURISTAS NO CÍRIO DE NAZARÉ (2009/2018-2021)	
ANO	GASTO PRESUMIDO DE TURISTAS NO CÍRIO
2009	U\$ 24,0 milhões (dólares)
2018	U\$ 30,2 milhões (dólares)
2019	U\$ 31,2 milhões (dólares)

⁵⁸<<https://www.ibmc.com.br/o-ibmc/quem-somos>>. Acesso em 06 nov. 2021

2020	U\$ 8,5 milhões (dólares)
2021	U\$ 11,8 milhões (dólares)

Fontes: PARÁ (2019); PARÁ (2021) (adaptado pela autora)

Diversas matérias são produzidas pelos meios de comunicação, principalmente no período próximo ao evento, para indicar a sua importância para a economia (FIGURA 48) e convencer os grupos subalternos de que, sendo positivo para a economia, todos podem se beneficiar, buscando-se garantir, assim, que não haja questionamentos sobre a forma como o Círio tem sido conduzido pelos agentes hegemônicos da sua organização.

Figura 48 - Círio e economia em matéria jornalística



Fonte: Site O Liberal⁵⁹

Na matéria referente à Figura 48, abordando o Círio 2019, encontra-se a seguinte afirmação:

O orçamento do Círio deste ano foi de aproximadamente R\$ 3,8 milhões. Sobre a geração de empregos na quadra nazarena, estima-se que a ocupação gire em torno de 60 mil pessoas (mais de 90% no mercado informal). A estimativa é que o Círio tenha injetado cerca de R\$ 1 bilhão na economia paraense, movimentando praticamente todos os setores econômicos do Pará, com ênfase no setor de serviços, com maior destaque ao turismo, e também comércio, indústria e agricultura.

As estratégias de convencimento se voltam, também, de modo mais específico aos fiéis católicos, com o discurso que associa o turismo, principalmente seu segmento religioso, à oportunidade de evangelização. Para além das mídias ou, ainda, oferecendo mais conteúdo a elas, é notório o trabalho da PASTUR. Em entrevista ao site da CNBB, o bispo auxiliar de Belém do Pará e referencial da Pastoral nacionalmente, dom Irineu Roman, afirma:

⁵⁹ Disponível em: <<https://www.oliberal.com/cirio/cirio-ocorreu-dentro-do-planejado-e-pessoas-se-alegraram-diz-diretoria-da-festa-1.207330>>. Acesso em 06 nov. 2021

Os agentes e profissionais do Turismo precisam de Formação e Espiritualidade tendo em vista o exercício da missão que lhes é própria, ou seja, evangelização do mundo do Turismo. [...]. Precisamos avançar a fim de que o ‘turista’ se transforme em ‘peregrino’ na fé, na escuta da Palavra e no compromisso com a Igreja pela prática da Caridade. Não podemos mais perder a oportunidade de evangelizar o mundo do Turismo, ressaltou. (PASTORAL..., 2019).

No entanto, ao se relacionar com a atividade turística, que se desenvolveu seguindo a lógica do capitalismo, a PASTUR se coloca em contradição com as demais pastorais, cujas atuações são pautadas na gratuidade. Conforme Moreno (2016, p. 92), em sua pesquisa abordando a ambiguidade estrutural dessa pastoral:

O que está em discussão é o trabalho geralmente desempenhado através de iniciativas como esta na igreja, às quais estão vinculadas a uma percepção de gratuidade, ao passo que nessa realidade da Pastoral do Turismo há a referência da concorrência comercial, cujo público alvo é o consumidor de bens turísticos. Discursivamente em prol de um trabalho pastoral, sustentável financeiramente, aprova e realiza parcerias com empresas privadas do setor.

No que concerne à Paróquia de Nazaré, a finalidade de sua PASTUR envolve, ainda, a valorização do Círio como patrimônio imaterial. Segundo o site da Basílica de Nazaré:

A Pastoral do Turismo da Paróquia de Nazaré teve início com Padre Barnabita Waldeci Silva através do projeto “Conhecendo a Casa de Maria” que antes pertencia a Pastoral da Acolhida até ano de 2013. No ano seguinte, 2014, conseguiu se estruturar e consolidou-se em Maio deste mesmo ano. [...].Essa Pastoral tem como objetivo informar aos turistas e a comunidade em geral a respeito da importância do Círio como um patrimônio imaterial, proporcionando a todos os envolvidos conhecer a história da Basílica de Nazaré – desde o “achado” até a construção do Santuário e também os outros espaços como a Capela Bom Pastor, o Memória de Nazaré, a Casa de Plácido e outros. (PASTORAL..., c2021).

As informações sobre o patrimônio vinculado ao Círio de Nazaré são repassadas por meio de visitas guiadas nos espaços que fazem parte do complexo ao redor da Praça Santuário, incluindo a Basílica, o Espaço Memória de Nazaré e a Loja Lírio Mimoso, onde o visitante pode comprar produtos “oficiais” da Basílica. O circuito completo é oferecido pelo custo de R\$ 10,00 (dez reais), com gratuidade para idosos e meia entrada para estudantes. (VÍDEO..., 2021).

Com a concepção de Círio como um produto rentável, a Diretoria da Festa criou diversos projetos, destacando-se os de patrocínio e apoio à festividade, por seus importantes resultados em arrecadação, que têm possibilitado a expansão temporal e espacial da programação dita “oficial” do Círio.

Conforme abordado anteriormente, os projetos “Patrocinador Oficial do Círio de Nazaré” e “Apoiador Oficial” do Círio de Nazaré, criados em 2003 e 2009, são direcionados para os empresários e se resumem numa parceria, via contrato, entre Diretoria da Festa e empresários interessados em contribuir com a festividade a partir do pagamento de cotas estabelecidas pela Igreja, recebendo como contrapartida

a promoção de suas marcas e a possibilidade do uso comercial de elementos vinculados ao Círio (PANTOJA, 2012).

Matos (2010) listou os patrocinadores e apoiadores no período entre 2003 a 2010 e observou a presença constante de grandes indústrias dos ramos de mineração, combustível, alimentos, entre outros, mas, também, prestadores de serviços de diversas áreas, tais como saúde, transportes, telefonia etc.

Verificando a presença de empresas que, ao contrário das agências de turismo, hotéis e outros, não lucram diretamente com o Círio, mas que, ainda assim, o patrocinam desde o início do projeto, ela deduz que seus lucros indiretos perpassam pelo valor simbólico, consolidando uma imagem positiva para esses empreendimentos. Todavia, além do valor simbólico, pode-se acrescentar que, a partir da compreensão de que a atividade turística tem efeito em cadeia, os lucros econômicos também são obtidos por tais empresas.

Vale ressaltar que, na comparação entre o levantamento feito por Matos (2010), em que não constavam empresas ligadas mais diretamente à atividade turística, com exceção às de transporte (Henvil, Tam e Infraero), e o levantamento dos patrocinadores e apoiadores no período entre 2018 e 2021 (QUADRO 9), realizado na presente pesquisa, aponta para um tímido interesse de empresas dos ramos de hotelaria e agenciamento no financiamento da festividade. No entanto, os anos de 2020 e 2021 são atípicos para análises envolvendo a atividade turística devido à pandemia da Covid-19.

Quadro 9: Empresas turísticas patrocinadores e apoiadores oficiais do Círio (2018-2021)

PATROCINADORES E APOIADORES (HOTELARIA E TURISMO)			
2018	2019	2020	2021
Grand Mercure Hotel	Grand Mercure Hotel	Grand Mercure Hotel	Grand Mercure Hotel
Bonna Viagens e Turismo	Bonna Viagens e Turismo	-	-
-	-	Stada Hotéis	-

Fontes: CÍRIO (2018); AGOSTO..., s/d;PINTO (2020); SOARES (2021) (organizado pela autora)

Legenda: Patrocinador 

Apoiador 

Além das cotas de patrocínio dos mencionados projetos voltadas para empresas, há a contribuição dos governos estadual e municipal. Conforme matéria publicada pelo jornal O Liberal, em sua versão *online*, o Governo do Estado repassou R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) à organização do Círio 2019, visando “viabilizar não só os preparativos para as 12 procissões, mas diversas atividades, como a realização do Círio Musical, o acolhimento e alimentação dos romeiros e voluntários na Casa de Plácido” (GOVERNO..., 2019), bem como para a impressão de materiais, como livros de peregrinação, banners e cartazes, e as obras sociais da paróquia. O governador mencionou, também, o apoio institucional por meio da mobilização de órgãos como a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil e toda a estrutura

do Estado. A matéria também informa que, de acordo com a Diretoria da Festa, a realização do Círio poderá custar até R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) em 2019.

Apesar de mais modesta, a contribuição da prefeitura se faz necessária. Para o ano de 2018, o valor repassado foi de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme (ANEXO G), por meio da Fundação Cultural do Município de Belém- FUMBEL, justificando-se a inexigibilidade de chamamento público para tal repasse, pela singularidade do seu objeto, bem como da entidade executora, fazendo referência, também, ao reconhecimento do objeto, como patrimônio, pelo IPHAN.

A patrimonialização do Círio é mencionada também por empresas patrocinadoras, a exemplo da Vale. Em seu site, ela afirma:

A Vale é patrocinadora oficial do Círio de Nazaré desde 2004. Considerada uma das maiores manifestações populares do Brasil, ao longo de 228 edições, o Círio se consolidou como uma das expressões da cultura do Pará e reconhecida, em 2004, como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e reconhecida mundialmente, em 2013, como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (VALE..., 2020).

Parte dos repasses de recursos financeiros do poder público e da iniciativa privada para a realização do Círio são destinados às obras sociais da paróquia: as creches Santo Antônio Maria Zaccaria (Casulo) e Sorena e a entidade filantrópica Cantinho São Rafael Juntas. Elas atendem “aproximadamente 360 crianças e adolescentes, sob a perspectiva de formar cidadãos e cristãos a partir de uma base escolar e educativa de qualidade”. (PROJETOS..., 2019). Tais repasses são realizados por meio da entidade filantrópica OSPAN, que foi registrada como pessoa jurídica em 1981, segundo informações de sites na internet⁶⁰.

Identificadas como entidades do chamado terceiro setor, as obras sociais são consideradas ONGs de tipo caritativo, vinculadas, em geral, a igrejas. No âmbito da Igreja Católica, as ações nas ONGs caritativas são agrupadas por Organizações Internacionais Católicas, destacando-se, entre elas, a Rede Caritas Internationalis, apresentada no Brasil como Cáritas do Brasil. (FERREIRA, 2006).

Fontes (2006) aborda o período de nascimento das ONGs no Brasil e observa a emergência de um processo que ela chama de mercantil-filantrópico dos movimentos sociais de base popular, na década de 1980, que, contraditoriamente, toma para si algumas demandas populares e as direciona para a produção de serviços assistencialistas por meio de projetos financiáveis. Apesar de referir-se ao Brasil, trata-se de um processo internacionalizado, possivelmente atrelado à expansão do capitalismo financeiro, que teve por consequência o apassivamento das lutas sociais. Para ela, as ONGs:

⁶⁰<<http://cnpj.info/Obras-Sociais-da-Paroquia-de-Nazare>>; Acesso em 12 nov. 2021; <<https://www.econodata.com.br/lista-empresas/PARA/BELEM/O/04746442000132-OBRAS-SOCIAIS-DA-PAROQUIA-DE-NAZARE>>. Acesso em 12 nov. 2021.

Protagonizadas por muitos ex-exilados, reforçariam a tendência isolacionista das organizações populares: apoiadas, em boa parte, por fontes de financiamento internacional, deveriam provar não estarem coligadas a partidos ou a projetos políticos, limitando sua atuação a demandas específicas. Vinculavam-se a entidades ligadas às igrejas (cristãs), a benemerência internacional ou, ainda, a setores diretamente empresariais, fortemente internacionalizados. A filantropia internacional apoiava diretamente a construção de ONGs, assim como a grande maioria de seus projetos. (FONTES, 2006, p. 343).

A OSPAN, então, caracteriza-se pela filantropia, mas, principalmente a partir da criação e projetos como os de Patrocinador e Apoiador Oficial do Círio, se torna o meio de obtenção de financiamento do poder público e do empresariado para objetivos que vão além da filantropia, pois reforçam o mascaramento da luta de classes, transmitindo uma boa imagem daqueles que financiam seus projetos, que, em grande medida, não estão voltados unicamente à beneficência, mas para a manutenção do patrimônio material da Igreja e para a espetacularização do Círio de Nazaré, patrimônio imaterial, consensualmente a ela pertencente, pelo uso do termo “oficial” em seus discursos, mas também, pelas ações coercitivas que reduzem as possibilidades de aproximação dos devotos. Como resultado, tem-se um evento cada vez mais atrativo aos visitantes e aos investimentos públicos e privados e a ampliação do poder da Igreja sobre ele.

Ainda no tocante à busca pelo consenso sobre o Círio “oficial” ser vinculado à programação realizada pela Igreja, compreende-se, nesse estudo, que ela interfere na produção do espaço da festividade, pois a concepção do espaço, pelos seus planejadores, sobre o que é tido como “oficial” se diferencia daquela sobre a programação “não oficial”, envolvendo relações de hegemonia e subalternidade.

Como abordado ao longo deste estudo, a programação do Círio de Nazaré em Belém vai além das procissões e demais eventos realizados pela Igreja, o que, inclusive, favoreceu sua patrimonialização. Nesse sentido, vale ressaltar que o parecer técnico utilizado no processo de revalidação do título pelo IPHAN (ANEXO B) traz como aspectos relevantes no campo das mudanças e continuidades ocorridas desde a patrimonialização, a realização de novos cortejos não organizadas pela Igreja, como a Remaria, criada em 2003, e a Romaria Poética, criada em 2013; a pulverização de festas de aparelhagem, e o ecumenismo na presença de segmentos religiosos afro-brasileiros e movimentos Hare-Krishna e pentecostal, entre outros, além dos eventos elencados pelo dossiê elaborado para a patrimonialização (IPHAN, 2006): Auto do Círio, Arrastão do Círio e Festa da Chiquita, para os quais se dará ênfase nas análises a seguir, no que se refere ao Círio “não oficial”, termo que tem por base matérias vinculadas nas diversas mídias, a exemplo da Figura 49, referente ao Auto do Círio 2017:

Figura 49 - Trecho de matéria sobre o Auto do Círio não incluso na programação oficial



Fonte: Site O Liberal⁶¹

Considerando que o Estado burguês tem, na sociedade política, os mecanismos necessários para proteger os interesses burgueses via coerção e consenso, a Igreja é favorecida pelo poder público quando ela legitima tais interesses. Essa legitimação se intensificou, no Círio, com a racionalização da programação por ela realizada, possibilitando, principalmente com os projetos de Patrocinador e Apoiador Oficial, a participação hierarquizada de empresas dos mais diversos ramos, bem como alguns de seus representantes na sociedade civil, nas ações de promoção da festividade. Desse modo, a relação entre os realizadores do chamado “Círio Oficial” se diferencia dos realizadores do “não oficial”, no que se refere ao poder público e à iniciativa privada, envolvendo relações de hegemonia e subalternidade.

Dentre diversas ações realizadas em parceria entre o poder público e a Diretoria da Festa, noticiadas por diversas mídias, foram elencadas, neste estudo, algumas que envolvem transformações espaciais fixas ou temporárias e que se realizaram a partir do trabalho de convencimento, junto aos governos, e à busca pelo consenso, junto à população, para que os interesses da Igreja fossem universalizados, revelando-se, assim, a sua hegemonia. Entre as transformações fixas, abordam-se o prolongamento da Praça Santuário, pelo governo municipal, e a doação, pelo governo federal, à Arquidiocese de Belém, de um terreno pertencente ao Exército, localizado ao lado da Basílica.

Em 2015, algumas matérias informavam sobre uma obra realizada pela Prefeitura Municipal de Belém na rua em frente à Basílica, que a separava da Praça Santuário (EM BELÉM..., 2015; PROJETO..., 2015). Tal obra, intitulada “Construção da calçada em frente à Basílica de Nazaré (FIGURA 50), consistiu na transformação dessa rua em uma calçada que uniu aquela já existente à referida praça. As matérias pesquisadas não trazem qualquer questionamento sobre a realização,

⁶¹Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2017/noticia/ensaios-para-o-auto-do-cirio-entram-na-ultima-semana.ghml>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

limitando-se a informar sobre o fechamento definitivo da pista, tendo como justificativa a preservação da Basílica e a priorização dos pedestres e romeiros.

Figura 50 - Placa da obra da construção da calçada em frente à Basílica



Fonte: Blog da AAPBEL⁶²

Todavia, a Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém – AAPBEL, por meio de seu *blog*, informa que questionou a Secretaria Municipal de Urbanismo – SEURB sobre a aprovação da obra pelos órgãos de proteção ao patrimônio, dado que:

A via encontra-se no entorno imediato de monumento tombado pelo Estado por meio da SECULT/DPHAC desde 1992 e ainda por considerar as Festividades do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que por sua vez configura-se como o primeiro bem de patrimônio imaterial inscrito no Livro das Celebrações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, de acordo com o Decreto nº 3.551/2000, que instituiu o registro dos bens culturais de natureza imaterial, no Brasil. Assim sendo qualquer intervenção na área prescinde de uma necessária avaliação criteriosa, pois além dos aspectos visuais intrínsecos aos bens imóveis e da paisagem urbana, deve-se atentar para as questões de preservação urbana, pois como era passível de observar desde antes da remoção do asfalto ainda era visível a manutenção do piso em paralelepípedos da via, que ora encontra-se descoberto e para o qual não sabemos a destinação, posto que a princípio estes devem ser preservados (QUEM LICENCIOU..., 2015).

Alguns meses após o questionamento, a AAPBEL divulga em seu *blog* a resposta da SEURB, concluindo que a obra foi iniciada sem o parecer dos órgãos do patrimônio sobre o projeto, sendo que o processo para a obtenção da autorização só foi iniciado após o início da obra e após o questionamento da Associação, configurando-se, assim, o “desrespeito da SEURB à legislação de preservação” (SEURB..., 2015).

⁶²Disponível em: < <http://aapbel.blogspot.com/2015/02/quem-licenciou-obra-da-calçada-da.html>>. Acesso em 12 nov. 2021

Para além do desrespeito às leis patrimoniais, observa-se que a obra foi realizada sem qualquer consulta pública, causando a insatisfação até de quem trabalha com a atividade turística. Conforme a ata da 78ª Reunião do Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará – FOMENTUR (ANEXO H), o representante da SEURB esteve presente para prestar esclarecimentos a respeito da supracitada obra, a pedido do representante do Sindicato dos Guias de Turismo – SINGTUR, uma vez que, se já havia dificuldade para o estacionamento de ônibus turístico nas proximidades da Basílica, o projeto do calçamento cria mais uma dificuldade por impossibilitar a parada de ônibus em frente à Basílica para a descida dos turistas. O representante da SEURB, ao apresentar o projeto, esclareceu que ele foi um pleito da Diretoria da Festa ao prefeito de Belém e que a elaboração ocorreu a partir de um estudo técnico envolvendo diversas áreas e em acordo com tal diretoria, reforçando o discurso de que a obra valorizaria o patrimônio e os pedestres. No tocante ao problema gerado aos guias de turismo, ele sugeriu que fosse realizada uma reunião junto à Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana – SEMOB.

As situações apontadas revelam a posição subalterna de moradores de Belém e de trabalhadores do turismo, mesmo organizados em entidades representativas, diante da hegemonia exercida pela Igreja na sociedade civil, hegemonia esta que a coloca em condição de conceber o espaço público conforme seus interesses, influenciando os representantes da sociedade política para o atendimento de tais interesses.

O desejo da Igreja de ampliar a sua apropriação permanente de áreas públicas no entorno da Basílica se manifesta, também, pelas articulações com o poder público, na esfera federal, para o que ela considera como recuperação de um terreno de 10.800 m² (dez mil e oitocentos metros quadrados), que a ela pertenceu até 1849, mas que passou a pertencer ao Exército brasileiro. Conforme Serra (2014), nas entrevistas realizadas com diretores da festa, no período de sua pesquisa, todos confirmaram a existência de um projeto para utilizar essa área visando a ampliação do seu complexo turístico-religioso, possibilitando a criação de estacionamento para ônibus turísticos, restaurantes, lojas de lembranças religiosas etc., embora não se soubesse, na época, a previsão para o início das obras.

Em 2017, porém, o tema foi abordado em meios de comunicação pertencentes ou não à Igreja, para divulgar a assinatura de um protocolo de intenção para a cessão, pelo governo federal, na presença do então presidente, Michel Temer, do uso do citado terreno para a Igreja. Segundo publicação no site Arquidiocese de Belém, as tratativas para tanto foram diversas, envolvendo a apresentação de muitos documentos, buscando-se chegar a um consenso. Essas tratativas se iniciaram em 2001 e a efetivação do processo dependeu da realização de repasses ao Exército, por meio de emendas parlamentares, que totalizaram R\$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões de reais). Nessa publicação, o arcebispo de Belém afirma:

Nós sonhamos e sonhamos alto, pois tudo que envolve o Círio tem que ser alto, pensamos num espaço de 4 a 5 mil pessoas para que possa ser utilizado pela Arquidiocese nos eventos

de evangelização, nas grandes celebrações e é claro, durante o Círio pretendemos acolher mais e melhor a todos. [...] Pretendemos, junto com a diretoria do Círio e os padres barnabitas elaborar um projeto de utilização da área, inclusive com a construção de um grande espaço de eventos para a Arquidiocese e o Círio de Nazaré.(ARQUIDIOCESE..., 2017)

A finalização da transferência, no entanto, envolveria, ainda, a devolução do terreno, pelo Exército, à Secretaria do Patrimônio da União – SPU, seguido da obrigação da Arquidiocese de Belém de apresentar, ao SPU, um projeto referente ao uso da área (SAIO..., 2017). Em fevereiro de 2020, porém, a Arquidiocese de Belém afirmava não ter recebido o terreno. O Exército, por sua vez, afirmou que, no mês anterior, havia sido oficializada a transferência de propriedade para a Superintendência de Patrimônio da União (BARNABITAS..., 2020).

A ausência de crítica nas matérias referentes a essa transferência, envolvendo repasses provenientes de emendas parlamentares de representantes paraenses no Congresso Nacional, bem como justificativas para essa ação, que perpassaram pelo objetivo da Igreja de usar o terreno para ações de evangelização e acolhimento, ou ainda, nas palavras do então ministro da Integração Nacional, para ajudar a promover o turismo local (GOVERNO..., 2017), indicam a busca pelo consenso da população paraense em relação a uma despesa governamental que poderia ter sido destinada a projetos que atendessem mais diretamente às necessidades da população.

Concernente às alterações espaciais de caráter temporário, ocorridas especificamente durante a realização do Círio de Nazaré, pela Igreja, ressalta-se a criação, em 2019, de duas novas áreas vinculadas às arquibancadas na Praça da República, considerados pela Diretoria da Festa como espaços de convivência (CAMISA..., 2019). Localizados na lateral do Theatro da Paz e próximo do Teatro Waldemar Henrique, são áreas reservadas aos que assistem às procissões nas arquibancadas, que possibilitam a comodidade da realização de compra de alimentos, bebidas e produtos paraenses (FIGURA 51).

Figura 51 - Espaço de convivência anexo às arquibancadas do Círio



Foto: Mariana Vieira (2019)

A ampliação da área apropriada pela Igreja na Praça da República, além de intensificar a segregação entre os que podem ou não pagar por um espaço mercantilizado, aponta para uma contradição no que se refere à programação “não oficial” realizada no mesmo espaço público: a Festa da Chiquita. Se para a Igreja não há dúvidas sobre a realização dos eventos que ela programa para o Círio, Elói Iglesias, organizador da Festa, relata, em entrevista concedida ao IPHAN, em 2019, publicada no Parecer Técnico para a revalidação do título de patrimônio da festividade:

Todo ano nós temos as mesmas dificuldades, de liberação de licenças (...) mesmo a festa já estando no registro. (...) Sempre existe uma possibilidade e das pessoas, quer dizer da Igreja, de nos querer invisibilizar do processo. (...) Quando chega no Círio as pessoas tem sempre a mesma pergunta, vai ter Chiquita?, e a gente fala, poxa há 41 anos nós escutamos isso.

Ademais, conforme ressaltam Silva Filho (2014), Serra (2014) e Ponte (2019), o organizador da Festa da Chiquita relata a intervenção de órgãos do poder público no sentido de reduzir o evento no espaço e no tempo, utilizando o discurso da necessidade de garantir maior segurança aos romeiros, além do excesso de burocracias para a sua realização, o que caracteriza a hegemonia da Igreja não apenas pela busca pelo consenso da sociedade, por meio do seu discurso, mas, também, pelo convencimento ao Estado restrito para o uso da coerção.

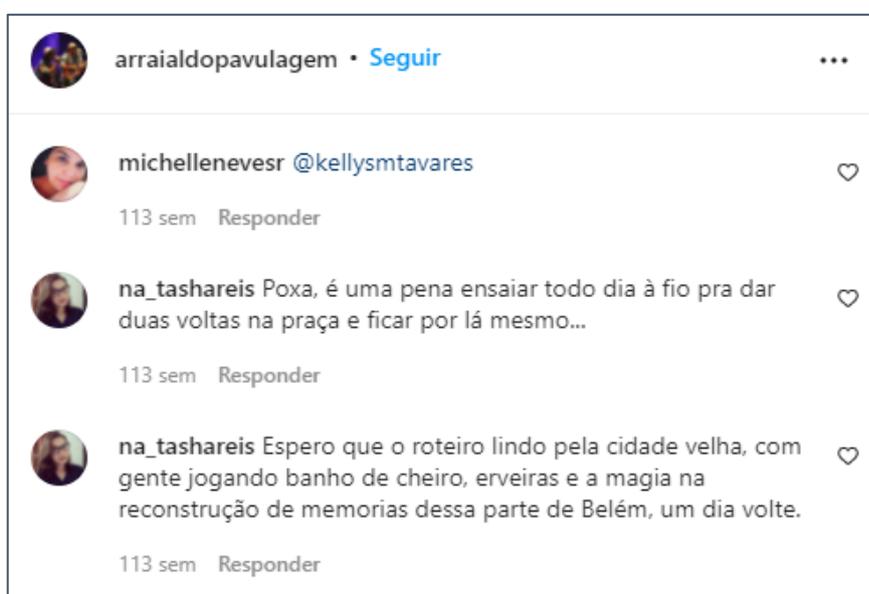
O discurso vinculado à segurança, conforme mencionado anteriormente, também motivou a proibição da queima de fogos na Praça dos Estivadores, em 2017, homenagem que essa categoria realizava há décadas. Em consequência, tal espaço público passou a ser utilizado para a realização do Arrastão do Círio, conforme relata Junior Soares, do Instituto Arraial do Pavulagem, organizador do

arrastão, em entrevista realizada em 2019, publicada no parecer técnico para a revalidação da patrimonialização do Círio:

No início nós íamos com 2, 3 mil pessoas para a praça do Carmo (...) quando você leva cerca de 20 mil pessoas, não cabe mais. (...) Nesse período a gente passou a ter uma sede nos Estivadores, então a nossa estrutura de produção, onde se guarda os instrumentos, onde estão todos os adereços é ali na Praça dos Estivadores. É ali que chega a imagem de Nossa Senhora, é ali que começa o Arrastão do Círio e é ali que começa a motorromaria. Então é um lugar muito emblemático. Nós não fazíamos lá antes, pois lá acontecia a homenagem dos Estivadores, que (...) deixou de existir, por exemplo. A queima de fogos dos estivadores. (...) Quando aquilo deixou de existir nós resolvemos ocupar aquele território (...). (Entrevista com Junior Soares, Instituto Arraial do Pavulagem, 2019).

A alteração no percurso do Arrastão do Círio reduziu seu caráter de cortejo, uma vez que ele percorria algumas ruas do centro histórico de Belém, passando por lugares como o complexo do Ver-o-Peso e a Praça do Relógio, chegando, finalmente, à Praça do Carmo. Em entrevista⁶³, Junior Soares informou que essa mudança ocorreu por decisão própria do grupo com base na “questão da poluição sonora e ambiental na Praça do Carmo”, considerando que se trata de uma área residencial. Todavia, nem todos os que vivenciam a manifestação concordam com a nova concepção de espaço para ela, como se observa, na Figura 52, os comentários de uma participante, publicado em uma das redes sociais do grupo:

Figura 52 - Comentário de participante do Arrastão do Círio sobre mudança no percurso



Fonte: Instagram Arraial do Pavulagem⁶⁴

No que concerne ao Auto do Círio, as mudanças em relação ao espaço em que a manifestação ocorre foi verificada tanto em relação aos ensaios, quanto ao percurso no dia do evento. Ponte (2019)

⁶³Entrevista concedida à autora em 25 nov. 2021

⁶⁴ Disponível em <<https://www.instagram.com/p/B3agHnBhdUl/>>. Acesso em 13 dez. 2021

afirma que, enquanto em 2016 os ensaios foram realizados inteiramente na Praça do Carmo, nos dois anos seguintes passaram a se dividirem entre a referida praça e outros espaços públicos como a Praça da Bandeira e a Aldeia Amazônica (também chamada Aldeia Cabana). Tarik Coelho, em entrevista⁶⁵, revela que, em parceria com a prefeitura municipal, os lugares escolhidos para os ensaios envolvem a questão de dar mais visibilidade a eles, como é o caso da Aldeia Amazônica. Porém, na semana do evento, os ensaios ocorrem nas ruas do bairro da Cidade Velha, o que, para parte do elenco, se torna motivo de insegurança em relação ao retorno para casa pelo pouco fluxo de transporte público nos arredores. Quanto às mudanças no percurso, posição de palco e sonorização, elas foram solicitadas pelo IPHAN e prefeitura com o intuito de intensificar a proteção ao patrimônio edificado do bairro.

Sobre a relação entre a iniciativa privada e a organização dos eventos considerados não oficiais, Tarik Coelho, na mesma entrevista, revela que o Auto do Círio já teve parceria com algumas empresas privadas, a exemplo da Vale, mas, segundo ele, essas empresas:

[...] elas querem, por assim dizer, direcionar a ação do Auto. [...]. E a ação do Auto ela é da UFPA. O patrocinador principal é a UFPA por que é da UFPA. [...]. E aí, desde que eu assumi a coordenação do Auto, venho só fazendo parcerias com algumas instituições. Eu já não procuro patrocínio justamente por isso. Porque eles querem fazer mais do que devem. E aí eu me inscrevo em prêmios e editais [...], mas sempre a nível institucional.

O Arrastão do Círio, conforme matéria publicada no site DOL⁶⁶, no ano de 2015, intitulada “Círio pode ficar sem Arrastão do Pavulagem”, estava sem patrocínio até o momento da publicação, sendo necessária a realização de uma campanha de financiamento coletivo. Junior Soares, ainda na entrevista concedida à autora, embora não especificando o período, afirma que, inicialmente o grupo tinha dificuldades para a realização de parcerias com a iniciativa privada. Porém, atualmente essa dificuldade deixou de existir. Ele afirma que “a Equatorial tem sido uma parceira nos últimos anos e [...] noventa por cento dos recursos que são obtidos para o projeto são via lei de incentivo fiscal”. Ademais, segundo ele, nunca houve pressão dos patrocinadores para que a programação se tornasse mais atrativa para o mercado.

Em pesquisa a alguns sites jornalísticos, é comum o relato da falta de patrocínio⁶⁷ para a Festa da Chiquita, o que se ratifica na pesquisa às suas redes sociais no Facebook e Instagram, onde as publicações divulgando o evento não mencionam o apoio da iniciativa privada.

⁶⁵Entrevista concedida à autora em 24 nov. 2021.

⁶⁶ Disponível em: <<https://dol.com.br/noticias/cirio/noticia-345548-cirio-pode-ficar-sem-arrastao-do-pavulagem.html?d=1>>. Acesso em 14 dez. 2021.

⁶⁷Algumas matérias abordando a dificuldade de patrocínio para a realização estão disponíveis nos links: <<https://www.oliberal.com/cirio/diversidade-cidadania-e-direitos-humanos-estao-na-41-edicao-da-festa-da-chiquita-1.201427>>; <<http://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2013/noticia/2013/10/festa-da-chiquita-simboliza-o-lado-profano-do-cirio-de-nazare.html>>; e <<https://dol.com.br/noticias/para/610529/chiquita-e-arrastao-do-pavulagem-se-mantem-em-edicoes-on-line?d=1>>

No tocante à programação dita “oficial” do Círio, na relação entre a iniciativa privada e a Igreja, a intensificação do sentido mercadológico da festividade indica a hegemonia burguesa, embora a Igreja determine as formas de participação do empresariado no financiamento da festividade e suas contrapartidas. Segundo o diretor-coordenador Albano Martins, em entrevista⁶⁸, não há interferência dos patrocinadores em relação à programação. Segundo ele, a Diretoria da Festa trabalha diferentes aspectos com diferentes patrocinadores e apoiadores, de modo que:

Não é incomum que algumas empresas peçam que essa relação se mantenha mais no campo do apoio cultural. Algumas não se envolvem diretamente na questão religiosa, sobretudo as maiores empresas, os grandes patrocinadores, porque, enfim, há uma liberdade de credo, uma questão absoluta de respeito a todas as religiões. Então, algumas empresas trabalham com a gente mais no aspecto cultural. Mas, outras, não, outras realmente abraçam o Círio como instrumento de evangelização.

Entretanto, é necessário ressaltar que os benefícios ao empresariado, ou a uma parte dele, vão além do que está oficializado nos contratos de patrocínio ou apoio, o que, nesta análise, terá exemplos direcionados aos representantes da Diretoria da Festa.

Pantoja (2006) observou que, mesmo com a substituição anual dos diretores executivos, e bienal, do diretor coordenador da Diretoria da Festa, seu caráter não se altera porque ocorre, na realidade, um rodízio entre seus membros para a ocupação dos cargos. Desse modo, algumas situações despertaram a atenção durante as pesquisas realizadas para o presente estudo, envolvendo o vínculo entre alguns diretores e empresas envolvidas na realização do chamado “Círio Oficial”.

Conforme o site Diretoria da Festa⁶⁹, na composição das diretorias executivas, alguns diretores coordenadores se tornaram diretores beneméritos, dentre eles, os senhores Oswaldo Diniz Mendes e Antônio Cesar Azevedo Neves, ambos membros, atualmente, das diretorias de Marketing e de Engenharia e Patrimônio, respectivamente.

Oswaldo Mendes foi diretor coordenador da Diretoria da Festa no biênio 2003/2004, segundo Pantoja (2006), e é sócio da empresa Mendes Comunicação, que, conforme já mencionado, produz voluntariamente o cartaz do Círio, desde o ano de 1991, considerada a mais importante peça publicitária da festividade, com tiragem de centenas de milhares de unidades e que, a partir de 2006, passou a ter seu lançamento espetacularizado em evento em praça pública meses antes da festividade. Embora, conforme publicação em sua rede social⁷⁰, a empresa seja reconhecida nacionalmente, tendo, em seu histórico, diversas premiações, a sua contribuição como agência publicitária voluntária para o Círio de Nazaré se

⁶⁸ Entrevista concedida à autora em 24 nov. 2021.

⁶⁹ Disponível em: <<https://ciriodenazare.com.br/diretoria>> Acesso em 14 nov. 2021

⁷⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/mendescomunica/photos/pcb.4398163066918284/4398162866918304>> Acesso em 15 nov. 2021

torna também um meio de divulgação de seu trabalho e de construção de uma boa imagem junto à população local.

Cesar Neves, por sua vez, foi diretor coordenador da Diretoria da Festa no triênio 2009/2011 e considera que sua gestão resultou no crescimento da divulgação do Círio fora do Estado, no resgate da respeitabilidade da Diretoria da Festa, na negociação do já mencionado terreno do Exército e na reorganização do Arraial de Nazaré (KLEBER..., 2011). Médico neurologista e neurocirurgião, já foi diretor financeiro e presidente da Unimed Belém (ANTÔNIO..., c2001), empresa patrocinadora oficial do Círio desde o início do projeto, e continua como membro da Diretoria da Festa. Nesta pesquisa, a relação entre a empresa e a Igreja, envolvendo o uso do espaço, evidenciou-se com a gratuidade na cessão da área do estacionamento do Complexo Arquitetônico de Nazaré para a distribuição, aos clientes, de medicamentos de eficácia não reconhecida para o combate à Covid-19 (FIGURA 53).⁷¹ Embora não esteja mais na direção da Unimed, a participação de Cesar Neves na Diretoria da Festa, somada ao fato de a empresa ser constantemente uma patrocinadora oficial, pode possibilitar a sua interlocução no atendimento a interesses da empresa e da Igreja.

⁷¹A polêmica formada em torno dessa distribuição levou a se cogitar a possibilidade do então presidente da empresa, Wilson Yoshimitsu Niwa, prestar esclarecimentos sobre essa ação à Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada em 2021, para apurar as ações e omissões do governo federal no enfrentamento à pandemia da Covid-19. Segundo o site do Senado⁷¹, o requerimento de convocação, datado do mês de abril (ANEXO I) foi retirado no mês de junho.

Figura 53 - Distribuição de medicamentos pela Unimed no CAN

UNIMED BELÉM
CONTRA O CORONAVÍRUS

**DISTRIBUIÇÃO DE
MEDICAMENTOS**

Caros Beneficiários,

Nesta segunda-feira (11/05), às 14h, a Unimed Belém iniciará, por meio de Drive Thru, a distribuição gratuita de medicamentos utilizados no tratamento da Covid-19.

O posto de distribuição se localiza no Complexo Arquitetônico de Nazaré (CAN), cedido gratuitamente pela Basílica Santuário de Nazaré e pelo Grupo Intelpark Estacionamento. A entrada será pela Av. Gentil Bittencourt (entre Generalíssimo Deodoro e 14 de Março).

Horário de funcionamento:
- Segunda a Sexta-feira de 8h às 17h;
- Sábado de 8h às 12h.

Medicamentos disponíveis:
| Cloroquina 450mg | Azitromicina 500mg | Ivermectina 6mg |

ATENÇÃO!!!

- Será dispensado um kit por beneficiário;
- Os medicamentos dispensados não são de cobertura obrigatória, estão sendo doados por liberalidade da Cooperativa, tendo em vista a dificuldade na aquisição dessas medicações nas farmácias locais;
- O médico é responsável pelo tratamento do paciente e caso prescreva Cloroquina, deverá aplicar o Termo de Consentimento.

Para retirar o(s) medicamento(s), o beneficiário Unimed Belém deverá apresentar:

1. Documento oficial com foto;
2. Carteirinha da Unimed Belém;
3. Receita médica legível em nome do beneficiário.

Unimed Belém

ANS - nº 303976

Fonte: Site Roma News⁷²

Ressalta-se, ainda, as articulações entre entidades da sociedade civil, poder público e Diretoria da Festa, destacando-se, neste estudo, ações mais recentes, envolvendo espaços públicos, voltadas diretamente à turistificação do Círio: os projetos complementares Caminho de Nazinha e Maniôbão do Romeiro. Conforme Figuras 54 e 55, o site da SETUR afirma a criação de novos produtos turísticos, referindo-se aos supracitados projetos, em parceria com a Diretoria da Festa e com o Instituto de Pesquisa da Cozinha e da Cultura Brasileiras - IPCB, além da reformulação do site do Círio, para o qual já houve referência na presente pesquisa.

⁷²Disponível em: < <https://www.romanews.com.br/cidade/unimed-belem-inicia-distribuicao-gratuita-de-medicamentos-por-meio-de/78625/>>. Acesso em 16 nov. 2021

Figura 54 - Divulgação do produto “Caminho de Nazaré” pela SETUR



Fonte: Site SETUR⁷³

Figura 55 - Divulgação do produto “Maniçobão do Romeiro” pela SETUR



Fonte: Site SETUR⁷⁴

⁷³ Disponível em: <<http://www.setur.pa.gov.br/noticia/setur-diversificou-acoes-de-promocao-ao-turismo-no-cirio-2019>>. Acesso em 16 nov. 2021.

De acordo com o seu site⁷⁵, o IPCB é uma:

Organização não governamental sem fins lucrativos e que tem como objetivo principal o estudo sobre a cozinha brasileira em seus aspectos teóricos, práticos e culturais. O IPCB quer contribuir para o fortalecimento das tradições, das práticas e dos saberes brasileiros, assim como promover atividades e ações de impacto social que instiguem, valorizem e divulguem a cozinha brasileira como fator de identidade nacional e como ferramenta para o desenvolvimento social.

Em relação às atividades e ações de impacto social, ainda segundo o site, o IPCB tem atuado em projetos filantrópicos, em parceria com instituições católicas, para a doação de alimentos preparados na sede do instituto. Nessa mesma perspectiva, somada à possibilidade de criação de novos produtos turísticos, foram criados os projetos desenvolvidos no período do Círio em Belém.

O projeto Caminho de Nazinha, atualmente chamado Caminho de Nossa Senhora de Nazaré, foi elaborado pelo presidente do Instituto, Ricardo Frugoli, possivelmente a partir da pesquisa acadêmica por ele desenvolvida⁷⁶, na qual ele acompanhou a romaria que ocorre entre os municípios de Castanhal e Belém, às vésperas do Círio, patrimonializada em nível estadual, em 2009, pela Lei Nº 7.259.

Conforme o site supracitado, esse “caminho religioso” é:

[...] detentor de muitas potencialidades enquanto rota turístico-religiosa, mas necessitando de incentivo para que tais potencialidades possam ser melhor exploradas turística e culturalmente pela comunidade local e melhor percebidas a nível nacional e internacional. Com o foco em promover a infraestrutura necessária para a realização de ações voltadas à visibilidade do Caminho de Nossa Senhora de Nazaré, ao acolhimento ao turista de fé (romeiro), bem como à divulgação turística e cultural da cidade de Belém e do Estado do Pará, o IPCB propôs o Projeto [...].

Também na perspectiva do acolhimento aos peregrinos e divulgação aos turistas, o projeto Maniçobão do Romeiro teve, como inspiração, o preparo e o consumo da maniçoba, prato típico da gastronomia paraense, presente no almoço do Círio, cujo preparo envolve o cozimento de folhas de mandioca, durando cerca de sete dias. O aroma desse processo é característico e costuma ser associado ao Círio. Desse modo, conforme seu site, o IPCB deu início ao projeto em 2018, servindo 2.500 (duas mil e quinhentas) refeições. Conforme verificado em visita realizada para esta pesquisa, em 2019, foi instalada uma tenda, nas proximidades da Avenida Nazaré, onde a maniçoba era preparada de modo que os interessados pudessem conhecer e participar do processo (FIGURA 56).

⁷⁴Ibidem

⁷⁵Disponível em: <<https://www.ipcb.net.br/about>>. Acesso em 16 nov. 2021

⁷⁶ Tese de doutorado, concluído em 2019, intitulada “Turismo Religioso, Hospitalidade e Acolhimento na Romaria de Nossa Senhora de Nazaré: O Caminho da Casa da Mãe”. Em artigo intitulado “A romaria de Nossa Senhora de Nazaré e o turismo de fé religiosa: um estudo etnográfico” há referência à tese como pesquisa etnográfica sobre tal romaria, acompanhando um grupo que desde a década de 1970 faz o percurso entre os municípios de Castanhal e Belém.

Figura 56 - Preparação da maniçoba no Projeto Maniçobão do Romeiro



Foto: Débora Serra (2019)

Ambos os projetos sinalizam o interesse de agentes hegemônicos da turistificação do espaço do Círio na mercantilização de manifestações culturais consideradas espontâneas em seus vínculos com a festividade, seja pela espetacularização do modo de fazer a maniçoba, algo que, em geral, se restringe ao âmbito doméstico e familiar, seja na ampliação do controle sobre o percurso utilizado para práticas ligadas à devoção, envolvendo o sacrifício. Concomitantemente, ambos os projetos se baseiam na caridade, o que facilita a produção de um consenso de modo que os interesses burgueses passam a ser generalizados entre as outras classes, tornando-se hegemônicos.

Compreende-se, a partir do exposto, que o espaço concebido pelos agentes hegemônicos da produção do espaço do Círio, envolve tanto a programação tida como “oficial”, quanto a tratada como “não oficial”, o que não significa que tais agentes, em seu conjunto, busquem uma integração entre essas programações. A Igreja, via Diretoria da Festa, e os diversos meios de comunicação representantes dos interesses burgueses têm colocado os eventos considerados profanos à margem de uma pretensa oficialidade, enquanto o poder público, dependendo da visão dos seus representantes, ora contribui para essa concepção mais segregadora, ora atua por uma perspectiva mais integradora, atendendo, ainda que minimamente, a interesses de grupos subalternos.

Como será discutido no próximo tópico, essa perspectiva mais integradora, embora não retire do Estado restrito capitalista a sua função de proteção aos interesses burgueses, mesmo em governos considerados progressistas, contribui para que os grupos subalternos mantenham o ânimo sobre o atendimento aos seus interesses, reforçando a percepção coletiva de práticas espaciais não produzidas a partir da lógica do mercado e potencializando, no espaço vivido, as subjetividades que poderão, numa

visão mais crítica da sociedade, conduzir a processos revolucionários como o do direito à festa, que se vincula ao direito à cidade.

4.2. O espaço percebido do Círio e o vivido como potência para a restituição da Festa

A análise da produção do espaço pela dialética lefebvriana, composta pela tríade dos espaços percebido, concebido e vivido, tem como princípio a interação dessas dimensões, conforme aponta Schmid (2012), não havendo uma ordem específica a ser seguida, dado que elas se encontram, simultaneamente, em constante movimento.

Assim, a presente pesquisa priorizou a análise sobre a concepção do espaço, considerando que, no capitalismo, os agentes hegemônicos da patrimonialização e da turistificação determinam o que deve ser considerado como patrimônio e/ou atrativo turístico e garantem a aceitação do que está sendo por eles determinado por meio da construção de consensos pelos planejadores espaciais (intelectuais orgânicos da burguesia), mas também da coerção. Nesse processo, o espaço concebido para ser turistificado e patrimonializado é produzido e reproduzido buscando-se homogeneizá-lo, acentuando integrações e segregações visíveis na relação centro- periferia.

Compreendendo que cada Estado busca construir uma sociedade homogênea, e, ao mesmo tempo, buscando ressaltar a importância da inclusão do espaço nas análises marxistas, Lefebvre (2013) concorda com os cientistas políticos que afirmam que o Estado se trata de um “[...] quadro de um poder de decisão de tal forma que os interesses das minorias - classes e frações de classe - são impostos a ponto de se tornarem do interesse geral” (2013, p. 318, tradução nossa). Tal citação vai ao encontro do que Gramsci (2007a) aponta como terceiro momento da consciência política coletiva, conforme abordado no primeiro capítulo. Todavia, enquanto Lefebvre aponta a estrutura espacial como o “algo mais” que precisa ser adicionado ao Estado, uma vez que “somente os conceitos de espaço e sua produção permitem que o quadro de poder (realidade e conceito) alcance o concreto” (Lefebvre, 2013, p. 318, tradução nossa), é possível também acrescentar que, por meio da visão gramsciana de Estado integral, a classe ou as frações da classe burguesa constituem aparelhos privados de hegemonia e se tornam parte desse Estado homogeneizador da sociedade.

A materialidade, visível no espaço de modo coletivo, não necessariamente pelo sentido da visão, mas identificado pelos demais sentidos, é base para as análises sobre o espaço percebido. Porém, conforme Lefebvre (2013), a homogeneização do espaço apresenta o risco de torná-lo indiscernível. Para ele:

Pode-se destacar que o espaço arquitetônico e urbano na modernidade tende a esse caráter homogêneo: lugar da confusão e da fusão entre o geométrico e o visual, que engendra um desconforto físico. Tudo parece igual. Não há mais localização ou lateralização. Significadores e significados, marcas, indicadores são adicionados posteriormente como

decoração. O que fortalece a impressão desértica e desconfortável (2013, p. 245, tradução nossa).

Para Lefebvre (2013), a homogeneização é uma meta, um objetivo de um espaço produzido no capitalismo, o chamado espaço abstrato, porém ela não chega a se realizar completamente. O ato de conceber tal espaço proporciona a ilusão de um conceito, que esconde um jogo de poder e saber, que é percebido quando se busca o que está por trás desse espaço. Aparentando a homogeneidade, o espaço abstrato não é simples, pois é, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido. Ainda para o autor:

O mesmo espaço abstrato pode procurar benefício, privilegiar alguns lugares organizando sua hierarquia, estipular a segregação (para alguns) e integração (para outros). As estratégias têm vários 'alvos', enfocando certos objetos, de acordo com os recursos e desafios. (2013, p. 324, 325, tradução nossa)

Referindo-se à prática espacial, que corresponde ao espaço percebido, Lefebvre (2013) prossegue afirmando que:

Assim, a prática espacial define simultaneamente: os lugares, a relação do local com global; uma representação dessas relações; ações e signos; espaços cotidianos banalizados ou espaços privilegiados, espaços que por mediação simbólica são considerados propícios ou desfavoráveis, benéficos ou maléficos, autorizados ou proibidos para grupos específicos. Não se trata de “lugares” físicos ou literários, de topoi filosóficos, mas de lugares políticos e sociais (2013, p. 324, 325, tradução nossa).

Um olhar atento para o espaço percebido permite identificar o que se impõe sobre ele pelos agentes hegemônicos da produção do espaço. Desse modo, pode-se afirmar que o espaço concebido para o Círio dito oficial, pelo Estado integral burguês, apresenta características do espaço abstrato, que tem em seu horizonte a homogeneização pela eliminação do que se diferencia dos valores do catolicismo, embora se mantendo desigualdades, inclusive em relação ao nível social ou econômico de seus participantes, facilitando-se, ainda, o controle sobre tal espaço.

A expansão espacial e temporal do chamado “Círio Oficial”, processo que teve seu início vinculado à sua turistificação, apresenta materialidades captadas por sentidos como a visão e a audição, que contribuem para identificação, no espaço percebido, da hegemonia de seus agentes na produção do espaço da festividade como um todo. Participando do Estado integral burguês, a Igreja, por meio dos membros do clero e leigos que compõem a Diretoria da Festa, define quando o “Círio oficial” inicia e termina e onde ela se fará presente, tanto por meio da definição dos percursos das procissões, quanto, com a ativa participação dos fiéis, por meio das peregrinações das imagens, após a Missa do Mandato, ultrapassando os limites do município de Belém, não se desconsiderando o alcance, cada vez mais ampliado, de seus meios de comunicação.

As práticas espaciais no Círio, vinculadas a materialidades produzidas, também, na concepção do espaço e captadas pelos sentidos, são moldadas, sobretudo, pelas normas criadas pelos agentes hegemônicos para ampliar seu controle sobre o evento, seja pelo consenso, seja pela coerção. Considerando que a sociedade civil, segundo Bianchi (2007), atua não apenas na fabricação do consenso, mas, também, em ações coercitivas, verifica-se, no Círio, que a Igreja busca convencer os participantes de que há a necessidade do cumprimento das normas, com o discurso que evoca, principalmente, a realização da evangelização. Todavia, por meio da Guarda de Nazaré, ela não deixa de atuar coercitivamente para manter o máximo possível de controle sobre os eventos por ela organizados, tendo, também, o apoio coercitivo do poder público, que investe parte de seus recursos humanos na disponibilização de um amplo aparato de segurança para atuar nos eventos, envolvendo instituições como as Forças Armadas, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, entre outros, conforme se verifica na Figura 57, que retrata o momento em que membros de algumas dessas instituições aguardam a chegada da imagem peregrina na Escadinha do Porto, ao final da Romaria Fluvial.

Figura 57 - Aparato de segurança na chegada da Romaria Fluvial



Foto: Débora Serra (2019)

Além do apoio do poder público, a hegemonia da Igreja no Círio é possibilitada, como tratado anteriormente, pelos patrocínios que sua programação recebe da iniciativa privada. Até mesmo o seu principal meio de coerção, a Guarda de Nazaré, recebe investimentos privados, conforme aponta a Figura 58:

Figura 58 - Patrocinadores da Guarda de Nazaré



Fonte: Instagram da Guarda de Nazaré⁷⁷

Como principais interessados na manutenção da propriedade privada dos meios de produção e na mercantilização dos mais diversos elementos da vida em sociedade, dentre eles o espaço, a classe burguesa, na perspectiva gramsciana, necessita generalizar seus interesses e o faz criando ou apoiando aparelhos privados de hegemonia. Em Belém, o investimento no seu maior evento, tornado patrimônio e atrativo para milhares de turistas, fortalece a hegemonia burguesa quando a Igreja o insere e justifica essa inserção na lógica de mercado.

O espaço percebido do Círio revela, então, a partir das materialidades, que ele oportuniza cada vez mais a divulgação de produtos e serviços e a geração de renda, aparentando, assim, atender aos interesses de todas as classes sociais. Mas, ainda sob um olhar mais atento, particularmente na Procissão Principal e na Trasladação, as práticas espaciais não deixam de revelar e contrariar o discurso comum da igualdade⁷⁸

⁷⁷Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CN_M_b5BMmz/?utm_source=ig_embed&ig_rid=198ca941-9d87-4198-9ff5-bdde0d3ca442>.

⁷⁸ O ex-governador Simão Jatene, em entrevista ao site Fonte Brasil, afirmou: "É impressionante como as diferenças desaparecem durante a procissão. São pessoas de várias raças, idades e classes sociais unidas por um mesmo sentimento de fé e crença na mãe de Deus". (LIMA, 2011). Outro exemplo desse discurso se encontra na fala do historiador Aldrin Figueiredo em entrevista ao site da construtora Leal Moreira: "É só você ver: judeus vão ao Círio, evangélicos servem comida e água. É um transe, uma emoção, um diluidor de diferenças de classe. Não tem ateu que não fique tocado". (CÍRIO..., 2018).

entre todos os que participam de tais eventos: a mercantilização do espaço público para a montagem de arquibancadas ou a transformação de espaços privados residenciais ou comerciais, localizados no trajeto da procissão, para o mesmo fim, com lugares vendidos a preços que a maioria dos participantes não pode pagar, exemplificam a segregação ocasionada pela espetacularização do evento. A Figura 59 apresenta as ofertas de arquibancadas para o acompanhamento das referidas procissões em um clube de futebol localizado na Avenida Nazaré, esta que, a propósito, tem seus imóveis valorizados no mercado imobiliário, entre outras razões, pela sua localização considerada privilegiada para assistir à passagem das procissões (ALBUQUERQUE, 2021).

Figura 59 - Arquibancada em clube localizado na Av. Nazaré



Foto: Ronaldo Carneiro

Vale ressaltar que, pelo menos em parte, a programação do Círio tratada como não oficial também se apresenta aos agentes da oferta mercadológica como um importante momento para a sua promoção e divulgação, a exemplo do Arrastão do Círio, que, conforme tópico anterior, tem sido patrocinado por grandes empresas por meio de leis de incentivo à cultura com recursos oriundos de renúncia fiscal.

Compreende-se, nesse estudo, que o visível por meio da mídia, também pode se inserir nas análises sobre o espaço percebido, de modo que, a ênfase na programação realizada pela Igreja se contrapõe à quase ausência de divulgação dos eventos tidos como não oficiais, principalmente os mais recentes, como

a Romaria Poética, que é mencionada no parecer elaborado pelo IPHAN para a revalidação do título de patrimônio imaterial concedido ao Círio. Tal documento informa:

Em 2013 teve início a Romaria Poética, que apresenta como um de seus principais fundadores o escritor Rui do Carmo. Acontece durante o Círio e surgiu inicialmente de forma autônoma e independente, sem apoio dos poderes públicos. Posteriormente, obteve parceria com a Prefeitura de Belém e com a Fundação Cultural do Município de Belém (FUNBEL). A romaria é organizada por estações marcadas por paradas para apresentações de grupos culturais, que se concentram em prédios reconhecidos como patrimônio cultural, como o Palácio Lauro Sodré, a Igreja da Sé, a Igreja de Santo Alexandre e o Forte do Castelo.

Em consulta ao site de pesquisa Google, apenas duas matérias divulgando o evento foram encontradas. A mais recente, de 2018, afirma que “quem passou pelas principais ruas do bairro da Cidade Velha, em Belém, na noite desta terça-feira, 9, foi surpreendido pela Romaria Poética” (ROMARIA ..., 2018). Porém, o texto prossegue afirmando que o evento se encontra em sua sexta edição, ocorrendo anualmente às vésperas do Círio, o que possibilita questionar se surpreendente não seria o fato do evento daquele ano ainda surpreender quem percorre as ruas da Cidade Velha.

Mesmo no caso dos principais eventos ditos não oficiais, patrimonializados e existentes há décadas, sua existência surpreende parte dos turistas que visitam Belém para participar do Círio, a exemplo de Santa Bernadete⁷⁹, moradora de São Luís- MA, que participa do Círio desde 2017 por influência de sua mãe, também moradora de São Luís, mas participante do Círio, anualmente, há cerca de 15 anos. Quando perguntada sobre os eventos Auto do Círio, Arrastão do Círio e Festa da Chiquita, ela informou que só ouviu falar no Arrastão do Círio por estar próximo do local em que esse evento estava acontecendo.

Se tais eventos, que ocorrem nos bairros centrais de Belém, ficam fora do espaço percebido por parte dos participantes do Círio, infere-se que propostas segregadoras, a exemplo da que foi feita para a Festa da Chiquita, em 2014, conforme mencionado anteriormente, reduziriam ainda mais a visibilidade sobre ela, uma vez que ela passaria a ser realizada em um lugar turistificado, o Portal da Amazônia, mas que está localizado em bairro considerado periférico de Belém.

Em relação à queima de fogos pelos estivadores, observa-se que, possivelmente, a constância da sua realização em um lugar cujo nome guarda relação com essa categoria profissional, a Praça dos Estivadores, conduziu parte da população a não perceber que essa homenagem deixou de ocorrer desde o ano de 2017, ficando apenas a realizada, nas proximidades, pelo Sindicato dos Arrumadores. Santa Brígida⁸⁰ relata que costumava participar da Procissão Principal, mas que nos anos 2018 e 2019 escolheu participar da Trasladação para conhecer e “participar dos fogos dos estivadores”, por ser a mais famosa das homenagens na referida procissão. Ela afirma que:

⁷⁹ Entrevista concedida à autora em 01 dez. 2021, utilizando-se esse codinome para garantir o anonimato da entrevistada.

⁸⁰ Entrevista concedida à autora em 07 dez. 2021, utilizando-se esse codinome para garantir o anonimato da entrevistada.

Eu sempre ouvi falar que os fogos eram disparados da Praça dos Estivadores por ser uma homenagem feita pelos estivadores. E a primeira vez que eu fui, [...] eu fiquei assim num ponto que não dava pra ver de onde eles eram disparados, [...] mas eu fiquei num ponto estratégico [...] e vi toda aquela luminosidade no céu. Já no segundo ano foi que, quando eu cheguei no local, me falaram que ia ser disparado do rio. E foi bem bonito! Eu achei mais bonito do que da primeira vez. Do ponto que eu estava também, bem próximo. Eu já fiquei na Praça dos Estivadores no segundo ano.

A não continuidade da homenagem dos estivadores se deve ao fato de que o lugar em que ela acontecia dava sentido à sua realização, o que não ocorre em relação ao lugar oferecido pelo poder público em sua proposta segregadora: uma balsa na Baía do Guajará, onde já se realiza a homenagem de outra categoria. Ponte (2019, p. 52) considera que:

Sobre a mudança de lugar da homenagem, os representantes das instituições falam como uma alternativa viável e sem justificativa para recusa por parte do sindicato. Porém, para os estivadores o local foi definido historicamente e permaneceu o mesmo apesar da mudança de endereço da sede do Sindicato, pois o lugar onde a homenagem acontecia é elemento importante e inegociável. Eles disseram: “Não vamos fazer nossa homenagem no mesmo lugar que outra instituição, da mesma forma que o Banco da Amazônia não faria uma homenagem na frente da Caixa Econômica, por exemplo”.

Os exemplos aqui abordados induzem à compreensão de que o espaço do Círio, na concepção dos agentes hegemônicos, tende a se tornar homogêneo a partir da perspectiva do que é considerado oficial da festividade, portanto, da programação realizada pela Igreja. Estando essa programação cada vez mais mediada pelo capital, ratifica-se que o espaço do Círio pode ser analisado como um espaço abstrato.

Para Lefebvre (2013), o espaço abstrato parece homogêneo e essa pseudo homogeneidade serve como instrumento que atua na varredura de tudo que insiste em ser diferente. Desse modo, as possibilidades da vivência do espaço diferencial se reduzem e, em outras palavras, a construção de uma nova hegemonia, eliminando a condição de subalternidade imposta à maioria dos indivíduos. Todavia, ainda conforme o autor, “esta homogeneidade instrumental do espaço, [...], é ilusória, e a descrição empírica do espaço a consagra, aceitando-se criticamente a instrumentalidade como tal”. (2013, p. 322, tradução nossa). Nessa perspectiva, a questão da dominação e da redução da possibilidade de apropriação são discutidas, de modo que, para ele:

Quanto mais funcionalizado está um espaço - quanto mais se encontra dominado pelos “agentes” que o manipulam e o tornam unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por que? Bem, porque está localizado fora do tempo vivido, tempo diversificado e complexo vivenciado pelos usuários.

Gutierrez (2013, p.44, tradução nossa), aborda as lógicas da dominação e da apropriação na perspectiva lefebvriana sob a crítica social do urbanismo e questiona onde fica o desejo, o transfuncional,

o lúdico e o simbólico em um urbanismo normalizado e normativo em que toda a existência se reduz simplesmente à função.

Assim, o espaço produzido do Círio pela mediação do capital apresenta contradições que o colocam, enquanto evento aglutinador de multidões, como potencial para questionamentos e protestos que podem, em longo prazo, conduzi-lo a realização de ações com perspectiva revolucionária. Esse potencial se apresenta no espaço vivido, na apropriação que se realiza pela negação da ação ditada pelas normas impostas pelo espaço concebido e materializadas no percebido.

Para Matias (2016, p. 164):

Henri Lefebvre nos ajuda a perceber que o concebido nem sempre é pensado para o vivido, denunciando a falta de relação entre teoria e práxis e, por conseguinte, a falta de apropriação do espaço que o concebido – quando realizado de maneira separada do vivido – inevitavelmente propicia. O percebido, por sua vez, produz em duas vias a alienação e a apropriação. Neste sentido é que quando nos negamos a agir de forma normativa, estamos também nos apropriando do espaço e, com isto, vencendo – no vivido – a alienação do percebido.

Na sua concepção de espaço do Círio, a Igreja, associada ao poder público e à iniciativa privada, estabelecem o espaço dominante da festividade, a partir de sua “programação oficial”. Todavia, com base em Lefebvre (2013), na dimensão do espaço vivido, ou seja, naquele que se apresenta como dominado e passivamente experimentado, a imaginação de quem o vivencia guarda o desejo da apropriação e da transformação.

Nesse sentido, Alves (1980) revelava, em sua pesquisa, que, desde a década de 1970, o poder da Igreja sobre o que se considerava como a parte profana do Círio, se ampliou. Para tanto, as estratégias utilizadas envolveram coerção e consenso, com a criação da Guarda de Nazaré sob o discurso da manutenção do caráter religioso, recreativo, turístico e educativo da festividade. Desse modo, o domínio sobre o espaço do Círio pela Igreja se ampliava, a partir de sua concepção do espaço da festividade pelos agentes hegemônicos, ampliando-se, também, o desejo dos subalternos pela apropriação desse espaço, na dimensão do vivido.

Os eventos da programação dita não oficial, com destaque para o Auto do Círio, o Arrastão do Círio e a Festa da Chiquita, foram criados após essa redução do que se caracterizava como “lado profano” do Círio e carregam, em si, o desejo da apropriação do espaço da festividade, fomentando novas práticas espaciais que passaram a concorrer com o que estava sendo imposto pelos agentes hegemônicos. No decorrer do tempo, tais eventos passaram a fazer parte do espaço concebido da festividade, inclusive pela sua patrimonialização e turistificação, ainda que, no caso da Festa da Chiquita, numa tensa relação com a Igreja.

O Parecer Técnico que deu base para a revalidação do título de patrimônio imaterial pelo IPHAN, em 2021, revelou outras apropriações no espaço do Círio, que estão para além da programação “oficial”, expandindo-se as possibilidades de negação do que se impõe no concebido, com a inclusão de eventos como a Remaria, a Romaria Poética e as festas de aparelhagem, além da participação de segmentos religiosos não católicos.

Ainda no referido Parecer Técnico, a dimensão do espaço vivido no Círio se revela com a exposição da letra da música de autoria de Leona Vingativa, celebridade trans nas redes sociais em Belém, intitulada “Frescáh no Círio”. Trechos como “Todas vão frescar no Círio/ Vai dar bicha de quilo, vai” e “Bi, larga os boy/ Vai rezar, se salvar/ Senão vou chamar Feliciano pra te curar/ Ela se esfrega nos boy/ Ela dá água pros boy/ E vai na corda com os boy/ E cora o look da Naza” indicam a forma como parte do público LGBTQIA+⁸¹ vivencia a festividade, mesclando devoção, diversão e crítica a quem considera a homossexualidade uma doença.

O espaço vivido do Círio, cuja apropriação se coloca como oportunidade para a realização de protestos é também observado por Carlos *et al*(2021, p. 226-227) ao abordarem os tempos e espaços desse evento. Para eles:

Há formas de apropriação da Festa que geram protestos e que comunicam denúncias e que, por meio de interseções à santa, clamam por justiça social e pedem condenações, não no plano espiritual, apenas, mas primeiramente no plano material, no das relações sociais, que exigem mudanças nesse mesmo plano por meio dos sujeitos sociais e históricos.[...]. Para além disso, e contraditoriamente, a Festa do Círio pode ser pensada, ainda, como momento de suspensão do cotidiano, dialetizando o mundo da mimésis, ao mesmo tempo em que realiza o cotidiano na contradição entre tempo linear e tempo cíclico, entre metamorfose e permanência. Resiste, persiste e, assim, sobrevive, como uma possibilidade diferenciada de apropriação da cidade.

A gravidade da pandemia da COVID-19 impossibilitou a realização da programação habitual do Círio no ano de 2020, dada a necessidade de se evitar aglomerações, utilizando-se os meios virtuais para a transmissão de eventos realizados sem a presença do público, conforme Quadro 10:

Quadro 10: Programação Virtual Círio 2020 (2º final de semana de outubro)

CÍRIO 2020 – PROGRAMAÇÃO VIRTUAL (2º FINAL DE SEMANA DE OUTUBRO)	
DATA	EVENTO
09/10/2020 (sexta-feira)	18:00: Missa celebrada pelo Arcebispo Dom Alberto Taveira, na Basílica 19:00: Apresentação do manto do Círio 2020 20:00: Live musical com o Grupo AMA, na Basílica 20:30: Auto do Círio
10/10/2020 (sábado)	08:30: Missa na Basílica Santuário de Nazaré 09:30: Pregação na Basílica pelo Padre João Paulo Dantas 11:00: Arrastão do Círio 11:30: Descida da Imagem Original do Glória

⁸¹ Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexual e outras variações de sexo e gênero.

	18:00: Missa na Capela do Colégio Gentil Bittencourt 19:00: Programação Círio 2020 -Trasladação 20:00: Especial “Fé sem distâncias” 20:40: Live musical “Decore a Berlinda” 22:00: Festa da Chiquita 22:10: Bênção do Cônego Roberto Cavalli 22:30: Live musical com o Ministério Sal e Luz, na Catedral de Belém
11/10/2020 (domingo)	07:00: Missa celebrada pelo Arcebispo Dom Alberto Taveira, na Catedral de Belém 08:00: Sobrevoo da Imagem Peregrina sobre hospitais da capital 10:00: Terço Mariano, com Dom Alberto Taveira 11:30: Missa de encerramento celebrada por D. Antônio de Assis, Bispo Auxiliar de Belém 12:30: Encerramento da programação

Fontes: AUTO..., 2020; CÍRIO..., 2020; VAI..., 2020; ARRAIAL..., 2020 (organizado pela autora)

Com o slogan “Fé sem distâncias”, a programação realizada pela Igreja para o Círio 2020 foi transmitida em seus meios de comunicação apelando para que os fiéis acompanhassem em suas casas (FÉ..., 2020). Também em respeito aos protocolos de segurança estabelecidos para a redução do contágio da COVID-19, a Igreja considerou prudente não realizar qualquer procissão, o que não impediu que parte dos seus fiéis, organizados em grupos, realizassem os percursos da Trasladação (FIGURA 59) e da Procissão Principal, resultando em procissões espontâneas.

Figura 60 - Pequeno grupo realizando o percurso da Trasladação

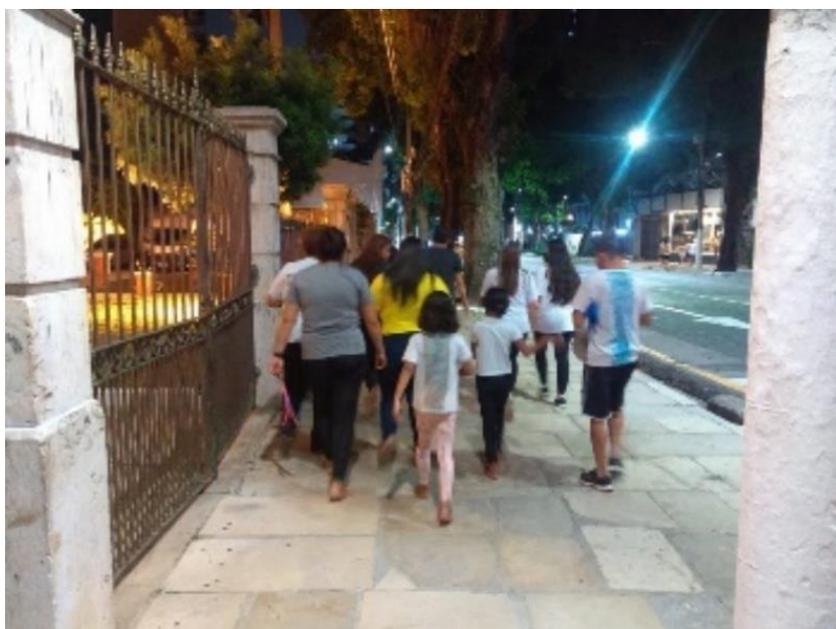


Foto: Ronaldo Carneiro (2020)

Assim, no dia da Procissão Principal, cerca de 100.000 (cem mil) pessoas foram às ruas, contrariando as orientações da Igreja (PROCISSÕES..., 2020), apropriando-se, temporariamente, do espaço que, ao longo dos anos, tem se vinculado à festividade, vivenciando, portanto, um Círio não normatizado pela Igreja e pelos demais agentes hegemônicos da sua realização (FIGURA 61)

Figura 61 - Procissão espontânea do Círio



Foto: Ronaldo Carneiro (2020)

De acordo com a figura acima, verifica-se uso de máscaras pela maioria dos participantes. A presença de imagens em berlindas, numa alusão à imagem peregrina, era constante, assim como outros elementos como ex-votos e pequenas cordas simbolizando a corda usada pelos promesseiros.

Algumas questões precisaram ser consideradas na decisão sobre fazer ou não o percurso das procissões em um período em que a pandemia, apesar de ter apresentado redução no número de casos, indicava a possibilidade de uma “segunda onda”. Para os entrevistados São Bernardo⁸² e Santa Bárbara⁸³, a motivação para participarem das procissões espontâneas estavam relacionadas à fé, devoção e amor à santa, aprendidos desde que eram crianças. Para São Bernardo:

Óbvio que a gente tem, assim, os nossos receios e etc. Embora tenha sido veiculado pela imprensa e tudo mais, nós tememos. Obviamente! Né? Mas, tem algo dentro da gente, sabe, que nos impulsiona. Eu acho que é uma força muito maior do que tudo isso. E essa força é o amor que a gente tem, que eu tenho por Nossa Senhora. [...] Eu me senti nessa obrigação de ir, de demonstrar essa fé que eu tenho.

Apesar de estar fazendo parte, na época, de um grupo de jovens católico e, portanto, estar mais próxima dos preceitos da Igreja, Santa Bárbara participou da procissão espontânea da Trasladação junto com outras pessoas do mesmo grupo, que se organizaram em segredo para isso. Ela afirma que:

Em nenhum momento eu me senti como se tivesse desobedecendo, não me senti mal por isso em nenhum momento. Até porque não foi tipo nem a um pedido “não vão”. Simplesmente a Diretoria do Círio decidiu por não fazer a procissão oficial, justamente, porque, realmente, muito inviável pro cenário que a gente tava vivendo, tá vivendo ainda. Mas, o que me motivou mesmo, assim, foi a fé, em primeiro lugar, a devoção a Nossa Senhora de Nazaré. Então, tipo, o Círio é algo que, tipo assim, pra mim é muito marcante desde a minha infância.

⁸² Entrevista concedida à autora em 09 dez. 2021, utilizando-se esse codinome para garantir o anonimato da entrevistada.

⁸³ Entrevista concedida à autora em 10 dez. 2021, utilizando-se esse codinome para garantir o anonimato da entrevistada.

Então, tipo é inimaginável pra mim passar um ano sem ir pro Círio. [...]. Eu tinha que ir de alguma forma, nem que fosse ‘clandestinamente’.

Ciente da possibilidade de que o consenso sobre ficar em casa não se realizaria completamente, a Igreja, junto ao poder público, investiu em mecanismos coercitivos, o que se materializava no espaço e se percebia pelo fechamento da Basílica desde a sexta-feira até as primeiras horas da tarde do domingo, bem como pela expressiva quantidade de agentes de segurança e pelas grades que cercavam lugares como o entorno da Basílica (FIGURA 62) e da Catedral, uma vez que a imagem peregrina sairia de tais igrejas para sobrevoar os hospitais de Belém (ABERTURA..., 2020).

Figura 62 - Grades e presença da Guarda de Nazaré no entorno da Basílica

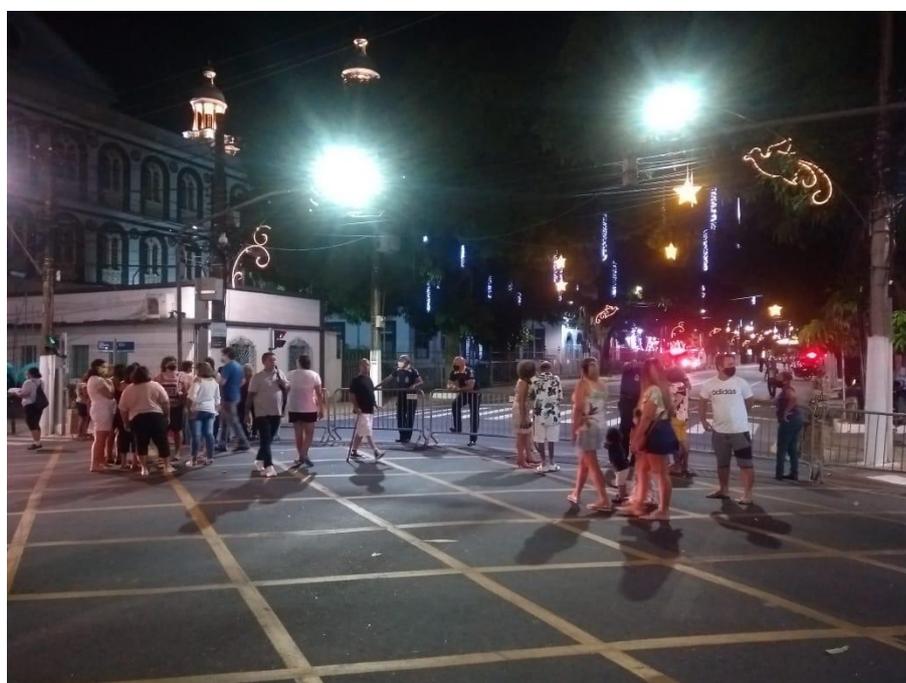


Foto: Ronaldo Carneiro (2020)

Além dos eventos virtuais, realizados no período de maior concentração de público, ou seja, no segundo final de semana de outubro, a quadra nazarena teve continuidade com eventos presenciais com acesso controlado, respeitando a capacidade de acordo com os protocolos de segurança. Assim, foram realizadas missas, exposição da imagem peregrina da Praça Santuário, uma versão reduzida do arraial e, como novidade, um túnel iluminado, também na Praça Santuário, cujo piso contava a história do Círio em quadrinhos (TÚNEL..., 2020). Em entrevista para um site jornalístico, Roberto Sousa, integrante da Diretoria da Festa, afirma que:

Esse percurso mostra uma historinha em quadrinhos do Círio, com fotos também dos mantos e cartazes para que as pessoas possam entender o que é o Círio principalmente para os

turistas que as vezes não entende o que acontece em Belém no segundo domingo de outubro que as vezes eles acabam vendo pela TV mas não entendendo o que é (TÚNEL..., 2020).

Em 2021, a Igreja, em sua autointitulada “Programação Oficial Círio 2021” (FIGURA 63), realizou os eventos seguindo os protocolos sanitários necessários para permitir a presença dos fiéis, embora também tenha realizado transmissões ao vivo pelos seus canais, considerando a redução da capacidade de seus espaços na garantia do distanciamento social. Obedecendo às orientações dos órgãos de saúde, as procissões não foram realizadas por essa entidade, exceto o Traslado Marituba-Ananindeua, realizado em veículos automotores.

Figura 63 – Programação Oficial Círio 2021

PROGRAMAÇÃO OFICIAL

Círio 2021

Semana do Círio

05/10: Missa solene de Abertura do **Círio 2021** na Basílica-Santuário, seguida de concerto musical com a Amazônia Jazz Band na Praça Santuário (18h).

07/10: Missa solene na Basílica-Santuário para Apresentação do Manto 2021 (18h).

08/10: Missa solene na Basílica-Santuário (06h) e Traslado da Imagem Peregrina para Marituba e Ananindeua, em Carro Berlinda sob a condução da Polícia Rodoviária Federal, com retorno a Belém por volta das 12h.

09/10: Pregação na Basílica-Santuário (10h30); Descida da Imagem Original do Glória (11h30); Homenagem da Esquadilha da Fumaça a Nossa Senhora de Nazaré (16h30); Missa da Trasladação no Colégio Gentil (18h, fechada ao público); e Live de Decoração da Berlinda (19h30).

10/10: Missa solene na Catedral da Sé (07h); Homenagem da Esquadilha da Fumaça a Nossa Senhora de Nazaré (08h); Sobrevoo da Imagem Peregrina sobre a cidade (08h30); Percurso do Círio em sobrevoo (11h); e Missa Solene na Basílica-Santuário (12h).





● Em todos os eventos será exigido o uso de máscaras e a utilização de álcool em gel para higienização das mãos. Para acesso às Igrejas (Basílica e Catedral), nas Missas que terão capacidade reduzida (distância de 1,5m entre os fiéis), será exigida a apresentação de carteira de vacinação demonstrando cobertura vacinal completa. Nenhuma procissão será realizada.

Fonte: PROGRAMAÇÃO..., (c2022)

A programação realizada com menos restrições em 2021 se deveu, principalmente, ao avanço na vacinação, iniciada no mesmo ano, e à redução no número de casos de COVID-19. Assim, como imaginado pela Igreja e pelo poder público, o número de pessoas realizando procissões espontâneas aumentou, chegando à estimativa de 400.000 (quatrocentas mil) participantes na Procissão Principal. (DOMINGO..., 2021). Nas Figuras 64 e 65, observa-se o controle no trânsito exercido pelo poder público

para proteger os participantes da Trasladação espontânea, mas também os métodos coercitivos para impedir a aglomeração no entorno da Basílica e da Igreja da Sé.

Figura 64 - Controle do trânsito em Trasladação espontânea



Foto: Magaly Caldas (2021)

Figura 65 - Grades e agentes de segurança pública nas proximidades da Igreja da Sé

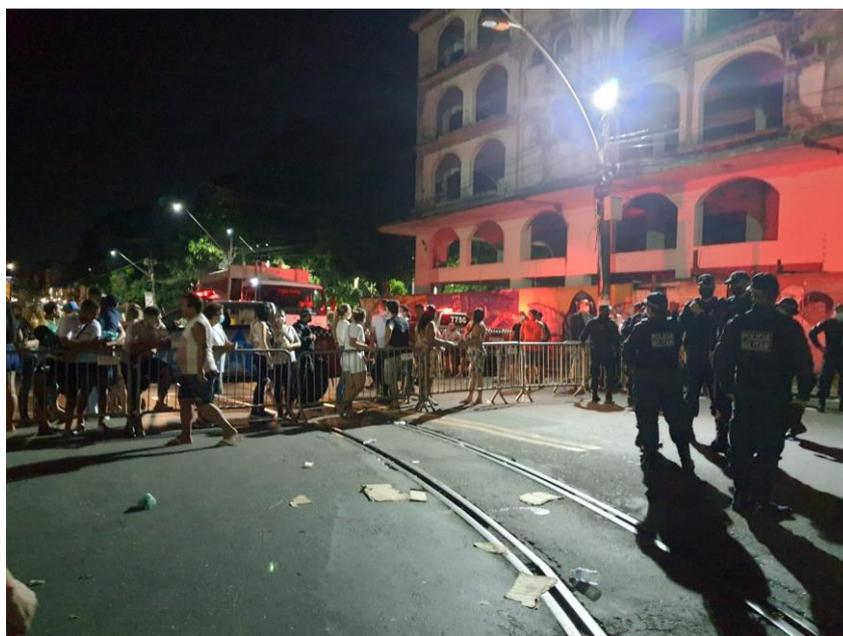


Foto: Magaly Caldas(2021)

Ademais, conforme Figuras 66 a 69, a expectativa pelas procissões espontâneas mobilizou a presença de comerciantes informais no percurso, bem como de grupos de apoio distribuindo água ou prestando socorros, e, ainda, a realização de homenagens com apresentações musicais, fogos de artifício, decoração nas fachadas, entre outros, o que, guardando-se as devidas proporções quanto ao quantitativo do público, tornou aquele ambiente um espaço-tempo semelhante ao que ocorria nas procissões realizadas pela Igreja antes da pandemia.

Figura 66 - Distribuição de água em Trasladação espontânea



Foto: Magaly Caldas (2021)

Figura 67 - Homenagem do Sindicato dos Arrumadores em Trasladação espontânea



Foto: Magaly Caldas (2021)

Figura 68 - Homenagem musical em procissão espontânea do Círio



Foto: Débora Serra (2021)

Figura 69 - Fiéis aguardando a chegada da Imagem Peregrina após procissão espontânea do Círio



Foto: Ronaldo Carneiro

O relato do entrevistado Delleam Cardoso Tatá Kitauange⁸⁴, estilista e sacerdote de Candomblé, abordando sua participação na Trasladação espontânea, revela diversos aspectos dos espaços concebido, percebido e vivido daquele evento, envolvendo ações coercitivas do poder público, a “clandestinidade” nas ações de fiéis vinculados à igreja e o efeito da pressão popular sobre agentes da segurança pública para protegerem os participantes.

⁸⁴ Entrevista concedida à autora em 11 dez. 2021.

Conhecido por diversos integrantes da Igreja Católica, em Belém, especialmente pela confecção de mantos e por ser proprietário de uma imagem de Nossa Senhora de Nazaré que costuma ser utilizada em diversos eventos, Delleam foi convidado por um grupo liderado por um seminarista, em conjunto com alguns guardas da santa e algumas pessoas vinculadas à catedral metropolitana, para participar da Trasladação espontânea que estava sendo organizada veladamente por eles. Apoiando o grupo com o empréstimo da sua imagem com um de seus mantos e um nicho, Delleam conta que a preparação e decoração da imagem com esses elementos foi realizada por ele, em segredo, numa das igrejas da área central de Belém, devido à articulação do seminarista com o pároco dessa igreja.

Ciente do fechamento de algumas ruas que dão acesso à Avenida Nazaré e do policiamento ostensivo, o grupo optou por não utilizar carro-som para fazer o percurso e seguiram a pé para as proximidades da Basílica. Fazendo orações, o grupo atraiu pessoas que estavam ao redor e a procissão se formou quando chegaram à supracitada avenida. Durante o percurso, foram realizadas várias homenagens e foi solicitado ao líder do grupo que a procissão seguisse mais lentamente para que houvesse tempo hábil para a finalização dos preparativos dos fogos do Sindicato dos Arrumadores, uma vez que membros dessa categoria profissional gostariam de realizar a homenagem durante a passagem de uma imagem. Chegando à Avenida Presidente Vargas, verificou-se que o trânsito não havia sido fechado e os próprios integrantes do grupo atuaram no controle do fluxo de carros para a passagem da procissão, o que se tornou impossível na chegada ao Boulevard Castilho França, dada a intensidade do fluxo. Desse modo, alguns integrantes do grupo pressionaram um agente de trânsito que estava nas proximidades, mas ainda duvidava da necessidade por não saber da realização da homenagem com fogos e subestimar a dimensão da procissão. A pressão surtiu efeito e o cortejo religioso seguiu até a catedral, recebendo, ainda, outra homenagem com fogos próximo ao Mercado de Peixe.

O relato apresentado demonstra que a devoção nazarena, em Belém, não se subordina completamente ao que rege a Igreja, sendo possível encontrar pessoas não católicas que são devotas da santa, a exemplo do próprio entrevistado Delleam, que é sacerdote de Candomblé da nação Angola, pertencente a essa religião desde a infância e desde esse período ele já tinha uma forte ligação com o Círio, sob influência de sua mãe e sua avó. Porém, para ele: “Candomblé é Candomblé e Nossa Senhora é Nossa Senhora. É uma coisa bem separada e eu acredito nos dois”.

Vale também mencionar um pequeno texto (FIGURA 70), não vinculado à pesquisa, mas que se torna interessante por expressar uma das mais contraditórias formas de devoção nazarena. Trata-se de um trecho da biografia do escritor paraense André Costa Nunes, que foi proprietário de um restaurante rural no município de Marituba. O texto acompanha o cardápio do estabelecimento.

Figura 70 - Breve biografia de autor paraense ateu e devoto de N. S. de Nazaré

André Costa Nunes, idealizador do Terra do Meio. Era ambientalista, comunista, filósofo, escritor, poeta e cronista, com cinco livros publicados. E como ele mesmo dizia: “Paraense, sou ateu. Filosoficamente, materialista. Mas, acima de tudo, sou devoto de Nossa Senhora de Nazaré”.

Foto: Débora Serra (2021)

No que se refere à programação da Igreja com a imagem peregrina, verificou-se que, mesmo à distância, em sobrevoo pela cidade, ela era aguardada por quem fazia o percurso. Em entrevista, Santa Albertina⁸⁵, participante de grupos católicos há mais de 25 anos, afirma que costuma participar tanto da Trasladação, como da Procissão Principal. Devido à pandemia, ela optou por não fazer o percurso em 2020, mas realizou, no domingo do Círio de 2021, na companhia de seu filho, o trajeto inverso (sentido Basílica-Catedral), evitando as aglomerações. Parando para observar o movimento nas proximidades do Ver-o-Peso, o helicóptero que levava a imagem da santa parou em sua direção. Segundo ela:

Foi muito bonito porque, quando ela veio, pois ela ficou em cima assim de nós, bem na nossa frente, no helicóptero, e o padre botou ela assim pra fora, a imagem da Nossa Senhora. Acho que era pra mim ver mesmo porque eu tenho muita fé em Nossa Senhora e entrego sempre todas as minhas dificuldades, meus problemas pra ela porque ela é a mãe e, junto com o filho, ficam intercedendo por nós. Por nós todos. E quando eu tô lá eu fico pedindo oração por todos. [...]. E foi muito bom. Foi lindo, mesmo. Lindo, lindo, lindo! Eu gostei muito! [...]. Eu não senti, assim, que eu tava desobedecendo uma regra da igreja, porque mesmo nós fomos, ficamos sempre afastados, [...], levamos álcool, [...], não tiramos as máscaras [...]. E foi isso. [...]. Eu me senti assim porque a gente, filho, sempre quer ver a mãe, né? [...]. Naquele dia especial eu tinha que ir lá ao menos pra dizer: ‘estou aqui’.

A pandemia da COVID-19, como evento que intensificou e deu mais nitidez às contradições capitalistas (FRESU, 2020), alterou o formato do Círio 2020 e 2021 e, contraditoriamente, ressaltou, por um lado, o poder da Igreja sobre elementos essenciais para a festividade, a exemplo da imagem peregrina e da Basílica como lugar de devoção e, por outro, a certeza de que as procissões podem ser realizadas sem esses elementos e sem a intervenção dessa instituição, que, no capitalismo, passou a ser sempre mais mediada pelo mercado.

Fazendo referência aos dois últimos anos, nos quais o formato do Círio foi alterado a partir da mediação do poder público com o intuito de evitar aglomerações, Albano Martins, na entrevista concedida à autora, observa que:

⁸⁵Entrevista concedida à autora em 07 dez. 2021, utilizando-se esse codinome para garantir o anonimato da entrevistada.

Acho que demos nossa contribuição com essa questão, mas espero realmente que o que ocorreu nesses dois anos fique nesses dois anos, se a gente realmente conseguir superar a pandemia. Que não haja essa interpretação equivocada de que alguém precisa licenciar o Círio de Nazaré ou permitir o Círio de Nazaré. Isso é um equívoco grave. Nosso papel é meramente instrumental: é organizar, é facilitar, é aproximar, é fomentar os benefícios para a população, pro estado, pro município, agregar valor a esse turismo religioso, criar conteúdo. Esse é o nosso papel. Agora, como o próprio bispo auxiliar disse, não havia ninguém, não havia ninguém do clero, não havia ninguém da Diretoria, ninguém indicava o caminho e o povo fez o Círio. Então, acho que essa é uma lição que precisa ficar muito clara pra todo mundo que organiza.

É possível inferir, então, a necessidade de que o poder da Igreja, tanto sobre a imagem peregrina, quanto sobre a original, fosse utilizado para demonstrar afinidade dessa instituição junto aos interesses dos fiéis, quando o arcebispo, ao final da missa na catedral, no domingo do Círio, e o diretor-coordenador da Diretoria da Festa, após a missa da Descida do Glória, na Basílica, levaram tais imagens ao encontro dos devotos, quebrando protocolos (AO FIM..., 2021; MOMENTO..., 2021).

Em contrapartida, verificou-se um reduzido controle da Igreja sobre as imagens utilizadas para as peregrinações, quando a mídia divulgou a expulsão de um guarda da santa, chamado Jairo Tapajós, por ele ter levado sua imagem para um evento em um terreiro de candomblé, o que tem sido considerado mais uma demonstração de intolerância religiosa de católicos, especialmente no que se refere às práticas relativas a crenças de matriz africana (GUARDA..., 2021).

Ainda contribuindo para a presente pesquisa, o entrevistado Delleam, amigo pessoal de Jairo Tapajós, informou que a situação ocorreu numa celebração de batizado no terreiro de sua mãe, uma vez que ela havia afirmado ao Jairo que, durante as peregrinações para o Círio, os vizinhos não incluíam o terreiro para receber a visita das imagens. Sensibilizado, Jairo acordou com a mãe de Delleam a visita ao terreiro e, como houve a presença da imprensa, a direção da Guarda de Nazaré soube do ocorrido e o expulsou por intolerância.

Tal situação contradiz a afirmação de Albano Martins, na entrevista concedida à autora, pois, para ele:

Na verdade, o Círio transcende um pouco essa questão do catolicismo, né? Ele abraça todas as religiões. É uma construção coletiva, é um evento sobretudo de fé. E aí cada um exerce a sua fé, ou, digamos assim, teoriza a sua fé conforme a sua religião. Mas, é sobretudo um evento de comunhão, um evento de partilha.

Todavia, é necessário compreender que há diferenças no modo de pensar entre os membros da Diretoria ou mesmo da Igreja como um todo. Sem citar nomes, referindo-se aos membros da Diretoria da Festa, Delleam afirma que:

Eu sou tratado assim por uns maravilhosamente bem. Inclusive, semana passada eu fui decorar a casa de um para o Natal. [...]. Me tratou super bem, eu faço as coisas pro Círio pra ele também lá, manto, as imagens dele, tudinho. Uma pessoa assim maravilhosa! Agora também tem aqueles que são assim, que passam do meu lado e viram a cara, atravessam a rua. Sabe, assim, parece que eu sou um monstro. Porque, é isso que eu tô falando, eu me visto de sacerdote do candomblé. Pode ser onde eu tiver, eu me visto, né? E aí é meio complicado. Tem gente que não gosta mesmo. [...]. É difícil!

Quanto à programação não realizada pela Igreja, os três eventos destacados no presente estudo, foram realizados de formas diferenciadas entre si: o Auto do Círio, pela sua característica de cortejo, semelhante a uma procissão, aconteceu novamente em ambiente virtual, mas no mesmo dia e horário que se realizava presencialmente (AUTO..., 2021); o Arrastão do Círio teve formato de show em um teatro de Belém (FIGURA 71), com ingresso pago e em data diversa da que ocorria antes da pandemia (CÍRIO..., 2021c), e a Chiquita, com o apoio da FUMBEL, foi realizada no Memorial dos Povos (FIGURA 71), com limite de lotação, durante o dia e início da noite (CARNEIRO, 2021).

Figura 71 - Arrastão do Círio no Teatro Margarida Schivasappa



Foto: Magaly Caldas (2021)

Figura 72 - Festa da Chiquita no Memorial dos Povos



Foto: Magaly Caldas (2021)

Compreendendo-se a necessidade da redução dos riscos de transmissão da COVID-19, vale ressaltar que, em 2020 e 2021, a programação considerada “não oficial”, sendo parte do espaço concebido pelo Estado restrito, não apresentou sua principal característica, que é a apropriação do espaço público pelos seus participantes.

A própria Festa da Chiquita, apesar de ter ocorrido ao ar livre, estava em área pertencente a um prédio público, cujo acesso é sempre controlado, inclusive nessa data, podendo-se afirmar que tanto o espaço, como o tempo definido para a sua realização, reduziu as possibilidades de se escapar do concebido.

Ademais, embora o apoio da FUMBEL indique que as disputas pela hegemonia na produção do espaço do Círio sigam transitando entre continuidades e rupturas, considerando as visões contrárias entre o atual prefeito e o prefeito anterior, que vetou a patrimonialização do evento como parte do Círio, a hegemonia do mercado se fez presente na realização de uma pequena feira gastronômica e artesanal (FIGURA 73), voltada para o nicho formado por quem deseja se diferenciar da maioria, o chamado público “alternativo”. A presença de agentes da oferta mercadológica, entretanto, mais que natural, é considerada, no modo de produção vigente, necessária para público e benéfica ao pequeno empreendedor. Contraditoriamente, a satisfação da necessidade do público depende inteiramente de sua disponibilidade de recursos financeiros, ao passo que, como categoria trabalhista, o pequeno empreendedor se caracteriza, em geral, por uma condição de trabalho precarizada. Desta forma, é necessária a compreensão de que, por mais progressista que seja o representante do poder público, sua atuação ocorre no Estado burguês e, portanto, deve atender aos interesses da burguesia.

Figura 73 - Feira gastronômica e artesanal na Festa da Chiquita



Foto: Débora Serra (2021)

A apropriação do espaço público ocorreu, porém, onde, nos anos pré-pandemia, os agentes hegemônicos da produção do espaço do Círio buscavam exercer o domínio. Ainda que Igreja, fortalecida por seus patrocinadores, e poder público presumissem a realização das procissões espontâneas, elas estavam fora de seu controle, pois sequer era possível saber, com antecedência, uma estimativa de quantas pessoas participariam.

A orientação e as ações da Igreja e do poder público para se ficar em casa, evitar aglomerações e, assim, reduzir as possibilidades de contágio da COVID-19 durante os Círios de 2020 e 2021, se mostraram contraditórias quando se analisa as diferenças entre as classes sociais, uma vez que para uma grande parte dos trabalhadores, em especial os de menor renda, não foram realizadas ações nesse sentido, no que se refere às suas jornadas de trabalho. Isto posto, coube questionar que diferença faria ficar em casa e não ter seu momento de devoção quando se tem a obrigação diária de sair de casa para trabalhar, utilizando transportes públicos lotados.

A apropriação do espaço público realizada por fiéis e demais participantes das procissões espontâneas em seus diversos trajetos, contrapondo-se às orientações da Igreja e do poder público, em 2020, se materializaram no espaço e passaram a ser consideradas na concepção do espaço do Círio em 2021. Essa apropriação se acentuou em 2021 e permitiu, na análise sobre o espaço percebido dos Círios dos referidos anos, a compreensão de que é possível a realização do evento a partir de uma lógica em que a apropriação, que para Lefebvre (2013) está vinculada ao valor de uso, se sobreponha a dominação, ligada ao valor de troca e à propriedade.

Assim, as contradições do capitalismo acentuadas durante a pandemia da COVID-19 são brechas para que se vislumbre, no espaço abstrato do presente, as possibilidades para a realização do projeto revolucionário do espaço diferencial, que elimina a dominação necessária para a manutenção do modo de

produção capitalista, e, em outras palavras, para a realização do direito à cidade na construção da sociedade urbana, esta que, numa linha temporal, representa o avanço da sociedade industrial e, anteriormente, da sociedade rural.

Calgaro *et al* (2020, p. 2023) compreendem o direito à cidade como:

[...] uma reivindicação, que se estabelece na dialética conflitiva entre dois segmentos socioespaciais, presentes desde a cidade moderna: o espaço abstrato, onde a razão de Estado, o direito e a ideologia capitalista se aliam no projeto de homogeneização da sociedade, e o espaço diferencial, fundado em relações sociais radicadas nas formas de uso dos espaços que exprimem modos de vida resistentes à lógica do capital.

Ainda para os autores:

A partir dos espaços diferenciais, o vivido pode retomar a cidade do concebido. A cidade dominada pela ideologia excludente e opressora do urbanismo estatal capitalista pode ser apropriada pelo povo, por aqueles que reivindicam o seu lugar nela, não apenas como consumidores de bens e de serviços estatais, mas como seus construtores e gestores. Essa reivindicação é a luta pelo direito à cidade. (CALGARO *et al*, 2020, p. 2044)

A perspectiva utópica da teoria lefebvriana do direito à cidade deve ser compreendida no sentido do horizonte possível, de uma orientação que encaminha para um processo revolucionário e que se inicia por se compreender que as ideologias que escondem a importância da análise do espaço contribuem para que ele seja considerado um “instrumento e receptáculo passivo” (LEFEBVRE, 2013, p. 449, tradução nossa) para o atendimento aos interesses de uma classe social a partir das intervenções de seus planejadores. Uma cidade construída “sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade” (LEFEBVRE, 2011, p. 106).

Abordando diversos aspectos na construção teórica sobre o direito à cidade, o referido autor apresenta a contradição entre o direito à natureza e o direito ao campo, como destruidores de si próprios, uma vez que eles se tornaram práticas sociais voltadas ao lazer, onde a natureza se torna mercadoria e, desse modo, tem sua “naturalidade” destruída, de modo que o campo “perde as qualidades, propriedades e encantos da vida camponesa” (LEFEBVRE, 2011, p. 117). Nesse sentido, reivindicar a natureza para dela se aproveitar como fuga da cidade deteriorada, o que se tornou base para atividades como o turismo, para o autor, é um desvio do direito à cidade, tal como o direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais, o qual pode ser vinculado, neste estudo, ao processo de patrimonialização.

Calgaro *et al* (2020, p. 2023) observam que:

Um dos principais erros que levam ao desvirtuamento da noção de direito à cidade, no ponto crítico, é enxergar o urbano com “os olhos, com os conceitos, formados pela prática e teoria da industrialização, com um pensamento analítico fragmentário e especializado” (LEFEBVRE, 1999, p. 38), que forma uma cortina ideológica intransponível para a apreensão do virtual e o leva ao esvaziamento. Uma das consequências dessas interpretações

equivocadas é o alinhamento do projeto ao Estado e a domesticação de suas propostas no catálogo de direitos do humanismo burguês. Cria-se um campo cego, onde a radicalidade inerente ao projeto do direito à cidade não pode ser vista. De acordo com Lefebvre, esse campo cego se estende nas diversas ideologias inseridas no espaço social.

A partir dessa citação, retoma-se uma questão abordada no primeiro capítulo, em que se verifica que, assim como na teoria gramsciana da guerra de posição, a teoria lefebvriana do direito à cidade passa a ser apresentada sob uma perspectiva reformista, não revolucionária, pois, concordando-se com Carlos (2020), essa teoria é pensada sob o olhar do presente, o que impossibilita revelar as ideologias, dada a ignorância e degeneração de sua perspectiva utópica.

Calgaro *et al* (2020) ressaltam que a cidade da teoria lefebvriana é a da sociedade urbana: um modelo teórico, idealização e fruto da supremacia do vivido sobre o concebido, não sendo possível prever sua forma material. No que se refere ao termo “direito”, seu significado seria mais sociopolítico, indo, portanto, para além do normativo, uma vez que Lefebvre não concorda com os sistemas jurídicos existentes, embora reconheça a necessidade de um governo para a realização de tal direito. Todavia, trata-se de um governo que estaria fora dos moldes do modo de produção atual. Para os autores:

[...] a implantação desse governo só poderia se concretizar através da revolução empreendida pelo proletariado, após a superação das alienações que ludibriam a consciência de classe. A revolução é, precisamente, o que Lefebvre entende como essencial para a realização do urbano. (CALGARO *et al*, 2020, p. 2042).

Em outras palavras, verifica-se que Lefebvre (1991a, p. 144, tradução nossa) compreende que “o proletário, enquanto proletário, pode se tornar um novo homem. Se ele fizer isso, não é através da intervenção de alguma liberdade indefinida. [...]. É através do conhecimento que o proletário se libera e começa a superar ativamente sua condição”.

Lefebvre (2011) afirma a necessidade de se caminhar para um novo humanismo, para a formação do homem da sociedade urbana “escapando dos mitos que ameaçam essa vontade, destruindo as ideologias que desviam esse projeto e as estratégias que afastam esse trajeto” (2011, p. 108). Acompanhando esse processo, o autor trata da importância do desenvolvimento de uma ciência analítica da cidade, que só pode avançar com a prática da sociedade urbana; da arte como restituidora da obra, além dos instrumentos intelectuais da transdução, da utopia experimental⁸⁶ e do sistema de significações. Todavia, ele reforça que a solução dos problemas urbanos depende de grupos, classes e frações de classe

⁸⁶Para Lefebvre (2011, p. 109), “a transdução elabora e constrói um objeto teórico, um objeto possível, e isto a partir de informações que incidem sobre a realidade, bem como a partir de uma problemática levantada por essa realidade”. A utopia experimental, por sua vez, consiste no estudo e na prática das implicações e consequências da utopia sendo considerada experimentalmente.

dispostos a realizar iniciativas revolucionárias, acentuando a necessidade da participação da classe operária para a realização da sociedade urbana.

Compreende-se, na presente pesquisa, que a superação das alienações que mascaram a luta de classes, mantendo a hegemonia burguesa, passa pela perspectiva gramsciana de emancipação dos subalternos, tema desenvolvido por Del Roio (2007). Tal como evidenciou Lefebvre (2011), Del Roio observa, em Gramsci, a centralidade do operariado nas ações que poderão realizar uma nova hegemonia, que supere o capitalismo. Del Roio (2007, p. 73) afirma que:

Somente uma coalizão do conjunto das classes subalternas, orientadas pela classe operária e seus intelectuais orgânicos – o Príncipe moderno –, poderia se constituir em força antagônica e alternativa ao capitalismo. Assim, o conjunto das classes subalternas, negando sua condição por meio de uma reforma moral e intelectual, com sua associação de vontades, transformar-se-ia em uma nova sociedade civil (e em um novo Estado), materializando uma nova hegemonia. Quando fala de nova sociedade civil e de novo Estado, Gramsci supõe o Estado operário, o Estado socialista.

Del Roio (2007) enfatiza que a unificação das classes subalternas, para Gramsci, vai além das que estão presentes na Itália, pois esse seria um movimento de unificação do gênero humano, ou seja, mundial. Tais classes são colocadas de modo generalizado quando classificadas como subalternas, devendo ser compreendidas como uma diversidade de grupos para além do operariado, a exemplo dos camponeses, artesãos e intelectuais. O próprio operariado se diferencia, quando comparadas as suas características entre os diversos países. A diversidade e a complexidade dos subalternos, que foram mais nitidamente aparentes para Gramsci durante o seu encarceramento, indicava para ele a necessidade de se buscar conhecer esse universo com o intuito de unificar os interesses desses grupos, com a contribuição dos intelectuais orgânicos do proletariado, elevando-os “culturalmente a um nível superior de consciência crítica” (DEL ROIO, 2007, p. 67). Para o autor, a reforma moral e intelectual, na perspectiva gramsciana, significa uma revolução cultural proveniente da autoeducação dos subalternos, que se dá pelo seu autoconhecimento no que se refere ao seu folclore⁸⁷, religiosidade, senso comum, entre outros.

Lefebvre (1991b, p. 214) também faz referência a uma revolução cultural “que orienta a cultura em direção a uma prática: a cotidianidade transformada”, uma vez que a revolução muda a própria vida. Com base em uma autogestão, que se processa pela formulação, de modo amplo, de problemas advindos de contradições, essa revolução se realiza a partir de elementos como: a reforma e revolução sexual, para dar fim à repressão sexual, mantendo-se um controle por parte dos interessados, não pelas instituições ou pela ordem moral; a reforma e revolução urbanas, considerando que não é o urbano que faz a revolução, mas o contrário, abalando-se as estruturas do neocapitalismo, implantando-se um programa político e o domínio

⁸⁷“Usado como sinônimo de ‘folclore’, [...] como uma verdadeira e própria “concepção do mundo”, que merece um estudo sério e não deve ser considerada uma “bizarrice” ou um fenômeno “pitoresco”.(LIGUORI e VOZA, 2017).

econômico, e, como elemento final, a festa reencontrada, para superar a oposição “cotidianidade-festividade”.

Contrastando a miséria e a grandeza do cotidiano, Lefebvre (1991b) indica a ruptura do cotidiano e a restituição da festa como o novo sentido para a revolução, ao constatar que ela, a festa, não é totalmente eliminada da cotidianidade, uma vez que “encontros, festins, festivais, embora sem reencontrar sua amplitude antiga, são agradáveis miniaturas do que já foram” (1991b, p. 43), sendo, portanto, resíduos que motivam o seu renascimento na sociedade urbana.

Para Lefebvre (2011), a sociedade urbana ainda não começou e a sociedade rural se caracteriza pela penúria e privação, sendo, também, sob outra perspectiva, a sociedade da Festa, esta sendo a melhor de suas características, mas que não foi de todo preservada. Tratando da questão dos lazeres, em que “o imaginário social arrumado (pela ideologia, pela publicidade), bem como a triste realidade dos ‘hobbies’ e da criatividade ‘miniaturizada’ fecham os horizontes” (2011, p. 128), ele compreende que o caminho para o ideal de sociedade urbana depende da compreensão do cotidiano no presente, destruindo-se “alguns fantasmas misturados com ideologia” (ibidem), de modo que a cidade volte a ser o lugar do trabalho produtivo, das obras e das festas, onde não haja mais a separação entre cotidianidade e lazeres ou vida cotidiana e festa.

Conforme mencionado no primeiro capítulo, Lefebvre (2011) compreende que, na cidade, considerada como obra, o seu valor deve ser o de uso e a festa, que deve estar relacionada ao consumo improdutivo, ao prazer e ao prestígio, deve ser o uso principal da cidade, em suas ruas e praças, edifícios e monumentos.

Pode-se afirmar que as festas, quando manifestações da cultura popular vinculadas a grupos subalternos, revelam, na perspectiva gramsciana do folclore, a “concepção do mundo e da vida” (GRAMSCI, 2002b) desses grupos, além de, no âmbito da moral ligada às crenças religiosas, apresentarem tanto as camadas que refletem as condições de vidas passadas, sendo, portanto, conservadoras e reacionárias, quanto criadoras e progressistas, que contradizem ou se diferenciam da moral dos dirigentes.

Medeiros (2003) aborda a manifestação do maracatu rural, realizado no Carnaval, como festa que transita entre a luta de classes e o espetáculo. Ancorada em Gramsci, a autora afirma que:

Para Gramsci as manifestações de cultura popular possuem uma íntima ligação com a situação de subalternidade. Estas constituem suas visões de mundo e são frutos de sua inconformidade, denúncia e aceitação à ideologia dominante, encontrando-se, portanto, eivadas de contradições. Sabe-se que há muito pouco dito e estudado sobre o subalterno, sua vida e condição. A eficácia de qualquer projeto político, social ou profissional a ser elaborado conjuntamente com as classes subalternas, necessita de um prévio conhecimento dos seus anseios e visões de mundo, sob pena de não engajá-las no projeto de transformação social. [...]. A estratégia revolucionária gramsciana enfatiza a recuperação crítica das culturas populares que, através de um trabalho pedagógico, se procederá a eliminação paulatina dos

elementos de ambigüidade e heterogeneidade. As classes dominantes tentam a espetacularização, massificação e cooptação dessas produções culturais. Entretanto, mesmo sofrendo o processo de passivização, essas expressam os antagonismos e conflitos vivenciados pelas classes subalternas que, poderão ser utilizados no enfrentamento entre as classes. (MEDEIROS, 2003, s/p.).

Cabe, então, o questionamento sobre o Círio de Nazaré como festa, na perspectiva lefebvriana da apropriação e do consumo improdutivo, e como manifestação reveladora de anseios dos subalternos que possibilitem seu engajamento em um projeto revolucionário, no entendimento gramsciano. Tal questionamento, pelo exposto ao longo deste estudo, apresenta alguns aspectos a serem analisados, interpretados, discutidos e acompanhados no decorrer do tempo, permitindo-se, desse modo, vislumbrar os caminhos possíveis para que essa festividade, em conjunto com tantas outras, se torne um objetivo revolucionário, em uma nova sociedade, sob uma nova hegemonia, que contrarie os interesses burgueses e emancipe as classes subalternizadas.

O Círio “oficial”, cuja programação é concebida mesclando-se a oportunidade de evangelização à de ganhos econômicos para os agentes envolvidos, hegemônicos na produção do espaço da festividade, parece seguir um caminho inverso ao que se pretende na sociedade urbana. Ainda assim, o vivido no espaço-tempo dessa programação, em parte, escapa do concebido e passa a ser percebido em sua materialidade no decorrer dos anos, a exemplo da realização de protestos e da participação de adeptos de outras crenças, mencionados anteriormente, ou da participação de pessoas embriagadas ou vendendo bebidas alcólicas durante as procissões, conforme abordado por Ponte (2019).

A programação concebida como não oficial pelos agentes hegemônicos da produção do espaço do Círio, por sua vez, poderia ser considerada potencial para uma perspectiva revolucionária, quando seus organizadores atuam na apropriação do espaço público para proporcionar experiências ligadas ao lazer e à diversão aos seus participantes, diferenciando-se das normas pretendidas pela Igreja para o evento.

Nesse sentido, analisando-se as manifestações elencadas para o presente estudo (o Auto e o Arrastão do Círio e a Festa da Chiquita), verifica-se que todas apresentam cunho político, seja na celebração da diversidade, na preservação ambiental ou na luta pela igualdade de gênero. Porém, o horizonte revolucionário se projeta quando se articulam os diversos movimentos de combate às variadas e complexas formas de opressão, identificando sua origem, em comum, no capitalismo, de modo que, privilegiando-se essas questões de modo desarticulado e não vinculado ao modo de produção vigente, elas perdem sua dimensão de luta pela formação de um novo Estado com base na hegemonia proletária, aproximando-se, então, do que Gramsci (2007a) considera como pequena política. Para ele:

A grande política compreende questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam

no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência das lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo à pequena política. (GRAMSCI, 2007a, p. 21).

No entanto, dado o controle ideológico que o empresariado tem sobre os projetos culturais que patrocinam (AUGUSTIN, s/d), mesmo com a mediação do poder público por meio das leis de incentivo à cultura, os projetos que assumem um caráter crítico ao capitalismo e à hegemonia burguesa, caso necessitem captar recursos da iniciativa privada, como a Festa da Chiquita e o Arrastão do Círio, podem encontrar dificuldades para a sua realização. Ademais, a visão do empresário está na possibilidade de obtenção do maior lucro possível, o que, além de influenciar na seleção do que será patrocinado, permite, mesmo que de forma velada, a interferência do patrocinador no projeto selecionado, o que se revelou na entrevista com o coordenador do Auto do Círio.

Augustin (s/d, p. 15-16) compreende que:

[...] o objetivo das empresas que patrocinam projetos culturais não é democratizar o acesso à cultura ou apoiar artistas em início de carreira, mas gerar lucros. Assim acabam não escolhendo as atividades que vão apoiar por seu valor artístico, mas pela sua capacidade de melhorar a imagem da empresa e atrair novos clientes. [...] O problema não se restringe em uma empresa querer lucrar, algo inerente à atividade empresarial no capitalismo. O problema é tornar esse tipo de financiamento como principal instrumento da política cultural.

O processo de turistificação do Círio de Nazaré, relacionado à inserção da festividade na lógica de mercado, tem contribuído para a redução de seu caráter improdutivo como festa. Nessa mesma lógica, a produção do espaço, de modo homogeneizador, facilita a dominação por seus agentes hegemônicos, dos quais se destaca a Igreja, com sua programação “oficial”, na ampliação de seu domínio sobre o espaço público, reduzindo-se o lúdico e buscando-se expandir seu aspecto devocional associado ao consumo. Essa tendência à homogeneização que, segundo Lefebvre (2013) é ilusória, se apresenta num campo de disputas onde os agentes subalternizados têm seus interesses parcialmente atendidos em algumas situações ou momentos políticos, inclusive pela patrimonialização, o que tem permitido a manutenção da diversidade do evento no que se considera como disputa entre o sagrado e o profano.

Verifica-se, porém, que a lógica de mercado se associa cada vez mais aos dois supracitados aspectos em disputa, o que coloca um terceiro aspecto, o do consumo do espaço e de produtos no espaço, como a principal tendência homogeneizante no Círio, tornando-se, cada vez mais rara a experiência do vivido a partir dos seus resíduos que contrariam os interesses mercadológicos. Esses resíduos podem estar relacionados tanto ao aspecto considerado sagrado, pautados em questões como a devoção e a evangelização, quanto ao que se chama de profano, pautados, por exemplo, na contestação sobre o que se apresenta como contradição nas relações sociais.

O resultado da homogeneização, pelo aspecto do consumo do espaço e de produtos no espaço é a redução das possibilidades da formação de uma nova hegemonia na produção do espaço da festividade, vinculada ao direito à cidade, à festa, enfim, ao vivido. Porém, como tendência nunca realizada em sua completude, essa redução não elimina totalmente as brechas ocasionadas pelas contradições intrínsecas ao capitalismo, que se tornam mais visíveis a cada oportunidade de se romper com as ideologias que escondem a luta de classes.

Desse modo, faz-se necessário manter-se, no horizonte do utópico como possível, ainda que em um futuro distante, a compreensão de que as práticas periféricas verificadas na festividade, especialmente as que contrariam a lógica de mercado, são indicativos importantes dos anseios dos grupos subalternos, interesses que devem ser organizados por intelectuais orgânicos do proletariado para a realização do processo revolucionário.

Nesse sentido, Cunha et al (2003, p. 69), com base em Lefebvre, afirmam:

Mais uma vez, e com renovada importância, se impõe a questão de onde estariam as aberturas diante dessa ordem totalizante. Uma vez entendido que o sistema é antes um conjunto de subsistemas, o pensamento lefebvriano permite divisar que a borda desses subsistemas, onde residiriam as fissuras e a virtualidade da abertura, é, em larga medida, o espaço das periferias do capitalismo. Essas periferias constituem um território em que a hegemonia da ordem que reproduz o capitalismo ainda não se impôs integralmente, até mesmo porque as condições necessárias para essa hegemonia ainda não foram de todo construídas, desde a produção do espaço requerida (necessariamente urbano-industrial) até a integração de toda a sociedade no sistema — no consumo (dirigido) e na cidadania (formal).

Numa analogia à periferia do capitalismo, uma prática que se pode considerar periférica no Círio são as já mencionadas romarias, realizadas por diversos grupos, a pé ou de bicicleta, partindo principalmente do município de Castanhal. Frugoli *et al* (2021), a partir de um estudo etnográfico junto ao grupo do Zé Bode, um dos mais conhecidos realizadores dessa romaria, se referem ao acolhimento realizado em todo o percurso e afirmam que:

Nos dias que antecedem o Círio de Nazaré, muitos grupos de várias regiões do Pará dirigem-se à Castanhal e ali iniciam suas romarias, por saberem que, no trecho entre essa cidade e a basílica de Nazaré, nesses dias, existe acolhimento promovido pela população residente às margens ou próxima à estrada, bem como pela população da cidade de Belém Também se sabe da existência do grupo mais tradicional que percorre o caminho, popularmente chamado de grupo do Zé Bode. Ele foi o incentivador das práticas de acolhimento que, hoje em dia, estão cada vez mais presentes no percurso e atraem outros grupos. (2021, p. 767).

Os referidos autores, com base em referenciais teóricos sobre a hospitalidade, classificam como anfitriões as pessoas ou grupos que realizam esse acolhimento e que oferecem, gratuitamente, como dádivas, o que lhes é possível para atender às necessidades dos romeiros, desde água, comida, sombra para o descanso, homenagem com fogos, conversa ou um abraço incentivando a continuação da

caminhada, apresentando-se, assim, como espaços que são regidos por uma racionalidade desvinculada do mercado.

Todavia, na mesma pesquisa, os autores criticam a falta de investimento do poder público para a consolidação dessa prática como uma rota turístico-religiosa pautada na sustentabilidade socioambiental e econômica que, associada a patrimônios nos municípios do percurso, poderia se tornar um produto atrativo não apenas no Círio, como no decorrer do ano.

Ressalta-se que os primeiros passos para essa realização já foram dados, conforme se verificou na articulação do projeto Caminho de Nossa Senhora de Nazaré, para o qual foi buscada a parceria com a Secretaria de Turismo. Com base no discurso dos benefícios intrínsecos à atividade turística, são amplas as possibilidades de convencimento dos grupos subalternos, localizados na periferia do capitalismo, de que seus interesses serão atendidos juntamente com os interesses dos agentes da oferta mercadológica, fazendo-se necessário oportunizar, a esses grupos, o conhecimento que possibilite evidenciar as ideologias que escondem a luta de classes, buscando-se a organização de seus interesses em uma perspectiva emancipadora.

Nesse horizonte utópico, menciona-se, a seguir, brevemente, duas iniciativas teóricas encontradas ao longo da construção do presente estudo. A primeira se trata de um possível ponto de partida para oportunizar uma futura organização de grupos subalternos, buscando-se a sua emancipação por meio da atividade turística e da patrimonialização, articulando-se agentes da periferia: o utopismo patrimônio-territorial.

Para além do patrimônio urbano institucional latino-americano e em resposta à patrimonialização global, Costa (2016) desenvolve a temática dos utopismos patrimoniais envolvendo, entre outros, o utopismo patrimônio-territorial como estratégia para dar visibilidade a grupos subalternizados na modernidade relacionada à colonialidade. Para ele:

[...] o utopismo patrimônio-territorial latino-americano enfatiza bens a serem preservados e difundidos, assegurados por prestígio adquirido na história das barbáries da própria modernidade. Denuncia, se apropria e perverte simulações impostas à história cultural latina. Considera que a sociedade estabeleceu-se e permanece dividida em classes, etnias e regiões, assumindo que esse e outros disparates estão na essência da grandiosidade de obras, fatos e sujeitos históricos. Esse utopismo dá voz aos indígenas, às mulheres, aos pobres urbanos; legitima a diversidade das memórias nacionais e acusa desmantelamentos por guerras e ditaduras. Reconhece que a mudança social no continente está nas mãos dos despojados e dos humilhados, perfazendo-se neles próprios (COSTA, 2016, p. 2).

O utopismo patrimônio-territorial apresenta-se como estratégia possível de começar a se desenvolver no presente a partir da sua ativação popular para elaboração de “roteiros patrimoniais utópicos”, apresentando, em sua metodologia:

[...] níveis, escalas e temporalidades a serem consideradas. [...]. Os níveis de iniciativa envolvem: universidade, comunidade e instituições (não necessariamente nessa ordem). A escala original da iniciativa para a ativação do patrimônio-territorial deve ser sempre local; parte-se do reconhecimento do lugar para a conexão exterior e ulterior, a envolver outros lugares. Devem ser compreendidas e respeitadas as temporalidades de cada nível de iniciativa e a duração da ação, ou seja, o momento ideal de concepção da iniciativa e de sua operação, a partir da comunidade, da universidade e das instituições envolvidas. (COSTA, 2017, p. 68).

A segunda iniciativa de elaboração teórica, de caráter utópico, se refere à atividade turística, numa perspectiva emancipatória tanto para os visitantes, quanto para os visitados, intitulada por seu autor como “uma outra heteronomia”, no sentido de um território diferente (HINTZE, 2013). Segundo esse autor:

Entendamos ‘território’ aqui como lugares, pessoas, culturas, outros ‘territórios’ de subjetividade com os quais as pessoas (fora de seu cotidiano) podem vir a se (con)frontar. Este sentido da heteronomia se antagoniza profundamente ao que foi, por nós, há pouco explorado – o da sujeição a uma lei exterior: dependência externa econômica do outro. Isto posto, queremos defender que a própria heteronomia pode se voltar contra a dominação espetacular/invisível do turismo. Aqui podem se abrir possibilidades para o novo, o diferente, para encontros diferentes, para o reconhecimento do outro e o autorreconhecimento [...]. (HINTZE, 2013, p. 510-511).

Considerando a profundidade de sua crítica ao turismo pelo modo como tem sido desenvolvido no capitalismo, o autor prossegue apontando diversas proposições, localizando fissuras que possibilitem, no futuro, o novo em relação aos deslocamentos humanos. Dentre essas proposições, destacam-se:

- A superação da noção de indivíduo, que se satisfaz com o consumo, para a noção de ser humano fragmentado, reduzindo-se assim a resistência ao outro e possibilitando relações mais solidárias;
- A liberação das subjetividades dos visitados, que, por imposição dos agentes que mediatizam a atividade turística, portanto, exteriores ao lugar visitado, têm suas identidades homogeneizadas;
- A flexibilização das fronteiras entre os indivíduos, uma vez que “os encontros não mediatizados podem trazer ganhos para a vida das pessoas, desconfortos, revisão de valores, etc.”. (2013, p. 514);
- A superação da hierarquização dos encontros, pois somente assim “é que poderia nascer efetiva troca, contaminação, estranhamento, reciprocidade, diálogo, produção de novas ideias, pensares e fazeres. Somente daí poderá haver reconhecimento do ‘outro’ como sujeito, para então haver autorreconhecimento”. (2013, p. 514).

A difusão das possíveis mudanças de sentido da patrimonialização e da turistificação, apontadas nas iniciativas de elaboração teórica supracitadas, podem contribuir para novas formas de se pensar e praticar os encontros com o outro, uma vez que a objetificação do humano se torna cada vez mais intensa na sociedade de consumo. Todavia, a realização completa e permanente dessas novas formas depende da substituição do modo de produção vigente por outro que deve ser construído coletivamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há mais de dois séculos, moradores e visitantes de Belém têm convivido direta ou indiretamente com a devoção mariana, de origem portuguesa, centrada em Nossa Senhora de Nazaré. O achado da imagem da santa, possivelmente mitológico, atraiu para os arredores um número cada vez maior de pessoas e interferiu, no decorrer dos anos, no processo de urbanização da cidade.

A realização da festa em homenagem à santa, o Círio de Nazaré, ocorre desde 1793 e envolve não apenas aspectos religiosos, mas políticos, econômicos e culturais de modo mais amplo, o que tem motivado diversos registros e pesquisas sobre esta que é considerada uma representativa manifestação católica nacional e mundialmente.

Pesquisar um tema tão amplo e já estudado sob diversos aspectos, como o Círio de Nazaré, se faz desafiador, uma vez que a sensação é de que não há possibilidades de se produzir novos conteúdos, mesmo com o uso de novas abordagens. O desafio ora posto buscou contemplar, com uma abordagem geográfica marxista, a produção do espaço dessa festividade a partir de sua turistificação e patrimonialização, conciliando as teorias lefebvrianas e gramscianas em busca da identificação das contradições, características do modo de produção capitalista, e das possibilidades de superação das relações de dominação que se apresentam ao longo dos séculos de sua realização.

Nesse estudo, considera-se que a turistificação está vinculada à transformação de espaços para o turismo, enquanto a patrimonialização se apresenta como um processo de seleção entre o que deve ou não ser institucionalmente protegido. Em diversos lugares, ambos os processos tem sido desenvolvidos de modo articulado, embora seja importante ressaltar que a participação popular é mais frequente nos processos de patrimonialização.

A discussão sobre a produção do espaço, na perspectiva lefebvriana, apresentou como centralidade a tríade dialética formada pelos espaços percebido, concebido e vivido, também chamados, respectivamente de práticas espaciais, representação do espaço e espaços de representação.

O enfoque sobre o espaço concebido foi uma escolha por estar associado aos agentes hegemônicos da produção do espaço, que atuam, também, por meio de processos como a turistificação e a patrimonialização. A formação dessa hegemonia, entretanto, se tornou mais clara a partir da compreensão da teoria gramsciana do Estado integral, em que, resumidamente, o Estado se compõe não apenas de agentes da sociedade política, mas também, da sociedade civil, mesclando-se, na construção e manutenção do poder de uns sobre os outros, o uso de estratégias que envolvem a produção de consenso e a coerção.

A semelhança entre Henri Lefebvre e Antônio Gramsci, no que concerne às suas bases marxistas não ortodoxas, contribuem para a compreensão do movimento da sociedade capitalista atual e das

possibilidades de mudança. Um meio para essa compreensão está na observação inicial de que o Estado Moderno expressa a hegemonia burguesa nas relações entre classes e frações de classes, presentes na sociedade civil, e essa hegemonia também se expressa na concepção do espaço de modo fragmentado e segregado, tendendo à homogeneização a partir de uma racionalidade voltada a atender aos interesses burgueses. Todavia, avançando nessa observação inicial, a proximidade entre os autores aqui mencionados revela não apenas a necessidade, mas possibilidades para a formação de uma nova hegemonia, evidenciando-se, pelas experiências encontradas no espaço vivido, as ideologias voltadas para a produção e reprodução do capital. O processo de emancipação dos subalternos perpassa, portanto, por se revelar a racionalidade que transforma espaço em mercadoria, reduzindo seu valor de uso, e que se insere nos diversos aspectos do cotidiano, que passou a ser programado para a ampliação do consumo.

Desse modo, no desenvolvimento do capitalismo, até mesmo os momentos considerados como ruptura do cotidiano, como as festas, se tornam produtos a serem consumidos, de modo que, acompanhando esse processo, a concepção do espaço do Círio de Nazaré em Belém o transformou em um patrimônio turistificado, atendendo-se, sobretudo, aos interesses mercadológicos, tal como tem ocorrido com diversas outras devoções e manifestações culturais em escala mundial.

A pesquisa empreendida resultou na defesa da tese de que os agentes hegemônicos da turistificação e da patrimonialização do Círio de Nazaré - identificados como a Igreja, o poder público e os agentes da oferta mercadológica - têm buscado ampliar seu domínio sobre o espaço dessa festividade a partir da lógica do capital, homogeneizando esse espaço e mascarando contradições que, quando identificadas pelos agentes subalternizados, potencializam ações que podem contribuir para a construção de uma nova hegemonia, que tenha por base a sua emancipação.

Ressalta-se que a homogeneização pretendida se verifica pela atuação daqueles que concebem o espaço, ao priorizarem seus aspectos mais ligados ao que se considera como sagrados por serem direcionados pela Igreja, não sendo possível, entretanto, impedir que as contradições desse processo se apresentem no espaço percebido e reconhecidas pelas experiências que ocorrem no espaço vivido.

Entretanto, faz-se necessário esclarecer que, dentre os citados agentes hegemônicos, a atuação do poder público se diferencia de acordo com a concepção de seus agentes sobre a festividade, o que, em algumas situações, se apresenta com a realização de ações que se aproximam mais dos interesses dos subalternos, como se observou mais nitidamente na maioria dos processos de patrimonialização do Círio, em que se reconheceu uma diversidade de manifestações não vinculadas à Igreja.

As hipóteses complementares também se confirmaram, dado que, conforme discutido no decorrer dos capítulos, observa-se que:

- No modo de produção capitalista, o propósito do Estado é a manutenção das hegemonias que permitem a sua reprodução, atendendo, portanto, aos interesses da classe burguesa. Sua composição, de

acordo com a concepção gramsciana, se apresenta pela ligação entre a sociedade política, formada pelos agentes públicos, e a sociedade civil, lugar da luta, pela hegemonia, entre as classes e suas frações, onde os representantes da burguesia exercem a supremacia. Essa organização se manifesta nas diversas esferas da vida em sociedade, reproduzindo-se, também, na produção do espaço do Círio de Nazaré em Belém como patrimônio turistificado. Assim, a Igreja, associada aos agentes da oferta mercadológica, têm seus interesses representados na sociedade civil e atua, em diversos momentos, em conjunto com o poder público, na concepção do espaço da festividade para a manutenção de sua hegemonia, prevalecendo-se sobre os demais agentes, especialmente os representantes das manifestações tidas como profanas, mantendo, conseqüentemente, a própria lógica capitalista. Simultaneamente, observa-se a atuação de turistas e moradores nos espaços percebidos e vividos. Essa atuação, conforme o que propõe Lefebvre para tais dimensões do espaço, se mescla entre práticas que estão de acordo com o concebido e ações subversivas ao que lhes é imposto, o que se exemplifica nas diversas formas de participação nas procissões.

- O exercício da hegemonia, na perspectiva gramsciana, ocorre pela combinação entre força e consenso, ambos exercidos tanto pela sociedade política, quanto pela sociedade civil. O aparato de segurança utilizada pelo poder público para a realização da festividade, mas também, a atuação da Guarda de Nazaré nas programações organizadas pela Igreja reforçam, no espaço percebido, a importância do uso de estratégias coercitivas para a manutenção do domínio dos agentes hegemônicos. Todavia, há a necessidade da formação de consenso para que se tornem mais aceitáveis as ações desses agentes, com a pretensão universalização de seus interesses junto aos agentes subalternizados, particularmente aqueles que envolvem os ditos benefícios econômicos proporcionados pela festividade. Os exemplos apresentados da combinação entre força e consenso no Círio são possibilitados, ainda, com a busca por se legitimar o caráter de “oficial” apenas à programação realizada pela Igreja, o que facilita, para ela, a obtenção do apoio do setor público e da iniciativa privada.

- Resultante das constatações ora apresentadas, o espaço concebido do Círio de Nazaré em Belém não consegue se tornar completamente dominante, pois há sempre a abertura de fissuras ocasionadas pelo evidenciar das contradições de sua lógica voltada para a manutenção da hegemonia burguesa. Verifica-se, assim, que o discurso da sacralização do que é produzido pela Igreja para a festividade se contradiz quando os interesses econômicos pautam a sua expansão territorial e temporal, embora se utilize a justificativa de que a inserção na lógica capitalista se faz necessária para a manutenção do poder evangelizador dessa Igreja. Em contrapartida, a manutenção das manifestações culturais não realizadas pela Igreja também sofre, ainda que em menor medida, a interferência dos interesses burgueses, que financiam diretamente ou intermediando a ação do poder público por meio de incentivos fiscais. Desse modo, se reduzem o caráter contestador dessas manifestações e sua busca pela apropriação de espaços da

festividade, tão necessários para a produção do espaço diferencial. As práticas que subvertem a lógica capitalista, contudo, persistem e são importantes para que se mantenham as possibilidades de preparação do processo revolucionário a partir da organização e emancipação dos subalternos. Um dos exemplos apontados no desenvolvimento desta pesquisa se refere às práticas voltadas à hospitalidade exercidas por moradores de municípios localizados entre Castanhal e Belém, percurso de grande parte dos romeiros que caminham durante dias até a Basílica. Todavia, tais práticas podem se inserir na lógica do mercado, caso entidades como a SETUR e outras instituições de caráter privado insistam em transformar o percurso em um novo produto turístico para o segmento do turismo religioso.

O esforço empreendido para a realização deste estudo apresentou diversas limitações, a saber:

- A reduzida quantidade de entrevistas, devido à indisponibilidade de tempo de alguns agentes, impossibilitou o acesso a informações e a discursos que poderiam contribuir para reforçar ou ampliar as conclusões obtidas;
- A pandemia da Covid-19, a princípio, dificultou a finalização desse estudo, uma vez que o que seria o último trabalho de campo, no ano de 2020, não pode ser realizado conforme o programado, dado que, naquele momento, o que se sabia, oficialmente, se resumia à realização de programações virtuais. Mais próximo do período da festividade, porém, os rumores de que os fiéis fariam os percursos das principais procissões se intensificaram, sendo possível, a partir das observações *in loco*, identificar mais elementos que demonstraram a potência das ações subversivas à ordem dos agentes hegemônicos na realização dessa festividade. O receio da contaminação e a necessidade de manter, quando possível, o distanciamento, tornaram-se diferenciais nessa experiência, o que foi amenizado em 2021 com a vacinação em andamento;
- A dimensão do tema e das teorias desenvolvidas pelos autores utilizados como base teórica limitou uma análise mais aprofundada sobre a produção do espaço do Círio de Nazaré.

Somam-se, a tais limitações, o não aprofundamento da análise sobre a atuação dos subalternos na festividade, em outras palavras, ao espaço vivido, dada a opção pelo enfoque ao concebido, o que se apresenta como oportunidades para a continuidade desta pesquisa.

Ressalta-se que, assim como Fontes (2018) observa o equívoco em considerar a sociedade civil como angelical ou demoníaca, este estudo buscou compreender que os agentes da turistificação e da patrimonialização, hegemônicos ou subalternizados, também não devem ser rotulados sob essas duas perspectivas, uma vez que sua atuação tem como base o que eles foram convencidos a acreditar como o ideal ou o possível.

As formas de convencimento para a manutenção do capitalismo se tornam cada vez mais comuns, se intensificando e se reproduzindo no cotidiano, mascarando as ideologias e mantendo a sociedade no que Lefebvre (2008) identifica como campo cego, havendo, portanto, a necessidade de se buscar sair

desse campo compreendendo que o direito à cidade e à festa estão na esfera do possível, ainda que em um futuro distante.

Por fim, compreende-se que a subordinação à lógica de mercado afeta, negativamente, a toda a humanidade, tanto pela fetichização, quanto pela reificação, tornando as relações cada vez mais superficiais. Exatamente por essa razão, deve-se atentar para as práticas subversivas a essa lógica, mesmo no desenvolvimento dos processos de turistificação e patrimonialização, a partir do olhar para o que se busca esconder, dado o seu potencial revolucionário advindo da clareza das contradições que lá se apresentam: a periferia do capitalismo.

REFERÊNCIAS

Livros

ABREU JUNIOR, J. M. de C. **O vírus e a cidade**: rastros da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém (1918). Belém; Paka tatu; 243p. ilus., 2018.

ALVES, I. **O carnaval devoto**: um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1980.

BIANCHI, Á. **Gramsci entre dois mundos**: Política e tradução. Autonomia literária: 2021.

BONNA, M. **Dois Séculos de Fé**. Belém: Editora CEJUP, 1993.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CANCLINI, N. G. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGUILAR CRIADO, E. (Org.). **Patrimonio Etnológico**: nuevas perspectivas de estudio. Andalucía: Consejería de Cultura, 1999.

CARDOSO, A. & LIMA, J. (orgs.). **Belém**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo, Contexto, 2004.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano**: Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2017a.

CARLOS, A. F. A. Turismo e Patrimônio: um aporte geográfico. In: PAES, M. T. D., SOTRATTI, M. A. **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**: Identidades, Usos e Ideologias. São Paulo: Annablume, 2017b.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano**. Nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 3ª Edição. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

COELHO, G. M. **Uma Crônica do Maravilhoso**: Legenda, Tempo e Memória no Culto à Virgem de Nazaré. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

CRUZ, R. de C. A. da. **Geografias do Turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

CRUZ, R. de C. A. da. **Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil**. Confins: Enligné, 2018.

DIAS, E. F. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: V. A. **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 176 p.

- DEL ROIO, M. **Gramsci e o PCI: duas concepções da hegemonia**. Trad. Massimo Salvadori. Apresentação Marcos Del Roio. *Crítica Marxista*, n.35, p.91-110, 2012.
- DEL ROIO, M. **Gramsci e a Reforma Intelectual e Moral**. *Novos Rumos* v. 55 n 2, 2018.
- DERENJI, J. da S. **Igrejas, palácios e palacetes de Belém**. Brasília, DF: Iphan. Programa Monumenta, 228 p. 2009.
- DUBOIS, F. **A devoção à Virgem de Nazaré, em Belém do Pará**. Belém, 1953.
- FIGUEIREDO, S. L. **Viagens e viajantes**. São Paulo: Annablume, 2010.
- FRESU, G. Entre pandemia e crise orgânica: contradições e narrações hegemônicas do capitalismo em colapso. In: LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. (Orgs.). **Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 42-53.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 1982.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália, 2002a.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 6. Literatura, Folclore e Gramática. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002b.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Maquiavel: Notas sobre o Estado e A Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 2007a.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 4. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. 2007b.
- GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Organizador: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v 2. Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. tradução Carlos Nelson Coutinho. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- GUTIÉRREZ, E. M. Introducción: Ciudad, espacio y cotidianidad en el pensamiento de Henri Lefebvre. p. 29-50. In: LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Tradução de: Emilio Martínez Gutiérrez. Espanha: Capitan Swing, 2013.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre: s. ed., 2004???. Disponível em: www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf. Acesso em: 06 jan. 2019.

- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HENRIQUE, M. C. Círio de Nazaré: entre a fé e o espetáculo. IN: FREITAS, R. F. *et al* (org). **Megaeventos, Comunicação e Cidade**. Curitiba: CRV, 2016.
- IPHAN. **Círio de Nazaré – Dossiê**. Volume I. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
- KIPFER, S. How Lefebvre urbanized Gramsci: hegemony, everyday life and difference. In. KANISHKA [et. al.] Eds. **Space, Difference, Everyday Life**. New York: Routledge, 2008. p. 193- 211.
- KOFMAN, E.; LEBAS, E. Lost in transposition. In: Lefebvre, H. **Writing on cities**. Cambridge: Blackwell Publishers. 1996.
- LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Póvoa de Varzim: Ulissea, 1972.
- LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, H. **Sociologia de Marx**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 1979.
- LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México. Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991b.
- LEFEBVRE, H. **Critique of everyday life**. London: Verso, 1991a, v. 1.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. (na qualitava como 2008b)
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, H. **State, Space, World**. Selected Essays. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. São Paulo, Centauro, 2011.
- LEFEBVRE, H. **La Producción del Espacio**. Madrid: Capitan Swing, 2013.
- LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- LIGUORI, G; VOZA, P. (Orgs). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 831p.
- LOREA, I. M. Prólogo. In: LEFEBVRE, H. **La Producción del Espacio**. Madrid: Capitan Swing, 2013.
- MARTINS, J. de S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- MAUÉS, R. H. **Padres, pajés, santos e festas**: catolicismo popular e controle eclesiástico. Belém: CEJUP, 1995.
- MAUÉS, R. H. **O homem que achou a santa**. Plácido José de Souza e a devoção à Virgem de Nazaré. Belém: Ed. Basílica Santuário de Nazaré, 2009.

- MENDONÇA, S. R. de. Sociedade Civil em Gramsci: venturas e desventuras de um conceito. *In*: Sonia Regina de Mendonça; Dilma Andrade de Paula. (Org.). **Sociedade Civil**: ensaios históricos. 1ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, v. 1, p. 15-25.
- MONTARROYOS, H. **Festas profanas alegrias ruidosas**. Belém: Falângola, 1992.
- MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.
- MOREIRA, E. **Visão geo-social do Círio**. Belém: Imprensa Universitária, 1971.
- NERES, G. M. **Gramsci e o “moderno príncipe”**: a teoria do partido nos cadernos do cárcere. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- NIGRO, C. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. *In*: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (Org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 55-80.
- PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais um olhar geográfico. *In*: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990, 335p.
- PENTEADO, A. R. **Belém do Pará**: estudo de geografia urbana. Belém: Ed. da UFPA, 2 v. (Coleção amazônica. Série José Veríssimo), 1968.
- PIMENTA, E. **A igreja na sociedade moderna segundo Gramsci**. Perspectivas, São Paulo, 7 59-73. 1984.
- RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SARGES, M. de N. **Belém**: riquezas produzindo a Belle Époque. Belém: Pakatatu, 2010.
- SILVA, A. F. **Alicerces do Patrimônio**: Rodrigo Melo Franco de Andrade e as narrativas de patrimonialização na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937- 1945). UNIRIO/MAST – RJ, 2019.
- SOUZA, M. L. de. **Fobópole**: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288 p.
- SOUZA, R. M. M; FIGUEIREDO, S. L; TAVARES, M. G. C. **Turismo na Amazônia**: a experiência das comunidades ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro a partir das políticas de desenvolvimento local, 2020.
- THOMAS, P. **Rumo ao moderno príncipe**. Traduzido do original em inglês por Leandro Galastri. 1-26p., 2017. Disponível em: [https://revistas.marilia.unesp.br > article > download](https://revistas.marilia.unesp.br/article/download). Acesso em: 01 set. 2021
- UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, 17 de outubro de 2003.

UNESCO. **Décisions.** Convention pour la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel. Comité intergouvernemental de sauvegarde du patrimoine culturel immatériel. Huitième session Bakou, Azerbaïdjan 2-7, 2013.

Artigos científicos em revistas

AGUIAR, L. B. Estado, turismo, cultura e desenvolvimento: organização empresarial e a construção do consenso sobre a importância do turismo para o Brasil. In: **VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura**, 2010, São Cristóvão. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-LEILA.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021

ALCÂNTARA, C. de F. S. de M. Museus em periferias urbanas brasileiras. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 169-201, jan./abr. 2019.

ALVES, R. O manto, a mitra e o microfone: a midiaticização do Círio de Nazaré em Belém do Pará. 2012. **Tese (Doutorado)** – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará, Belém.

AMORIM *et. al.* Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo?. **Caderno CrH, Salvador**, v. 34, p. 1-16, e021018, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/4zN8sv5BhPHhKKjywHRr4vy/>. Acesso em: 15 set. 2021

AUGUSTIN, A. C. O neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira. **Fundação Casa de Rui Barbosa**, 1-22, s/d. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fantigo.casaruibarbo.sa.gov.br%2Fdados%2FDOC%2Fpalestras%2FPolíticas_Culturais%2FII_Seminario_Internacional%2FCRB_AndreAugustin_O_neoliberalismo_e_seu_impacto_na_politica_cultural_brasileira.pdf&clen=136479&chunk=true. Acesso em: 15 out. 2021.

BARRETO, E. de O.; TAVARES, M. G. da C. Estado e Terceiro Setor na produção do espaço para o turismo de base comunitária na Amazônia paraense: o caso da Comunidade Ribeirinha Anã no município de Santarém-PA. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 211-231, ago., 2016. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1182>. Acesso em: 24 set. 2021

BERTONCELLO, R. Turismo y patrimonio: entre la cultura y el negocio. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (Org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

BIANCHI, Á. Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos "Quadernidelcarcere". **Utopia y Praxis Latinoamericana** [online]. 2007, vol.12, n.36, pp. 35-55. Disponível em: <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-52162007000100003&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1315-5216. Acesso em: 11 ago. 2021

BISPO, M. N. Políticas públicas e o patrimônio histórico: das primeiras ações a economia da cultura. **Revista Contemporânea (UERJ Online)**, v. 9, n. 1, p. 94-107, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/1253/1587>. Acesso em: 03 jan. 2019.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 97-116, jan./jun.2012.

CALGARO, C.; HERMANY, R.; SILVA, D. C. B. da. Espaço abstrato e espaço diferencial: a compreensão do direito à cidade em Henri Lefebvre. **Revista de Direito da Cidade** [Recurso Eletrônico]. Rio de Janeiro, v.12, n.3, 2020. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/39442>. Acesso em: 15 dez. 2021

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 458-477, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163371>. Acesso em: 15 set. 2021

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, V.11, N.01, 2020, p. 349-369. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3cBsV3Vx7Yvw9SqvcqyVrbc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2021

CARLOS, A. F.; TAVARES, M. G. C.; TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Círio de Nazaré: tempos e espaços da festa em uma metrópole da Amazônia. **Revista Geografar** – Curitiba, v.16, n.1, p.200-228, jan. a jun./2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/article/download>. Acesso em: 15 set. 2021

CARVALHO, G. L. Perspectiva Histórico-Institucional da Política Nacional de Turismo no Brasil (1934-2014). **Mercator**, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 87-99, feb. 2016. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1751>. Acesso em: 04 jan. 2019.

CASTRO, C. A. T.; TAVARES, M. G. DA C. A Patrimonialização como Processo de Produção Social do Espaço Urbano: aspectos teóricos. **Sociedade e Território**, v. 28, n. 2, p. 117-135, 13 mar. 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/9553>. Acesso em: 15 fev. 2019

CLAVAL, P. A festa e a cidade. **Revista Cidades**. Presidente Prudente, v.8, nº13, pp. 27-44, 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/1987/1848>. Acesso em: 04 jan. 2019.

CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, L. B. da. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital do LAV - Santa Maria** - vol. 7, n.2, p. 66-77- mai./ago.2014.

COSTA, E. B. da. **Cidades da patrimonialização global**: simultaneidade totalidade urbana – totalidade - mundo. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2015.

COSTA, E. B. da. “Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia.” **Cuadernos de Geografía**: Revista Colombiana de Geografía 26 (2): 53-75, 2017.

COSTA, G. M. A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre, Niterói – GECEL, **Grupo de Estudos de Cidade, Espaço e Lugar UFF**, Universidade Federal Fluminense, 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/ppgeo-uff/20121204012940/uno.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021

COSTA, M. A Festa dentro da Festa: Recorrências do modelo festivo do circuito bregueiro no Círio de Nazaré em Belém do Pará. **Revista Campos**, Curitiba, v. 7, n. 2, 2006.

- COSTA, L. T., & FRAIHA, S. M. Colégio Gentil Bittencourt: histórias em perspectivas de um potente museu de educação, em Belém do Pará, Amazônia, Brasil. **Museologia & Interdisciplinaridade**, 9(17), 242–259.
- CUNHA, A. M. *et. al.* O terror superposto: uma leitura lefebvriana do conceito de terrorismo e suas relações com o mundo contemporâneo. (**Texto para discussão**). Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 26p., 2003.
- CRUZ, R. de C. A. da. “Patrimonialização do Patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **GEOUSP: espaço e tempo**, São Paulo, v. 1, n. 31, p. 95-104, 2012.
- CRUZ, R. de C. A. da. Prefácio. In: PAES, M. T. D.; SOTRATTI, A. **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural: Identidades, Usos e Ideologias**. São Paulo: Annablume, 2017.
- DEL ROIO, M. Gramsci e a Emancipação do Subalterno. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007.
- FIGUEIREDO, S. L. Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008. p. 79-92.
- FIGUEIREDO, S. L. Cultura e natureza: a viagem e o turismo como necessidades humanas. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 2, n. 2, 31 dez. 2014.
- FONTES, V. Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica. In: OSAL, **Observatorio Social de America Latina**, año VI, no. 19. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina. julio. 2006.
- FONTES, V. Capitalismo filantrópico?. Marx e o Marxismo. **Revista do NIEP-Marx**, v. 8, n. 14, 2020.
- FRUGOLI, R.; REJOWSKI, M.; BASTOS, S. R. Hospitalidade e Acolhimento na Romaria de Nossa Senhora de Nazaré. **Contemporânea**: v11 n2 p. 754-769, Maio–Ago, 2021.
- HARVEY, D. O Espaço como Palavra-Chave. **Em Pauta**, Rio de Janeiro: 1o Semestre de 2015- n. 35, v. 13, p. 126 – 152.
- HENRIQUE, M. C. Do ponto de vista do pesquisador: o processo de registro do Círio de Nazaré como patrimônio cultural brasileiro. **Amazônica - Revista de Antropologia**, Belém, v. 3, n. 2. 2011.
- HENRIQUE, M. C. Participação e Exclusão Popular no Círio de Nazaré. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 38. Brasília: 2018.
- HENRIQUE, M. C. Um jogo absorvente: Paticídio e cultura popular no Círio de Nazaré. **Varia História (UFMG. Impresso)**, v. 36, p. 151-181, 2020.
- HENRIQUE, M. C. Apoteose de Nossa Senhora: o lugar do índio no frontão do Santuário de Nazaré. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, v. 34, p. 1-18, 2021.
- KIPFER, S. Urbanization, Everyday Life and the Survival of Capitalism: Lefebvre, Gramsci and the Problematic of Hegemony. **Capitalism Nature Socialism**, 13(2):117-149. June 2002.

LEFEBVRE, H. “La producción del espacio”. En: **Papers: revista de sociología**, nº3, 1974.

LIMONAD, E; LIMA, I. G. de. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. *In*: Limonad, E. (org.). **Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante**: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: UFF/GECCEL, 2003.

LUZ, L. M. da; RODRIGUES, J. E. C.; PONTE, F. C. da. Impactos Antropogênicos em Bacias Urbanas da área central da cidade de Belém-Pa. **Revista GeoAmazônia(online)**, Belém, v. 03, n. 06, 2015. Disponível em: <http://www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/view/88>. Acesso em: 22 dez. 2018.

MATIAS, K. N. C. Henri Lefebvre e a Dialética da Tríade: considerações sobre a produção social do espaço. **NORUS** – v4, n.6, jul – dez., 2016.

PANTOJA, V. Negócios sagrados: notas sobre o Círio de Nazaré em Belém-Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15 n. 2 p. 261-278 dez. 2012.

PANTOJA, V. Geopolítica do sagrado: o Círio de Nazaré em Belém e suas definições, um campo de conflitos. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 2, p. 115-128, maio-ago 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4921>. Acesso em: 03 fev. 2019.

PEREIRA, M. R. N. Política Pública de Direito à Memória: apontamentos sobre a trajetória do Programa Pontos de Memória. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 9 n. 17: Museus e Museologia: aportes teóricos na contemporaneidade, 2020.

PIMENTEL, M. A. da S.; SANTOS, V. C.; SILVA, F. A. O. da. A ocupação das várzeas na cidade de Belém: causas e conseqüências socioambientais. **REVISTA GEONORTE**, [S.l.], v. 3, n. 5, p. 34 - 45, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/2056>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

RIBEIRO, R. W. Patrimônio, Discurso e Prática: Incursões sobre Democracia e Cidadania a partir do Rio de Janeiro e O Patrimônio Mundial. *In*: PAES, M. T. D.; SOTRATTI, M. A. (Org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. Identidades, Usos e Ideologias. São Paulo, Anablume, 2017, p. 45-66.

RODRIGUES, J.C.; RODRIGUES, L. L. C. (Re)estruturação da cidade e as novas expressões de centralidade urbana na cidade de Ananindeua, Amazônia Paraense. **Caminhos da Geografia (UFU Online)**, v. 22, p. 106-126, 2021.

RICCI, R. CNBB e o pêndulo para a direita. **Revista Espaço Acadêmico** n. 109, 2010.

SÁNCHEZ, F. A Reinvenção das Cidades na virada de Século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**. nº 16: 31-49, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

SCARLATO, F. C.; COSTA, E. B. Geografia e patrimônio urbano: questão metodológica. **Espaço e Geografia (UnB)**, v. 16, p. 397-415, 2013. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/260/205>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SCHMID, C. (2012). A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: Em Direção A Uma Dialética Tridimensional. **GEOUSP: Espaço E Tempo (Online)**, (32), 89-109. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74284>. Acesso em: 02 jan. 2019

SEMERARO, G. Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina. **O social em questão**, v. 39, p. 87-108, 2017.

SILVA FILHO, M. R. “Eu sou a filha da chiquita bacana...” notas antropológicas sobre a festa da Chiquita em Belém do Pará. **Revista Gênero na Amazônia**, Belém, n. 6, p 183 – 212, Julho/Dezembro 2014.

SILVEIRA, Z. S. O baile de máscaras: o movimento de intelectuais entre estado supranacional e estado integral. **Rev. Práxis e Heg Popular**. Marília, SP v.5 n.6 p. 136-156 Jul /2020.

SOTO, W. H. G. O pensamento crítico de Henri Lefebvre. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 12, n. 140, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/17379>. Acesso em: 02 jan. 2019.

TRINDADE JR, S. C. C. da. Patrimônios, vivências e representações do espaço em políticas de requalificação urbana na Amazônia. **Espaço e Geografia (UNB)**, v. 16, p. 483-513, 2013. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/266>. Acesso em: 14 fev. 2019.

TRINDADE, JR., S. C. C; AMARAL, M. D. B. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 73-103, jul./dez. 2006.

VIEIRA, A. M. D. G.; NÓBREGA, W. R. de M. Participação popular e políticas públicas para o turismo: uma avaliação do Portal da Amazônia, Belém-Pa. **AOS – Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, Brasil, v. 5, n.2, jul/dez 2016, p. 21-40.

VIVEIROS, L. Direito à cidade e hegemonia: caminhos para uma práxis urbana. **V!RUS**, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/33509>. Acesso em: 22 Jul. 2020.

WACHOWICZ, L. A dialética na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional**, v.2, n.3, 2001. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=730&dd99=view>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

Anais de eventos

COSTA, E. B. da. “Utopismos patrimoniais pela América Latina: resistências à colonialidade do poder.” In: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro: Actas XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, editado por Nuria Benach, Miriam Hermi Zaar e Magno Vasconcelos, 1-32. **Anais...** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2016.

LIMA, M. D. Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém/PA: inventário e registro como patrimônio cultural brasileiro. **Anais...** do Seminário Patrimônio Cultural e Propriedade Intelectual: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais. Belém: CESUPA/MPEG. 2005.

LIMONAD, E. Estado, Espaço e Escala no Brasil, subsídios para a reflexão. **Anais...** XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El controldelespacio y losespacios de control Barcelona, 5-10 de mayo de 2014.

LIMONAD, E. Utopias Urbanas, Sonhos ou Pesadelos? Cortando as cabeças da Hidra de Lerna. **Anais...** do XIV Coloquio Internacional de GeocríticaLas utopías y la construcción de lasociedad del futuro Barcelona, 2-7 de mayo de 2016.

OLIVEIRA, L. A. A. A. Transformismo, Hegemonia e Subalternidade no Pensamento de A. Gramsci. **Anais...** 10º encontro Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte, 2016.

Teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso

ALBUQUERQUE, V. L. M. **Patrimonialização e Valorização do Espaço Urbano da Avenida Nazaré em Belém-Pa.** 2021. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal do Pará, Belém.

ALBUQUERQUE, V. L. M. **A produção do espaço patrimonializado: uma análise sobre o patrimônio usado como negócio na Avenida Nazaré, em Belém-PA.** 2018. 92f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

ALMEIDA, C. M. R. de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX.** 2010. 343f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo.

CANCELA, C. D. **Casamento e Relações Familiares na economia da Borracha (Belém 1870-1920).** 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo.

CASTRO, N. A. R. de. **O lugar do turismo na ciência geográfica: contribuições teóricometodológicas à ação educativa.** 309f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

CORÁ, M. A. J. **Do Material ao Imaterial: Patrimônios Culturais do Brasil.** 2011. 334f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Católica de São Paulo.

CORREA, I. M. X. de A. **Círio de Nazaré: a festa da fé e suas (re)significações culturais 1970-2008.** Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

FERREIRA, A. V. **“Por Que Eles Vão Embora?” As representações de ‘pobre’ em oficinas de capacitação profissional para adultos em uma instituição educacional confessional.** Dissertação (Mestrado).Programas de Pós-graduação da CAPES Universidade Estácio de Sá, 2006.

FRATUCCI, A. C. **A Dimensão Espacial nas Políticas Públicas Brasileiras de Turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo.** 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói.

HAMOY, I. S. A. **Imagens devocionais de Nossa Senhora de Nazaré: iconografia, devoção e conservação.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Belas Artes, 2017.

HINTZE, H. C. **Espectáculos e invisibilidades do discurso legitimador do turismo.** Piracicaba, 2013. 536 p.: il. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2013.

MEDEIROS, R. B. de. **Maracatu Rural: luta de classes ou espetáculo? (Um estudo das expressões de resistência, luta e passivização das classes subalternas).** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2003.

- MALTA, G. A. P. **O turismo como projeto político e sua capacidade de indução ao desenvolvimento econômico: destinos indutores ou concentradores do desenvolvimento turístico regional em Minas Gerais?** 2018. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociência da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – UFMG.
- MATOS, L. da S. **Belém em festa: a economia lúdica da fé no Círio de Nazaré.** Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2010.
- MELIANI, P. F. **Crítica à estética na mercadoria do turismo: dilemas da precarização do trabalho na produção do espaço de Itacaré, litoral sul da Bahia.** Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- MORENO, P. A. C. **A Pastoral do turismo e sua ambiguidade estrutural.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia – São Carlos: UFSCar, 2016. 126 p.
- NEVES, F. A. de F. **Solidariedade e Conflito: Estado Liberal e Nação Católica no Pará sob o Pastorado de Dom Macedo Costa (1862 – 1889).** Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.
- PANTOJA, V. **A Praça Pública e a Festa Sagrada: Manifestações Culturais e Territorialidades Móveis no Círio de Nazaré em Belém-Pa.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Geografia e Cartografia. Universidade Federal do Pará. Belém, 2004. 73f.
- PANTOJA, V. **Negócios Sagrados: reciprocidade e mercado no Círio de Nazaré.** 2006. 135f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará. Belém.
- PONTE, M. P. X. **O Círio de Nazaré de Belém – PA como festa para a religiosidade paraense.** Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em Antropologia e Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Antropologia e Sociologia. 2019.
- SANTOS, D. de C. S. dos. **Políticas Públicas de lazer e formação continuada de profissionais: uma análise na prefeitura de Belém (2009-2014).** 2016. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- SERRA, D. R. O. **O processo de turistificação do espaço em santuários e eventos católicos: uma análise sobre o Círio de Nazaré em Belém-PA.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.
- SERRA, H. R. **A concepção de turismo e de sua espacialidade no Plano de Desenvolvimento de Turismo do Pará (PDT-PA).** Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 157f., 2007.
- SOARES, K. G. **As formas de morar na Belém da Belle-époque (1870-1910).** 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008.
- SOUZA, M. F. S. **A festa e a cidade: Experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

TELLES M. F. de P. **Proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro: Análise da articulação entre o tombamento e registro**. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

Impresso

LIVRO DAS PEREGRINAÇÕES 2018: uma jovem chamada Maria. 2018. **Impresso**.

Jornais

ALMOÇO do círio está 1000% mais caro, segundo o Dieese. **O Liberal**, Belém, Cidades, p. 5, 06 out. 1989.

CÍRIO 2018: apresentação do cartaz oficial. **Voz de Nazaré**. Belém, 2º Caderno, p.9, 25 a 31 de maio de 2018.

HOMENAGEM que virou tradição. **O Liberal**, Belém, Jornal dos Bairros, p. 7, 27 set. 1989.

MUSEU do círio para turista ver. **Diário do Pará**. Belém, Turismo. s/p., 22 jun. 1986.

RECIRIO. **O Liberal do Pará**, Belém, 16 abr. p.3, 1871.

UM POUCO de história. **Voz de Nazaré**. Belém, 2º Caderno, p.3, 4 a 10 de maio de 2018.

VOLTA da imagem de N. S. de Nazareth, da sua Ermida para a Capella do Palacio do Governo, em o dia 12 de novembro de 1854. **Treze de Maio**, Belém, s/p7, nov., 1854.

Sites

ABERTURA do Círio é marcada por aglomeração em frente à Basílica de Nazaré, em Belém; VÍDEO. **G1, PARÁ**, 08 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2020/noticia/2020/10/08/abertura-do-cirio-e-marcada-por-aglomeracao-em-frente-a-basilica-de-nazare-em-belem-video.ghtml>.

AGOSTO começa com peregrinação de Nossa Senhora de Nazaré ao Rio de Janeiro. **Basílica de Nazaré**, s/d. Disponível em: <https://basilicadenazare.com.br/agosto-comeca-com-peregrinacao-de-nossa-senhora-de-nazare-ao-rio-de-janeiro/>. Acesso em 16 nov. 2021.

AMARAL, S. Círio 2019 injeta R\$ 1 bilhão na economia paraense. **Belém.com.br**. 28 de outubro de 2019. Disponível em: < <https://belem.com.br/noticia/628/cirio-2019-injeta-r-1-bilhao-na-economia-paraense> >. Acesso em: 10/04/2022.

ANTÔNIO Cesar Azevedo Neves. **Unimed**, Memória, c2001. Disponível em: <<http://memoria.unimed.coop.br/memoria/pessoas/detalhes/46>>. Acesso em: 15/11/2021.

AO FIM da missa na Catedral da Sé, Dom Alberto Taveira leva imagem peregrina para perto de fieis. **G1, PARÁ**, 10 de outubro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2021/noticia/2021/10/10/ao-fim-da-missa-na-catedral-da-se-dom-alberto-taveira-leva-imagem-peregrina-para-perto-de-fieis.ghtml>. Acesso em 14 dez. 2021.

APÓS veto à queima de fogos na praça, estivadores anunciam que irão bloquear a passagem do Círio em protesto contra o veto da queima de fogos na praça. **G1, PARÁ**, 28 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2017/noticia/estivadores-anunciam-que-irao-bloquear-a-passage-m-do-cirio-em-protesto-contr-o-veto-da-queima-de-fogos-na-praca.ghtml>> Acesso em: 03 mar. 2018.

ARQUIDIOCESE de Belém recebe de volta terreno para evangelização. Arquidiocese de Belém, 30 de setembro de 2017. Disponível em: <https://arquidiocesedebelem.com.br/arquidiocese-de-belem-recebe-de-volta-terreno-para-evangelizacao/> 30/09/2017. Acesso em: 13/11/2021.

ARRAIAL do Pavulagem apresenta o 'Arrastão do Círio' em live musical no sábado. **O Liberal**, 09 de outubro de 2020. <https://www.oliberal.com/cirio/arraial-do-pavulagem-apresenta-o-arrastao-do-cirio-em-live-musical-no-sabado-1.313708>. Acesso em 14 dez. 2021.

AUMENTO em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros. **Plano Nacional de Cultural**, s/d. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/10/>. Acesso em: 28/01/2019.

AUTO do Círio chega em edição virtual nesta sexta-feira, com vídeos de artistas devotos. **O Liberal**, 09 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/cirio/auto-do-cirio-chega-em-edicao-virtual-nesta-sexta-feira-com-ideos-de-artistas-devotos-1.313707>. Acesso em 14 dez. 2021.

AUTO do Círio contará com edição virtual nesta sexta-feira. **O Liberal**, Cultura, 08 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/cultura/auto-do-cirio-contara-com-edicao-virtual-neste-ano-1.443344>. Acesso em 14 dez. 2021.

BARNABITAS alegam que Arquidiocese ainda não recebeu terreno situado na avenida Gentil Bittencourt. **O Liberal**, Belém, 18 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/padres-barnabitas-alegam-que-arquidiocese-ainda-nao-recebeu-imovel-na-avenida-gentil-bittencourt-1.241123>. Acesso em: 13/11/2021.

CAMISA oficial do Círio de Nazaré 2019 é lançada nesta quarta-feira. **O Liberal**, Belém, 21 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/camisa-do-cirio-2019-e-lancada-em-nazare-1.185661>. Acesso em: 13/11/2021.

CARNEIRO, T. Tradicional 'Festa da Chiquita' será no Memorial dos Povos, em Belém, anuncia Eloy Iglesias. **G1, PARÁ**, 29 de setembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/09/29/tradicional-festa-da-chiquita-sera-no-memorial-dos-povos-em-belem-anuncia-eloy-iglesias.ghtml>. Acesso em 14 dez. 2021.

CELEBRAÇÃO paraense, Círio de Nazaré, recebe certificado de Patrimônio da Humanidade. **Portal Iphan**, Notícias, 06 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/333/celebracao-paraense-cirio-de-nazare-recebe-certificado-de-patrimonio-da-humanidade>>. Acesso em 12 fev 2019.

CERCA de 100 mil pessoas foram às ruas em procissões informais neste domingo. **Agência Pará**, Belém, 11 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/22738/>>. Acesso em 28 jan. 2021.

CÍRIO – César Neves no seu momento Odorico. **Blog do Barata**, 11 de outubro de 2011. Disponível em: <<https://novoblogdobarata.blogspot.com/2011/10/cirio-cesar-neves-no-seu-momento.html>>. Acesso em 10abr. 2022

CÍRIO Histórico. **Lealmoreira.com.br**, 13 de novembro de 2018. Disponível em: https://www.lealmoreira.com.br/revista/conteudo/cirio_historico. Acesso em: 26/11/2021.

CÍRIO 2019: Diretoria da Festa de Nazaré divulgou roteiro das procissões oficiais da quadra nazarena. **Basílica de Nazaré**, c2021a. Disponível em: <<https://basilicadenazare.com.br/cirio-2019-diretoria-da-festa-de-nazare-divulgou-roteiro-das-procissoes-oficiais-da-quadra-nazarena/>>. Acesso em: 28/01/2021.

CÍRIO 2019: Romaria dos Corredores será neste sábado (26). **Basílica de Nazaré**, c2021b. Disponível em: <<https://basilicadenazare.com.br/cirio-2019-romaria-dos-corredores-sera-neste-sabado-26/>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

CÍRIO de Nazaré 2019: Confira a programação completa das romarias. **G1, PARÁ**, Belém, 11 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/10/11/cirio-de-nazare-2019-confira-a-programacao-completa-das-romarias.ghtml>> Acesso em 14 set. 2021.

CÍRIO 2020 começa nesta sexta com a apresentação do manto de N. S. de Nazaré; Veja programação. **G1, PARÁ**, 09 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2020/noticia/2020/10/09/cirio-2020-comeca-nesta-sexta-com-a-apresentacao-do-manto-de-n-s-de-nazare-veja-programacao.ghtml>. Acesso em 14 dez. 2021.

CÍRIO 2021 - Diretoria da Festa assina parceria com Remo, Tuna e Paysandu. **Portal Santarém**, 24 de agosto de 2021a. Disponível em: <http://www.portalsantarem.com.br/noticias/conteudo/cirio-2021-diretoria-da-festa-assina-parceria-com-remo-tuna-e-paysandu/95834>. Acesso em: 11 nov. 2021

CÍRIO de Nazaré 2021: veja como foi a comemoração em Belém. **G1, PARÁ**, Notícias, 10 de outubro de 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2021/noticia/2021/10/10/cirio-de-nazare-2021-veja-como-foi-a-comemoracao-em-belem.ghtml>. Acesso em: 11/12/2021.

CÍRIO 2021 ganha nova versão do arrastão do Pavulagem. **G1, PARÁ**, 14 de outubro de 2021c. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2021/noticia/2021/10/14/cirio-2021-ganha-nova-versao-do-arrastao-do-pavulagem.ghtml>. Acesso em 14 dez. 2021.

CÍRIO o ano inteiro, c2022. **Círio de Nazaré**. Disponível em: <https://www.ciriodenazare.com.br/o-cirio-e-voce/cirio-o-ano-inteiro>. Acesso em 10 dez. 2021.

CNBB pede respeito à democracia e às instituições. **Correio Braziliense**, Política, 04 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4947685-cnbb-pede-respeito-a-democracia-e-as-instituicoes.html>. Acesso em: 15 nov. 2021

CNBB cobra Bolsonaro e vê pandemia agravada por denúncias de prevaricação e corrupção. **Folha, Poder**, 09 de julho de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/cnbb-cobra-bolsonaro-e-ve-pandemia-agravada-por-denuncias-de-prevaricacao-e-corrupcao.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2021

COMEÇAM hoje vendas dos ingressos para as arquibancadas do Círio 2017. **G1, PARÁ**, 08 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/comecam-hoje-vendas-dos-ingressos-para-as-arquibancadas-do-cirio-2017.ghtml>>; Acesso em 10 nov. 2021.

COELHO, L. Governo apoia candidatura do culto à Nossa Senhora como patrimônio da Unesco. **Agência Pará**, 11 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/15656/>>. Acesso em 28 jan. 2021.

COORDENADOR fala sobre preparativos para a festa. **Diário Online**, Notícias, 09 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://diarioonline.com.br/noticias/cirio/noticia-382456-coordenador-fala-sobre-preparativos-para-festa.html#!>> Acesso em: 15 jan 2019.

DANTAS, D. Carta de bispos amplia divisão na CNBB sobre relação com Bolsonaro. **O Globo, Política**, 28 de setembro de 2020. Disponível em: //oglobo.globo.com/politica/carta-de-bispos-amplia-racha-na-cnbb-sobre-relacao-com-governo-bolsonaro-1-24553523. Acesso em: 15 nov. 2021.

DIRETORIA anuncia início de venda dos ingressos das arquibancadas do Círio 2018. **G1, PARÁ**, 27 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2018/08/27/diretoria-anuncia-inicio-de-venda-dos-ingressos-das-arquibancadas-do-cirio-2018.ghtml>>; Acesso em 10 nov. 2021.

DIRETORIA do Círio anuncia início de venda de arquibancadas para as procissões deste ano. **G1, PARÁ**, 17 de agosto de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/08/17/diretoria-do-cirio-anuncia-inicio-de-venda-de-arquibancadas-para-as-procissoes-deste-ano.ghtml>. Acesso em: 13/11/2021.

DIRETORIA sugere mudanças para o círio 2014. **Diário Online**, Pará, 21 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://dol.com.br/noticias/cirio/noticia-298467-diretoria-sugere-mudancas-para-o-cirio-2014.html?d=1>> Acesso em: 03 mar. 2018.

DEVOÇÃO e culto a Nossa Senhora de Nazaré pode ser reconhecido como patrimônio imaterial da humanidade pela Unesco. **CNBBN**, 08 de janeiro de 2020. Disponível em: <<http://cnbbn2.com.br/devocao-e-culto-a-nossa-senhora-de-nazare-pode-ser-reconhecido-como-patrimonio-imaterial-da-humanidade-pela-unesco/>>. Acesso em 28 jan. 2021.

DOMINGO do Círio reúne cerca de 400 mil pessoas nas ruas do centro de Belém. **Agência Pará**, 10 de outubro de 2021. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/32088/>. Acesso em 14 dez. 2021.

EM BELÉM, rua que fica em frente à Basílica de Nazaré será fechada. **G1, PARÁ**, 05 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/02/em-belem-rua-que-fica-em-frente-basilica-de-nazare-sera-fechada.html>. Acesso em: 13/11/2021.

FÉ sem distâncias: Círio de Nazaré em Belém tem procissões canceladas e programação adaptada. **CNBBN**, 07 de agosto de 2020. Disponível em: <http://cnbbn2.com.br/fe-sem-distancias-cirio-belem/> Acesso em 14 dez. 2021.

FESTA da chiquita continuará na praça. **Diário Online**, Notícias, 23 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-298653-festa-da-chiquita-continuara-na-praca.html>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

GASTRONOMIA, meio ambiente e muito amor na coluna deste domingo. **Mais Liberal**, 26 maio 2019. **Disponível em:** <<https://www.oliberal.com/colunas/mais-liberal/gastronomia-meio-ambiente-e-muito-amor-na-coluna-deste-domingo-1.146557>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GOVERNO Federal doa terreno para Arquidiocese de Belém (PA). **Webcache**. googleusercontent.com, 05 de outubro de 2017. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RXDCipxYD0AJ:folhamilitaronline.com.br/governo-federal-doa-terreno-para-arquidiocese-de-belem-pa/&hl=pt-BR&gl=br&strip=1&vwsr=0>. Acesso em: 13/11/2021.

GOVERNO do Pará proíbe queima de fogos na praça e revolta estivadores. **Diário Online**, Notícias, 14 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-450724-governo-do-para-proibe-queima-de-fogos-na-praca-e-revolta-estivadores.html>>. Acesso em 13 fev. 2019.

GOVERNO repassa mais de R\$ 1 milhão para o Círio 2019 e obras sociais. **O Liberal**, Pará, 05 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/governo-do-estado-assina-repasse-de-r-1-1-milhao-ao-cirio-de-nazare-2019-1.190039>. Acesso em: 08/11/2021.

GUARDA de Nazaré é expulso da organização após levar imagem da santa à terreiro de umbanda em Belém. **G1, PARÁ**, 15 de outubro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/10/15/guarda-de-nazare-e-expulso-da-organizacao-apos-levar-imagem-da-santa-a-terreiro-de-umbanda-em-belem.ghtml>). Acesso em 14 dez. 2021.

IMAGEM original de Nossa Senhora de Nazaré retorna ao Glória, em Belém. **G1, PARÁ**, 31 de maio de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/05/imagem-original-de-nossa-senhora-de-nazare-retorna-ao-gloria-em-belem.html>. Acesso em: 04/10/2021.

INGRESSOS das arquibancadas do Círio começam ser vendidos. **G1, PARÁ**, 09 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2012/noticia/2012/10/ingressos-das-arquibancadas-do-cirio-comecam-ser-vendidos.html>>. Acesso em 10 nov. 2021.

INGRESSOS para arquibancadas do Círio são vendidos a partir de quarta. **G1, PARÁ**, 07 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2013/noticia/2013/10/ingressos-para-arquibancadas-do-cirio-sao-vendidos-partir-de-quarta.html>>; Acesso em 10 nov. 2021.

INGRESSO para arquibancada do Círio 2014 está mais caro. **G1, PARÁ**, 18 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2014/noticia/2014/09/ingresso-para-arquibancada-do-cirio-2014-esta-mais-carro.html>>; Acesso em 10 nov. 2021.

INGRESSOS para arquibancadas do Círio 2015 serão vendidos pela internet. **G1, PARÁ**, 26 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2015/noticia/2015/09/ingressos-para-arquibancadas-do-cirio-2015-serao-vendidos-pela-internet.html>>; Acesso em 10 nov. 2021.

KLEBER Vieira toma posse como coordenador do Círio. **Diário Online**, Pará, Notícias, 29 de novembro de 2011. Disponível em: <<https://dol.com.br/noticias/para/noticia-177342-kleber-vieira-toma-posse-como-coordenador-do-cirio.html?d=1>>. Acesso em: 15/11/2021.

LIMA, E. Círio – um show de fé no Pará. **Fonte Brasil**, Opinião, 10 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.fontebrasil.com.br/opinio-formada/7160>. Acesso em: 26/11/2021.

LANÇAMENTO da camisa com o selo oficial do Círio 2019. **Fundação nazaré.com.br**, 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://fundacaonazare.com.br/cirio-2020/lancamento-da-camisa-com-o-selo-oficial-do-cirio-2019/>. Acesso em: 05 nov. 2021.

MAIS nova procissão do Círio terá imagem peregrina sem manto. **O Liberal**, Pará, 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/para/mais-nova-procissao-do-cirio-tera-imagem-peregrina-sem-manto-1.229609>>. Acesso em 28 jan. 2021.

MOMENTO histórico após descida do glória, imagem original de N. S. de Nazaré chega perto dos fieis na área externa da Basílica. **G1, PARÁ**, 09 de outubro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2021/noticia/2021/10/09/momento-historico-apos-descida->

[do-gloria-imagem-original-de-n-s-de-nazare-chega-perto-dos-fieis-na-area-externa-da-basilica.ghtml](#).

Acesso em 14 dez. 2021.

MOREIRA, D. G. A. Eleições 2018. **CNBB**, 08 de outubro de 2018. Disponível em: www.cnbb.org.br/eleicoes-2018-3/. Acesso em: 15 nov. 2021.

MPE acusa fraude em arquibancadas do Círio 2011. **Diário Online**, Notícias, 11 de setembro de 2012. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/noticia-218812-mpe-acusa-fraude-em-arquibancadas-do-cirio-2011.html?d=1>. Acesso em: 13/11/2021.

MUSEU DO CÍRIO: história e devoção popular em 1.600 peças. **SBT Pará**, Belém, 10 set. 2019. Disponível em: < <http://museus.cultura.gov.br/espaco/203472/>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

NOTA da prefeitura sobre decisão da diretoria da festa de Nazaré. [Marituba.pa.gov.br](http://www.marituba.pa.gov.br), 20 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.marituba.pa.gov.br/site/nota-da-prefeitura-sobre-decisao-da-diretoria-da-festa-de-nazare/#prettyPhoto>> Acesso em: 15 jan 2019.

ORGANIZAÇÃO Mundial do Turismo (OMT). **AJONU**, 12 de outubro de 2012. Disponível em: <https://ajonu.wordpress.com/2012/10/17/organizacao-mundial-do-turismo-omt/>. Acesso em: 04/10/2021.

PASTORAL do turismo. **Basilica de Nazaré**, Pastorais, c2021. Disponível em: <https://basilicadenazare.com.br/pastorais/pastoral-do-turismo/>. Acesso em: 08/11/2021.

PASTORAL do Turismo define estratégias de ação e evangelização no mundo urbano. **CNBB**, Pastorais, Turismo, 14 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/encontro-nacional-da-pastoral-do-turismo-reflete-os-desafios-de-evangelizacao-no-mundo-urbano/>. Acesso em: 08/11/2021

PINTO, R. Círio Musical com Lives. **Círio de Nazaré**, Belém, set. 2020. Disponível em: <<https://ciriodenazare.com.br/noticias/cirio-musical-com-lives>>. Acesso em 16 nov. 2021.

PRIMEIRA coletiva do Círio 2017. **Fundação nazaré.com.br**, 29 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://fundacaonazare.com.br/voz-de-nazare/primeira-coletiva-do-cirio-2017/>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

PROCISSÕES não oficiais do Círio de Nazaré reúnem cerca de 100 mil pessoas no domingo, em Belém. **G1**, PARÁ, 12 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2020/noticia/2020/10/12/procissoes-nao-oficiais-do-cirio-de-nazare-reunem-cerca-de-100-mil-pessoas-no-domingo-em-belem.ghtml>. Acesso em 14 dez. 2021.

PROCISSÕES. **Círio de Nazaré**, c2022. Disponível em: <<https://www.ciriodenazare.com.br/cirio/procissoes>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

PRODUTOS da romaria da rainha da Amazônia com selo oficial podem ser adquiridos na lojinha do Círio. **Fundação nazaré.com.br**, 29 de junho de 2020. Disponível em: <https://fundacaonazare.com.br/fundacao/produtos-da-romaria-da-rainha-da-amazonia-com-selo-oficial-podem-ser-adquiridos-na-lojinha-do-cirio/>. Acesso em 05 nov. 2021.

PROGRAMAÇÃO. **Círiodenazaré.com.br**, c2022. Disponível em: <https://ciriodenazare.com.br/programacao/calendario>. Acesso em 14 dez. 2021.

PROJETO estende calçada da praça até a Basílica. **Diário Online**, Pará, Notícias, 30 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/noticia-317859-projeto-estende-calcada-da-praca-ate-a-basilica.html?d=1>. Acesso em: 13/11/2021.

PROJETOS sociais também são beneficiados com arrecadações para realização do Círio. **O Liberal**, Belém, 27 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/projetos-sociais-tambem-sao-beneficiados-com-arrecadacoes-para-realizacao-do-cirio-1.196815>. Acesso em: 08/11/2021.

PONTOS de Memória. **Gov**, 24 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria>. Acesso em: 16 out. 2021.

POSSÍVEL mudança de local ameaça Festa da Chiquita. **Diário Online**, Pará, 28 de outubro de 2014. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/noticia-298447-possivel-mudanca-de-local-ameaca-festa-da-chiquita.html?d=1>. Acesso em: 03 mar. 2018.

PUPPO, F. Bolsonaro insere mudança da Cultura para o Ministério do turismo em MP. **Folha**, Ilustrada, 28 de julho de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/07/bolsonaro-insere-mudanca-da-cultura-para-o-ministerio-do-turismo-em-mp.shtml>. Acesso em: 16 out. 2021.

QUEM licenciou a obra da calçada da Basílica de Nazaré? [Aapbel.blogspot.com](http://aapbel.blogspot.com), 12 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://aapbel.blogspot.com/2015/02/quem-licenciou-obra-da-calcada-da-basilica.html>. Acesso em: 13/11/2021.

“SAIO com a alma incendiada, me sentindo abençoado”, diz Temer em Belém. **UOL Notícias**, Políticas, 05 de outubro de 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/10/05/saio-com-a-alma-incendiada-me-sentindo-abençoado-diz-temer-em-ato-em-belem-pa.htm>. Acesso em: 13/11/2021.

SETUR diversificou ações de promoção ao turismo no Círio 2019. **Setur-PA**, s/d. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/noticia/setur-diversificou-acoes-de-promocao-ao-turismo-no-cirio-2019>. Acesso em 28 jan. 2021.

SEURB responde sobre calçada da Basílica. [Aapbel.blogspot.com](http://aapbel.blogspot.com), 06 de julho de 2015. Disponível em: <http://aapbel.blogspot.com/2015/06/seurb-responde-sobre-calcada-da-basilica.html>. Acesso em: 13/11/2021.

SÍMBOLOS. **Círio de Nazaré**, c2022. Disponível em: <https://ciriodenazare.com.br/cirio/simbolos>. Acesso em: 15 de set. 2021.

SOARES, B. Diretoria da festa assina parceria com Assembleia Paraense. **Rede Pará**, 13 de setembro de 2021. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/221591/diretoria-da-festa-assina-parceria-com-assembleia-paraense>. Acesso em 16 nov. 2021.

TRASLADO para Ananindeua e Marituba ocorre na próxima sexta-feira. [Belem.com.br](http://belem.com.br), Notícias, 07 de outubro de 2021. Disponível em: <https://belem.com.br/noticia/4737/traslado-para-ananindeua-e-marituba-ocorre-na-proxima-sexta-feira>. Acesso em: 11/12/2021.

TÚNEL iluminado vira atração na Praça Santuário em Belém. **G1**, PARÁ, 14 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2020/noticia/2020/10/14/tunel-iluminado-vira-atracao-na-praca-santuario-em-belem.ghtml>. Acesso em 14 dez. 2021.

TURISMO responsable, sostenible y accesible. **UNWTO**, c2021. Disponível em: <https://www.unwto.org/es/acerca-de-la-omt>. Acesso em: 10 set 2020.

UNESCO in brief - Mission and Mandate. **Unesco**, c2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco>. Acesso em: 10/09/2021.

VAI ter festa da chiquita on-line. **O Liberal**, Cultura, 10 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/cultura/vai-ter-festa-da-chiquita-on-line-1.313937>. Acesso em 14 dez. 2021.

VALE é patrocinadora oficial do Círio 2020. **Vale**, News, 05 de outubro de 2020. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-%C3%A9-patrocinadora-oficial-do-C%C3%ADrio-2020.aspx>. Acesso em: 08/11/2021.

VENDA de lugares para arquibancada do Círio inicia nesta segunda. **G1, PARÁ**, 12 de setembro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2016/noticia/2016/09/venda-de-lugares-para-arquibancada-do-cirio-inicia-nesta-segunda.html>; Acesso em 10 nov. 2021.

VÍDEO: Visita guiada no Complexo da Praça Santuário reabre nesta segunda-feira. **O Liberal**, 16 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/visita-guiada-no-complexo-da-praca-santuario-reabre-nesta-segunda-feira-1.423029>. Acesso em: 08/11/2021.

VOZ de Nazaré. **Fundação Nazaré**, Voz de Nazaré, s/d. Disponível em: <http://fundacaonazare.com.br/voz-de-nazare/historico-voz-de-nazare/>. Acesso em: 15/11/ 2017.

Legislações

BELEM. Lei Municipal nº 8.291, de 30 de dezembro de 2003. Altera a estrutura da administração pública municipal, cria a Coordenadoria Municipal de Turismo - Belemtur, extingue a Companhia de Turismo de Belém - Belemtur, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**: Belém, 2003.

BELÉM. Lei Municipal Nº 9.126, de 15 de junho de 2015. Reconhece como Patrimônio Cultural da Cidade de Belém a procissão do “Círio de Nossa Senhora de Nazaré” e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**: Belém, 2015.

BRASIL. Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social. Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. – Brasília (DF): Phábrica, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília: 1 ed., 2010a. Disponível em: Acesso em: 10 set. 2021

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. Brasília: 3. ed., 2010b. Disponível em: Acesso em: 10 set. 2021

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ministério do Turismo - 10 anos**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/livro_10_anos_.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

BRASIL. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. – ESTATUTO DA CIDADE, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 10 nov. 2021

BRASIL. **Ministério do Turismo**. Plano Nacional de Turismo 2018-2022. [Brasília]: [2018?]. Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/escoladeturismologia/pasta-virtuais-de-docentes/izabel-cristina-augusto-de-souza-faria/marketing-turistico/plano-nacional-de-turismo-2018-2022-1/view>. Acesso em: 01 nov. 2021

PARÁ. Lei n. 4371, de 15 de dezembro de 1971. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, 25 dez. 1971. Disponível em: <<http://www.ioepa.com.br/pages/1971/1971.12.25.DOE.pdf>>. Acesso em 23 jan 2021.

PARÁ. **Diário Oficial** de 25 de março de 1992.

PARÁ. **Plano do Turismo Estado do Pará**. Belém: Companhia Paraense de Turismo, 2001.

PARÁ. **Ver-o-Pará**: Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará. Belém: Companhia Paraense de Turismo, 2011. Disponível em: http://www.paraturismo.pa.gov.br/sites/default/files/Relatorio_Executivo.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

PARÁ. **Coletiva do Círio 2021**. Belém: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos / Secretaria de Estado de Turismo do Pará. 2021.

PARÁ. **Coletiva do Círio 2019**. Belém: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos / Secretaria de Estado de Turismo do Pará. 2019.

PARÁ. Portaria N° 672/2018 - GAB/DG/HOL. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, 19 ago. 2018. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/pages/2018/08/29/2018.08.29.DOE_23.pdf>. Acesso em 10abr 2022.

ANEXO A: LISTA DE ENTIDADES DO CNTUR



MINISTÉRIO DO TURISMO
CONSELHO NACIONAL DE TURISMO

Ministério do Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
Portal - <https://www.gov.br/turismo/pt-br/composicao/conselho-nacional-de-turismo>

Presidente: Ministro de Estado do Turismo Gilson Machado Neto

Informações: conselho.nacional@turismo.gov.br

Entidade	Titular	Suplente
ABAV Associação Brasileira de Agências de Viagens	Magda Nassar	Ana Carolina Dias Medeiros de Souza
ABBTUR Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo	Lenora Horn Schneider	
ABCMI Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade	Ana Maria de Farias	Iêda Borges de Castro Costa
ABEAR Associação Brasileira das Empresas Aéreas	Eduardo Sanovicz	Airton Noqueira Pereira Junior
ABEOC Associação Brasileira de Empresas de Eventos	Fátima Thereza Facuri Leirinha	Adriana Corrêa Homem de Carvalho



MINISTÉRIO DO TURISMO
CONSELHO NACIONAL DE TURISMO

Ministério do Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
Portal - <https://www.gov.br/turismo/pt-br/composicao/conselho-nacional-de-turismo>

Entidade	Titular	Suplente
ABETA Associação Brasileira das Empresas Aventura	Teriana Gandelim Selbach	Luiz Alberto Del Vigna Ferreira
ABIH Associação Brasileira da Indústria de Hotéis	Manoel Cardoso Linhares	Luciano de Castro Carneiro
ABITUR Associação Brasileira das Ilhas Turísticas	Rafael Guttierres Jr.	Marlene Huebes Novaes
ABLA Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis	Paulo Miguel Júnior	Paulo Roberto do Val Nemer
ABOTTC Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos Culturais	Adonai Aires Arruda Filho	Sávio Luís Ferreira Neves Filho
ABR Associação Brasileira de Resorts	Sérgio Souza	Ana Baselli Aidar
Associação Brasileira de Campismo	Luiz Edgar Pereira Tostes	Luiz Antônio Pinto Matheus



MINISTÉRIO DO TURISMO
CONSELHO NACIONAL DE TURISMO

Ministério do Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
Portal - <https://www.gov.br/turismo/pt-br/composicao/conselho-nacional-de-turismo>

Entidade	Titular	Suplente
ABRACCEF Associação Brasileira de Centros de Convenções e Feiras	Margareth Sobrinho Pizzatto	Plínio Mendes Rabelo Júnior
ABRAJET Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo	Evandro Novak	Ricardo Guerra
ABRARJ Associação Brasileira de Revistas e Jornais	Cláudio Magnavita Castro	Walter Estevam Junior
ABRASEL Associação Brasileira de Bares e Restaurantes	Paulo Solmucci Júnior	Newton Garcia
ABRASTUR Associação Brasileira de Turismo Social	Milton Sérgio Silveira Zuanazzi	Paulo de Brito Freitas
ABRATURR Associação Brasileira de Turismo Rural	Francisco de Andrade Garcez	Andréia Maria Roque Junqueira de Arantes
CLIA Brasil Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos	Marco Ferraz	Maria Estela Rama Farina



MINISTÉRIO DO TURISMO
CONSELHO NACIONAL DE TURISMO

Ministério do Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
Portal - <https://www.gov.br/turismo/pt-br/composicao/conselho-nacional-de-turismo>

Entidade	Titular	Suplente
ABRESI Gastronomia, Hospitalidade e Turismo	Rômulo Alfredo Vieira Bustamante	Danilo Piva Júnior
ANAC Agência Nacional de Aviação Civil	Cristian Vieira dos Reis	Fernanda Simões Barros
ANSEDTUR Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo	Jair Galvão	Júlio César de Oliveira
ANTTUR Associação Nacional de Transportadores de Turismo, Fretamento e Agências de Viagens que Operam com Veículos Próprios	Martinho Ferreira de Moura	Emerson Imbronizio
Banco da Amazônia S.A	Luiz Cláudio Teixeira Sampaio	Oduval Lobato Neto
BB Banco do Brasil S.A.	Ênio Mathias Ferreira	Amauri Garcia Lellis Junior



MINISTÉRIO DO TURISMO
CONSELHO NACIONAL DE TURISMO

Ministério do Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
Portal - <https://www.gov.br/turismo/pt-br/composicao/conselho-nacional-de-turismo>

Entidade	Titular	Suplente
BITO Associação Brasileira de Turismo Receptivo Internacional	Salvador Saladino	Aguardando Indicação
BNB Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Romildo Carneiro Rolim	Bruno Ricardo Pena de Souza
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Flavia Campos Kickinger	Job Rodrigues Teixeira Junior
BRASIL C&VB Instituto Brasil de Convention & Visitors Bureaux	Marcio Santiago de Oliveira	Roberto Luciano Fortes Fagundes
BRAZTOA Associação Brasileira das Operadoras de Turismo	Roberto Haro Nedelciu	Monica Eliza Samia
CAIXA Caixa Econômica Federal	Jaime Daniel da Silva	Thiago Gomes do Nascimento
CNC Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	José Roberto Tadros	Paulo Rogério Trados



MINISTÉRIO DO TURISMO
CONSELHO NACIONAL DE TURISMO

Ministério do Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
Portal - <https://www.gov.br/turismo/pt-br/composicao/conselho-nacional-de-turismo>

Entidade	Titular	Suplente
CNM Confederação Nacional dos Municípios	Mário Augusto Ribas do Nascimento	Marta Feitosa
CNTur Confederação Nacional do Turismo	Wilson Luiz Pinto	Silvio Pessoa da Silva Junior
CONTRATUH Confederação Nacional dos Hospitais de Turismo	Wilson Pereira	Moacyr Roberto Tesch Auersvald
CTUR Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados	Dep. Newton Cardoso Jr.	Dep. João Marcelo Souza
EMBRATUR Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo	Carlos Alberto Gomes de Brito	Silvio Santos do Nascimento
FBAJ Federação Brasileira dos Albergues da Juventude	Alex Vieira de Deus	André Dantas Perotto
FBHA Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação	Alexandre Sampaio de Abreu	Wilson Vettorazzo Calil



MINISTÉRIO DO TURISMO
CONSELHO NACIONAL DE TURISMO

Ministério do Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
Portal - <https://www.gov.br/turismo/pt-br/composicao/conselho-nacional-de-turismo>

Entidade	Titular	Suplente
Federação Nacional de Turismo	Michel Tuma Ness	Lamack Freire Rolim
FENAGTUR Federação Nacional dos Guias de Turismo	Alexandre Henrique da Rocha Dantas	Adriana Gradim Perdiza
FNCSTH Fórum Nacional dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria	Teresa Cristina Catramby	Céline Denise Uller
FOHB Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil	Orlando José Vieira de Souza	Alexandre David Gehlen
FORNATUR Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo	Bruno Wendling	Fabício Borges Amaral
Indicação da Presidência da República	Guilherme Paulus	



**MINISTÉRIO DO TURISMO
CONSELHO NACIONAL DE TURISMO**

Ministério do Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
Portal - <https://www.gov.br/turismo/pt-br/composicao/conselho-nacional-de-turismo>

Entidade	Titular	Suplente
Indicação da Presidência da	Mário Carlos Beni	
INFRAERO Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	Francisco Xavier da Silva Nunes	Renato Correia de Albuquerque
MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Nelson de Andrade Júnior	Renato Rocha Dias Santos
MD Ministério da Defesa	Oswaldo Gomes dos Reis Júnior	Maj Eng Hibernon De Lima Pessôa
MDR Ministério do Desenvolvimento Regional	Tiago Pontes Queiroz	Guilherme Castelo Branco Coutinho
ME Ministério da Economia Ministério da Infraestrutura	Jorge Luiz de Lima Marcos Kleber Ribeiro Félix	Laira Carneiro Curado Eduardo Rocha Praça
MJSP Ministério da Justiça e Segurança Pública	Henrique Monteiro Araújo de Souza	Alessandro Marinho de Sousa
Ministério do Meio Ambiente	André Pitaguari Germanos	Gastão Donaldi



MINISTÉRIO DO TURISMO
CONSELHO NACIONAL DE TURISMO

Ministério do Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
Portal - <https://www.gov.br/turismo/pt-br/composicao/conselho-nacional-de-turismo>

Entidade	Titular	Suplente
Ministério das Relações Exteriores	Rubem Guimarães Coan Fabro Amaral	Carlos Frederico Bastos Peres da Silva
MTur Ministério do Turismo	Min. Gilson Machado Guimarães Neto	Daniel Nepomuceno
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Germana Barros Magalhães	Analuiza de Andrade Lopes
SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Antonio Henrique Borges Paula	Márcia Cristina da Silva Leitão
SINDEPAT Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas	Murilo Hildebrand Pascoal	Carolina Negri
SUFRAMA Superintendência da Zona Franca de Manaus	Rosangela Lopez Alanis	Ana Maria Souza
UBRAFE União Brasileira dos Promotores de Feiras	Armando Arruda Pereira de Campos Mello	Aguardando Indicação
UNEDESTINOS União Nacional de Conventions e Entidades de Destinos	Toni Sando de Oliveira	Roberto Perez Duran

ANEXO B - PARECER TÉCNICO Nº 19/2021/COTEC IPHAN-PA/IPHAN-PA



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PARECER TÉCNICO nº 19/2021/COTEC IPHAN-PA/IPHAN-PA

ASSUNTO: Reavaliação do Círio de Nazaré com vistas à Revalidação do seu título de Patrimônio Cultural do Brasil

REFERÊNCIA: Proc. 01450.000874/2015-16

Belém, 03 de maio de 2021.

À Coordenação Geral de Identificação e Registro (CGIR) e à Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS) do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI)

I. Introdução

O presente Parecer Técnico apresenta a Reavaliação do Círio de Nazaré (Belém – PA) para a Revalidação de seu título de Patrimônio Cultural do Brasil.

A procissão do Círio de Nazaré é realizada anualmente no segundo domingo de outubro, desde 1793, em Belém do Pará e constitui o ápice das celebrações de Nossa Senhora de Nazaré, que têm início no final de agosto, com a Missa do Mandato, abrindo o ciclo de peregrinações das imagens de Nossa Senhora de Nazaré, e encerramento quinze dias depois do segundo domingo de outubro, nos rituais do *Recírio*. Neste último, a imagem peregrina se despede dos devotos e é recolhida ao seu nicho. Essas procissões, tal como analisado no Parecer do DPI no momento do Registro (2004), “revivem e atualizam, na memória coletiva, o mito de origem do ‘achado’ e das ‘fugas’ da imagem original da Santa” (Parecer DPI, 2004, p.3).

Junto a esse núcleo central se agregam outros rituais e expressões de cunho sagrado e profano. Nesse complexo cerimonial do Círio estão presentes as feiras de miriti, o espetáculo-cortejo Auto do Círio, o Arrastão do Círio, a Festa das Filhas da Chiquita, entre outras muitas expressões. Todas

elas constituem o que entendemos por “Círio de Nazaré”. A devoção à Nossa Senhora de Nazaré e a celebração do Círio são elementos fundamentais da identidade cultural dos paraenses. Trata-se de uma celebração profundamente enraizada no cotidiano da população e se expressa de variadas formas como com altares, cartazes e decorações nas casas, nos bares, oficinas, farmácias, casas comerciais, repartições públicas, bancos e hotéis. Como apontou o Parecer de Registro do DPI (2004), a imagem peregrina da Santa é ao mesmo tempo venerada com fervor religioso e vista como próxima da população amazônida, sendo tratada com intimidade pelos devotos. Os apelidos utilizados para designá-la são muitos: Rainha, Naza, Nazinha, Nazica, Nazarézinha, Mãe, Mãezinha, etc.

O Círio é comemorado por todos os paraenses, inclusive os que vivem fora do estado do Pará e do Brasil, reafirmando sua identidade cultural. É um momento de agregação da família e dos amigos, culminando com o *almoço do Círio* no domingo, quando são servidos pratos típicos da culinária paraense.

Assim como as demais festas de santo pelo Brasil afora, o Círio de Nazaré é marcado por conflitos entre os diferentes modos de expressar a devoção popular e as tentativas de controle dos aspectos sagrados e profanos da festa por parte das autoridades eclesiásticas e dos poderes públicos. Nesses embates ocorrem transformações na celebração, com o surgimento de novas procissões e rituais e a supressão de outros.

Em 2004 o Círio de Nazaré foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil pelo IPHAN. Foi inscrito no Livro de Registro das Celebrações. O Registro ocorreu após a realização de pesquisas aprofundadas sobre a festividade, que tiveram como objetivo identificar seus principais elementos e características, entendendo-os como passíveis de transformação histórica ao longo do tempo. Naquela ocasião foram identificados elementos essenciais e elementos associados, compreendendo todos esses aspectos como constitutivos do universo cultural da Celebração. Dentre esses elementos foram considerados a procissão principal, as imagens original e peregrina da santa, a Trasladação, a berlinda, a corda, o Recírio, o arraial, o almoço do Círio, as alegorias, os brinquedos de miriti, além do espetáculo-cortejo Auto do Círio, a Festa das Filhas da Chiquita e o Arrastão do Círio. A partir do Registro, o Círio passou a ser reconhecido como uma celebração com valor representativo da cultura e da identidade brasileiras. O título de patrimônio cultural do Brasil carrega em si a responsabilidade da União de acompanhar os desdobramentos do processo de patrimonialização do bem cultural e o compromisso dos poderes públicos e da sociedade com a sua preservação, por meio da valorização, promoção e ações de salvaguarda.

Conforme previsto no Art.7º do Decreto 3.551/2.000 e na Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019, o IPHAN, por meio do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), instaurou processo administrativo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil do bem cultural (SEI nº 01450.000874/2015-16), requisitando manifestações das áreas técnicas deste Departamento e solicitando a indicação dos técnicos da Superintendência do Iphan no Pará para o acompanhamento dos procedimentos necessários à efetivação deste processo. As Coordenações Gerais de Identificação e Registro (CGIR) e de Promoção e Sustentabilidade (CGPS) emitiram, conjuntamente com o Gabinete do DPI, a Nota Técnica nº 5/2020 (SEI nº 1901397) na qual constam as reflexões, apontamentos sobre os “aspectos culturalmente relevantes” e demais informações pertinentes que justificaram o Registro do Círio de Nazaré e sobre os fundamentos para uma análise acerca da contribuição das ações de apoio e fomento implementadas para a continuidade e o fortalecimento deste bem cultural.

Em fevereiro de 2020 a Superintendência do Iphan no Pará recebeu o técnico Rodrigo Ramassote (DPI) para tratar do processo de reavaliação do Círio de Nazaré para fins da Revalidação do seu Título de Patrimônio Cultural do Brasil. Naquela ocasião, foram realizadas reuniões com os técnicos envolvidos na área de Patrimônio Cultural Imaterial para apresentação da nova resolução, que atualizou e simplificou o processo de revalidação vigente anteriormente. É importante ressaltar que o Círio de Nazaré teve um processo de reavaliação iniciado ainda em 2015, no âmbito da resolução anterior, mas que não foi concluído. Desde 2017, a Direção do DPI, junto com a área técnica, verificou a necessidade de revisar o processo de revalidação, aprovando em

2019 a Resolução nº 5, que dispõe sobre o processo administrativo de reavaliação para a Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil dos bens culturais registrados. Nessa Resolução, a reavaliação é entendida como o conjunto de

procedimentos voltados tanto para a identificação das transformações pelas quais o bem passou após o seu Registro quanto para o diagnóstico de seus processos de produção, reprodução e transmissão no contexto social, tendo em vista sua continuidade como referência cultural para seus detentores (Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019).

A partir da apresentação da Resolução mencionada entre os técnicos, foi realizada uma reunião ampliada com diversos segmentos participantes e organizadores do Círio de Nazaré na Superintendência do Iphan no Pará. Naquele evento, a nova Resolução foi apresentada aos presentes, as dúvidas foram dirimidas, o processo de Revalidação foi discutido e foi proposta a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para levar adiante a coleta de informações para a elaboração do Parecer Técnico pela SE do Pará com a anuência dos detentores. Estiveram presentes diversos representantes do Círio, de suas expressões e organizações governamentais e não governamentais envolvidas com a celebração: Instituto Arraial do Pavulagem, DPHAC/SECULT, FUNBEL, UFPA, Auto do Círio, Diretoria do Círio e Basílica de Nazaré. Na reunião foi colocada a importância de os detentores participarem ativamente da produção do Parecer Técnico, trazendo atualizações da celebração desde seu Registro e os desdobramentos do processo de patrimonialização do Círio. Foram trazidos aspectos de mudanças na celebração pelos presentes e aspectos relativos à peculiaridade da salvaguarda do Círio.

Com o estabelecimento do GT foi criado um grupo com os e-mails dos participantes no qual foram compartilhados a Ata da Reunião, a Resolução nº 5/2019, a Nota Técnica nº 5/2020 elaborada pelo DPI e informes do processo de Revalidação. A equipe técnica do Iphan/PA sugeriu temas para serem tratados no Parecer e pediu a colaboração do GT para enviar informações. Apenas duas pessoas se dispuseram a participar efetivamente do processo de coleta e sistematização de informações, dois pesquisadores, a saber, Márcia Goretti Carvalho, professora da UFPA, e Renato Gimenes, professor da UEPA e historiador do DPHAC/SECULT/PA.

Devido ao cenário de pandemia ocasionado pela Covid-19 não foi possível realizar outras reuniões presenciais e a comunicação ficou restrita ao modo remoto. A partir do segundo semestre de 2020, apesar da insistência da Superintendência, a comunicação com o GT se tornou ainda mais escassa. No entanto, todos os dados coletados foram organizados e sistematizados pela equipe técnica do Iphan/PA. Também buscamos outras fontes de informações como as entrevistas realizadas para o documentário de Revalidação do Círio, o qual foi elaborado e concluído de forma concomitante à coleta dos dados para o Parecer Técnico, além de relatórios técnicos disponibilizados pela SETUR/PA e pelo DIEESE/PA sobre o Círio de Nazaré e uma bibliografia atualizada sobre a celebração.

Convém pontuar que o documentário para a Revalidação do Círio foi proposto em Nota Técnica nº 16/2017 pelo DPI e teve início em 01 de agosto de 2018 e encerramento em 26 de agosto de 2020. O objetivo dessa produção audiovisual era mostrar relatos de experiências de indivíduos pertencentes a diferentes grupos que se relacionam com o Círio de Nazaré. Com isso, a ideia era reforçar e promover um “olhar holístico sobre como esses diversos grupos, inclusive com interesses antagônicos, comungam valores patrimoniais que fazem dessa celebração uma referência cultural diversa e uníssona ao mesmo tempo” (Nota Técnica nº16/2017 – CGIR/DPI, p.6).

Buscando seguir essa diretriz, o produto contou com entrevistas com diversos participantes do Círio e com estudiosos da celebração, entre os quais Elói Iglesias (Festa da Chiquita), Junior Soares (Arrastão do Círio), Rui do Carmo (Romaria Poética), Miguel Santa Brígida (Auto do Círio), Valdeli Costa (Artesanato de Miriti), Prahlada e Tunga Vidya (Hare Krishna), Mаметu Kátia Haddad (Candomblé), Conceição Rodrigues (Casa de Plácido), Guilherme

Azevedo (Guarda de Nazaré), Agenor Sarraf (historiador UFPA), Antonio Sousa (Diretor de Procissões), entre outros. Em que pese as dificuldades enfrentadas no processo de elaboração do documentário, principalmente no que se refere à ausência de conhecimento da empresa contratada com relação à produção de documentário etnográfico e a insuficiência de grande parte dos produtos entregues, que gerou enorme retrabalho, o conteúdo das entrevistas foi usado como importante fonte documental para a elaboração deste Parecer Técnico, comparadas com entrevistas e bibliografia anteriores. Por meio delas pudemos aprimorar as reflexões acerca das mudanças e permanências no Círio desde seu Registro em 2004, além dos efeitos da patrimonialização.

II. Mudanças e continuidades no Círio de Nazaré nos últimos 17 anos: alguns aspectos relevantes

O aumento do número de participantes e a ampliação/alteração da estrutura da celebração

A primeira mudança visível no Círio de Nazaré nos últimos anos tem sido o aumento anual do número de participantes, sejam eles fiéis e devotos, sejam turistas e observadores. Esse incremento de pessoas presentes na celebração foi notado por diversos organizadores da festa. De acordo com Guilherme Azevedo, responsável pela Guarda de Nazaré:

O Círio é muito dinâmico. (...) A cada ano que passa, o Círio aumenta proporcionalmente o número de pessoas que participam, mas aumenta também a responsabilidade, aumenta a divulgação, aumenta toda a estrutura que envolve. Então a Guarda de Nossa Senhora também não é diferente. A cada ano que passa (...) a gente procura aumentar o nosso contingente e ao mesmo tempo a gente procura trabalhar numa harmonia cada vez melhor com o evento do Círio de Nazaré. O Círio, com o passar desses anos, vem tomando proporções muito grandes. A cada ano que passa a gente se surpreende não só com o volume de pessoas, mas com tudo aquilo que gira em torno do Círio de Nazaré. Por exemplo, as ações humanitárias, as participações em eventos, os grupos que se formam para ajudar nesse período, enfim, é uma série de situações que faz com que a Guarda acompanhe essa dinâmica, acompanhe esse trabalho (...) a cada ano que passa é um novo Círio, é algo cada vez maior e mais abrangente. (Entrevista com Guilherme Azevedo, Guarda de Nazaré, 2019)

Para o diretor de procissões, Antonio Sousa,

O Círio de Nazaré tem uma extensão de 3,6 km. Hoje estamos trabalhando com 5 horas de duração. Esses anos todos nós tentamos a liberação de maior espaço físico para o Círio. O Círio hoje cresceu demais, o Círio tem 227 anos. Mas (...) o percurso do Círio é o mesmo. Trabalhamos com 100, 200, 300 mil pessoas antigamente, hoje chegamos a 2 milhões, sendo que ela precisa ser conduzida no mesmo trajeto. Ou seja, tem uma quantidade de gente muito maior para ser colocada no mesmo espaço físico. (Entrevista com Antonio Sousa, Diretor de procissões do Círio, 2019).

De acordo com pesquisas realizadas pela Secretaria de Turismo do Governo do Estado do Pará (SETUR/PA), entre 2009 e 2019 o número de turistas no Círio de Nazaré apresentou um crescimento de 4,2%.

TABELA DEMONSTRATIVA COM AS ESTIMATIVAS DA PARTICIPAÇÃO DE TURISTAS NO CÍRIO DE NAZARÉ

2009 – 2020*

ANO	NÚMERO DE TURISTAS NOS CÍRIOS
2009	CERCA DE 35,0 MIL
2019	CERCA DE 83,0 MIL
2020(*)	CERCA DE 36,5 MIL
VARIAÇÃO 2019/2020	CERCA DE - 56,0% (decrécimo)
CRESCIMENTO EM 10 ANOS	CERCA DE 4,2%

Fonte: SETUR PA e DIEESE PA

Elaboração e sistematização: SETUR/DPOTCEPI e DIEESE

(Apud: SETUR/PA; DIEESE/PA a. *Resumo dados do Círio 2020*. Turistas no Círio de Nazaré “nº de turistas, perfil e gastos”.)

O decréscimo de turistas no ano de 2020 está relacionado com a pandemia ocasionada pela Covid-19, que impossibilitou a realização das procissões e eventos presenciais da celebração, gerando um decréscimo do número de presentes (apesar de não ter acontecido a Trasladação e a procissão do Círio, alguns fiéis foram às ruas e fizeram a procissão de sua forma, rompendo com as medidas restritivas sugeridas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para conter a pandemia de Covid-19).

O aumento do número de participantes teve desdobramentos positivos para a economia do estado do Pará, especialmente no setor de serviços, onde o principal destaque é o turismo religioso, o comércio, a indústria e a agropecuária.

Segundo o DIEESE/PA, nos últimos anos, o Círio de Nazaré em Belém movimentou cerca de 2 milhões de pessoas, vindas de todos os cantos do país e do exterior. Segundo estudos conjuntos do DIEESE/PA e da SETUR/PA, somente no Círio de 2019 estiveram em Belém cerca de 83 mil turistas, que injetaram na economia paraense aproximadamente U\$ 31,2 milhões de dólares (equivalente a aproximadamente R\$ 120 milhões de reais no câmbio daquele ano).

A “turistificação” do espaço do Círio (SERRA, 2013) se evidencia também com a instalação de arquibancadas nas principais ruas das procissões para que turistas e população local possam assistir à passagem da imagem da Santa, como se estivessem vendo um espetáculo. Os ingressos para as arquibancadas são vendidos previamente pela Diretoria do Círio. Em 2019 havia 5 mil lugares para a Trasladação e 5 mil para o domingo do Círio (G1, 2019). As vendas são realizadas no site oficial do Círio e os bilhetes custaram, em 2019, R\$60,00 (Trasladação) e R\$110,00 (Círio), sem direito à meia entrada e com reserva de ingressos gratuitos para maiores de 60 anos e pessoas com deficiência.

É importante destacar que a própria Romaria Fluvial, criada em 1986, foi pensada pela Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e, embora tenha possibilitado aos ribeirinhos a oportunidade de fazerem suas homenagens à Santa, tem sido explorada como um grande evento turístico, com participação intensa de embarcações contratadas por agências de turismo, que oferecem pacotes para os interessados (SERRA, 2013, p.110). Nesse processo, o poder público, a Igreja Católica e os empresários têm atuado em parceria para tornar a celebração mais atraente para turistas e devotos.

Verificamos que, a despeito do aumento do número de turistas a cada ano no Círio de Nazaré, o perfil dos peregrinos e promesseiros é, em sua quase totalidade, formado por um público jovem paraense e residente na capital do estado. Pesquisa realizada pela SETUR/PA e pelo DIEESE/PA em 2019 mostrou que 93% dos peregrinos são do estado do Pará; 25% deles são estudantes e 20% do lar; 55,5% são do sexo feminino; 37,6% tem entre 35 e 50 anos; 40% têm ensino médio completo e ganham entre 1 e 3 salários mínimos; 95% são da religião católica, apesar de haver 2,8% da religião evangélica e 0,8% da umbanda; para 44,7% deles o motivo da caminhada é o pagamento de promessa (SETUR/PA; DIEESE/PA b, 2019).

Com relação ao perfil dos promesseiros da corda, a pesquisa mostrou que essa participação costuma ser democrática, com participantes vindos de todo o Brasil e do exterior, homens e mulheres de todas as idades, com profissões variadas. Desde 2018, em especial, a corda vem sendo conduzida por um público jovem. Na Trasladação de 2019, 91,2% dos romeiros da corda eram oriundos do estado do Pará; 54,2% do sexo masculino; 35,1% com idade entre 18 e 24 anos; 51,4% com proventos de até 1 salário mínimo; 57,2% empregados; 38,8% estudantes; 67% solteiros; 37,1% com ensino médio completo; 35,2% com o motivo da promessa relacionado à saúde; e apenas 30,1% engajado em algum serviço ou pastoral da Igreja Católica (SETUR/PA; DIEESE/PA c. 2019).

Os últimos anos também mostraram um aumento do número de voluntários no Círio de Nazaré. Os voluntários têm atuado em várias instâncias da celebração, contribuindo com a distribuição de água para os promesseiros, lanches e cafés da manhã para os romeiros que vêm a pé ou de bicicleta de outros municípios e para devotos na Trasladação e no Círio. Muitos também distribuem velas nas procissões. Em geral, atuam sozinhos ou em grupos, com a família ou amigos, por solidariedade ou agradecimento a alguma graça alcançada. Em 2018 o número de voluntários registrados pela Defesa Civil foi de 800 pessoas e em 2019 foi de 1.200 (G1, 20 set. 2019).

Os voluntários também atuam na Cruz Vermelha Brasileira, onde recebem um treinamento em primeiros socorros e informações sobre como atuar com segurança durante as procissões. Outro lugar de trabalho de voluntários é a Casa de Plácido, local construído em 2009 para acolher a enorme quantidade de romeiros que chega à cidade de Belém durante o Círio de Nazaré. Antes dela foi criada a Pastoral da Acolhida em 2002 no Centro Social de Nazaré. No início, os romeiros eram atendidos com curativos, lava pés, massagens e alimentação com pão e café. Com o passar dos anos e o aumento de romeiros houve a necessidade de construir um lugar maior para o acolhimento. Na Casa de Plácido os romeiros passaram a ter acesso a todas as refeições além dos tratamentos já existentes. O espaço foi construído pela Basílica de Nazaré a partir de doações de fiéis. Sua estrutura conta com 20 banheiros, refeitório, salão de repouso, ambulatório, salão dos milagres, enfermaria, sala de vídeo e área de massoterapia. Fora da época do Círio o espaço funciona para encontros litúrgicos e reuniões da Diretoria do Círio (Revista *Santuário de Nazaré*, 2019, p.16).

O aumento do número de participantes no Círio de Nazaré se expressa igualmente nos demais eventos que compõem a celebração, como nas feiras de brinquedos de miriti, na Festa das Filhas da Chiquita, no espetáculo-cortejo Auto do Círio e no Arrastão do Círio. Um dos principais

desdobramentos desse incremento foram as alterações espaciais que a celebração provocou na cidade de Belém. Muitas destas mudanças, algumas permanentes outras temporárias, serviram para atender aos interesses da Igreja Católica, do Estado e de empresários, especialmente os patrocinadores e apoiadores do Círio, visando a uma maior atratividade turística. As alterações permanentes tiveram como objetivo atrair visitantes para além do período da festividade e ocorreram, segundo Serra e Tavares (2016), no entorno do Santuário desde a década de 1980. O arraial que ficava na frente da Basílica foi transferido para a lateral da Igreja. Em seu lugar foi construído o Centro Arquitetônico de Nazaré com recursos da União.

Nessa intervenção destruíram-se equipamentos urbanísticos que estavam relacionados às práticas profanas, em um processo de “higienização”, ficando aquele espaço destinado a shows musicais (atualmente católicos) e à exposição da imagem peregrina durante a festividade. (...) [Houve a] demolição dos bares do arraial em 2010, a inauguração de uma loja de souvenirs religiosos em área anexa à Basílica (onde anteriormente funcionava um restaurante) e a transformação dos arcos temporários na Avenida Nazaré em estruturas fixas, demarcando o território do santuário (SERRA; TAVARES; 2016, p.163).

Em 2012 foi criado o espaço Memória de Nazaré no entorno da Basílica. Este empreendimento retrata apenas os elementos sagrados da festividade com a exposição de mantos, cordas, ex-votos, cartazes, etc. Foi construído e pensado pela Diretoria da Festa com o objetivo de atrair turistas religiosos para além do período do Círio e promover um circuito interligado entre a Basílica, o Memorial, a loja de souvenirs e a Praça Santuário.

No que se refere às alterações espaciais temporárias, destaca-se a montagem de arquibancadas nas ruas das duas maiores procissões: a Trasladação e o Círio. Até 2012 a montagem das arquibancadas era feita pela Prefeitura de Belém. A partir de 2013 a montagem e a venda dos ingressos ficou a cargo da Diretoria da Festa.

Também verificamos mudanças nos locais das feiras de miriti. Se antes elas eram realizadas de maneira improvisada em espaços diversos, com destaque para a Praça do Carmo e o Largo da Sé, a partir de 2006 ganharam apoio da Prefeitura de Belém e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Ocuparam a Praça Waldemar Henrique e a Estação das Docas (Reduto), que são parte do percurso das principais romarias e cortejos. No entanto, esse apoio por parte do SEBRAE tem levado a conflitos com parte dos artesãos de miriti, que seguiram realizando a feira tradicional na Praça Dom Pedro II, na Cidade Velha. Além desses locais, a venda de artefatos de miriti ocorre no espaço ao lado da Basílica de Nazaré, Casa das Artes (Centro de Experimentação e Pesquisa em Artes e Cultura), unidade da Fundação Cultural do Pará, onde é montada uma feira de artesanato. Seguem havendo dezenas de ambulantes com suas girândolas de brinquedos de miriti, que circulam nas procissões e romarias (*Feiras do Brasil*, 2019).

O aumento do número de participantes também provocou mudanças no percurso realizado pelo Arrastão do Círio, realizado no sábado pela manhã, após a Romaria Fluvial. O Arrastão deixou de ir até a Praça do Carmo e passou a percorrer somente um trecho da Av. Boulevard Castilhos França, concentrando as apresentações na Praça dos Estivadores. Além da questão do aumento de pessoas, a ocupação da Praça dos Estivadores se deu em função do fim da queima de fogos antes realizada pelos estivadores. Sobre essa mudança, Junior Soares aponta:

No início nós íamos com 2, 3 mil pessoas para a praça do Carmo (...) quando você leva cerca de 20 mil pessoas, não cabe mais. (...) Nesse período a gente passou a ter uma sede nos Estivadores, então a nossa estrutura de produção, onde se guarda os instrumentos, onde estão todos os adereços é ali na Praça dos Estivadores. É ali que chega a imagem de Nossa Senhora, é ali que começa o Arrastão do Círio e é ali que começa a motorromaria. Então é um lugar muito emblemático. Nós não fazíamos lá antes, pois lá acontecia a homenagem dos Estivadores, que (...) deixou de existir, por exemplo. A queima de fogos dos estivadores. (...) Quando aquilo deixou de existir nós resolvemos ocupar aquele território (...). (Entrevista com Junior Soares, Instituto Arraial do Pavulagem, 2019).

Igualmente identificamos mudanças no trajeto realizado pelo espetáculo-cortejo Auto do Círio. Entendido como um teatro de rua, o Auto do Círio é feito a partir da participação do público no cortejo ou em algumas partes específicas como em 2016 quando foram distribuídos chocalhos e em 2017 panos brancos no palco final para compor a construção de uma cenografia ou de uma cena. Nesses casos, o público deixa de ser apenas contemplativo. Avalia-se que o Auto do Círio também teve um aumento do público participante, o que provocou a necessidade de adaptações no trajeto do cortejo que passa pelo centro histórico de Belém (em sua edição de 2019, o espetáculo-cortejo do Auto do Círio superou a marca de 63 mil pessoas nas ruas da Cidade Velha). O espetáculo-cortejo Auto do Círio teve sua primeira edição em 1993, e desde 1999 tem a sua concentração na Praça do Carmo e sua parada final na Rua Felix Roque, no perímetro entre os Palácios Antônio Lemos e Lauro Sodré. Devido ao aumento do público, em 2008-2009 a parada na Capela de São João na rua João Diogo foi removida. Em 2012, foi a vez da parada na Igreja de Santo Alexandre ser suprimida para dar fluidez ao cortejo-espetacular. Em 2019, em consonância com solicitações do IPHAN e da FUMBEL, o espetáculo-cortejo Auto do Círio ganha um novo ponto de parada final, situando-se entre a Praça Felipe Patroni e o Fórum Cível, na via, de frente para a Praça Dom Pedro II e os Museus do Estado do Pará e Museu de Belém.

As novas procissões no Círio de Nazaré

Desde a década de 1990 surgiram novas procissões que se somaram às já existentes e tradicionais Trasladação e o Círio no Domingo. Uma procissão criada logo após o Registro do Círio, em 2004, foi a **Ciclo Romaria** a pedido da Federação dos Ciclistas do Pará e da Associação dos Ciclistas de Icoaraci. Acontece no sábado posterior ao Círio, com saída da Praça Santuário e percorre aproximadamente 14 km retornando à Praça depois de cerca de duas horas. Um concurso é realizado para escolher as três bicicletas melhor ornamentadas com motivos “cirianos” ou marianos (prêmios em dinheiro e uma bicicleta) e premia-se a mais organizada ou a maior equipe de ciclistas (prêmio em dinheiro).

Realizada no entardecer do sábado posterior ao Círio, a **Romaria da Juventude** apresenta um trajeto diferente a cada ano, terminando na Praça Santuário. A mudança de trajeto busca contemplar todas as comunidades católicas da região. Este é o momento em que comunidades católicas de jovens se encontram, sendo uma romaria com a presença de trio elétrico. A organização é da Basílica de Nazaré e das Paróquias. Trata-se de uma forma de integrar os jovens católicos na realização da festa. Cabe ressaltar que a homenagem dos jovens à Nossa Senhora de Nazaré começou em 2001, saindo a cada ano de uma paróquia ligada à Arquidiocese de Belém até o Altar Monumento da Praça Santuário (BONNA; VASCONCELLOS, 2009, p. 56; ROCQUE, 2014, p. 173).

Por sua vez, a **Romaria das Crianças** sofreu algumas mudanças desde que foi criada nos anos 1990. Ela ocorre no primeiro domingo após o Círio e é uma homenagem das crianças à Nossa Senhora de Nazaré. A Romaria tem início às 8h da manhã, saindo da Praça Santuário e percorrendo as ruas do bairro de Nazaré, em Belém. Nos últimos anos essa procissão vem ganhando cada vez mais adeptos atingindo 250 mil pessoas em 2019 (MAGNO, 2019, p.A12). Até 1999 a decoração e os atos litúrgicos da Romaria das Crianças eram feitos pelas esposas dos diretores da Festa. A partir de 2000 a organização ficou por conta da Pastoral da catequese da Paróquia de Nazaré. Atualmente, além dos carros de anjos são usados o carro Dom Fuas Roupinho (personagem português cuja história se relaciona à devoção à Virgem de Nazaré em Portugal. D. Fuas Roupinho era um fidalgo que, por intercessão de Nossa Senhora de Nazaré, foi salvo de cair em um abismo. A partir disso, passou a venerar a santa, difundindo o milagre. Cf. LIMA, Maria Dorotéa de. Sincretismo e religiosidade popular no registro do Círio de Nazaré como patrimônio cultural brasileiro. CARVALHO, Luciana (Org.) *Círio*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP,

2005; Encontros e Estudos; 10, p.19-35) e a Barca da Guarda Mirim. Desde 2017 um dos carros dos Anjos transporta crianças, com alta hospitalar, do Hospital Oncológico Infantil do Estado.

Em 2003 foi criada a **Remaria**, espécie de romaria a remo, que sai no mesmo dia do Círio Fluvial e percorre o trajeto entre o Porto de Icoaraci e o Ver-o-Peso. Em 2007 o número de participantes dobrou, chegando a 30 pessoas e, em 2008, participaram cerca de 42 pessoas (CORREA, 2008, p.47).

Em 2013 teve início a **Romaria Poética**, que apresenta como um de seus principais fundadores o escritor Rui do Carmo. Acontece durante o Círio e surgiu inicialmente de forma autônoma e independente, sem apoio dos poderes públicos. Posteriormente, obteve parceria com a Prefeitura de Belém e com a Fundação Cultural do Município de Belém (FUNBEL). A romaria é organizada por estações marcadas por paradas para apresentações de grupos culturais, que se concentram em prédios reconhecidos como patrimônio cultural, como o Palácio Lauro Sodré, a Igreja da Sé, a Igreja de Santo Alexandre e o Forte do Castelo (ALBARADO, 2018). Rui do Carmo descreve como acontece a Romaria Poética:

Na espera nós fazemos um sarau ou o lançamento de algum livro (...) Na saída sempre é um coral, o coral da prefeitura ou o coral João Bosco (..) Na saída da Antonio Lemos nós saímos com o coral e com a poesia dando abertura. No caminhar nós vamos falando a importância do Palácio Antônio Lemos, a construção dele e depois nós vamos para o Lauro Sodré (...) De lá nós seguimos, caminhando com o Boi Bumbá, o Pássaro todo na rua (...) aí vem as senhoras do grupo laçá, é o grupo Flor da Idade e eles se apresentam com Marujada e outras manifestações culturais de dentro do estado do Pará (...). Bem em frente nós paramos no Museu Histórico Geográfico, e ali nós falamos sobre a importância do museu histórico, o que está contido, o que o povo precisa conhecer, tem roupas ainda com marca de sangue da nossa Cabanagem (...). De lá nós seguimos para o Forte do Castelo, bem ali (...) tem uma outra parada e uma outra apresentação. Normalmente lá já são os poetas que estão se apresentando. De lá nós seguimos para a Casa das Onze Janelas. Ali em frente (...) são os cantores que fazem capelas e outras coisas (...) em frente ao Clube do Remo tem um Teatro (...). Seguindo o cortejo em frente ao porto de Arapari (...) nós paramos e coincidentemente toda vez que nós chegamos lá tem o barco, os passageiros descendo. E a coisa fica maravilhosa, que enche de gente e nós fazemos uma homenagem ao ribeirinho que está chegando. Aí corre muito carimbó, boi bumbá, (...). E de lá nós seguimos para a reta final que é a Praça do Carmo, em frente à Igreja do Carmo, lá tem uma grande roda de tambor, nós fazemos algumas homenagens lá e encerramos a nossa caminhada. (Entrevista com Rui do Carmo, Romaria Poética, 2019).

Em 2014 foi criada a **Romaria dos Corredores**, sem caráter competitivo, realizada no último sábado da Festa de Nazaré. A procissão acontece em corrida de pouca velocidade (trote), percorrendo em torno de 7 km em pouco mais de 2h com início na Praça Santuário, passando pelas ruas principais e adjacentes da Procissão do Círio (com várias homenagens) até a Catedral da Sé, retornando à Praça Santuário. Na chegada, há uma bênção para os fiéis com a imagem peregrina.

Festas de Aparelhagem se pulverizam no Círio

Uma das festas mais populares do Pará, a **Festa de Aparelhagem**, ocorre durante todo o ano em diversos lugares da periferia de Belém e arredores, mas se pulveriza com mais intensidade na época do Círio de Nazaré. Aparelhagens são grandes estruturas sonoras e de iluminação que reproduzem o repertório do gênero tecnobrega. O circuito bregueiro paraense

(...) se conecta aos grandes eventos, assumindo um papel de complementação dos festejos. A festa de brega permanece como uma opção importante de lazer para os romeiros e fiéis do Círio. A atividade empresarial e a frequência [sic] do circuito durante estes festejos não é interrompida. Ao contrário: ela é enriquecida pelo espírito festivo que toma conta da cidade e, ao mesmo tempo, adapta-se a ele. (...) Assim, o circuito bregueiro em Belém apresenta elementos espalhados por diversos bairros, principalmente os de periferia, envolvendo as aparelhagens (empresas de sonorização), as casas de festa e o público apreciador, além de estúdios de gravação, produtoras de CDs, artistas e rádios (SERRA; TAVARES; 2016, p.162).

O pesquisador Antônio Maurício Dias da Costa (2006) mostra que ao longo do mês de outubro, durante o Círio de Nazaré, o circuito bregueiro se conecta ao evento como um todo, apresentando-se como uma opção de lazer para os romeiros e fiéis do Círio. Até poucos anos atrás ocorria na Praça dos Estivadores uma festa onde eram montadas estruturas de fogos de artifício e aparelhagens, inicialmente pertencentes ao próprio Sindicato dos Estivadores. A festa começava na noite de sábado e tinha continuidade na manhã de domingo e era uma típica festa brega.

Excepcionalmente no sábado, antes da Trasladação, e no domingo, depois da procissão do Círio, a aparelhagem que permanece na Praça dos Estivadores faz uma sonorização específica de músicas religiosas variadas. Já durante as procissões citadas, a aparelhagem toca os hinos religiosos típicos do Círio, contribuindo dessa forma para o evento. Ao mesmo tempo, a festa de brega iniciada na quinta-feira continua no final de semana na Sede Campestre dos Estivadores, localizada na região metropolitana de Belém. Aliás, esta sede campestre faz parte do circuito das festas de brega, que ocorre sempre no domingo à tarde nos diversos balneários nos arredores da cidade. Isto indica, portanto, alguma inserção dos organizadores da festa dos estivadores no circuito bregueiro, habilitando-os a reproduzir este modelo festivo na confraternização dos trabalhadores do porto originalmente ligada ao Círio de Nazaré (COSTA, 2006, p.91).

Como já foi dito anteriormente, a queima de fogos e as aparelhagens na Praça dos Estivadores não ocorrem mais no sábado pela manhã e o local passou a receber, além da chegada da Romaria Fluvial, o Instituto Arraial do Pavulagem que promove o Arrastão do Círio. Mesmo assim, as festas de aparelhagem ocorrem durante toda a celebração e são divulgadas com faixas típicas pela cidade. Algumas das faixas fazem homenagem à Nossa Senhora de Nazaré em nome das casas de festa, festeiros e artistas de brega (COSTA, 2006, p.92). No fim de semana do Círio ocorrem alguns tipos de festas bregas: Bailes de Romeiros, Bailes das Saudade do Círio, Festas de Balneários, Festas de Vizinhança, Festas em locais públicos, Festas da Ressaca e Festas de despedida dos romeiros. Os Bailes de Romeiros procuram “atrair o público do interior do estado que se instala nas casas de parentes durante o Círio” (COSTA, 2006, p.92). Em todos esses eventos o Círio é evocado como uma estratégia de propaganda para atrair público, mas também é uma adequação do circuito bregueiro ao momento festivo. De todo modo,

o circuito bregueiro permanece na ‘periferia’ dos festejos oficiais do Círio de Nazaré (...). No entanto, cada vez mais sua presença se faz sentir nestas margens da festa de forma mais especializada, como uma alternativa de lazer para os participantes da dimensão profana da festa (COSTA, 2006, p.93).

As empresas patrocinadoras do Círio de Nazaré e as peregrinações

A cada ano o Círio de Nazaré tem maior presença de empresas patrocinadoras durante a celebração. Os nomes dessas empresas aparecem em todos os materiais de divulgação oficial da festa e garantem a maior parte das arrecadações de fundos para as festividades. Com relação aos tipos de patrocínio ao Círio de Nazaré identificamos dois tipos: a venda de *cotas de patrocínio*, que são comercializadas com a finalidade de arrecadação de fundos para as festividades; e as *peregrinações* solicitadas por instituições públicas e particulares que se iniciam antes das procissões propriamente ditas. As primeiras são uma iniciativa da Diretoria da Festa para arcar com os custos da festa e dar maior sustentabilidade ao evento. A Diretoria cita os seguintes patrocinadores oficiais e apoiares:

Quadro 1: Patrocinadores Oficiais da Festa do Círio de Nazaré
Vale
Unimed
SICOOB
Belágua
Tramontina
Reinafarma
Cerpa
Miriti Gráfica
Magazine Luiza
ITA Center Park
Hospital Porto Dias
Grupo Reicon
Grupo Líder
Grand Mercure Hotel

ESAMAZ - Escola Superior da Amazônia
Dufry
Centrão Telecom
Bradesco
Hydro
Alubar
Jeffersom
Cynthia Charone
BanPará

Fonte: <https://www.ciriodenazare.com.br/> Acesso em 22 mar. 2021.

Quadro 2: Apoiadores Oficiais da Festa do Círio de Nazaré
AFFA Engenharia e Arquitetura
Água Vida
Albano Martins Advogados
Alucar
Guamá Saúde
CN Produções
Baglioli Complexo Jurídico
Dismelo

Amorosa
Fonseca Brasil
Grupo MS
Eko Engenharia
Engeterra
Escritório Antônio Pereira Assessoria Trabalhista
FAEPA
FECOMERCIO/PA
Franciheli Oliveira
Guria Tecidos
Hidrovias do Brasil
Jeffersom
Laboratório Paulo C. Azevedo
Laboratório Beneficente Belém
Lotus Imobiliária
Mape Engenharia
Massoud, Bembom e Reis Advogados
Máxima Sistemas de Segurança
Médicos Católicos

Midas Macedo Ferro e Aço
Norte Marine
Nossa Água
Polaris apoio portuário
Quadra Engenharia
Reserve Solução Resíduos
Cerpa
Rommanel
Santa Clara café
Stada Hotéis
Sococo
UniOdonto
Cidade Limpa
Aqualand
Nossa Água
Círculo Engenharia
Prime Residencial
Dicasa
Imperador Máquinas e Soluções

AFFA
Bradesco
Equatorial Energia

Fonte: <https://www.ciriodenazare.com.br/> Acesso em 22 mar. 2021.

A venda das *cotas de patrocínio* e os apoiadores têm um impacto importante sobre as finanças da festa. Cada cota de patrocínio, no ano de 2008, era vendida a R\$ 65.000,00 (COSTA et al, 2008, p.113). Apesar de garantirem cerca de metade do orçamento da Festa, os patrocinadores e apoiadores oficiais não interferem na realização das procissões reconhecidas pelo Círio. Sua forma de atuação está limitada ao estabelecimento de uma conexão entre seus nomes e marcas à festividade. O poder público também fornece parte dos recursos financeiros, outra metade do orçamento, e agentes para garantir a segurança dos eventos (bombeiros, policiais, militares). As principais contrapartidas do patrocínio se referem aos seguintes produtos:

Selo oficial do Círio: criado e disponibilizado oficialmente ao Patrocinador Oficial, para garantir o uso exclusivo no seu seguimento de mercado. O selo poderá ser utilizado em material promocional e publicitário do Patrocinador durante o ano do patrocínio.

Banner no Site Oficial do Círio de Nazaré: o Patrocinador Oficial do Círio tem direito a inserção de um *Full Banner* (468 x 60 pixels) de sua empresa ou produto no site oficial do Círio, durante o ano de patrocínio.

Convite especial e citação destacada como Patrocinador Oficial na abertura do Círio: com a presença de Autoridades Federais, Estaduais e Municipais e toda a imprensa local.

Notícias do Círio: através de assessoria de imprensa responsável por divulgar os trabalhos da Diretoria da Festa de Nazaré – desde o início de suas atividades e durante o ano, serão divulgados os Patrocinadores Oficiais do Círio.

Back Light: o Patrocinador Oficial do Círio terá direito a espaço para instalação de um *Back Light* (1 x 2 metros), que será colocado nas sacadas do Centro Social de Nazaré, voltados para o Arraial de Nazaré, no período de agosto a dezembro.

Sistema de sonorização do trajeto da Trasladação e do Círio – o patrocinador Oficial do Círio tem direito a uma cota de patrocínio do sistema de sonorização do trajeto da Trasladação e do Círio.

Broche de ouro – o Patrocinador Oficial do Círio ganha um broche de ouro exclusivo, alusivo ao Círio daquele ano.

Cartaz – são confeccionados e entregues 1000 folders com a programação do Círio e a logomarca do Patrocinador Oficial.

Adesivos – são colocados nas caixas de som que cobrem o percurso do Círio adesivos com a logomarca dos Patrocinadores Oficiais. Cada Patrocinador terá direito a 10 caixas de som, com exposições de sua logomarca em ambos os lados de cada caixa.

Benção Oficial – são facultados ao patrocinador Oficial do Círio solicitar, indicando local, dia e hora, nos meses de agosto e setembro, a inclusão da sua empresa na Agenda de Visitas da imagem de Nossa Senhora de Nazaré, também conhecida como Imagem Peregrina, que é conduzida em

todas as procissões da festa, em especial na berlinda durante o Círio. Nessa visita, os dirigentes e funcionários da empresa recebem uma Bênção Especial, momento em que será doada, pela Diretoria Festa de Nazaré, uma réplica da imagem de Nossa Senhora de Nazaré (Costa et al., 2008, p.48-49).

Dessa forma, os patrocinadores e apoiadores conseguem obter uma grande visibilidade na celebração, um status diferenciado, por meio de um processo de valorização e de exposição de seus produtos e marcas durante as estações e as romarias. Além disso, podem participar da “agenda” da imagem peregrina da santa, recebendo-a em suas sedes a partir do final de agosto.

É importante ressaltar que esses patrocínios dizem respeito à programação oficial religiosa, organizada pela Diretoria da Festa, e que os demais segmentos da celebração, como a Festa da Chiquita, o espetáculo-cortejo Auto do Círio, o Arrastão do Círio, etc contam com outros tipos de patrocínio dos poderes públicos do estado do Pará. Estes últimos são menos volumosos e bastantes diferentes dos adotados pela Diretoria da Festa de Nazaré.

Alterações no formato da corda

De acordo com o Dossiê do Círio (IPHAN, 2004), a corda que é puxada pelos devotos é um dos elementos mais característicos do Círio de Nazaré. Foi inserida na procissão em 1855 para que os presentes tirassem a berlinda de um atoleiro. Atualmente, a corda perdeu seu valor de uso original no Círio, embora tenha adquirido um aspecto simbólico de sacrifício e aproximação com o sagrado. O aumento do número de promesseiros a cada ano levou a um acréscimo na extensão da corda, que passou de 50m de extensão em 1982, para 350m em 1988 e 420m em 1990 (IPHAN, 2004, p.31). Em 2019 as cordas usadas no Círio tinham 400m de comprimento e duas polegadas de diâmetro, pesando cerca de 600 quilos cada. Elas são divididas em núcleos e cinco estações. O número aproximado de promesseiros que seguraram a corda foi de 7.542 (*O Liberal*, 2019).

Em pesquisa realizada pela SETUR/PA e pelo DIEESE/PA em 2019 tornou-se evidente uma mudança no formato da corda a partir de 2004, com o intuito de buscar maior fluidez nas procissões da Trasladação e do Círio e para garantir que a corda chegasse atrelada à berlinda (a cada ano, próximo ao final da procissão, os romeiros realizam o corte da corda, no intuito de guardar os disputados pedaços da mesma, como forma de proteção. Apesar das diversas campanhas realizadas, a Diretoria da Festa não tem conseguido evitar o corte da corda, que tem sido um ponto de grande polêmica no contexto da procissão). A corda deixou de ter a forma de “U” para adquirir um formato linear. Em 2019 seguiram presentes os núcleos e as estações. O núcleo da cabeça apresentou 11m e foi conduzido por cerca de 92 pessoas. Cada estação apresentou 6m e foi levada por 50 promesseiros cada uma.

Durante mais de uma década até 2005, as cordas utilizadas tanto na Trasladação como no Círio foram confeccionadas na Paraíba. No período de 2006 a 2011 as mesmas passaram a ser confeccionadas na Bahia e a partir do Círio de 2012 a fabricação passou a ser feita em Santa Catarina.

Continuidade do Círio como “espaço ecumênico” e a diversidade característica dos participantes

Desde o Registro do Círio como patrimônio cultural imaterial seguimos percebendo o movimento agregador que a celebração comporta, com a participação de diversos atores e eventos. Trata-se de uma celebração marcada pela diversidade que, como pontuou Raymundo Maués (2005), vai muito além de uma festa religiosa ou de uma procissão católica.

Além do caráter católico evidente nos atores que organizam a festa anualmente e procuram exercer o controle sobre ela, estão presentes segmentos religiosos afro-brasileiros, movimento Hare-Krishna, movimento pentecostal, entre outros. Além de diferentes atores religiosos, há distintas formas de expressar a devoção à Nossa Senhora de Nazaré, como a dos romeiros e promesseiros, a do segmento LGBTQIA+, a do segmento artístico, a dos artesãos, etc. A partir de alguns depoimentos colhidos para o documentário de reavaliação do Círio, buscaremos mostrar de que forma os próprios atores vislumbram a sua participação na celebração e o aspecto da diversidade como marca do Círio de Nazaré.

Em entrevista com Prahlada e Tunga Vidya, devotos Hare Krishnas, eles ressaltam:

Apesar de não sermos cristãos, não temos assim uma linhagem cristã, mas nós entendemos que a festa do Círio em Belém do Pará não é só mais uma festa cristã, vai muito além disso. Abrange todos os cantos, todos os lares, independente de religião. Nós fazemos esse trabalho que esse ano completa 19 anos. (...) O Círio de Nazaré como patrimônio imaterial é inerente a ele mesmo. Na verdade, envolve muitas pessoas, independentemente de serem cristãs ou não. É uma festa que envolve toda a sociedade belenense e (...) pessoas que vêm de fora, de diferentes lugares do Brasil e do mundo. (...) O Círio de Nazaré é o natal do paraense. Mesmo nós, apesar de não sermos cristãos, todo mundo se envolve com o natal de alguma forma. (Entrevista com Prahlada e Tunga Vidya, Hare Krishnas, 2019).

Em entrevista com Mametu Kátia Haddad, ela conta como tem sido a participação da população de religião afro-brasileira no Círio de Nazaré ao longo do tempo:

Antigamente os terreiros se organizavam para ir ao Recírio, pra ir pro Círio, todos de branco, com as suas guias rosário de conta. Alguns faziam doação de água pros romeiros, alguns pegavam as fitas e levavam a sua imagem, ficava no altar de Nossa Senhora de Nazaré para ser benzida. E também levava aquele monte de fitas e joia do santo, que eram contribuições que clientes, amigos, simpatizantes colocavam ali no altar, no pé de Nossa Senhora e levavam no dia do Círio ou do Recírio pra colocar lá na Igreja pra servir de doação daquele templo, daquele terreiro. (...) Então o caboclo que é devoto de Nossa Senhora de Nazaré fazia com que o seu filho ou a sua filha, zelador ou zeladora do terreiro do conga tocasse para homenagear Nossa Senhora de Nazaré geralmente no Recírio quando findavam as celebrações nazarenas católicas. (...) E dentro do sincretismo da umbanda Nossa Senhora de Nazaré é ligada a Oxum que tem o amarelo e o ouro como símbolo de cor, de essência, então a gente tinha todas essas especificidades. Hoje (...) numa escala menor, talvez por conta de muito racismo, muita intolerância religiosa, muita violência contra os adeptos das religiões de matriz africana.

(...) O outro terreiro manteve essa tradição de fazer as novenas para Nossa Senhora de Nazaré, fazer a peregrinação e também ter essa ligação sincrética com Oxum, com abê, uma vodunda do tambor de mina e Oxum, uma orixá do candomblé. E a gente sempre desenvolveu esse trabalho cultural de dar água, levar toalha para enxugar o suor dos romeiros, papelão e tudo aquilo que antecedia dentro da quadra nazarena. A gente fazia isso como devoção não só à Nossa Senhora, mas como função do terreiro cumprindo aquela missão sagrada, mediúnica, espiritualista que todos nós temos enquanto umbandistas, afro religiosos.

(...) O Círio de Nazaré e a própria santa Nossa Senhora de Nazaré estão pra além da religião, estão para além da fé cristã (...) eu, por exemplo, eu sou de terreiro, sou afro religiosa, mas eu tenho devoção com Nossa Senhora, minha fé em Nossa Senhora de Nazaré é muito grande e isso é adquirido de gerações (...) das mulheres da minha família, que não eram católicas (Entrevista com Mametu Kátia Haddad, Abassa Afro-brasileiro Konzenzala de Kafunje, Tenda São Sebastião, 2019).

Enfatizando o caráter multicultural e multirracial do Círio de Nazaré, o historiador Agenor Sarraf aponta:

O Círio de Nazaré, embora a parte oficial seja conduzida pela religião católica, as formas como ele se espalha na vida de diferentes grupos ultrapassa o catolicismo. Então, religiões de indígenas, religiões de matrizes africanas, espíritas, cardécistas no caso, mesmo talvez algumas religiões pentecostais ou neopentecostais em menor proporção, mas tem pessoas que elas respeitam. Elas respeitam Nossa Senhora. Então isso pra mim revela que o mundo sagrado da devoção tá para além do dogma da religião. É de fato uma prática de religiosidade, que é exatamente como é que o sagrado se manifesta no cotidiano e ganha significado na vida das pessoas. (...) Eu acredito que o Círio de Nazaré e Nossa Senhora em si é multicultural, é intercultural, é multirracial e, portanto, é uma devoção que ultrapassou as fronteiras da religião oficial, as fronteiras do Pará, ganhou as fronteiras do Brasil e hoje onde tem um paraense em qualquer lugar do planeta terra no Círio ele tem essa memória da devoção, e essa grande relação afetiva com Nossa Senhora. (Entrevista com Agenor Sarraf, professor da UFPA, 2019).

Apesar dos conflitos inerentes à celebração que se renovam e se atualizam a cada ano, podemos dizer que o Círio de Nazaré segue se apresentando como “espaço ecumênico”, ou seja, espaço que concilia, congrega e une pessoas de diferentes religiões em torno, principalmente, da devoção à Nossa Senhora de Nazaré. Esse culto à santa, maior que as diferenças existentes entre os diversos segmentos, permite caracterizar a celebração, em certo sentido, como um evento democrático, possibilitador de muitos tipos de expressões culturais e formas de devoção.

A midiatização do Círio de Nazaré

O processo de midiatização do Círio de Nazaré é visível nos últimos anos e pode ser considerado uma mudança importante no que se refere à realização da celebração e a experiências dos milhares de devotos e turistas com a festa. Há décadas que o Círio pode ser acompanhado pela televisão, rádio ou jornal. A novidade é o acompanhamento da celebração pela internet, com o uso de aplicativos específicos e redes sociais. No Facebook do Círio Oficial é possível perceber o incentivo aos fiéis internautas a participarem com o envio de fotos das procissões e demais eventos. Assim como a rede de relacionamento do Facebook, a festividade pode ser acompanhada pelo site oficial, pelo Twitter, pelo Instagram e por aplicativo de celular, e mesmo os que não estão presentes fisicamente podem produzir conteúdo para as redes.

A novidade mais recente foi a criação do aplicativo para celular “Círio Oficial”, com várias funcionalidades, permitindo o acompanhamento do deslocamento da berlinda em tempo real, devido ao sistema de GPS integrado. O app conta com orações, história do Círio, programação e notícias da festividade.

Percebe-se que a introdução das novas tecnologias e mídias que ampliaram a forma de divulgação e de acompanhar o Círio de Nazaré foi a grande inovação implementada pela Diretoria da Festa no século XXI. Em anos anteriores, o processo de expansão se dava com a inclusão de novas procissões, novas rotas de peregrinação; já na atualidade, as mídias digitais são a grande revolução no processo de evangelização, replicação e consolidação dos mitos e dos símbolos do Círio, mantendo-o como símbolo de integração entre o passado e o presente no cartaz oficial. (BITAR; REYMÃO; BITTENCOURT, 2020, p.97).

A própria midiática apresenta um propósito mercadológico já que a introdução de novas mídias possibilitou captar mais patrocinadores e apoiadores para as festividades do Círio, devido à maior visibilidade das marcas durante todos os meses de divulgação e gerando um aumento das receitas e novos investimentos.

Para alguns pesquisadores

as redes sociais foram responsáveis também pela mudança do público de uma das procissões principais, a Trasladação, com maior participação de pessoas (...) jovens, e proporcionaram ainda a criação de uma nova procissão, a da juventude, cujo público alvo são os jovens que já nasceram na era digital. (BITAR; REYMÃO; BITTENCOURT, 2020, p.98).

É importante ressaltar que esse processo de midiática foi realizado principalmente pelos setores ligados à Igreja Católica, incentivados pela Diretoria da Festa, que o viu como uma forma de agregar novos fiéis, principalmente entre os mais jovens, e ampliar a divulgação do evento, angariando novos patrocínios. Desse modo, as festividades ali divulgadas são majoritariamente organizadas pela Arquidiocese de Belém. Tal processo não deixa de se configurar como mais uma forma de controle dos segmentos católicos com relação à celebração, apresentando-a principalmente como um evento católico.

Entendendo o conflito como inerente a esse processo, também podemos pensar que a apropriação de novas tecnologias e a reapropriação dos símbolos tradicionais da celebração intensificam a sensação de proximidade e intimidade dos fiéis e turistas com a santa. As redes sociais potencializam o encontro de uma enorme comunidade de fiéis, que participa da quadra nazarena mesmo à distância. A produção e a divulgação anual de cartazes do Círio e o surgimento de novas músicas populares com a temática do Círio ou da santa servem a esse propósito.

Com relação aos cartazes do Círio, é importante considerar que eles compõem os santuários existentes no interior da Amazônia. O culto doméstico à santa é feito por meio da presença de imagens e de cartazes em casas do interior do Pará e em Belém. Como apontou a pesquisadora Marcia Carvalho (2020), o cartaz anual do Círio serve para anunciar a celebração e é afixado em ambientes particulares e públicos, com a distribuição/venda de 900 mil exemplares ou mais por ano. O primeiro cartaz de divulgação do Círio de Nazaré foi produzido em 1826 em Portugal. Seu lançamento ocorre todo ano na Praça Santuário, em maio, num evento aberto ao público e às autoridades civis e eclesiásticas (CARVALHO, 2020, p.45). Os cartazes apresentam um forte simbolismo para a população paraense. Sua presença em portas e janelas das casas, órgãos, empresas e instituições são vistos como instrumento de proteção para esses lugares e compõem a paisagem da cidade de Belém. Importante destacar que o Museu do Círio possui uma coleção com 140 cartazes, sendo o mais destacado o cartaz de 1878, ano do “Círio civil” no Pará. Esse artefato tem sido cada vez mais considerado como parte da ritualidade da celebração, com a profusão de exposições e debates sobre o tema.

Com relação às músicas populares, além da já conhecida música de Almirzinho Gabriel e Pinduca, “Zouk da Naza”, cantada em todos os Círios pelo grande público, em 2015 foi lançada a música “Frescáh no Círio” de autoria de Leona Vingativa, uma webcelebridade trans de Belém. Na música, Leona retrata a devoção da comunidade LGBTQIA+ à Virgem de Nazaré:

Todas vão frescar no Círio

Vai dar bicha de quilo, vai

Só tem viado bonito
Esperando a Nazinha passar
Bi, larga os boy
Vai rezar, se salvar
Senão vou chamar
Feliciano pra te curar
Ela se esfrega nos boy
Ela dá água pros boy
E vai na corda com os boy
E cora o look da Naza
Ela se esfrega nos boy
Ela dá água pros boy
E vai na corda com os boy
E cora o look da Naza
(...)
E quer o look da Naza
E cora o look da Naza
Escândalo na passada
E as barroca chocada
Não deita, mana, pula na corda
Os viado também tenho fé
A gente é filha de Deus
Bora ficar louca, se joga na corda, viado
Faz promessa, fica doida querida
Ahái
Bi, larga os boy

Vai rezar, se salvar
 Senão vou chamar
 Feliciano pra te curar
 Ela se esfrega nos boy
 Ela dá água pros boy
 E vai na corda com os boy
 E cora o look da Naza
 E cora o look da Naza
 E pula no look da Naza
 E quer o look da Naza
 Escândalo na passada
 Bora mana, ficar louca, que a gente é filha dela
 A festa é dela, viado, ela é a rainha
 Meu amor
 Só não pode querer brilhar mais que a Santa, viado
 Mas te rasga (Leona Vingativa, Frescáh no Círio, 2015).

A música de Leona, parodiando “Get Lucky” de Daft Punk, expressa de forma irônica a relação da comunidade LGBTQIA+ com a devoção à santa durante o Círio de Nazaré, ressaltando aspectos como a escolha do manto, confeccionado anualmente para as procissões, a espera da santa passar na berlinda, a participação dos promesseiros na corda e a aglomeração de pessoas, a doação de água para romeiros e promesseiros, o clima de festa e diversão que perpassa os dias de Círio em Belém. A letra da música também denuncia, de forma bem-humorada, as experiências de preconceito, censura e violência vividos pela comunidade LGBTQIA+. Da mesma forma que na música de Almirzinho Gabriel, aqui a Virgem de Nazaré também é tratada com intimidade, é a “Nazinha”, a “Naza”, é a “Rainha” e “Mãe” de todas as pessoas, independente de origem social, gênero, raça e orientação sexual.

A permanência de conflitos no âmbito da realização da Festa da Chiquita

Mesmo sendo realizada há mais de 40 anos em frente ao Bar do Parque na Praça da República, a Festa das Filhas da Chiquita segue se apresentando como uma espécie de “incômodo” para a Diretoria da Festa e autoridades eclesiais. Em depoimento de Elói Iglesias, produtor cultural e

organizador da Festa da Chiquita, publicado em 2005 ele afirmava:

Eu faço parte de uma diretoria que, na verdade, não deixa de ser uma crítica à diretoria da Festa. A Festa das Filhas da Chiquita é uma festa da década de 70, da época da ditadura militar, quando o movimento gay estava começando a surgir, era novidade no mundo. (...) Nesse ano a gente fez a primeira festa de Santo Antônio, na verdade, Santo Antônio casamenteiro. O slogan da festa era ‘Santo Antônio, casamenteiro o ano todo’, mas na verdade era ‘Santo Antônio casamenteiro, no ânus tudo’, que era aquela contradição para mesclar um pouco com isso. E a gente continuou; resolvemos brincar no Círio com isso, porque a gente era contra a diretoria da festa. Na época as pessoas ficaram um pouco temerosas, porque a diretoria da festa toma conta da cidade, porque ela organiza o Círio. Então, as pessoas revolucionárias, nós, resolvemos fazer a nossa diretoria. Fizemos a diretoria e resolvemos eleger o ‘veado de ouro’, então, desde a primeira festa, nós damos o prêmio do Veado de Ouro. (...) **Este ano surgiu a ideia que não ia haver a festa, algumas fantasias da diretoria da festa. Mas todo ano a gente faz a festa; a Diretoria da Festa nem sabe que a gente existe.** Inclusive, num filme de Ronaldo Passarinho, pergunta-se a um padre sobre a festa, ele fala: ‘nunca ouvi falar dessa festa’. Para nós é ótimo, porque nós deixamos passar a procissão. Quando a santa passa, quando o último carro, que é o carro dos bombeiros passa, então é que começa a festa e se abre a temporada de caça (Palestra de Elói Iglesias, 2005. In: CARVALHO, Luciana (Org.). Círio. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005 (Encontros e Estudos; 10), p.53-54. Grifos Nossos).

Em 2019, em entrevista para o documentário de revalidação do Círio, Elói Iglesias ressaltou:

Todo ano nós temos as mesmas dificuldades, de liberação de licenças (...) mesmo a festa já estando no registro. (...) Sempre existe uma possibilidade das pessoas, quer dizer da Igreja, de nos querer invisibilizar do processo. (...) Quando chega no Círio as pessoas tem sempre a mesma pergunta, vai ter Chiquita?, e a gente fala, poxa há 41 anos nós escutamos isso. E sempre tem. (...) Isso aí [o título de patrimônio] te dá uma outra visibilidade, né, (...) Dá uma visibilidade para o nosso estado porque o Círio, acho que é o único momento que o Pará tem uma visibilidade internacional, de uma maneira positiva, porque geralmente nós temos aqui queimada, morte, (...), feminicídio. A Chiquita nasceu num momento complicado (...) nos anos de chumbo da ditadura (...) era para questionar o poder que a Igreja exercia sobre a cidade porque tudo para (...) Não temos só católicos, temos evangélicos, temos *hare krishnas*, temos umbandistas, nós temos candomblecistas, seria ótimo conseguirmos tornar tudo uma religião só, do amor ao próximo, da igualdade, da fraternidade e do amor (Entrevista com Elói Iglesias, Festa da Chiquita, 2019).

Passados 14 anos entre uma entrevista e outra, Iglesias aponta o mesmo problema com relação à licença para a liberação do espaço para a festa e a atitude de setores da Igreja Católica de querer invisibilizar o evento. No entanto, o processo de patrimonialização do Círio trouxe uma diferença fundamental, a saber, o conhecimento generalizado acerca da existência da Festa da Chiquita e seu reconhecimento como patrimônio cultural imaterial do Pará, além de bem cultural associado ao Círio (Cf. Lei Estadual N° 9.025, de 17 de março de 2020). Ao invés de seguir sendo um evento “periférico”, a festa passou a ser conhecida e reconhecida como uma das manifestações culturais do Círio de Nazaré e como forma de expressar a devoção à Nossa Senhora de Nazaré por parte da comunidade LGBTQIA+ e seus simpatizantes.

Desde o início dos anos 2000, observa-se um trabalho mais amplo por parte dos organizadores da Festa da Chiquita no sentido de ir além do aspecto festivo. Antes da realização da festa é feito um trabalho de prevenção e educação sexual apoiado por ONG’s e pela Unesco. Essa iniciativa segue sendo feita nos meses anteriores ao Círio, juntamente com oficinas de música, testagem, teatro, alimentação e a organização da Parada Gay na ilha de Mosqueiro, onde são abertos oficialmente os trabalhos da Festa da Chiquita.

Como permanência, podemos citar, além dos conflitos com a diretoria da festa, os episódios de violência urbana que tomam a Praça da República durante a realização da Festa da Chiquita. Em 2005, Iglesias comentava a ausência de polícia e da Guarda Municipal no local, mostrando a não ocorrência de brigas. No entanto, já relatava os inúmeros casos de roubos e furtos. Em 2019, o produtor cultural apontou a existência de um acordo com a prefeitura de Belém para garantir a segurança no local, o que não impediu a continuidade da violência, assaltos e furtos. De uns anos pra cá, foi montado um cercado de ferro em frente ao palco para garantir a segurança dos participantes convidados. Mas as cenas de violência seguem se repetindo no entorno e o quantitativo de policiais e guardas não se mostra suficiente para aplacar esse cenário.

Ampliação do Arrastão do Círio: a necessidade de uma definição mais aprimorada desta manifestação

Nos últimos 20 anos os organizadores do Arrastão do Círio observam que houve um processo de desenvolvimento artístico somado a um incremento do trabalho autoral na música feita no Arrastão. De acordo com Junior Soares (2019), no início, a preocupação maior era trazer para cena uma música produzida no Pará durante o Círio de Nazaré, dando visibilidade a essa produção musical, como a quadra junina por exemplo. Em um segundo momento, o Arrastão passou a dialogar mais com o desenrolar do próprio Círio, em especial com a Romaria Fluvial. A manifestação segue trazendo os ritmos típicos da música popular paraense, como a mazurca da Marujada de Bragança, e propõe uma continuidade com a Romaria Fluvial, que traz a Santa de Icoaraci para a escadinha do cais do porto em Belém.

No início, em nossas primeiras apresentações, a gente usava duas cobras de miriti gigantescas, cada uma de 20 metros, (...). Depois, nós evoluímos (...) na criação, imaginamos a cena do seguinte, é como se, acabada a procissão fluvial, aqueles barquinhos que vêm da água passassem para o asfalto e seguissem até afrente do palco onde o Arraial do Pavulagem faz o show. Então até hoje fica dessa forma. (...) e o símbolo que a gente conduz (...) é uma barca, chamada rainha das águas, e os adereços que as pessoas carregam na dança principalmente são brinquedos de miriti. Então nós associamos tanto a estética visual do Círio, presente no miriti, com a simbologia da saída da água para o asfalto e nós continuamos o Círio fluvial com o Arraial do Pavulagem nas ruas. (...) [O Círio] acaba sendo esse transbordamento cultural (...) sempre entendemos o Círio como uma das maiores manifestações da nossa cultura nesse sentido porque ele transborda a questão da Igreja em si e atinge nós criadores, populares da região. (Entrevista com Junior Soares, Instituto Arraial do Pavulagem, 2019).

As mudanças no Arrastão do Círio requerem alterações na descrição dessa celebração tal como se encontra no Dossiê do Círio de 2005. Segundo Walter Figueiredo, um dos principais organizadores do Arraial do Pavulagem, uma descrição mais atualizada estaria baseada nas seguintes informações:

Consiste em ação sócio-artístico-cultural-ambiental, que realiza processo formativo de caráter lúdico, firmado em princípio ético-estético, com ensino e salvaguarda das culturas populares, tendo o brinquedo animado como instrumento de agregação e desenvolvimento humano que deságua em cortejo de rua, após a chegada do círio fluvial, na escadinha do cais do porto. Simbolicamente representado por ícone de uma canoa/barca veleira, chamada de "Rainha das Águas", que traz e abarca toda alegria, criatividade, misticidade e poética, havendo uma transposição da procissão-fluvial ao cortejo, o passeio da água à terra, transformando em romaria de barquinhos, brinquedos de miriti, papel, madeira... o brinquedo faz sentido à vida. A valorização e o fortalecimento da expressão e prática da arte e artesanania popular (Contribuição de Walter Figueiredo por email ao GT de reavaliação do Círio como patrimônio cultural; 2 mar. 2020).

No dossiê do Círio (2005) o Arrastão é descrito da seguinte forma:

O Arrastão do Boi Pavulagem é um cortejo de cultura popular no qual se agregam várias pessoas de todas as idades, em torno da brincadeira do boi-bumbá, principal elemento cênico da atividade, e de outras manifestações culturais do estado, pelas ruas de Belém. Manifestação recentemente introduzida na programação cultural da festa (1999), o arrastão acontece sempre na véspera do Círio de Nazaré. Constitui um desdobramento dos arrastões promovidos no mês de junho por toda a cidade. Tem início após a chegada da procissão fluvial à escadinha do cais do porto, depois da saída da Romaria dos Motoqueiros, terminando na feira dos brinquedos de Miriti, na praça Frei Caetano Brandão (largo da Sé) e na praça do Carmo, ambas no bairro da Cidade Velha. Marca, com outros acontecimentos culturais promovidos neste período um dos aspectos do lado profano da Festa de Nazaré (*Dossiê do Círio de Nazaré*. V.I. Brasília: IPHAN, 2005, p.73).

Em 20 anos de Arrastão as duas descrições (2005 e 2020) mostram mudanças relacionadas à expansão desta manifestação, que deixa de ser encarada apenas como um cortejo em torno do boi-bumbá e uma extensão das quadras juninas que ocorrem a partir do mês de junho, para tornar-se uma expressão cultural diretamente relacionada ao desenrolar do Círio de Nazaré. O Arrastão segue sendo caracterizado como uma expressão das manifestações culturais populares do estado do Pará, agregando os ritmos, o artesanato e o imaginário amazônica em torno da santa.

A diversificação dos objetos confeccionados com miriti

Em entrevista com Valdeli Costa, artesão de miriti de Abaetetuba e presidente da Miritong, é apontado que os objetos confeccionados com miriti para o Círio de Nazaré se diversificaram ainda mais nos últimos anos. Se antes se concentravam nos brinquedos, especialmente, em barcos, casas e animais típicos da Amazônia, nos últimos anos aumentaram as encomendas de órgãos do corpo humano para os promesseiros. A já citada pesquisa da SETUR/DIEESE apontou que o principal motivo das promessas nos últimos anos tem sido a saúde, logo é natural que os “ex-votos” de miriti se multipliquem.

Estamos também com os pagadores de promessas que fazem as casas de miriti, fazem barcos de miriti, eu por exemplo esse ano fiz pulmão, fiz rins de miriti, cabeças de miriti para que os promesseiros pudessem pagar suas promessas esse ano. Foi a primeira vez que eu fiz isso, esse tipo de peças, órgãos do corpo humano, mas antes já tinha feito muitas casas e barcos. Então, o nosso trabalho está ligado diretamente ao Círio. (...) A lembrança do Círio mais conhecida é o brinquedo. (Entrevista com Valdeli Costa MIRITONG, 2019).

Além da diversificação de objetos confeccionados pelos artesãos e do incremento das vendas, Valdeli aponta que os produtos passaram a ser confeccionados com mais qualidade e com o uso de melhores matérias-primas.

Esse ano tem uma variedade muito grande de peças (...). Antes nós pintávamos nosso brinquedo com pigmentação natural, anilina (...), aquelas tintas que se pegasse água escorria. Os brinquedos ficavam borrados e hoje não. Hoje as peças têm uma outra textura capaz de molhar e ela não absorver água, as tintas não são tóxicas também (...) e o colorido, o pessoal trabalha muito com essa questão da harmonia. (...) (Entrevista com Valdeli Costa, MIRITONG, 2019).

III - Os efeitos do processo de patrimonialização do Círio de Nazaré

O reconhecimento do Círio de Nazaré como patrimônio cultural do Brasil (2004) e da humanidade (2013) trouxe desdobramentos por nós já apontados ao longo deste documento. O primeiro deles foi o incremento do número de turistas que passaram a vir para Belém durante a celebração, o que gerou uma dinamização da economia do estado do Pará.

O aumento de participantes no Círio trouxe mudanças na estrutura da festa. Um exemplo disso foi a melhora da estrutura das feiras de miriti e um maior reconhecimento do trabalho dos artesãos, com a promoção de seus produtos. Como ressaltou Valdeli:

Quanto à estrutura aí vem uma história bem interessante. A gente dormia na praça (...), ficava no relento (...) era muito precário. Muitas vezes a gente era roubado, não tinha segurança. (...) Hoje a gente já tem uma estrutura para receber os artesãos (...) e os clientes. As pessoas vêm e se sentem confortáveis, pode permanecer na frente do estande por muito tempo porque é climatizado. Então isso é bom, pois enquanto essa pessoa fica no estande (...) a gente pode contar um pouco da história, falar do processo de feitura das peças, que não derruba árvore, que a gente só coleta as folhas. A gente conta um pouco a história das peças e acaba vendendo mais. Enquanto que em outros tempos a gente não tinha isso. (Entrevista com Valdeli Costa, MIRITONG, 2019).

Apesar da melhora na estrutura das feiras, o artesão conta que ainda há um grande desconhecimento por parte da sociedade das condições de trabalho dos artesãos de miriti. Muitos deles não têm um espaço adequado para trabalhar, produzem em casa, na cozinha, no quarto e, em geral, apresentam dificuldades. Há uma expectativa de que a revalidação do título de patrimônio cultural possibilite um olhar mais apurado para as condições de trabalho desse artesão.

Nos últimos anos o Iphan incentivou ações de difusão e valorização dos brinquedos de miriti, fomentando a participação de artesãos em congressos, simpósios, rodas de conversa e feiras como expositores, palestrantes e oficinairos em atividades sobre conhecimentos tradicionais e patrimônio cultural (Ver “Patrimônio cultural tem espaço em evento mundial sobre sociobiodiversidade”. 9 ago. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4764/patrimonio-cultural-tem-espaço-em-evento-mundial-sobre-sociobiodiversidade> Acesso em 25 mar.2021. Ver “Um dedo de prosa”. Disponível em: http://cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=513 Acesso em 25 mar.2021).

O Iphan também incentivou ações de transmissão de saberes por meio da concessão de prêmios, como a iniciativa “Fábrica de sonhos”, da Miritong, que teve como objetivo despertar o interesse das novas gerações em relação ao artesanato de miriti. Mesmo assim, os detentores de miriti expressaram o desejo de serem reconhecidos para além do Círio de Nazaré:

Então essa visibilidade e reconhecimento pra nós é importante. (...) Nós, artesãos, a gente sonha em um dia ter o nosso reconhecimento, por exemplo pelo Iphan, fora do Círio (...) porque nós somos um bem associado ao projeto do Círio (...). E a gente gostaria de ter o nosso brinquedo para além do projeto do Círio, o brinquedo de miriti como patrimônio imaterial brasileiro porque aí a relação ia estar diretamente relacionada a nós, porque a gente fica nessa sombrinha do Círio (...). Tem muitas empresas que patrocinam o Círio, mas a gente encontra dificuldade de patrocinar os nossos eventos. (Entrevista com Valdeli Costa, MIRITONG, 2019).

A fala de Valdeli mostra que apesar dos avanços na comercialização de brinquedos de miriti com a patrimonialização, permanecem as condições de trabalho precárias e as dificuldades de realizar eventos exclusivamente voltados para os artesãos de miriti.

A patrimonialização do Círio e de seus bens culturais possibilitou que eventos antes considerados periféricos, como a Festa das Filhas da Chiquita, passassem a ser conhecidos dentro e fora do estado do Pará. Hoje mesmo com a continuidade dos conflitos entre os organizadores da Festa da Chiquita e a Diretoria da Festa de Nazaré, não é possível colocar a Festa da Chiquita em um lugar de invisibilidade. O mesmo ocorre com o Espetáculo- Cortejo Auto do Círio, uma expressão artística de segmentos da comunidade paraense em homenagem à virgem de Nazaré. Ambas as expressões, guardando as suas respectivas especificidades, podem ser consideradas os principais espaços de manifestação política do Círio de Nazaré nos dias de hoje. Aprimeira expressa a luta por direitos da comunidade LGBTQIA+, isto é, suas demandas por respeito, direito a ir e vir no espaço urbano, direito ao trabalho, direito à vida e à dignidade humana. O segundo expressa o direito à diversidade de crenças, cultos e expressões culturais, inspira-se nos desfiles das escolas de samba para propor a defesa das comunidades e povos tradicionais da Amazônia, inverter hierarquias naturalizadas e denunciar situações de opressão e exploração.

As ações de difusão e valorização do bem cultural propostas pelo Iphan também contribuíram para esse processo. Em 2016 o Iphan/PA e o Sistema Integrado de Museus e Memórias SIM/Secult com o apoio da ASAMAB, do Museu de Arte Sacra e do Museu do Círio realizaram uma “Visita Reflexiva” e uma Roda de Conversa “Círios de Nazaré: transformações, permanências e rupturas”. A visita teve início na Feira de Miriti da Praça Dom Pedro II, passando pelo Museu do Círio, seguindo com a roda de conversa com pesquisadores e especialistas no Círio de Nazaré.

Em 2018 foi realizado mais um Ciclo de Palestras *Conversa Pai d’égua, Falando sobre Patrimônio*, organizado pela Superintendência do Iphan no Pará. O tema abordado foi “Patrimônio e Círio de Nazaré: teatro, festa e territorialidades” com Debora Serra (pesquisadora UFPA), Tarik Coelho (Auto do Círio/ Instituto de Ciências da Arte) e Elói Iglesias (Festa da Chiquita). Em 2020, em pleno cenário de pandemia, o Iphan foi parceiro, junto à Secult/PA, na organização da exposição sobre o Círio de Nazaré “Conhecer para preservar: Círio de Nazaré”, realizada no teatro do Gasômetro no Parque da Residência.

O reconhecimento do Círio como patrimônio da humanidade pela Unesco também teve desdobramentos importantes nos últimos anos. Seguindo as recomendações para a salvaguarda propostas pela Unesco foi realizada, no que tange à segurança e acessibilidade, uma articulação entre instituições que organizam e participam da festa para a elaboração de um plano de investimento público e privado a fim de ampliar e melhorar a infraestrutura para a recepção e atendimento da população e visitantes. O Iphan fez uma mediação entre as instituições que organizam e participam da festa e as estruturas das Forças Armadas a fim de debater melhorias nas condições de segurança dos participantes e dos monumentos e logradouros. Houve incentivo ao diálogo com a Marinha do Brasil, o Corpo de Bombeiros e demais órgãos fiscalizadores a fim de que se intensifique a fiscalização das embarcações que participam do Círio Fluvial e a melhoria da segurança e acessibilidade dos espaços em que ocorrem as procissões e demais atividades do Círio através da requalificação da Praça Dom Pedro, da Praça do Relógio, da Praça do Carmo e da Praça Visconde do Rio Branco.

Todas essas ações foram realizadas, a partir da iniciativa dos próprios órgãos e entidades responsáveis pela realização do Círio. A Secretaria de Estado de Turismo tem liderado, nos últimos anos, um grupo de trabalho composto por várias instituições públicas e diversas entidades privadas que, direta

ou indiretamente, participam da realização do Círio. O GT se reúne a cada ano, a partir do mês de junho, para planejar as ações conjuntas, bem como para tomar conhecimento das ações específicas de cada órgão e entidade. O Iphan disponibilizou recursos para a requalificação das praças, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas. Os recursos foram disponibilizados à Prefeitura de Belém, que executou os projetos, sendo as obras executadas com recursos de outras fontes. No que se refere às ações de difusão e valorização, o Iphan buscou estreitar as parcerias com o Museu do Círio cuja gestão é de responsabilidade do Governo do Estado, através da SECULT. Somente a partir de 2019, com uma nova gestão, houve uma maior abertura para essa aproximação, mas ainda sem resultados concretos.

Ressaltamos ainda algumas ações de promoção do Círio de Nazaré que vem sendo realizadas pela SETUR/PA nos últimos anos. Uma delas é a recepção de turistas no aeroporto internacional de Belém, no terminal hidroviário e na rodoviária. Nessa recepção há apresentações de carimbó, decoração temática e distribuição de brindes. Outro conjunto de ações é voltado para o apoio de peregrinos com a criação dos “Caminhos de Nazaré”, projeto em parceria com o Instituto de Pesquisa da Cozinha e da Cultura Brasileiras (IPCB) e a Diretoria da Festa de Nazaré, que dá apoio e acolhimento aos romeiros que vêm a pé para Belém de outros municípios vizinhos; e o “Maniçobão do Romeiro”, que complementa o acolhimento através da doação de 6 mil pratos de maniçoba. A ação visa divulgar a cultura alimentar de Belém a partir da demonstração do preparo da maniçoba. Para isso, uma grande cozinha expositiva foi montada na cidade onde mais de 50 chefs da região se revezaram no preparo. Das 6 mil maniçobas, 3 mil foram entregues aos romeiros na Casa de Plácido. As outras 3 mil foram entregues na cozinha expositiva no dia do Círio. O público pôde conhecer o trabalho, se voluntariar e até mexer o panelão exposto no espaço. Foram 50 painéis com uma tonelada de maniva, 1,2 toneladas de embutidos, carnes e outros, durante 7 dias, 14 horas por dia totalizando 98 horas de preparo ao longo da semana que antecede o Círio e exibindo, assim, todo o processo de feitura da maniçoba.

Também foi desenvolvido um site do Círio com seus produtos turísticos, história, curiosidades, agenda e produções associadas ao setor turístico. O site foi feito em parceria com a SECOM/PA. Há também um concurso de ornamentação das embarcações da Romaria Fluvial. Chamado de “Troféu Carlos Roque”, a premiação é realizada em parceria com a Marinha e a Capitania dos Portos e Diretoria da Festa.

IV - Propostas para a salvaguarda do Círio de Nazaré como patrimônio cultural do Brasil

Sabe-se que a mobilização e articulação de detentores do Círio são anteriores ao processo de reconhecimento dessa celebração como patrimônio cultural do Brasil. Um dos desafios enfrentados pelo Iphan/PA diz respeito a uma maior articulação entre as ações de salvaguarda realizadas por diversos segmentos que participam do Círio e as ações do próprio órgão. Há, portanto, uma necessidade de melhor acompanhar e monitorar tais iniciativas a partir do estreitamento dos laços com os detentores e as diversas entidades e instituições envolvidas na celebração.

Na ocasião da avaliação periódica da Unesco foram realizadas reuniões com técnicos da SETUR/PA durante as quais surgiu a proposta de se criar um Comitê Gestor Interinstitucional para a salvaguarda do Círio, sob a coordenação do Iphan, e composto por entidades, instituições e órgãos que, de alguma forma, contribuem para a realização, difusão e valorização da celebração. Vislumbra-se, a partir da criação do Comitê, uma oportunidade de maior integração e articulação entre as diferentes instituições e segmentos envolvidos na salvaguarda do Círio, além da elaboração de um plano integrado de difusão e valorização do bem, equivalente ao Plano de Salvaguarda.

Além da necessidade de articulação interinstitucional na política de salvaguarda do Círio de Nazaré, também é importante a mobilização em torno das recomendações da Unesco para a salvaguarda do Círio como patrimônio da humanidade.

No que se refere às ações de apoio à transmissão intergeracional de saberes, sabemos que a celebração devocional em si não apresenta risco de continuidade, pois é profundamente enraizada no cotidiano dos paraenses. No entanto, há situações pontuais que precisam de atenção. Uma delas é a Festa da Chiquita que apresenta, desde seu surgimento, uma única figura responsável pela sua realização, o produtor Elói Iglesias. Não vemos uma preocupação por parte dele de repassar essa responsabilidade para outra pessoa, embora nos últimos anos tenha-se percebido o envolvimento de outros segmentos e coletivos LGBTQIA+ na produção e realização da Festa. Também em relação ao artesanato de Miriti, não há necessariamente uma ameaça, mas há que se monitorar com mais atenção a sustentabilidade e acesso às matérias-primas, sobretudo diante dos diversos empreendimentos de mineração, de geração de energia e agronegócio que têm sido instalados na região de Abaetetuba.

Segue sendo importante aprimorar os mecanismos de segurança pública na Festa da Chiquita, com a mobilização de mais agentes de segurança visto a continuidade de assaltos e furtos na Praça da República durante o evento.

Também é fundamental investir em melhores condições de trabalho para os artesãos de miriti, fomentar a divulgação e venda de seus produtos, além de promover outras ações de transmissão de conhecimentos intergeracionais voltadas para o público jovem. Essas ações podem ser pensadas junto a detentores de outros bens similares reconhecidos como patrimônio cultural imaterial pelo Iphan, como o modo de fazer cuias do Baixo Amazonas (PA) e o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (ES).

Por último, é necessário um maior estímulo ao papel do Museu do Círio como Centro de Referência do Círio de Nazaré e a sua reabertura.

V - Conclusão

O Círio de Nossa Senhora de Nazaré é uma celebração religiosa que ocorre em Belém (PA), cuja procissão principal ocorre no segundo domingo de outubro, reunindo cerca de 2 milhões de pessoas. Se considerarmos as novenas, encontros de amigos e familiares nas casas de devotos, percebemos que as comemorações do Círio de Nazaré se iniciam bem antes de outubro. Os festejos envolvem vários rituais de devoção religiosa e expressões culturais, e reúnem devotos, turistas e curiosos de todas as partes do Brasil e de países estrangeiros. As festividades – a chamada quadra nazarena – começam bem antes da procissão principal e se prolongam durante 15 dias. A procissão corresponde ao traslado da imagem de Nossa Senhora de Nazaré da Catedral da Sé, no bairro da Cidade Velha, local em que Belém nasceu, até a Praça Santuário, no bairro de Nazaré. O percurso, de 3,6 quilômetros, é feito nos limites da área mais antiga e mais urbanizada da cidade de Belém, passando pela rua Padre Champagnat, pela avenida Portugal, pelo boulevard Castilhos França, e pelas avenidas Presidente Vargas e Nazaré.

Além da programação religiosa, destacam-se diversos eventos culturais, que tomam as ruas de Belém, como o Arrastão do Círio, o espetáculo-cortejo Auto do Círio e a Festa das Filhas da Chiquita. Destaca-se, também, na paisagem cultural do Círio, os coloridos brinquedos de miriti, que são comercializados em feiras e mercados, ou por ambulantes, com suas girândolas de brinquedos.

Neste Parecer Técnico destacamos algumas mudanças que têm ocorrido na celebração desde seu Registro como Patrimônio Cultural do Brasil (2004), marcadas principalmente pela presença cada vez maior de participantes e turistas em função da projeção que o Círio ganhou nacional e internacionalmente. O número de devotos, promesseiros e romeiros também tem aumentado ano após ano, o que gerou a necessidade de ampliação de espaços de acolhimento, maior preocupação com a segurança e investimento em novas formas de divulgação e promoção online dos eventos, entendidos como um processo de midiaticização do Círio.

O incremento na estrutura da festa é visível, bem como as novas arregimentações em torno da Festa da Chiquita, que ganhou um cercado de ferro em frente ao palco principal; das feiras de miriti, que foram climatizadas e padronizadas com estandes e barracas; do Espetáculo-Cortejo Auto do Círio, que ganhou montagem de palcos ao longo das paradas realizadas pelo cortejo, e uma interação com o patrimônio material da Cidade Velha; e do Arrastão do Círio, que passou a ocupar a Praça dos Estivadores, com palco próprio e diálogo mais estreito com a chegada da santa na escadinha do cais do porto de Belém.

Entre as continuidades, percebemos a permanência de conflitos entre os diversos segmentos que participam do Círio, as tentativas de controle da celebração por parte da Arquidiocese de Belém e da Diretoria da Festa, as polêmicas entre as lideranças dos eventos sagrados e profanos da celebração. Apesar disso, o Círio segue marcado pelo aspecto fundamental da diversidade das formas de expressar a devoção à Virgem de Nazaré, por diferentes segmentos religiosos, consolidando um importante espaço ecumênico. Nesse espaço se pratica a solidariedade, a democracia e a empatia – valores reproduzidos nos encontros de familiares e amigos no almoço do Círio, entre participantes e observadores das procissões.

Ante o exposto, avaliamos que não há necessidade de qualquer alteração formal no recorte ou de extensão na identificação do bem, em relação ao que foi inicialmente apresentado, à exceção de algumas atualizações pontuais referentes a definições de bens associados, já apontadas neste Parecer. Tampouco consideramos pertinente qualquer alteração na nomenclatura do bem.

Por fim, é pertinente pontuar que o conteúdo do presente Parecer foi submetido à apreciação de detentores de diversos segmentos do Círio de Nazaré, reunidos no Grupo de Trabalho constituído para acompanhar e auxiliar o Iphan no processo de avaliação para a Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil do Círio de Nazaré. As contribuições foram encaminhadas ao Iphan por e-mail, tendo sido avaliadas pela área técnica e incorporadas ao presente Parecer.

Por todo o exposto, considerando que o bem permanece enquanto uma referência cultural para os grupos que o produzem e reproduzem, somos favoráveis à Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil do Círio de Nazaré, Inscrito no Livro de Registro das Celebrações em 2004.

Este é o nosso Parecer.

(assinado eletronicamente)

ANA LIMA KALLÁS

Técnica 1 - Historiadora - Superintendência do IPHAN no Pará

Matrícula SIAPE 1664616

(assinado eletronicamente)

CYRO H. DE ALMEIDA LINS

Técnico I - Antropólogo - Superintendência do Iphan no Pará

Matrícula SIAPE 2064787

Fontes:**Legislação e documentos oficiais:**

Parecer nº 01/2004. IPHAN-DPI.

Decreto nº 3.551/2.000

Nota Técnica nº 16/2017. IPHAN-DPI.

Resolução nº 5/2019

Nota Técnica nº 5/2020. IPHAN-DPI.

Entrevistas:

Documentário de Reavaliação do Círio de Nazaré para fins de revalidação do título de patrimônio cultural do Brasil (IPHAN, 2020).

Entrevista com Guilherme Azevedo, Guarda de Nazaré, 2019.

Entrevista com Antonio Sousa, Diretor de Procissões do Círio, 2019.

Entrevista com Junior Soares, Instituto Arraial do Pavulagem, 2019.

Entrevista com Miguel Santa Brígida, Auto do Círio, 2019.

Entrevista com Rui do Carmo, Romaria Poética, 2019.

Entrevista com Prahlada e Tunga Vidya, Hare Krishnas, 2019.

Entrevista com Mametu Kátia Haddad, Abassa Afro-brasileiro Konzenzala de Kafunje, Tenda São Sebastião, 2019.

Entrevista com Agenor Sarraf, professor da UFPA, 2019.

Entrevista com Elói Iglesias, Festa da Chiquita, 2019.

Entrevista com Valdeli Costa MIRITONG, 2019.

Bibliografia:

BITAR, Helder F.; REYMÃO, Ana Elizabeth N.; BITTENCOURT, Nicolle. B. Nossa alma ao céu se remonta: o Mito e as Mídias no Círio de Nazaré em Belém do Pará. *Ação Midiática*, n.19, jan./jun.2020, Curitiba, PPGCOM – UFPR, p.82-102.

BITTENCOURT, Nicolle M. B. *Auto do Círio: a organização da informação sobre um patrimônio construído pela Universidade Federal do Pará*. 107f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – UFPA, Belém, 2018.

BONNA, Mauro Cezar Klautau; VASCONCELLOS, Elisabeth Mendonça. (Edt.). *O Livro do Círio: Círio de Nossa Senhora de Nazaré, segundo domingo de outubro desde 1793*. Belém: Floresta: Guia, 2009.

CARVALHO, Luciana (Org.) *Círio*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005 (Encontros e Estudos; 10).

CARVALHO, Maria Goretti Pereira de. A festividade nazarena e a cultura paraense: exemplo de um artigo do vocabulário especial do Círio de Nazaré. *Nova Revista Amazônica*, v.7, nº 3, 2019, p.185-197.

CARVALHO, Marcia Goretti Pereira de. *Tradução intralingual e Lexicografia: proposta de compilação do vocabulário monolíngue do Círio de Nazaré*. 260f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

CORREA, Ivone Maria Xavier de Amorim. *Círio de Nazaré. A Festa da Fé e suas (re) significações culturais – 1970 – 2008*. 244f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

COSTA, Antonio Maurício Dias da. A Festa dentro da Festa: recorrências do modelo festivo do circuito bregueiro no Círio de Nazaré em Belém do Pará. *Campos*, n.7, v.2, p.83-100, 2006.

COSTA, F. de A. et al. *O Círio de Nazaré de Belém do Pará: Economia e Fé*. Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, Belém, v. 3, n. 6, 2008.

Dossiê do Círio de Nazaré. V.I. Brasília: IPHAN, 2005.

LIMA, Maria Dorotéa de. “Sincretismo e religiosidade popular no registro do Círio de Nazaré como patrimônio cultural brasileiro”. CARVALHO, Luciana (Org.) *Círio*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005 (Encontros e Estudos; 10), p.19-35.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. “O Círio e os círios: aspectos múltiplos do Círio de Nazaré. In: CARVALHO, Luciana (Org.) *Círio*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005 (Encontros e Estudos; 10), p.7-18.

Palestra de Elói Iglesias, 2005. In: CARVALHO, Luciana (Org.). *Círio*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005 (Encontros e Estudos; 10), p.53-54.

ROCQUE, Carlos. *História do Círio e da festa de Nazaré*. Belém: Mitograph, 1981.

SETUR/PA; DIEESE/PA a. Resumo dados do Círio 2020. Turistas no Círio de Nazaré “nº de turistas, perfil e gastos”.

SETUR/PA; DIEESE/PA b. *Relatório de Pesquisa sobre Peregrinos*, 2019.

SETUR/PA; DIEESE/PA c. Nota à imprensa. Círio 2019. A corda do Círio. 1855-2019. *164 anos depois, quase 7.600 promesseiros deverão puxar a corda da Berlinda nos 3.600 km do Círio de Nazaré 2019*.

SETUR/PA d. *Ações da SETUR durante o Círio de Nazaré, 2020*.

SERRA, Débora. Turismo religioso, território e territorialidades: o Círio de Nazaré em Belém-PA. *Geo-UERJ* – ano 15, nº 24, v.1, 1º semestre de 2013, p.104-124.

SERRA, Débora; TAVARES, Maria Goretti. Os fenômenos da peregrinação e do turismo em santuários e eventos católicos: uma análise sobre o Círio de Nazaré em Belém-PA. *Cultur*, ano 10, nº 1, fev.2016.

Periódicos:

“Diretoria do Círio anuncia início de venda de arquibancadas para as procissões deste ano”. *G1*, 17 ago.2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/08/17/diretoria-do-cirio-anuncia-inicio-de-venda-de-arquibancadas-para-as-procissoes-deste-ano.ghtml>)

Acesso em: 19 mar. 2021.

“Inscrições de voluntários do Círio de Nazaré 2019 atinge número recorde”. *G1*, 20 set. 2019.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2019/noticia/2019/09/20/inscricoes-de-voluntarios-do-cirio-de-nazare-2019-atinge-numero-recorde.ghtml>

Acesso em: 19 mar. 2021.

Revista *Santuário de Nazaré*, nº 33, mar. a mai. de 2019.

“Feira de Artesanato do Círio 2019 reúne o melhor do artesanato paraense”. *Revista Feiras do Brasil*, 9 out. 2019. Disponível em:

<http://www.feirasdobrasil.com.br/revista.asp?area=noticias&codigo=65243>

Acesso em 26 fev. 2021

MAGNO, Cintia. “Crianças irão às ruas para celebrar Maria”. *Diário do Pará*, Belém, 20 out. 2019.

ALBARADO, Natasha. “Romaria Poética enche as ruas de Belém de música, literatura e teatro”. *Agência Belém*, 10 out. 2018.

Disponível em: agenciabelem.com.br/Noticia/176081/romaria-poetica-enche-as-ruas-de-belem-de-musica-literatura-e-teatro Acesso em: 26 fev. 2021.

“Mais de 7 mil pessoas devem puxar a corda do Círio”. *O Liberal*, Belém (PA), 10 out. 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/cirio/mais-de-7-mil-pessoas-devem-puxar-a-corda-do-cirio-estima-dieese-1.200553> Acesso em: 23 mar. 2021.

“Patrimônio cultural tem espaço em evento mundial sobre socio biodiversidade”. (9 ago. 2018). Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4764/patrimonio-cultural-tem-espaco-em-evento-mundial-sobre-sociobiodiversidade> Acesso em 25 mar.2021.

“Um dedo de prosa”. Disponível em: http://cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=513

Acesso em 25 mar.2021.

Sítios eletrônicos:

Círio de Nazaré – www.ciriodenazare.com.br

IPHAN – www.iphan.gov.br

CNFCP – www.cnfcp.gov.br

Basílica de Nazaré – www.basilicadenazare.com.br



Documento assinado eletronicamente por **Cyro Holando de Almeida Lins, Técnico I**, em 03/05/2021, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lima Kallas, Técnico I**, em 03/05/2021, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2644173** e o código CRC **797F07A9**.

Referência: Processo nº 01450.000874/2015-16

SEI nº 2644173



LEI ORDINÁRIA Nº 7.593, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

Cria o Sistema Estadual de Gestão do Turismo, a Secretaria de Estado de Turismo, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DO SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DO TURISMO
CAPÍTULO I
DA MISSÃO INSTITUCIONAL DO SISTEMA

Art. 1º Fica criado o Sistema Estadual de Gestão de Turismo - SEGETUR, que tem por missão institucional promover o desenvolvimento turístico no Estado do Pará, de forma integrada e articulada, com os órgãos que o compõem.

CAPÍTULO II
DAS FUNÇÕES BÁSICAS DO SISTEMA

Art. 2º São funções básicas do Sistema Estadual de Gestão de Turismo - SEGETUR, através dos órgãos que o compõem:

- I - propor a política estadual de desenvolvimento do turismo;
- II - promover e divulgar o turismo do Estado do Pará no país e no exterior;
- III - estimular as iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas;
- IV - planejar, coordenar, supervisionar e avaliar os planos e programas de incentivo ao turismo.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA DO SISTEMA

Art. 3º Para desempenhar sua missão institucional, o Sistema Estadual de Gestão de Turismo - SEGETUR possui a seguinte composição:

- I - Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará - FOMENTUR;

II - Companhia Paraense de Turismo - PARATUR;

III - Secretaria de Estado de Turismo - SETUR.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado de Turismo - SETUR é o órgão central do Sistema Estadual de Gestão de Turismo, cuja atuação está voltada para a observância e o cumprimento de sua finalidade institucional e das funções desenvolvidas pelos órgãos integrantes do sistema.

SEÇÃO I DO FÓRUM ESTADUAL DE TURISMO

Art. 4º O Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará - FOMENTUR, criado pelo Decreto Estadual nº 0221, de 26 de junho de 2003, como órgão colegiado consultivo, propositivo e mobilizador, tem por finalidade auxiliar o Secretário de Estado de Turismo na proposição da Política Estadual de Turismo e na execução de ações estratégicas de turismo do Estado do Pará, bem como dos programas, projetos e atividades deles derivados.

Parágrafo único. O FOMENTUR/PA é presidido pelo Secretário de Estado de Turismo, com composição e regimento interno homologado por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

SEÇÃO II DA COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO

Art. 5º A Companhia Paraense de Turismo - PARATUR, constituída nos termos da Lei Estadual nº 4.368, de 9 de dezembro de 1971, e criada através de Decreto nº 8.026, de 12 de julho de 1970, vinculada institucionalmente ao Sistema Estadual de Gestão de Turismo e técnica e operacionalmente à Secretaria Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção, é dotada de autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial e tem por finalidade, dentre outras:

- I - estimular e promover o desenvolvimento da cadeia produtiva de turismo;
- II - desenvolver o marketing turístico e as estratégias de comunicação do Pará, no Brasil e no exterior;
- III - organizar produtos e destinos orientados ao mercado.

SEÇÃO III DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA

Art. 6º A Secretaria de Estado de Turismo - SETUR é o órgão central do Sistema Estadual de Gestão de Turismo - SEGETUR, cuja atuação está voltada para a observância e o cumprimento de sua missão institucional e das funções previstas no art. 2º desta Lei, executadas por intermédio dos órgãos integrantes do SEGETUR.

TÍTULO II DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO CAPÍTULO I DA NATUREZA E DENOMINAÇÃO

Art. 7º Fica criada a Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, órgão da administração direta, vinculada à Secretaria Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção, com a finalidade de planejar, coordenar e gerenciar a política de desenvolvimento turístico no Estado

do Pará.

Art. 8º A Secretaria de Estado de Turismo - SETUR tem as seguintes funções básicas:

- I - planejar, coordenar e gerenciar a política estadual de desenvolvimento turístico no Estado do Pará, inclusive quanto à sua normatização;
- II - atuar nos campos do turismo no território paraense na sua organização e oportunidade de negócios, sob o enfoque do desenvolvimento econômico;
- III - fortalecer os arranjos produtivos locais, criando oportunidade de valorização dos recursos potenciais existentes nas regiões turísticas do Estado;
- IV - propor e promover, junto às autoridades competentes, atos e medidas necessárias à ampliação e melhoria da infraestrutura e da prestação de serviços oferecidos aos turistas;
- V - fomentar direta ou indiretamente as iniciativas, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da atividade turística;
- VI - gerenciar serviços de fiscalização e controle de qualidade dos serviços turísticos, na conformidade das normas vigentes para tal fim;
- VII - gerenciar o controle de serviços de registro empresarial ligado à área do Turismo, em toda a circunscrição do Estado;
- VIII - conceder prêmios e outros incentivos a pessoas físicas e jurídicas que contribuam ativamente com o desenvolvimento turístico do Estado.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 9º A Secretaria de Estado de Turismo possui a seguinte composição:

- I - Gabinete do Secretário;
- II - Núcleos;
- III - Diretorias;
- IV - Coordenadorias;
- V - Gerências;
- VI - Escritórios Regionais.

§ 1º O detalhamento das competências, o funcionamento das unidades que compõem a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Turismo e suas atribuições serão estabelecidas em regimento interno homologado por Decreto pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Os Escritórios Regionais são unidades sediadas nos municípios a serem definidos em regimento interno, diretamente subordinados ao Secretário de Estado de Turismo e coordenados por um Gerente.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Seção I
Do Gabinete do Secretário

Art. 10. Ao Gabinete do Secretário, compete assistir ao titular da Secretaria em suas atividades técnicas e administrativas, exercendo a competência relativa à sua representação institucional, ao preparo e encaminhamento do expediente, à coordenação do fluxo de informações e às relações públicas da Secretaria e outras atividades correlatas.

SEÇÃO II
DO NÚCLEO JURÍDICO

Art. 11. Ao Núcleo Jurídico compete:

- I - prestar assessoria e consultoria ao Secretário de Estado em questões de natureza jurídica e no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados;
- II - examinar os contratos, convênios, acordos e outros instrumentos jurídicos a serem firmados;
- III - examinar os procedimentos licitatórios, as sindicâncias administrativas, os processos administrativos disciplinares, assim como prestar assessoria jurídica às unidades da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, quando provocada.

SEÇÃO III
DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO, ARTICULAÇÃO TÉCNICA E INSTITUCIONAL

Art. 12. Ao Núcleo de Planejamento, Articulação Técnica e Institucional compete:

- I - orientar, coordenar e supervisionar os trabalhos de elaboração e consolidação dos planos e programas da Secretaria, bem como promover o acompanhamento, a avaliação e a produção de informações gerenciais;
- II - propor medidas de compatibilização e harmonização das diretrizes e políticas setoriais;
- III - apoiar a Secretaria Executiva do Fórum do Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará - FOMENTUR;
- IV - promover o monitoramento das ações desenvolvidas nas Câmaras Temáticas identificadas para o fortalecimento da Política Estadual de Turismo;
- V - acompanhar a gestão do FOMENTUR no que se refere às ações estratégicas de turismo do Estado do Pará.

SEÇÃO IV
DO NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

Art. 13. Ao Núcleo de Controle Interno compete executar e controlar, em consonância com as normas da Auditoria-Geral do Estado, as atividades de controle interno no âmbito da Secretaria.

Seção V
Dos Escritórios Regionais

Art. 14. Aos Escritórios Regionais compete planejar, coordenar, controlar e executar programas e atividades destinadas à promoção e desenvolvimento das potencialidades do turismo nos municípios em articulação com as unidades administrativas da SETUR.

SEÇÃO VI DA DIRETORIA DE GESTÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Art. 15. À Diretoria de Gestão, Orçamento e Finanças compete planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades administrativas relativas a finanças, orçamento, pessoal, materiais e serviços gerais, transporte e tramitação de documentos e processos no âmbito interno da Secretaria.

SEÇÃO VII DA DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA O TURISMO

Art. 16. À Diretoria de Políticas para o Turismo compete:

I - subsidiar a formulação, elaboração e monitoramento da Política Estadual de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelas ações estratégicas de turismo do Estado do Pará;

II - analisar e avaliar a execução da Política Estadual de Turismo;

III - orientar, acompanhar e supervisionar a execução dos projetos de qualificação dos serviços turísticos, estruturação e diversificação da oferta turística e de incentivo ao turismo no mercado interno, bem como orientar o levantamento e a estruturação dos indicadores relativos ao turismo, com a finalidade de acompanhar a dinâmica do mercado turístico;

IV - promover a cooperação e articulação com os órgãos da Administração Pública.

SEÇÃO VIII DA DIRETORIA DE PRODUTOS TURÍSTICOS

Art. 17. À Diretoria de Produtos Turísticos compete:

I - propor, coordenar, acompanhar e articular políticas públicas para o ordenamento e desenvolvimento dos segmentos turísticos no Estado;

II - apoiar o planejamento estadual, regional e municipal que contribua para o fortalecimento e desenvolvimento dos segmentos turísticos;

III - promover estudos e pesquisas acerca da oferta e da demanda para subsidiar o desenvolvimento dos segmentos turísticos no Estado;

IV - fortalecer os arranjos institucionais e setoriais, identificar e analisar problemas, oportunidades e ameaças relacionadas ao fortalecimento e a consolidação dos segmentos turísticos.

SEÇÃO IX DA DIRETORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Art. 18. À Diretoria de Tecnologia de Informação e Documentação, compete:

I - elaborar e implementar a política de segurança da informação e universalização do uso de informática no contexto da Secretaria;

II - prestar assessoria, suporte e operação assistida para implantação de produtos de informática e sistemas às unidades administrativas da Secretaria;

III - gerenciar a infraestrutura de comunicação de dados de alta capacidade, assegurando a interconexão e interoperabilidade dos sistemas existentes na Secretaria;

IV - gerenciar a documentação e informação gerada e/ou recebida pela Secretaria, sistematizando e disponibilizando-a para servir de suporte às atividades da Instituição e tomadas de decisão de seu quadro técnico.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE TURISMO E DO SECRETÁRIO ADJUNTO

Art. 19. Ao Secretário de Estado de Turismo compete exercer as atribuições previstas na Constituição do Estado, bem como outras atribuições determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 20. Ao Secretário de Estado Adjunto compete auxiliar o Secretário de Estado em todas as atribuições que lhe forem delegadas, bem como substituir o titular em suas ausências e impedimentos.

CAPÍTULO VI DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 21. O Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Turismo é constituído de cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão.

Art. 22. Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Turismo os cargos de provimento efetivo, em conformidade com o disposto no Anexo I desta Lei.

§ 1º As atribuições e os requisitos gerais para provimento dos cargos de que trata o “caput” estão previstos no Anexo II desta Lei.

§ 2º O ingresso no quadro de cargo de provimento efetivo far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, nos termos da Constituição Estadual.

Art. 23. O quantitativo de cargos efetivos de Consultor Jurídico constante no Anexo I desta Lei fica acrescido no Anexo II da Lei nº 6.872, de 28 de junho de 2006, que dispôs sobre a reestruturação da carreira de Consultor Jurídico do Estado no âmbito da administração direta do Poder Executivo.

Parágrafo único. As atribuições, os requisitos de provimento e o vencimento base por classes do cargo de Consultor Jurídico estão estabelecidos na Lei nº 6.872 de 28 de junho de 2006.

Art. 24. Ficam criados os cargos de provimento em comissão, constantes do Anexo III da presente Lei.

Parágrafo único. A investidura nos cargos de provimento em comissão far-se-á por nomeação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 25. O provimento dos cargos efetivos e em comissão criados por esta Lei está condicionado à observância dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e à capacidade orçamentária e financeira do Estado.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. Fica o Poder Executivo Estadual autorizado:

I - a abrir crédito especial, no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para o exercício corrente, em favor da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, no montante de R\$ 3.487.870,00 (três milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, e oitocentos e setenta reais), destinado a atender as despesas decorrentes do cumprimento desta Lei, conforme detalhamento no Anexo IV.

II - a reabrir no limite dos saldos o Crédito Especial autorizado em favor da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do exercício de 2012, nos Programas e Ações constantes do Plano Plurianual e do Orçamento Anual para 2012, em vigor.

III - suplementar, por meio de crédito adicional, os saldos remanescentes do crédito especial reaberto no orçamento fiscal e da seguridade social do exercício 2012, quando estes apresentarem insuficientes para atender a programação da SETUR, até o final do exercício.

Parágrafo único. Os recursos necessários para a cobertura do crédito especial correrão por conta de dotações disponíveis, conforme estabelece o art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 28 de dezembro de 2011.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado

Anexo: <http://www.ioe.pa.gov.br:8080/diarios/2011/12/29.12.caderno.02.pdf>

Este texto não substitui o publicado no DO de 29/12/2011

ANEXO D: ROTEIRO VALEVERDE CÍRIO 2018



Círio 2019

Hospedagem + Traslados + Passeio Fluvial

Roteiro

SUGESTÃO DE ROTEIRO

1º DIA – 11/Out – Sexta - ... / BELÉM

Chegada em Belém. Traslado e acomodação no hotel Princesa Louçã. Sugerimos conhecer a Estação das Docas, local onde se encontram ótimos restaurantes, artesanato local e comida típica, tudo isso com a mais bela vista da baía do Guajará.

2º Dia – 12/Out – Sábado – BELÉM

Dia Livre. Sugerimos pela manhã acompanhar a Romaria Fluvial. Os fiéis acompanham a Imagem Peregrina na romaria, que sai do trapiche de Icoaraci em direção à Escadinha do Cais do Porto, na praça Pedro Teixeira, em Belém. Ao chegar, a Santinha é recebida com honras de Chefe de Estado pela Polícia Militar.

Pela noite sugerimos acompanhar a transladação, sendo o trajeto quase o percurso inverso da procissão do Círio: a Imagem sai do Colégio Gentil Bittencourt em direção à Igreja da Sé, Catedral de Belém, na Cidade Velha.

3º Dia – 13/Out – Domingo – BELÉM

Hoje você participará de uma das maiores procissões Católicas do País, o Círio de Nazaré, que percorre uma distância aproximada de 3,6 km. No Círio, os paraenses e devotos brasileiros e estrangeiros pagam promessas e prestam homenagens à Nossa Senhora de Nazaré, considerada padroeira do Pará e Rainha da Amazônia.

Às 17:00 apresentação no Terminal Fluvial de Passageiros, Porto Flutuante Amazon River, na Estação das Docas. Dependendo do hotel escolhido, pegue um táxi ou caminhe até lá.

17:30 - Embarque em barco regional, para aproveitar o entardecer, fazendo um agradável passeio fluvial pela Orla de Belém. Com duração de 1h30min, a partir de nossa maior Avenida Fluvial: a Baía do Guajará, você conhecerá a orla belenense navegando pelo rio Guamã, embalado com muita música ao vivo, brincadeiras, apresentação de nossas danças folclóricas e guia acompanhante (Passeio operacionalizado diariamente, exceto às segundas-feiras). Para jantar, sugerimos as opções gastronômicas da Estação das Docas.

4º Dia – 14/Out – Segunda – BELÉM / ...

Chegou a hora de arrumar as malas. Dia livre até o horário do traslado para o aeroporto Internacional de Belém. Se ainda der tempo, sugerimos como opcional, o passeio à "Vila de Icoaraci", maior centro de produção de cerâmica Marajoara e Tapajônica e Maracá, com visita as olarias e lojas especializadas.

FIM DE NOSSOS SERVIÇOS

ANEXO E: PRIMEIRA PÁGINA DO PARECER 01/2004, DO MINISTÉRIO DA CULTURA
(Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer_DPI_cirio_de_nazare.pdf>)

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Departamento do Patrimônio Imaterial

PARECER n° 01/2004

À Sra Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial encaminho o seguinte PARECER:

Trata-se de parecer conclusivo da fase de instrução técnica do Processo de Registro do Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém, PA, como bem do patrimônio cultural brasileiro, iniciada em dezembro de 2001, em atenção à solicitação dirigida ao presidente do IPHAN pela Arquidiocese de Belém, Obras Sociais da Paróquia de Nazaré e Diretoria da Festividade de Nazaré, com o apoio do Sindicato dos Arrumadores do Estado do Pará.

Na verdade, a instauração do processo foi precedida por algumas iniciativas da diretora do antigo Departamento de Identificação e Documentação, Célia Corsino, e da 2ª Superintendência Regional do IPHAN, então dirigida por Elizabeth Nello Soares, voltadas para o levantamento da documentação histórica e o registro em vídeo do conjunto das celebrações do Círio, bem como para a conscientização dos organizadores da festa quanto à legislação do Registro. Estas iniciativas foram estimuladas pelo Ministro da Cultura, Francisco Weffort, que após conhecer o Círio de Nazaré no ano 2000, manifestou publicamente, em diversas oportunidades, que este mereceria ser reconhecido como patrimônio cultural do Brasil. Por tudo isso, o Círio de Nazaré foi o bem cultural escolhido, na categoria celebrações, para testar os procedimentos de instrução técnica, conforme a recomendação do Conselho do Patrimônio Cultural do IPHAN.





Diário Oficial

do Município de Belém

Criado em 09 de Agosto de 1958

Editado pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD

Av. Nazaré, 361 – CEP- 66.000.00 - Tel.: 3283-4894

www.belem.pa.gov.br/semad – email: domsemad@cinbesa.com.br

Impressão: SEMAD

MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO: Deve ser entregue à Editoria do DOM até às 10:00 horas do dia anterior ao da publicação.

“O presente exemplar poderá ter caderno suplementar”.

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 9.126 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Reconhece como Patrimônio Cultural da Cidade de Belém a procissão do “Círio de Nossa Senhora de Nazaré” e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM,

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida como patrimônio cultural da cidade de Belém, a procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, bem como, todos os eventos e símbolos afins, dentre os quais se incluem:

I – a romaria rodoviária Belém – Ananindeua, realizada na sexta-feira pela manhã;

II – a romaria rodoviária, realizada no sábado que antecede a procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, saindo da Igreja Matriz do Município de Ananindeua para o Distrito Icoaraci, pela manhã, às seis horas;

III – a romaria fluvial, trajeto Icoaraci – Belém, que ocorre no sábado, véspera da procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, pela manhã;

IV – a romaria da trasladação, realizada sábado à noite, véspera da procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré;

V – a procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré às crianças, realizada no 1º domingo a seguir;

VI – a romaria do Recírio de Nossa Senhora de Nazaré, que acontece na segunda-feira, após a quinzena festiva e leva a imagem peregrina da Praça Santuário de volta ao Colégio “Gentil Bittencourt”, mantido pela congregação das Irmãs Italianas Filhas de Sant’ana;

VII – a Berlinda que abriga a imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré;

VIII – a Corda dos promesseiros;

IX – os carros que participam da realização da procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, a saber:

a) o carro dos Milagres, fusão do carro Dom Fuas Roupinho com o brigue São João Batista;

b) o carro do Cabloco Plácido;

c) o carro dos Escoteiros;

d) o carro Barca Nova;

e) o carro do Anjo Custódio;

f) o carro Barco de Velas;

g) o carro do Anjo Protetor da Cidade;

h) o carro Barca Portuguesa;

i) o carro dos Anjos I;

j) o carro dos Anjos II;

k) o carro dos Anjos III;

l) o carro Barca com Remos;

m) o carro da Santíssima Trindade;

n) o carro do Cesto das Promessas.

X – VETADO

XI – o Auto do Círio, homenagem dos artistas de Belém a nossa Senhora.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO ANTONIO LEMOS, 15 DE JUNHO DE 2015

ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR

Prefeito Municipal de Belém

Exmo. Sr.

Vereador ORLANDO REIS PANTOJA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Belém

e demais Ilustres Vereadores

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de me dirigir a V. Exa. e aos demais integrantes desse Egrégio Poder Legislativo, para comunicar que decidi vetar, ainda que parcialmente, com fundamento nas disposições dos arts. 78, § 1º, e 94, inc. VI, da Lei Orgânica do Município de Belém, o Projeto de Lei nº 047, de 13 de maio de 2015, de autoria do Vereador Victor Cunha, que reconhece como Patrimônio Cultural da Cidade de Belém a Procissão do “Círio de Nossa Senhora de Nazaré”, e da outras providências.

O objetivo do Projeto de Lei nº 047/2015, é que todos os elementos que compõe a festividade religiosa do Círio de Nazaré sejam reconhecidos como patrimônio cultural da cidade de Belém, ou seja, todas as romarias (rodoviárias e fluvial), procissão da trasladação, procissão do Círio, Recírio, a Berlinda, a Corda dos promesseiros da Trasladação e Círio, todos os carros que participam das procissões, o Auto do Círio, e por fim a festa da Chiquita.

Analisando, e Considerando o espírito da lei, proponho o veto parcial do projeto a recair apenas sobre o inciso X do artigo 1º, o qual dispõe: O Festejo denominado “Festa da Chiquita”, que se realiza na noite da trasladação, já é uma tradição.

No conceito de patrimônio cultural se inserem as expressões culturais e as tradições que um grupo ou comunidade de pessoas preserva em respeito a sua ancestralidade, para as gerações futuras. Como exemplos de patrimônio cultural estão os saberes, os modos, de fazer, as formas de expressão, celebrações, festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e outras tradições.

Quando o nobre legislador propõe reconhecer os festejos do Círio como Patrimônio Cultural, o que de fato já foi reconhecido como Patrimônio Imaterial da Humanidade, pela Unesco, reconheço e aplaudo a louvável intenção, haja vista ser a Festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, uma celebração constituída de vários rituais de devoção religiosa e expressões culturais, cujo clímax ocorre na procissão do Círio, no segundo domingo de outubro, a cada ano, desde 1793. O objeto do reconhecimento considera identificar seus elementos essenciais - aqueles sem os quais o Círio não existiria -, mencionadas ainda as expressões associadas à festa religiosa que estão sedimentadas pelo tempo e pela tradição.

Contudo, não considero o elemento “Festa da Chiquita” como elemento integrante das festividades religiosas, pois não faz parte da programação oficial do Círio. O fato de ser uma festa tradicional, e que ocorre às vésperas da maior procissão da cidade, não a faz elemento essencial do Círio.

Reconhecer a “Festa da Chiquita” como elemento essencial dos festejos religiosos, não seria tecnicamente correto, haja vista que, seria dado tratamento desigual para as demais festas que ocorrem no mesmo período, razão pela qual, considero mais prudente e coerente deixar a referida festa excluída da lei, para que sejam efetivamente considerados patrimônios culturais os elementos essenciais do Círio, consoante programação oficial do Círio de Nazaré.

Com exceção a questão peculiar da “festa da Chiquita”, não vejo óbice ao prosseguimento do trâmite do processo legislativo, pois seus termos não apresentam contrariedades à Constituição Federal e à LOMB, nem afronta ao interesse público.

Destarte, exposta assim a questão, sou levado a lançar mão da prerrogativa do art. 78, § 1º, da Lei Orgânica Municipal, e da competência outorgada a minha pessoa pelo art. 94, inc. VI, do mesmo diploma legal, para vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 047, de 13 de maio de 2015, a recair, excepcionalmente, sobre o inciso X, artigo 1º.

Por fim, reconheço suficiente à convicção acerca da inteira oportunidade e cabimento do veto parcial aplicado ao projeto de lei em comento, aproveito a oportunidade para renovar-lhes protestos de elevada consideração e distinguido apreço.

Palácio Antonio Lemos, em 15 de junho de 2015

ZENALDO COUTINHO RODRIGUES JUNIOR

Prefeito Municipal de Belém

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2015 - SEMAD, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

Disciplina a operacionalização das consignações em folha de pagamento

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, usando de suas atribuições legais e,

Considerando a publicação do Decreto nº. 82.776/2015 – PMB, de 13 de maio de 2015, que regulamenta as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis ativos, inativos, pensionistas e pensionados do Município de Belém;

Considerando, ainda, a necessidade de instituir normas operacionais que viabilizem a implementação das consignações em folha de pagamento,

RESOLVE:

Art.1º Para efeito de operacionalização das consignações de que trata o Decreto nº. 82.776/2015 – PMB, de 13 de maio de 2015 observar-se-ão as normas contidas nesta Instrução Normativa.

Art.2º À Secretaria Municipal de Administração compete:

I - processar os pedidos de habilitação formulados pelos interessados que estejam em conformidade com o que dispõem os arts. 10 a 13 do Decreto nº. 82.776/2015 – PMB, de 13 de maio de 2015;

II - proceder avaliação sobre a viabilidade da autorização de consignação, para concessão de código para desconto em folha de pagamento.

III - cadastrar, no Sistema de Gestão Integrada de Recursos Humanos ou outro que a Administração venha dispor para essa finalidade, as entidades credenciadas a consignar em folha de pagamento, assim como as entidades ou órgãos públicos e os beneficiários das consignações facultativas;

IV - processar no sistema de pagamento as consignações compulsórias e as facultativas;

V - disponibilizar apenas um código para cada consignatária, salvo o disposto no inciso a seguir;

VI - na hipótese do ramo de atividade da consignatária abranger mais de uma espécie de desconto será disponibilizado até 03 (três) espécies distintas decódigo, observada a margem consignável;

VII - parametrizar as rubricas que compõe as consignações compulsórias e facultativas;

VIII - emitir relatórios padronizados sobre as consignações facultativas, informando, inclusive, se for o caso, o afastamento ou desligamento do servidor efetuado em folha de

ANEXO G – EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE
 (Disponível em: < <https://fumbel.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/EXTRATO-DE-JUSTIFICATIVA-DE-INEXIGIBILIDADE-DE-CHAMADA-PUBLICA-CIRIO-2018.pdf>>)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - FUMBEL

Artigo 31, e 32 da Lei 13.019 de 31/07/2014 – alterada pela Lei 13.204/2015.

Referência – Inexigibilidade de chamamento público – Repasse ao 3º Setor – Termo de Fomento

Processo: 0685/2018

Base Legal – Artigo 31 e 32 da Lei 13.019/2014.

Instituição: Obras Sociais da Paróquia de Nazaré

CNPJ – 04.746.442/0001-32

Endereço: Praça Justo Chermont, S/N, CEP nº 66.035-140, bairro de Nazaré – Belém (Pa).

OBJETO PROPOSTO:

O presente Termo de Fomento tem por objeto apoio financeiro ao **Projeto do Círio de Nazaré 2018**, de acordo com o Plano de Trabalho, dele fazendo parte integrante e indissociável, que, por atender às exigências do Art. 22 da Lei nº 13.019 de 31.07.14 foi aprovado pela FUMBEL.

Este Termo de Fomento decorre de **Inexigibilidade de Chamamento Público 001/2018**, uma vez que se caracteriza a hipótese do *caput* do Art. 31 da Lei nº 13.019/2014, já que a singularidade do objeto pactuado e da entidade que executará esse objeto torna inviável a competição com outras organizações da sociedade civil.

VALOR TOTAL DO REPASSE: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

FONTE DE RECURSOS:

Função Programática: 2.08.32.13.392.0002

Ação: 2041 – Eventos e Estímulos Culturais

Sub Ação: 001 – Apoio a Instituições para realização de eventos.

Tarefa: 002

Elemento de Despesa: 3350430000

Fonte: 0100000000

Fundo Financeiro: 999 Aplicações Gerais

Período: Junho de 2018 à Dezembro de 2018.

TIPO DA PARCERIA: TERMO DE FOMENTO Nº 001/2018-FUMBEL.

JUSTIFICATIVA: Pelo presente, esclarecemos que a inexigibilidade do chamamento público, no ajuste a ser firmado com a Organização Religiosa OBRAS SOCIAIS DA PAROQUIA DE NAZARÉ se justifica em função de que o objeto pactuado, inviabiliza a competição entre as organizações da sociedade civil, ou seja, é de natureza singular, em razão de que a entidade mencionada é a única organizadora da manifestação cultural e as metas para a execução do Círio 2018 somente podem ser atingidas por essa entidade parceira.

Nesse contexto, mediante a inegável natureza do evento que é celebrado há mais de 200 anos, o repasse de recursos é medida que se impõe, eis que é uma prerrogativa/direito constitucionalmente reconhecido aos cidadãos, em caráter público de prestação, sendo facultado ao gestor, na Administração Pública, a celebração de parcerias com entidades civis para a execução dos mesmos.

Ademais, o Círio de Nazaré foi reconhecido pelo Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil e inserido no livro de Registro das Celebrações, em conformidade com o Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Pelo exposto, face a inegável relevância social da Proponente e considerando ser a ÚNICA que organiza à festividade: **Organização Religiosa OBRAS SOCIAIS DA PAROQUIA DE NAZARÉ**, fica nos termos do Art. 31 e 32 da Lei 13.019/14, inexigível o Chamamento Público por inviabilidade de competição em razão da natureza singular do objeto da parceria.

Belém, 29 de maio de 2018.

FABIO ATANASIO DE MORAIS
 Presidente de FUMBEL

ANEXO H - ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FOMENTUR

(Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/ata-da_78a_reuniao_ordinaria_do_forum_de_desenvolvimento_turistico_do_estado_do_para_final_-_retificada.pdf>)

ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ – FOMENTUR

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, às dezesseis horas e trinta minutos, no nono andar da sede da Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA, teve início à septuagésima sétima Reunião Ordinária do Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará – Fomentur. O Secretário de Estado de Turismo – SETUR, e Presidente do Fórum, Doutor Adenauer Góes, iniciou sua fala, agradecendo a presença de todos e comentando sobre o novo ano que se iniciou precedido de eleições, iniciando um novo quadriênio do Governo de Simão Jatene, disse que todos nós esperamos que vá contribuir muito mais com desenvolvimento e crescimento do nosso estado do Pará e conseqüentemente com melhoria de vida da população paraense. Justificou a ausência da Doutora Conceição Silva, Diretora de Produtos Turísticos da SETUR, que estava em uma reunião no Hangar – Centro de Convenções, com a presença do governador, comentou sobre o IPS-AMAZÔNIA – Índice de Progresso Social, falou da importância e conteúdo das informações do site. Comentou sobre a ausência do Senhor Joy Colares, Secretário Adjunto de Estado de Turismo, e da Senhora Fatima Gonçalves, que estavam percorrendo a Rota Turística Belém – Bragança e falou da satisfação de informar que a Rota Turista que antes era uma ação puxada pela Secretaria de Turismo no âmbito da Gestão Pública Estadual com toda as parcerias das Associações Comerciais dos treze municípios da Rota, do IPHAN, e da Prefeitura de Belém, foi transformada em uma Ação de Governo, numa compreensão do quanto a estratégia pode contribuir para o desenvolvimento destes treze municípios. Em seguida apresentou o Senhor Celso Sabino Deputado Estadual e titular no Fórum da Comissão de turismo da Assembleia Legislativa do Pará, parabenizou e disse acreditar ser muito positiva a chegada do mesmo, e que a expectativa segundo essa positividade de que o setor de turismo possa contar com o empenho, presença e trabalho na casa legislativa e ao desafio que o turismo do estado tem de ser mais compreendido por todos os setores e trazer a compreensão da sociedade em entender o turismo como atividade econômica. Em seguida colocou em pauta a ata da última reunião para aprovação, e não havendo manifestação contrária dos presentes, a mesma foi aprovada por unanimidade e na sequência apresentou o Senhor Adinaldo Oliveira, Secretário Municipal de Urbanismo de Belém - SEURB, e comentou da solicitação feita pelo SINGTUR, para que o mesmo trouxesse esclarecimentos sobre as obras do calçamento que estão sendo feitas no entorno da Basílica de Nazaré, e o Senhor Maikenn Sousa, presidente da Belemtur tomou as providências necessárias para o convite. Na sequência, o Senhor Clóvis Carneiro presidente da ABIH, propôs aos conselheiros que fosse colocadas questões diretamente ligadas e relacionadas aos serviços urbanos e que para o turismo são fundamentais. Em seguida o presidente do Fórum passou a palavra ao Secretário Adinaldo Oliveira, que cumprimentou a todos e falou da satisfação em poder contribuir e esclarecer, comentou trabalho com os espaços públicos é de responsabilidade de diversas secretarias, e que por esta questão, existe um grupo de trabalho chamado “Cuida Belém”, onde se reúnem para discutir e buscar resolver as questões para as melhorias de Belém. Em seguida

apresentou os diretores da SEURB que estavam presente, o Senhor Edinaldo Macola, Arquiteto e Diretor de Planejamento que acompanha e gerencia os projetos executados pela secretaria, o Senhor Damião, Diretor Técnico, que acompanha as obras juntamente com a equipe de obras e a Senhora Daniela Zuquin, que é assessora de imprensa. E iniciou sua apresentação, falou sobre a questão do calçamento da Basílica, que foi um pleito solicitado pela Diretoria da Basílica ao prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, e que a proposta da Diretoria, era estender o calçamento da praça até o calçamento da Basílica, disse que foi feito um estudo técnico a respeito da drenagem, transito, mobilidade urbana e preservação do patrimônio, disse que a equipe preparou o projeto e a partir de discursões com as diversas áreas envolvidas junto com os diretores da Basílica, o que resultou desse prolongamento da calçada com o objetivo de prolongar o CAN – Centro Arquitetônico de Nazaré, até a Basílica, o que eliminou o estacionamento que havia em frente. Mostrou através de apresentação, o projeto a todos os membros do fórum, explicou que com relação ao acesso de veículos só ocorrerá em momentos especiais, como casamentos, cerimonias e para acesso à deficientes físicos, no qual a própria Basílica vai administrar, falou que a calçada terá mil metros quadrados e será no mesmopadrão, falou sobre valores de orçamento da obra. Continuou a apresentação mostrando outros detalhes estruturais e que acredita que com essa obra será resgatada a importância que o patrimônio da Basílica tem para todos os paraenses e belemenses, e que com relação ao transito, não trará nem um impacto a mobilidade e que na verdade vai ordenar e valorizar as pessoas. Disse prazo de entrega da obra será de cento e vinte dias e inaugurará no dia trinta e um de maio, data de aniversario da Basílica. Na sequencia a o presidente do Fórum passou a palavra ao Senhor Fabio Romero, membro do Sindicato de guias de turismo - SIMGTUR, que agradeceu as informações, e comentou sobre a questão da mobilidade dos pedestres, disse que tem sido uma tendência na europa, nos santuários: de Fatima, de Lourdes, mas que acreditava ser necessário a presença da Diretoria da Basílica para discutir um pouco mais a questão dos fluxosturísticos na área, que pela experiência no exterior com esse projetos de redução da mobilidade de veículos, é necessário criar áreas e processos para que os turistas possam chegar próximos destes locais e não tenham tanta dificuldade. Disse que já há uma dificuldade para trabalhar com fluxo de turistas na configuração atual, por não ter onde estacionar os ônibus turísticos, são feitas visitas esporádicas, disse que com a configuração atual da Basílica e com o advento do projeto do calçamento, criou-se mais uma dificuldade dentro do tecido urbano de Belém para o fluxo turístico, e hoje como operacional dos guias de turismo e agencias e operadores da área estão como uma dificuldade muito grande nessa atração, e que a basílica está inserida em praticamente cem por cento dos produtos turismos vendidos na capital hoje, agora não tem mais nem uma opção de parada em frente a Basílica, sugeriu uma reunião para viabilizar uma outra entrada para essa visita, haja vista que no período do círio vem um fluxo de mais de quarenta ônibus de turistas. O Secretario da SEURB, respondeu que é necessário sim reunir para discutir esta questão, e sugeriu que a Superintendência Executiva de

Mobilidade Urbana de Belém - SEMOB fosse convidada ao Fórum para discutir essa questão, e colocou a disposição a SEMOB e Belemtur, para que fosse feitas reuniões para buscar essas soluções. Disse que o calçadão trará maior benefício para todo o conjunto, sociedade e turistas. O Presidente do fórum comentou que já foi discutido anteriormente a questão do estacionamento dos ônibus. O Senhor Fabio Romero disse o espaço não atende aos veículos grandes, e solicitou uma nova reunião com os atores envolvidos e aproveitando a temática trânsito e veículo de turismo, irão apresentar uma discussão sobre as outras atrações turísticas como Mangal das Garças, Polo joalheiro e a Região do Ver-o-peso, que também está tendo dificuldade de mobilidade, e que trarão um estudo e as discussões também na próxima reunião. Na sequência o Senhor Clovis Carneiro da ABIH, perguntou por que não poderia usar as grades que já existem no CAM para serem abertas? O secretário da SEDURB respondeu que a questão da grade, no novo projeto não foi contemplada e comentou que na ideia da calçada, a prioridade é o fluxo de pedestres e com relação a grade depende a Arquidiocese, porém a ideia, é a continuidade da praça. Na sequência o Senhor Orlando Rodrigues do Convention & Bureau, comentou sobre o Terminal Hidroviário e perguntou se haveria a possibilidade de transferir o embarque e desembarque que acontece no Ver-o-Peso para o terminal, por conta da falta de condições e sobre o estacionamento do terminal hidroviário, comentou que não contempla espaço para ônibus de turismo e cidadãos de Belém, e que a maioria é para taxi, e se haveria a possibilidade de se estudar o estacionamento com a SEMOB e transferir algumas operações da cidade para o terminal hidroviário? O secretário da SEDURB disse que esses assuntos não são da pasta da secretaria porém tem sido discutido vários projetos e um deles é o BRT, e que está sendo dada continuidade do Entrocamento até Icoaraci, pois o que está na área urbana, ainda não é o projeto oficial falou que junto com este projeto, foi estudado as extensões do BRT para atender a cidade de Belém, com extensões que circularão dentro de Belém, por vários pontos estratégicos, e vários portos serão construídos e com relação ao terminal hidroviário foi concebido para determinados destinos e linhas para atender aquela demanda de acordo com o espaço construído e disse que se começar trazer outras demandas mais próximas, pode acabar inviabilizando o terminal de passageiro devido o fluxo, quanto aos portos do ver-o-peso, será resolvido quando iniciar o conjunto de obras que já tem recurso liberado pelo Governo Federal. O Senhor Orlando Rodrigues, manteve a pauta comentando que considerava que o porto teria oitenta por cento de ociosidade, e não entende por que fazer um outro investimento se já tem uma obra pronta. O Presidente do fórum tomou a palavra e comentou sobre o projeto de sistema integrado de transporte que contemplará tanto o hidroviário como o urbano, e que o Fórum, está demonstrando através das discussões, aprimoramento muito bom e essa é a missão do fórum e passou a palavra ao Senhor Joacyr Rocha do SINDETUR, que comentou que teve a honra de participar do comitê dos quatrocentos anos de Belém e na ocasião pediu atenção especial ao Prefeito Zenaldo Coutinho, sobre a praça Princesa Isabel no bairro da Condor e ao Turismo Municipal e que fortalecesse mais a Belemtur, disse que a praça tem o nome de terminal

turístico fluvial, e que no momento está degradada, e que existe um projeto de um flutuante, que o local de informações turísticas e de policiamento não existe mais, e então eu perguntou se existe algum projeto incluindo o Portal da Amazônia que vá até a praça, para que possa melhorar o embarque e desembarque dos passageiros? O secretário da SEDURB respondeu que existe vários projetos, e que já está sendo feita a segunda etapa do Portal da Amazônia, que existe o projeto da macrodrenagem da Estrada Nova e Bernardo Sayão, que as dificuldades que tem impedido o avanço, são os domicílios que estão em cima do canal que precisam ser desapropriados. Disse que o projeto da Orlasó irá até a travessa Fernando Guilhon, que vai deixar a janela para o rio, e nessa primeira fase já executada, será feito um restaurante estilo o do Estação das Docas em escala menor, e na orla, será feito um Anfiteatro e um abrigo para a guarda municipal e outras ações. Disse que na Praça Princesa Izabel, dentre os dez portos que foi falado, a praça será contemplada, e que terá um terminal de passageiros, e no Porto da Palha será de carga e descarga dos produtos das ilhas. Disse que estão aguardando a liberação dos recursos tanto para o BRT quanto o dos portos hidroviários. Em seguida a Senhora Edna Rocha, da Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV, perguntou por que os empresários não são chamados para participar e ter conhecimentos destes projetos que estão acontecendo? Disse que quando os empresários do turismo são chamados, os projetos já estão sendo encaminhados e disse que há grande dificuldade principalmente do receptivo. Continuou dizendo que concorda com o Senhor Orlando Rodrigues em relação ao Ver-o-Peso e Terminal Hidroviário, falou que fez uma visita a Praça Princesa Izabel e achou realmente muitas dificuldades para os turistas na utilização dos barcos, e espera que os empresários sejam mais ouvidos. O secretário da SEDURB, comentou a importância do diálogo e reafirmou a questão dos projetos, já estão aprovados dez portos hidroviários, transporte de massas, o pacto das cidades históricas que vai reformar todo o Ver-o-Peso, Palacete Bolonha, Palácio Antônio Lemos, Palácio Velho, o Cinema Olímpia, Praça do Relógio, Praça Dom Pedro Segundo, Praça das Mercês, Praça do Carmo, Feira do Açaí. Disse são obras que causarão um impacto muito grande para o turismo na capital, entre outros projetos, que só está sendo aguardada a liberação dos recursos, e a prefeitura está trabalhando com muita dedicação em melhorar Belém em todos os aspectos, e existem projetos que demandam tempo e que a resposta demora a chegar para o povo e é uma luta contra o tempo. Falou na transformação do Cemitério da Soledá em Cemitério Parque. Na sequência foi passada a palavra ao Senhor Fábio Cícilia, representante da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRSEL, que falou sobre a questão dos dados quantitativos dos turistas que circulam em Belém, e gostaria de saber a Secretaria de Turismo tem esses dados e pensam em fazer levantamento das estatísticas sobre o fluxo de turistas? E gostaria de saber no período do Círio como funciona a área de alimentação do CAN? E quais são os critérios e como tudo funciona? E colocou a ABRASEL à disposição para qualquer projeto. Em resposta aos questionamentos, o presidente do fórum falou que sobre a questão dos números de Belém e do estado do Pará, disse que tem sido desenvolvidas reuniões com o

empresariado, que no dia vinte e nove deste mês, haverá mais uma rodada de reuniões com a presença do DIEESE e o empresariado colaborando de forma efetiva com esses números, e que é importante as estatísticas que expressem o mais próximo possível a realidade do estado e que baseado nisso é possível ter estratégias dentro da linha das políticas públicas que possam contemplar o setor, e com relação aos espaços municipais sugeriu que posteriormente conversasse com a Belemtur. Na sequência o Senhor Francisco Rocha representante Associação Brasileira dos Turismólogos e Bacharéis de Turismo – ABBTUR, que falou da dificuldade de dialogar com o prefeito de Belém, e que em relação aos assuntos que estão sendo discutidos considera ser um assunto de Belém, e que deveria estar sendo discutido num Fórum de Belém e que considera necessário ver esta situação e que com relação ao porto no Ver-o-Peso, acredita que seria melhor fazer o desembarque no terminal hidroviário de Belém. O secretário da SEDURB comentou que a dificuldade, muitas vezes devido a agenda do prefeito ser muito corrida, sugeriu que o empresariado insistisse no diálogo pois está aberto e quanto ao Ver-o-Peso, já existe o embarque e desembarque e que o projeto é melhorar este serviço com a criação deste terminal que está sendo projetado para atender essa demanda, e que irá beneficiar bastante o turismo e se colocou a disposição para articular junto com a Belemtur uma reunião com o prefeito. Em seguida a Senhora Lucia Silva, representante do Museu Emilio Goeldi, fez uma reflexão sobre as discussões feitas, perguntou qual o modelo de cidade se espera, tendo em vista que está perto os quatrocentos anos de Belém? Comentou sobre a série de ações e intervenções nos espaços públicos e perguntou quais os instrumentos palpáveis para se fazer essas escolhas? E como está sendo feitas as discussões sobre a cidade de Belém? E que em relação ao turismo, pensa que deve ser feito para os outros mais principalmente para a cidadania de quem reside na cidade e que é necessário se pensar melhor sobre Belém. O presidente do fórum agradeceu a contribuição e encerrou o assunto da pauta comentando sobre as dificuldades de pensar sobre a cidade que queremos, falou sobre as grandes diversidades existentes e que todas devem ser ouvidas e contempladas e que as vésperas dos quatrocentos anos de Belém, que é um marco para a cidade, vê que a prefeitura está colocando todos os esforços no sentido que possa contemplar o máximo possível e que esse processo depende de cada cidadão para o conjunto da sociedade, e que está acontecendo uma rara oportunidade nessa era contemporânea de ter uma sintonia expressiva entre a gestão pública estadual e a gestão pública municipal e que acredita que não se pode deixar passar essa oportunidade e que o fórum pode dar essa contribuição e que em alguns momentos é necessário ir levar propostas aos órgãos. Agradeceu a presença do secretário da SEDURB e a toda equipe. Na sequência passou a palavra ao Deputado Celso Sabino, representante da ALEPA, que iniciou sua fala cumprimentando a todos, comentou a respeito da importância da obra da Basílica para o Turismo, parabenizou o secretário da SEDURB e Belemtur, agradeceu pela receptividade e se colocou a disposição e disse que como presidente da Comissão de Turismo e Esporte da Alepa, está trabalhando para o desafio dos projetos relacionados às Olimpíadas de 2016 e colocou o poder legislativo a disposição dos espaços da Assembleia

para reuniões e fóruns, e colocou a disposição o seu mandato e disse que acredita que através deste Fórum pode sair propostas que virem leis que beneficiem toda a sociedade e agradeceu a todos. Na sequência o secretário da SEURB agradeceu o convite e que as vezes que o fórum precisar esta a disposição para contribuir. O presidente do fórum mencionou a presença dos seis polos: Marajó, Belém, Xingu, Amazônia Atlântica, Santarém e Araguaia Tocantins e falou a respeito da solicitação de informações feita pelo Polo Marajó sobre a construção de uma penitenciária no município de Salvaterra, e passou a palavra ao Senhor João Lima representante do polo Marajó, comentou que no Plano Ver-o-Pará é mencionado que no exterior o produto melhor posicionado nos mercados internacionais é Manaus e no Pará: Belém e Ilha do Marajó, e que quando se fala em Marajó, se pensa no município de Soure e Salvaterra, e que soube da construção de uma cadeia pública para trezentos e seis pessoas, e que acredita que todo o trabalho implementado pelo Plano Ver-o-Para seria prejudicado e gostaria de saber se através do fórum isso possa ser revertido junto ao governo do estado, e solicitou a presença do superintendente da SUSIPE para responder o por que deste projetos que acredita que vai prejudicar todo o trabalhos que foi e está sendo feito em prol do turismo do estado e do Marajó. O presidente do Fórum pediu a todos os conselheiros que quando tivessem assuntos que gostariam de colocar em pauta, que solicitassem com antecedência tendo em vista que a reunião do fórum acontece de forma regular toda ultima segunda feira de dois e dois meses e que a próxima será no dia vinte e sete de abril e em seguida cumprimentou o vice presidente do fórum Marajó e passou a palavra a Senhora Edna Rocha da ABAV que reforçou a importância da solicitação do Senhor João Lima. O presidente disse que buscou informações e que está sendo construídas quinze cadeias deste tipo e mais vinte serão construídas e umas delas estava programada para Soure e em função da manifestação dos municípios em função de todo o trabalho que foi feito num sentido de mostrar que este município não tinha efetivamente este sentimento essa vontade própria de querer ter e disse que foi autorizado a dizer que a cadeia não será mais construída no município de Salvaterra. Todos aplaudiram a informação e na sequência o presidente se manifestou a respeito da solicitação da ABAV através de sua presidente a Senhora Edna Rocha e da Vice-presidente a Senhora Rose Larrat, quanto ao projeto da FITA, e disse não era possível ainda trazer manifestação devido ter iniciado a BTL e ITB no qual informou que o material utilizado nessas feiras está agora em italiano e em inglês e há novo DVD institucional do estado sendo apresentado, visando essas feiras internacionais e se comprometeu a trazer o assunto na próxima reunião na sequência a Senhora Irene Belo representante do Polo Santarém, comentou que tem visitado as feiras e eventos desde dois mil e um trabalho de divulgação do destino Santarém, com especial atenção para o atrativo Alter do Chão, e entende que quanto mais o produto é visto nas feiras, mais interesse numérico se desperta pelo destino, e isso é um fator determinante e que é necessário que o polo se faça presente e tenha foco de público para que isso aconteça, pois é uma via de mão dupla. A Senhora Edna Rocha da ABAV informou que foi lançada a primeira revista do receptivo do Pará para a BTL e que é uma vitória do

empresariado do turismo, e que isso é um trabalho em conjunto que está levando o nome do estado para fora do país. O presidente do fórum parabenizou a iniciativa e deu continuidade a pauta falando da Rota Turística Belém Bragança, disse que é um exemplo que se quer replicar para outros pontos do estado, um destes pontos é o eixo Salvaterra, Soure e Cachoeira do Arari. O Senhor Valmir Batista, representante da FACIAPA parabenizou a conquista de não se construir presídio no Marajó e ao secretário pela visão. O presidente agradeceu e deu continuidade falando em resposta a alguns questionamentos enviados por e-mail da Senhora Natacha Pena, representante do Polo Amazônia Atlântica, dizendo que em relação a Paratur, a SETUR absorveu a Paratur, que isso aconteceu em função de toda a reorganização da estrutura de governo do estado, disse que todos são testemunhas que sempre defendeu uma gestão pública pautada em três eixos, e que em dois mil e doze foi criado o sistema de gestão do estado, que criou a Secretaria de Turismo que ficava com o plano operacional de desenvolvimento e a Paratur se tornava uma agência de publicidade do estado, e evoluía com um plano operacional de marketing fundamentalmente para fora do estado do Pará com foco nos mercados nacionais e internacionais e o outro eixo era o Fomentur que foi criado no primeiro governo de Simão Jatene em dois mil e três por decreto. Disse que por circunstâncias do ponto de vista nacional foi necessário repensar a estrutura organizacional do estado, para uma melhoria na prestação de serviços pelo estado como indutor promotor do desenvolvimento, disse que toda a estrutura de governo foi mudada e desta forma a Paratur foi absorvida pela Setur, dentro deste contexto foi criada a Coordenadoria de marketing com duas gerências dentro da Diretoria de Produtos Turísticos. Disse que o plano já foi readequado pela Chias Marketing para a nova estrutura organizacional da gestão pública estadual do turismo paraense. Com relação ao PQtur, o programa já capacitou nove mil quatrocentos e quarenta pessoas ligadas ao turismo e a intenção é fortalecer mais esta ação que está sendo estruturada com algumas parcerias, com uma proximidade da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER, e avançar na parceria com o SENAC, FAEPA e SEBRAE. Em seguida falou sobre o transporte para o Marajó, que a licitação saiu, e que duas empresas se fizeram interessadas, porém numa primeira avaliação as duas empresas foram inabilitadas para a função, e que depois de fazer contato com o Diretor da ARCON, teve a informação que haverá uma nova licitação. Em seguida o Senhor Joacyr Rocha do SINDETUR fez um breve comentário sobre o assunto do transporte para o Marajó, falou de sua tristeza a respeito do transporte, comentou sobre o barco Presidente Vargas que naufragou. Disse que considera que há uma resistência política dos atuais concessionários, e perguntou se não era possível convidar ou até mesmo exigir dos atuais concessionários que colocassem um navio como foi de Presidente Vargas que fazia a viagem em duas horas e quarenta minutos para o Marajó? O presidente respondeu que, o que se quer, é equipamento novo e prestação de serviço nova, porém não se pode obrigar quem está lá e nem tem um documento exigindo um tipo de equipamento a não ser que seja feito um termo de referência e o empresário se comprometa em cumprir, e isso é o que a licitação promove.

Disse que alguns podem até questionar da demora da preparação, porém são especificações técnicas que a Universidade Federal do Pará – UFPA, trabalhou dentro da concepção desse termo de referencia. Disse que a licitação é baseada no termo de referencia que amarra todas essas questões entre as quais, está que você perguntou. Na sequencia o Senhor Orlando Rodrigues do Convention & Bureau complementou o comentário sobre as dificuldades atuais dos usuários se locomoverem ao Marajó, que o assunto continua e não tem tido melhorias, que o serviço é muito ruim, não tem qualidade nem para o dia a dia do usuário comum, e considera que há uma obrigação do governo do estado para intervir na situação, que as embarcações não poderiam navegar esugeriu que fosse convidada a ARCON para discutir essas questões. Em seguida o presidente perguntou ao fórum se concordavam em convidar o Diretor geral da ARCON, etodos se manifestaram positivamente. O presidente Fórum disse que será feito convite ao Diretor Geral da ARCON para se manifestar na próxima reunião do Fórum. A Senhora Gabriela Lande, representante da O.S.Pará 2000, tomou a palavra e parabenizou a prefeitura do município de Salinópolis que está com um trabalho de limpeza efetivo nas praias. Em seguida o Senhor Maikenn Souza, representante da Belemtur, disse que todas as indagações e colocações são pertinentes e que a Belemtur está de portas abertas para fazer a interface junto com a prefeitura e que estão a disposição para receber a todos os que trabalham na cadeia de turismo do estado e que está trabalhando para reativar o Fantur para que se tenha mais um espaço para debates em prol do crescimento do turismo. Na sequencia o Senhor Luiz Feio, representante do Banco da Amazônia, cumprimentou a todos e falou do encontro que tiveram em Bragança relacionado a Rota Turística, disse que o Termo de Cooperação Técnica entre o Banco da Amazônia e o Governo do Estado do Pará através da Secretaria de Turismo-SETUR, tem validade de um ano, e pode ser prorrogado por igual período e em seguida comentou sobre as funções decada parte no termo, falou do cronograma de ações, passou um convite ao Presidente do Fórum para o Workshop sobre Fluxos de Projetos e Fomentos de Turismo, e falou que o banco festeja a internalização de vinte e cinco milhões quarenta e quatro mil e duzentos e um reais em seguimentos de turismo só na Rota Turística Belém- Bragança. Na sequência o Presidente do Fórum assinou o termo junto com o Senhor Luiz Feio, e o Senhor Orlando Rodrigues e Maikenn Souza assinaram como testemunhas. O Presidente do Fórum, Doutor Adenauer Góes finalizou a reunião, agradecendo a presença de todos. Assim, encerrou a reunião as dezenove horas e quarenta minutos e eu Leila Alessandra Costa Prado, secretária de Gabinete/SETUR, redigi a presente ATA.

ANEXO I - REQUERIMENTO CPI PANDEMIA



CPIPANDEMIA
00286/2021

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº , DE 2021 - CPIPANDEMIA

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 58, §§ 2º, inciso II, e 3º da Constituição Federal, e dos artigos 93, inciso II, e 148, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos à Vossa Excelência a aprovação do presente requerimento, para que sejam

convocadas as seguintes pessoas:

- Elias Leite - Presidente da Unimed Fortaleza;
- Antonio Romeu Scofano Junior - Presidente da Unimed Rio;
- Wilson Yoshimitsu Niwa - Presidente da Unimed Belém;
- Humberto Teruo Eto - Presidente da Unimed Brusque;
- Fernando Pinto - Presidente da Unimed Natal;
- Alberto Mariano Gusmão Tolentino - Presidente da Unimed Oeste do Pará

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, batizada como CPI DA PANDEMIA, foi criada pelos Requerimentos 1371 e 1372, ambos de 2021, com a finalidade de *apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as*



SF/21327.22849-58



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

FATO 2: Aplicação de recursos públicos na aquisição e distribuição de medicamentos sem eficácia e segurança comprovada (kit-covid).

FATO 3: Atuação do Conselho Federal de Medicina (CFM) em relação ao uso do “kit covid”, contrariando as evidências científicas de resultados desfavoráveis e as recomendações nacionais e internacionais, além de efeitos adversos graves detectados em alguns estudos.

FATO 4: Distribuição e prescrição do “kit covid” por operadoras de planos de saúde, a despeito da ausência de comprovação científica de eficácia, com anuência da ANS.

Os convocados são os responsáveis pelas referidas operadoras de planos de saúde e, nessa condição, precisam explicar a esta CPI as razões que motivaram a distribuição e prescrição do “kit covid”, a despeito da ausência de comprovação científica de eficácia.

Por essa razão, a aprovação do presente requerimento é fundamental ao esclarecimento dos fatos investigados, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, em de abril de 2021

Senador **HUMBERTO COSTA**
PT/PE

Senador **ROGÉRIO CARVALHO**
PT/SE



SF/21327.22849-58



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Um dos eixos de investigação desta CPI diz respeito à aquisição e indução ao uso de medicamentos para “tratamento precoce” sem eficácia e segurança comprovada (KIT-COVID), em contraposição às medidas não-medicamentosas eficazes.

A aquisição, distribuição e indução ao uso dos medicamentos – notadamente a cloroquina e a hidroxicloroquina – que compõem com outros medicamentos o chamado “kit-covid” e a terapêutica do “tratamento precoce” eleita pelo Governo Federal como política pública para enfrentamento da Covid-19, por diretriz do Presidente Jair Bolsonaro, revela inadequado investimento de recursos públicos em medida sanitária desprovida de respaldo científico.

Os resultados não se apresentam positivos, implicando, inclusive, em graves reações adversas e mortes de pacientes. A divulgação desses medicamentos inibiu nas pessoas a falsa crença de que existe prevenção medicamentosa, tratamento e cura para a Covid-19, acentuando a negligência com medidas recomendadas cientificamente de distanciamento e isolamento social e uso de máscaras. Em abril de 2020, o governo federal aplicou recursos da ordem de R\$ 1,1 milhão pelo Ministério da Defesa para a produção de 3,2 milhões de comprimidos de cloroquina pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército para tratamento da Covid-19.

O tema é objeto de avaliação por órgãos de controle externo, notadamente o TCU, no âmbito do Processo TC 019.895/2020-8.

À vista disso, é preciso investigar os seguintes fatos:

FATO 1: Adoção e disseminação, pelo Governo Federal, de orientação para o uso das medicações cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina para tratamento da Covid-19, inclusive para tratamento de sintomas leves, medicamentos sem eficácia e segurança comprovada (kit-covid), contrariando recomendação da OMS e da comunidade científica nacional e internacional



SF/21327.22849-58

APÊNDICE- ROTEIRO DE ENTREVISTAS



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Doutorado em Geografia

Título do trabalho: Entre concebido, percebido e vivido: efeitos da turistificação e patrimonialização na produção do espaço do Círio de Nazaré em Belém-PA

Aluna: Débora Rodrigues de Oliveira Serra

Roteiro de Entrevistas

1. Representante da Diretoria da Festa

- ✓ Qual a importância do título de patrimônio pelo IPHAN e pela UNESCO e da revalidação do título do IPHAN, em 2021?
- ✓ Qual a importância da busca pela patrimonialização da devoção junto à UNESCO?
- ✓ Os patrocinadores e apoiadores interferem de algum modo na realização dos eventos?
- ✓ Como se dá a relação com o poder público para questões burocráticas quanto à realização dos eventos em espaços públicos?

2. Representantes do Auto do Círio e do Arrastão do Círio

- ✓ Qual a importância do título de patrimônio pelo IPHAN e pela UNESCO e da revalidação do título do IPHAN, em 2021?
- ✓ Como ocorre a relação com a iniciativa privada para a obtenção de patrocínio?
- ✓ Os patrocinadores interferem de algum modo na realização dos eventos?
- ✓ Como ocorre a relação com o poder público para a obtenção de apoio (recursos humanos/materiais/financeiros) e para a autorização para a realização dos eventos em espaços públicos?
- ✓ Como é a relação com a Igreja?

- ✓ Sobre as alterações nos percursos, elas foram motivadas por questões internas ou por pressões externas? Qual a reação dos integrantes e do público?
 - ✓ A inserção do evento na lógica do mercado, tornando-o mais atrativo turisticamente, é necessária para manter a sua realização?
3. Turista participante do Círio entre os anos de 2017 e 2019
- ✓ Desde quando participa do Círio? Qual a principal motivação?
 - ✓ Quais dos eventos abaixo você já participou ou tem algum conhecimento?
 - Procissões: Traslado Ananindeua – Marituba (sexta-feira dia todo) / Romaria Fluvial (sábado pela manhã) / Moto Romaria (sábado pela manhã) / Trasladação (sábado a noite)/ Círio (domingo pela manhã).
 - Eventos culturais: Auto do Círio (sexta a noite) / Arrastão do Círio (sábado pela manhã e tarde) / Festa da Chiquita (sábado a noite).
4. Morador de Belém que assistiu às homenagens no entorno da CDP entre 2017 e 2019.
- ✓ Desde que ano você assiste as homenagens realizadas no entorno da CDP?
 - ✓ Você sabe quem as realiza?
 - ✓ Você percebeu diferença em relação às homenagens na área supracitada a partir de 2017?
5. Morador(a) participante das procissões espontâneas 2020 e/ou 2021
- ✓ Qual a sua motivação para participar das procissões espontâneas em 2020/2021?
 - ✓ Você se sentiu desconfortável ou receoso(a) em participar dessas procissões por estar contrariando a orientação da Igreja e do poder público para ficar em casa? Caso positivo, houve diferença comparando-se 2020 e 2021? Por quê?
 - ✓ Caso você seja participante de algum grupo católico, qual grupo você participa? Tem conhecimento de outros participantes de grupos que tenham realizado o percurso das procissões espontâneas? Houve apoio de algum representante da Igreja?
6. Representante de religião de matriz africana participante do Círio
- ✓ Qual a sua religião?
 - ✓ Como a fé em Maria se relaciona à sua religião?
 - ✓ Você sempre participa das procissões do Círio?
 - ✓ Você já sentiu preconceito participando das procissões?
 - ✓ Você participou das procissões espontâneas em 2020 e 2021? Se sim, qual a motivação?